



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E IDENTIDADES

CYBELE CATARINA SANTOS DO COUTO SOARES

Entre redes, ruas e os sentidos de *crise* no Brasil: a trajetória discursiva da Mídia NINJA e o panorama das disputas por hegemonia no campo midiático entre 2015-2018

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
2022

CYBELE CATARINA SANTOS DO COUTO SOARES

Entre redes, ruas e os sentidos de *crise* no Brasil: a trajetória discursiva da Mídia NINJA e o panorama das disputas por hegemonia no campo midiático entre 2015-2018

Trabalho de Tese submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Pesquisa vinculada à linha de pesquisa Cultura e Identidades, realizada como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais. Sob a orientação da Prof.^a Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
2022

S676e Soares, Cybele Catarina Santos do Couto.
Entre redes, ruas e os sentidos de crise no Brasil: a trajetória discursiva da mídia ninja e o panorama das disputas por hegemonia no campo midiático entre 2015-2018 / Cybele Catarina Santos do Couto Soares. – Campina Grande, 2022.
260 f.: il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação: Prof.ª Dr.ª Elizabeth Christina de Andrade Lima".
Referências.

1. Crise Política. 2. Hegemonia. 3. Mídia Alternativa. 4. Mídia Ninja. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 32(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP
58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

**CYBELE CATARINA SANTOS
DO COUTO SOARES**

ENTRE REDES, RUAS E OS
SENTIDOS DE CRISE NO
BRASIL: A TRAJETÓRIA
DISCURSIVA DA MÍDIA NINJA E
O PANORAMA DAS DISPUTAS
POR HEGEMONIA NO CAMPO
MIDIÁTICO ENTRE 2015-2018

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciências
Sociais como pré-requisito para
obtenção do título de Doutor em
Ciências Sociais.

Aprovada em: 24/03/2022

Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima - PPGCS/UFCG
Orientadora

Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha - PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota - PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Profa. Dra. Janaíne Sibelle Freires Aires - DECOM/UFRN
Examinadora Externa

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado - PPGS/UFPB
Examinador Externo



Documento assinado eletronicamente por **JANAINE SIBELLE FREIRES AIRES, Usuário Externo**, em 24/03/2022, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/03/2022, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE HERMINIO CUNHA, PROFESSOR**, em 24/03/2022, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR**, em 25/03/2022, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Charliton José dos Santos Machado, Usuário Externo**, em 08/04/2022, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2202908** e o código CRC **31F809C1**.

Ao meu pai, Pedro.

AGRADECIMENTOS

Se, como dizia Belchior, "a felicidade é uma arma quente", em tempos obscuros a gratidão também o é! Afinal, agradecer, mais do que uma convenção é uma celebração! É o reconhecimento de que a solidão é uma metáfora. Pois, de fato, toda trajetória é coletiva. É o reconhecimento dos laços, dos afetos, da dedicação e das renúncias que tornaram possíveis a concretização de algo/alguém. Ou ainda, como neste caso, das duas coisas, já que, ao longo destes 5 anos, enquanto a tese ganhava corpo, eu me transformava. Em tão pouco tempo, tantas vidas! Entre chegadas e partidas, sobrevivi, sigo firme, e não há motivo maior para ser grata!

Assim, primeiramente, agradeço às forças celestiais, ao Onipresente e a energia universal por ter me mantido na luz, ainda que neste vale de sombras.

Ao meu pai, que em sua breve passagem por este mundo manteve os olhos curiosos e a mente cheia de planos. À minha mãe, doçura e fortaleza em que me espelho. Meus irmãos, pela fraternidade inabalável. Minhas tias, tios e primos que estiveram "conosco" nesta jornada. À minha sogra e cunhada por todos os mimos recebidos e ao meu companheiro, pela rotina de amor e segurança que, sem dúvidas, tornou mais leve todas as dificuldades.

Agradeço aos amigos, extensão da minha família, que me acolheram e me deram abrigo nas inúmeras idas e vindas destes anos (literalmente) de estrada! Por todas as cervejas, vinhos, cafés e bolos compartilhados! Pelas chamadas de vídeo, pelas visitas, escutas, olhadinhas nas versões preliminares do texto, e, sobretudo, nesta reta final, aos toques e retoques da querida Inara! Por cada mensagem de apoio que chegou, o meu muito obrigada!

Agradeço também a todos aqueles que compõem o PPGCS, professores, servidores e colegas, sempre tão solícitos às demandas atípicas da minha passagem pelo programa. Em especial, minha orientadora, professora Bebete, pelo incentivo, paciência e confiança, bem como, às contribuições dos membros da banca, em particular, ao professor Luís, que esteve presente em todos os exames médios, atizando (pertinentemente) às questões desta pesquisa.

Por fim, agradeço à CAPES, que mesmo na precariedade desta gestão, não sucumbiu à ignorância dos mandatários, honrando o precioso incentivo a este trabalho.

*Pelas nossas contas
Pelo nosso toque
Nosso fio desencapou
E você não escapa do choque*

*Com a nossa rapa você não é capaz
Com a nossa rapa você não é capaz*

*Nós estamos além desse mapa
Não cabemos na tua ampulheta
Não vestimos tampouco essa roupa
Nossa rapa é muita treta*

*Não nos damos com teus demônios
Decapitamos o teu capeta
Decapitaremos o teu capitão
Decapitaremos o teu capa preta
Decapitaremos o teu capataz
Da capoeira você não escapa*

*Com a nossa rapa você não é capaz
Com a nossa rapa você não é capaz*

*Será pouca ideia e reta
Acompanhados de deuses e chapas
Espalhados pelos becos
Ouça os ecos dos socos e tapas
Ouça o seco ruído da rua*

*Nós te apagaremos sob a luz do sol
Nós nos espelhamos no prata da lua
Desbicaremos passando cerol
E a luta continua*

Com a nossa rapa você não é capaz!

(Salve Geral, Alafia)

RESUMO: Através da análise da atuação da Mídia NINJA – coletivo midiático auto-referenciado como *contra-hegemônico* – na cobertura das manifestações e protestos de rua ocorridos entre os anos de 2015 e 2018, esta pesquisa busca refletir sobre como se dá a constituição de narrativas e de disputas por hegemonia em torno da construção da realidade sociopolítica brasileira no campo midiático, considerando, para tanto, os diferentes significados articulados em torno da noção de *crise* colocados e sobrepostos pelos meios de comunicação ao longo dos últimos anos no Brasil. No intuito de promover uma discussão teórica ajustada ao referencial emancipatório de Antonio Gramsci toma-se por base a Teoria Política do Discurso concebida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) como um caminho teórico-metodológico capaz de auxiliar na compreensão dos diferentes processos de elaboração de trajetórias discursivas, sobretudo, *contra-hegemônicas*. Valendo-se das categorias analíticas apresentadas pelos referidos autores, tal qual, *discurso*, *articulação*, *equivalência*, *antagonismo* e *significante vazio*, observa-se como a narrativa da crise veiculada pela Mídia NINJA se desenvolve em relação à construção discursiva protagonizada pela mídia massiva e demais experiências de mídia alternativas que lhes são antagônicas. Evidenciando, dentro do recorte proposto, as tensões permanentes e o equilíbrio sempre instável do social, sem perder de vista o horizonte emancipatório que o eixo teórico escolhido privilegia. A fim de produzir uma reflexão sociologicamente pertinente, esta tese desdobra-se tanto sobre uma densa revisão de literatura, fincada na sociologia da cultura e na filosofia política, quanto em um trabalho empírico de cunho analítico-descritivo baseado na observação participante, feito *nas* e *através* das redes sociais online, e na análise e documentação dos conteúdos produzidos pelo coletivo, viabilizando, portanto, uma breve reconstrução histórica do período analisado considerando a disposição *progressista* empreendida na cobertura colaborativa dos eventos de rua realizada pela Mídia NINJA e das estratégias políticas elaboradas pelo grupo como um dos caminhos possíveis para uma experiência de *democracia radical*.

PALAVRAS-CHAVE: Contra-hegemonia; Crise Política; Mídias Pós-massivas; Teoria Política do Discurso

ABSTRACT: Through the analysis of the performance of Mídia NINJA – a media collective self-referenced as counter-hegemonic – in the coverage of street demonstrations and protests that took place between 2015 and 2018, this research reflects on how narratives and disputes for hegemony around the construction of the Brazilian sociopolitical reality in the media field, considering, for that, the different meanings articulated around the notion of crisis placed and superimposed by the media over the last few years in Brazil. In order to promote a theoretical discussion adjusted to the emancipatory framework of Antonio Gramsci, the Political Theory of Discourse conceived by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe (2015) is taken as a theoretical-methodological path capable of helping to understand the different processes of elaboration of discursive trajectories, above all, counter-hegemonic. Using the analytical categories presented by these authors, such as discourse, articulation, equivalence, antagonism and empty signifier, it is observed how the crisis narrative conveyed by Mídia NINJA develops in relation to the discursive construction carried out by the mass media and others alternative media experiences that are antagonistic to them. Evidencing, within the proposed outline, the permanent tensions and the always unstable balance of the social, without losing sight of the emancipatory horizon that the chosen theoretical axis privileges. In order to produce a sociologically pertinent reflection, this thesis brings forward both on a dense literature review, rooted in the sociology of culture and political philosophy, and on an empirical work of an analytical-descriptive nature based on participant observation, carried out in through online social networks, and in the analysis and documentation of the contents produced by the collective, thus enabling a brief historical reconstruction of the analyzed period considering the progressive disposition undertaken in the collaborative coverage of street events carried out by Mídia NINJA and the political strategies developed by the group as one of the possible paths to an experience of radical democracy.

KEY-WORDS: Counter-hegemony; Political Crisis; Post-Massive Media; Political Theory of Discourse

ABSTRAIT: À travers l'analyse de la performance de Mídia NINJA - un collectif médiatique auto-référencé comme contre-hégémonique - dans la couverture des manifestations de rue et des protestations qui ont eu lieu entre 2015 et 2018, cette recherche a soif réfléchir sur la façon dont les récits et les conflits pour l'hégémonie autour la construction de la réalité socio politique brésilienne dans le champ médiatique, considérant, pour cela, les différentes significations articulées autour de la notion de crise placée et superposée par les médias dans les dernières années au Brésil. Afin de promouvoir une discussion théorique ajustée au cadre émancipateur d'Antonio Gramsci, la Théorie politique du discours conçue par Ernesto Laclau et Chantal Mouffe (2015) est prise comme un chemin théorique et méthodologique capable d'aider à comprendre les différents processus d'élaboration de trajectoires discursives, surtout, contre-hégémoniques. En utilisant les catégories analytiques présentées par ces auteurs, telles que discours, articulation, équivalence, antagonisme et signifiant vide, on observe comment le récit de crise véhiculé par Mídia NINJA se développe par rapport à la construction discursive réalisée par les médias de masse et des autres expériences médiatiques qui leur sont antagonistes. Mettre en évidence, au sein de la coupure proposée, les tensions permanentes et l'équilibre toujours instable du social, sans perdre de vue l'horizon émancipateur que privilégie l'axe théorique choisi. Afin de produire une réflexion sociologiquement pertinente, cette thèse se déploie à la fois sur une revue de littérature dense, ancrée dans la sociologie de la culture et la philosophie politique, et sur un travail empirique de nature analytique-descriptif fondé sur l'observation participante, mené en ligne réseaux sociaux, et dans l'analyse et la documentation des contenus produits par le collectif, permettant ainsi une brève reconstruction historique de la période analysée compte tenu de la disposition progressive prise dans la couverture collaborative des événements de rue réalisée par Mídia NINJA et des stratégies politiques développées par le groupe comme l'une des voies possibles vers une expérience de démocratie radicale.

MOTS-CLÉ: Contre-hégémonie; Crise politique; Médias post-massifs; Théorie politique du discours

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CUT.....	Central Única dos Trabalhadores
FIFA.....	Federação Internacional de Futebol
FdE.....	Fora do Eixo
FSM.....	Fórum Social Mundial
HES.....	Hegemonia e Estratégia Socialista
MBL.....	Movimento Brasil Livre
MEB.....	Movimento Endireita Brasil
MDB.....	Movimento Democrático Brasileiro
MN.....	Mídia NINJA
MPF.....	Ministério Público
MPL.....	Movimento Passe Livre
MST.....	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST.....	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NINJA.....	Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação
PGR.....	Procuradoria Geral da República
PIB.....	Produto Interno Bruto
PSL.....	Partido Social Liberal
PSDB.....	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL.....	Partido Socialismo e Liberdade
PT.....	Partido dos Trabalhadores
ROL.....	Movimento Revoltados Online
STF.....	Supremo Tribunal Federal
TICs.....	Tecnologias da Informação e Comunicação
TPD.....	Teoria Política do Discurso
UNE.....	União Nacional dos Estudantes
VPR.....	Movimento Vem Pra Rua

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A HEGEMONIA COMO UM NORTE: CONFABULAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E AS PREMISSAS DA PESQUISA	27
1.1. O arcabouço teórico-metodológico	29
1.1.1. Gramsci e as lacunas do marxismo	29
1.1.2. A perspectiva pós-estruturalista e pós-marxista de Laclau e Mouffe.....	35
1.1.3. Tudo é discurso: as categorias laclauianas-mouffeanas	41
1.2. A Comunicação como campo	49
1.2.1. Sociedade Civil e Comunicação: os velhos aparelhos privados da hegemonia e os novos campos de disputa.....	50
1.2.2. Quem é a mídia hegemônica?	54
1.2.3. Hegemonia no Brasil: mídia, política e discurso.....	62
2. HEGEMONIA EM <i>CRISE</i>: DO DISCURSO POLÍTICO ÀS NARRATIVAS MIDIÁTICAS.....	74
2.1. Desestabilizando o consenso: abordagens possíveis de crise	76
2.1.1. Heranças	77
2.1.2. Diagnósticos	79
2.1.3. Crise orgânica e os sentidos de crise	81
2.2. Instituições em <i>colapso</i>: crise de representação na política e de credibilidade nas mídias.....	86
2.2.1. Representação, significantes flutuantes e discurso político	87
2.2.2. Esfera pública, credibilidade e a crise da comunicação massiva	99
2.2.3. Mídias Alternativas: narrativas contra-hegemônicas e o cenário de pós-verdades no Brasil (2015-2018)	116

3. A DISPUTA POR HEGEMONIA NO CAMPO MIDIÁTICO: NARRATIVAS SOBRE A CRISE NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DA MÍDIA NINJA DE 2015 A 2018.....	128
3.1. Mídia NINJA: da militância cultural ao ciberativismo	130
3.1.1. Rede Fora do Eixo: o berço da NINJA	132
3.1.2. NINJA: Uma experiência contra-hegemônica?.....	144
3.2. Coberturas NINJA: da expectativa ao campo	155
3.2.1. A coleta de dados e os processos metodológicos	158
3.2.2. 2015: Modelando a crise entre o Golpe e o Impeachment	161
3.2.3. 2016: <i>Democracia em vertigem</i>	180
3.2.4. 2017: Rearticulando os sentidos de crise	198
3.2.5. 2018: O consenso <i>precário</i>	219
4. CONSIDERAÇÕES	234
REFERÊNCIAS	240
ANEXOS	247

INTRODUÇÃO

Era junho de 2013, chovia naquela manhã mais que o esperado para todo o mês na capital da Paraíba. Recém formada em Comunicação, eu ocupava a cadeira da redação de um portal de notícias – financiado, diga-se de passagem, pela “bola” dos políticos locais – que oscilava sua pauta entre os pastelões cotidianos encenados na Câmara dos vereadores e episódios variados de violência urbana. Diante da monotonia destas pautas, não é de se admirar que me lembre com tantos detalhes daquele dia. Afinal, foi com grande surpresa que recebi o pedido do redator para verificar as notícias que, de repente, tinham tomado os portais nacionais e as redes sociais online: as manifestações contra o aumento da tarifa do transporte público que aconteciam em São Paulo.

Naquele dia, 17 de junho, todos os grandes portais de notícias, bem como, toda a programação televisiva, centravam suas atenções nas manifestações. O Movimento Passe Livre (MPL)¹, ao centro das imagens e liderando a organização dos protestos, pedia a revogação do aumento da tarifa do transporte urbano enquanto milhares de cidadãos bradavam em apoio à causa, ao mesmo tempo em que, erguiam cartazes e queixas bem além dos *20 centavos*.

Na verdade, fazia alguns dias que o MPL vinha articulando mobilizações nas ruas da metrópole. Contudo, foram os dias 11 e 13 de junho que mais chamaram a atenção, tanto das mídias, quanto do público em geral. Isso porque, ambos os eventos, começados com a estratégia de ocupação pacífica do espaço público pela população, terminaram entre cenas de violência policial e a destruição do patrimônio por grupos de manifestantes enfurecidos. No dia 13, sobretudo, a repressão violentíssima da polícia às marchas conseguiu produzir cenas fortes do desequilíbrio de forças, uma vez que,

¹ Movimento Passe Livre é um movimento brasileiro que defende a adoção da tarifa zero para transporte coletivo. Foi constituído numa plenária realizada em janeiro de 2005 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a partir de grupos e coletivos que pautavam a luta pelo passe livre estudantil em várias cidades brasileiras. A iniciativa da formação de um movimento articulado nacionalmente partiu da Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis, existente desde 2000, e que já havia organizado um encontro nacional na cidade no ano de 2004.

ninguém que estava nas ruas foi poupado, nem ao menos os jornalistas que cobriam o acontecimento².

Algo importante de ser lembrado é que, embora estivesse em evidência naquele momento, o MPL já não era novidade. Pelo menos, não para mim, que, dois anos antes, havia pulado catraca e entoado palavras de ordem em ato público organizado pelo Passe Livre em João Pessoa. É na esteira da Revolta do Buzu³ e das conquistas obtidas por este evento que o MPL se articula e estende sua atuação por várias cidades, apoiado pelo Movimento Estudantil, Diretórios Acadêmicos das instituições públicas de ensino, bem como, pelas centrais sindicais, entre outros grupos emblemáticos na organização de manifestações públicas em defesa dos direitos sociais.

A atuação *autonomista*, baseada num modelo linear de autogestão, as *performances* adotadas nas convocatórias dos atos públicos e a postura prática de seus membros em relação aos objetivos do coletivo⁴, que tanto lembravam a mística experimentada pelos levantes espanhóis de 2011⁵, despertaram em 2013 o interesse de diversos setores. Porém, a grande novidade das *Jornadas de Junho* estava *apenas* em partes na indignação provocada pela ação policial truculenta e no despertar de laços de solidariedade e esperança dos cidadãos, como diria Castells (2013). Afinal, convenhamos, a *novidade* do momento estava também centrada no poder de *fogo* das mídias, das narrativas que se construíram depois que a primeira bala de borracha ricocheteou sobre as equipes de reportagem, e principalmente, das narrativas surgidas nas entranhas das manifestações, através dos novos modos de produzir e fazer as notícias que começavam a despontar das redes sociais online.

² De acordo com o levantamento realizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), mais de cem jornalistas foram feridos durante as manifestações de junho de 2013. Destes, os mais graves ocorreram no dia 13 de junho, tendo a agressão, em 85% dos casos, partido da força policial. Além dos feridos, o levantamento faz referência aos profissionais que foram detidos pela polícia. Um dos casos mais emblemáticos foi a prisão do repórter da Mídia NINJA, Filipe Peçanha, transmitida ao vivo para mais de 5mil pessoas pelo Facebook. Acesso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dwf8PIgk1vA>

³ Dois fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005).

⁴ (ORTELLADO, 2013).

⁵ Referência ao movimento dos Indignados, que toma a Espanha em maio de 2011, em uma série de protestos autônomos de ocupação das vias públicas, convocadas através das redes sociais.

Foi utilizando-se desse poder que os grupos engajados em organizar e convocar as manifestações se multiplicaram⁶ no ambiente virtual, e foi assim, também, que, em uma sequência de poucos dias, a dimensão dos protestos ganhou novos contornos.

Na segunda (17), quando o MPL chama a *quarta jornada* – que, segundo os registros oficiais, reuniu só em São Paulo 75 mil pessoas⁷ – a convocatória é replicada nas maiores capitais do país da maneira espontânea. É nesse momento que as marchas tornam-se simultâneas e que as demandas se multiplicam na mesma velocidade que os cartazes. Na quarta (19), a prefeitura de São Paulo, pressionada por todos os lados, revoga o aumento da tarifa. Na quinta (20), o MPL se retira das ruas, para eles, as manifestações eram sim pelos 20 centavos – ao contrário da multidão que toma as ruas do país em um misto de comemoração e comoção.

Na tarde do dia 20, registros feitos em mais de 100 cidades brasileiras, contabilizam 1,5 milhões de manifestantes⁸. Em João Pessoa, a marcha – na qual estive presente como correspondente do Portal – seguiu do tradicional Liceu Paraibano à praia de Tambaú, reunindo, segundo os registros oficiais da Polícia Militar, 22 mil pessoas, cada uma com seu cartaz⁹. Em resposta a intensidade dos protestos, no dia 24 de junho, a presidenta Dilma Rousseff propõe a Constituinte exclusiva para a reforma política. Parecia que a força das ruas tinha, finalmente, alcançado suas vitórias.

Eu costumo dizer que Junho de 2013 foi um divisor de águas. Não sabemos, até hoje – apesar da extensa bibliografia produzida sobre os eventos – a profundidade de seus impactos em nossa frágil democracia, mas, reconheço que para uma *foca*¹⁰ desiludida com o jornalismo, reproduzir as notícias empolgantes de um levante popular (ou, aquilo que na época acreditava-se ser) acendeu em mim a fagulha da pesquisadora.

⁶ A página da Mídia NINJA no Facebook, por exemplo, sai de 2mil *likes* para 240mil em menos de um mês, sendo o material produzido compartilhado na casa dos milhares e o conteúdo reproduzido na casa dos milhões (SOARES, 2016).

⁷ (SINGER, 2013).

⁸ Idem.

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/fotos/2013/06/manifestantes-levam-cartazes-para-protesto-em-joao-pessoa-e-campina-grande.html>

¹⁰ É chamado de foca todo o jornalista recém-formado em início de carreira e ainda inexperiente.

Voltando às memórias daquele dia de chuva na redação do pequeno Portal, percebo que a tempestade que tornou a cidade caótica rendeu, para além das horas extras não remuneradas, um insight! Foi em meio à tarefa de noticiar os eventos que me deparei com as novas facetas de um velho conhecido. Ou, o *fenômeno* em que se desdobrava a rede de coletivos juvenis¹¹ que eu havia pesquisado para o meu TCC e que, logo mais, seria o protagonista da minha dissertação de mestrado: a Mídia NINJA.

Como dito anteriormente, a força das manifestações não estava apenas na multidão que ocupava as ruas, mas, também, na maneira como as *ruas* se apropriaram dos dispositivos midiáticos. Logo, não foi por acaso que meu olhar recaiu sobre a atuação da Mídia NINJA. A dinâmica daquela juventude engajada já me era velha conhecida e as especulações e questionamentos que rondavam o grupo já me haviam sido respondidos¹². Estava claro: era preciso conferir mais de perto as iniciativas que dali se desdobravam.

Sendo assim, não foi difícil descobrir o porquê da Mídia NINJA – na verdade, a sigla para a rede Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – rapidamente passar a ser referência na cobertura dos eventos que eclodem por todo Brasil naquele mês de junho. Auto-descrita como “uma rede descentralizada que produz e difunde conteúdos e pautas invisibilizadas pela grande mídia, a partir da lógica colaborativa de produção que emerge da sociedade em rede [...]”¹³, e nascida como um empreendimento autônomo da Rede Fora do Eixo (FdE) apenas dois meses antes do estopim das manifestações de 2013, a NINJA tinha como vantagem uma base de militantes já familiarizados com dispositivos audiovisuais; redes sociais estruturadas, bem como, os aparatos técnicos e os recursos financeiros do FdE à disposição. Além disso, a *nova* fórmula de fazer

¹¹ Rede de coletivos culturais juvenis de grande atuação na primeira década dos anos 2000, cuja trajetória é estudada tanto no meu trabalho de monografia, em 2012, quanto em minha dissertação de mestrado em 2016. A organização, o sistema de financiamento e, sobretudo, as novas diretrizes de trabalho incorporadas pela Rede Fora do Eixo (FdE) constituem as diretrizes basilares da Mídia NINJA, que, não por acaso, é hoje o experimento que mantém os militantes e os ideais remanescentes do *imenso* projeto contra-hegemônico defendido pela Rede FdE em atividade (SOARES, 2016).

¹² Refiro-me aqui ao modo como os veículos midiáticos tradicionais levantam especulações sobre as formas de financiamento da Mídia NINJA, divulgando e distorcendo informações a respeito do FdE. Interessante observar a entrevista concedida pelo jornalista Bruno Torturra e do produtor cultural Pablo Capilé ao programa Roda Viva, em agosto de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kmgvDn-lpNQ>

¹³ Auto-descrição do perfil do Facebook da Mídia NINJA

jornalismo utilizada pelo coletivo, de dentro dos acontecimentos, colaborativamente, com vídeos em tempo real, postagens no *Twitter*, no *Facebook*, transmissões ao vivo via *streaming* e o intenso fluxo de compartilhamento de conteúdos já estava sendo experimentado há algum tempo.

Assim como o FdE, uma das premissas da FdE era também o de ampliar sua rede. Tendo, para isso, adotado como estratégia trabalhar, simultaneamente, na veiculação das informações sobre os eventos e no recrutamento de pessoas interessadas em produzir conteúdos. Em determinado momento de 2013, é isso o que acaba fazendo da NINJA uma verdadeira central de mídia alternativa e colaborativa, que atinge números expressivos e, até então, inéditos, no que se refere à audiência, identificação e compartilhamento de conteúdos produzidos fora dos grandes conglomerados de comunicação do Brasil¹⁴.

Exemplo do sucesso desta estratégia foi à maneira pela qual, de forma excepcional, o maior telejornal do país, viu-se pautado pelo coletivo¹⁵. Ou, ainda, a forma como a NINJA conseguiu circular livremente pelas manifestações, enquanto, em certa altura do ciclo de protestos, os veículos midiáticos tradicionais eram hostilizados pelos manifestantes¹⁶. O que a NINJA fez durante as Jornadas de Junho não foi só contar histórias sob outros vieses, mas, histórias contadas sobre a perspectiva de diversas pessoas que viveram, de diferentes maneiras, aquele momento, conectadas através das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), mas, sobretudo, por um imenso desejo de transformação. Ao conectar essas diferentes vozes, a Mídia NINJA conseguiu o feito de ter suas narrativas repercutidas na mesma intensidade que as da mídia massiva, se diferenciando desta ao tornar visível nuances perigosas à estabilidade do discurso hegemônico.

¹⁴ Quando levado em consideração os saltos progressivos de número de seguidores e de interações em um curto período de tempo. Além da adesão de diversos jovens na iniciativa, dados que serão detalhados mais adiante nesta Tese.

¹⁵ Referência a utilização de conteúdos produzidos pela MN pelo Jornal Nacional (Rede Globo) entre os dias 15 e 20 de Junho de 2013. Evento sobre o qual nos debruçaremos mais adiante.

¹⁶ Com a intensificação das manifestações, os veículos midiáticos tradicionais mudaram sua narrativa sobre os acontecimentos. A juventude *baderneira* deu lugar a *manifestações políticas legítimas*. A truculência policial direcionada aos manifestantes passou a ser pautada. Contudo, diante da guinada brusca, os manifestantes começaram a hostilizar as equipes de reportagem da grande mídia, confiando a cobertura dos eventos às mídias independentes. Não por acaso, o Jornal Nacional utilizou-se de imagens e pautas cedidas pelos jornalistas da NINJA.

Em sua análise dos eventos de 2013, Chauí (2013) considera que, pela primeira vez, a população teria se utilizado das novas mídias sociais como *uma forma imediata e amplíssima de convocação*, já que os levantes populares foram articulados, em sua grandiosidade, graças as novas tecnologias de comunicação e informação (TICs). Para mim – que concordo com ela – além de possibilitar formas inéditas de articulação, o uso das novas TICs trouxe à tona a possibilidade de narrar os fatos e os eventos da história através de outras perspectivas, mais do que isso, tornou evidente as disputas que se fazem presentes no ambiente midiático, ao passo que apontou ferramentas favoráveis a construção de *contra-discursos*.

Guiada por esse insight, estruturei um projeto de pesquisa que buscou, entre outras coisas, investigar o Fora do Eixo como uma cultura juvenil contemporânea, dando especial atenção ao empreendimento da Mídia NINJA como um dos *simulacros*¹⁷ mais potentes na tentativa de disputa pela sociedade protagonizada pela Rede.

Assim, no final de 2013, fui admitida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Uma turma de vinte alunos e bolsas de estudo de sobra. Vivíamos nos tempos de ouro da universidade pública, em um momento de estabilidade econômica, controle da inflação, baixas taxas de desemprego, porém, era um momento no qual as ruas estavam, quase sempre, tomadas por protestos “*contra tudo que aí está*” (SINGER, 2013).

Foi trabalhando na minha dissertação e, muitas vezes, através da cobertura da MN, que vivenciei os grandes eventos e os simultâneos protestos que aconteciam para além das paredes da biblioteca. Foi através da MN que vivenciei a Copa do Mundo FIFA no Brasil e também os protestos que tomaram as ruas contra a realização do evento internacional. Foi pelas reportagens *clipadas* ao longo da pesquisa que guardei na memória os cartazes que pediam escolas e hospitais padrão Fifa e afirmavam: “Não vai ter copa!”. Felizmente para uns, e infelizmente para outros, teve Copa. Teve uma

¹⁷ De acordo com o glossário FdE, simulacros são estruturas que simulam as principais instituições estruturadoras da sociedade contemporânea e “têm como objetivo disputar o modelo de sociedade em que vivemos, apresentando propostas concretas de reorganização das estruturas econômicas, políticas e sociais”. Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/glossario-fora-do-eixes/>. Acesso: 22/02/2021.

vaia vergonhosa à nossa presidenta Dilma Rousseff na abertura do evento, e teve, também, a famigerada derrota da seleção brasileira para seleção alemã¹⁸.

Ao evento auge de 2014 – sim, a Copa – seguiu-se a acirrada campanha para presidência da república e a intensa escalada de um processo de polarização política iniciado em 2013. Foi acolhida (ou seria, escondida?) no seio da universidade pública, que assisti ao início difícil de um novo mandato do Partido dos Trabalhadores, bem como, todas as sofridas etapas do golpe parlamentar que vivemos entre 2015 e 2016. Há quem diga que uma coisa puxou a outra e assim, fomos revivendo, de diferentes maneiras, aquele 7x1.

O fato mais emblemático deste percurso, o de escrever uma dissertação enquanto o panorama político e social se transformava radicalmente, foi o de ver meu *objeto* se dissolver. Afinal, em 2013, enquanto eu escrevia o projeto para seleção do mestrado, a Rede FdE lançava em seu próprio *portal da transparência* o apanhado derradeiro de sua atuação, contabilizando 18 casas coletivas, 91 coletivos e cerca de 650 coletivos parceiros pelo Brasil e em algumas cidades da América Latina¹⁹. Em 2015, quando visitei a casa sede do FdE em São Paulo, o clima já era de apreensão.

Lembro-me que, em meio a entrevista que realizava com uma das figuras mais engajadas na Mídia NINJA, ela me deixou escapar que o processo de *impeachment* seria um golpe cruel na nossa democracia. Era maio de 2015. Poucas semanas antes da minha visita haviam sido realizados os primeiros protestos pedindo o impeachment de Dilma pelas avenidas do Brasil. Eu, por ingenuidade, ou por estar envolvida demais com a dissertação para conseguir enxergar além, lembro de ter lançado um sorriso debochado e respondido: “*acho que o Brasil atingiu uma maturidade política, Cunha²⁰ não vai levar a cabo esse processo de impeachment...*”. Bem, eis que, aqui estamos nós.

¹⁸ No dia 8 de julho de 2014, na semifinal da Copa do Mundo de 2014, disputada no Mineirão, a seleção brasileira de futebol masculino é derrotada pela Alemanha. O placar final é 7x1.

¹⁹ Disponível em: <https://foradoeixo.org.br/tag/portal-transparencia-fora-do-eixo/>. Acesso: 23/04/2021.

²⁰ Refiro-me a Eduardo Cunha (MDB), o então presidente da câmara dos deputados e os meios pelo qual geriu a protocolação do pedido de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff. Em maio de 2015, declarações do deputado, retiradas das principais mídias em circulação, apontavam para uma possível negociação *positiva* entre o político e a base petista, o que, em tese, evitaria a homologação do pedido de impeachment.

Em setembro de 2016, defendi minha dissertação apenas alguns dias depois da conclusão do processo de *impeachment* e, como se não bastasse, sabendo que a casa coletiva do FdE em João Pessoa, assim como os coletivos parceiros de centenas de cidades Brasil afora, já não existiam mais²¹. Os recursos de editais de cultura, que estavam sendo reduzidos progressivamente, se extinguíram junto com o Ministério da Cultura, umas das primeiras decisões do governo Temer²².

Diante deste panorama, de todos os empreendimentos²³ gestados pela Rede FdE, a NINJA era a única que ainda pulsava. A *experiência utópica* daquela juventude *ultratropicalista*²⁴ se desmanchava nos ares golpistas que sopravam. Era hora de lançar o próximo passo. Tanto para eles, quanto para mim, que, mais uma vez, tracei minha caminhada acadêmica em paralelo às atividades daquele fenômeno em constante transmutação.

Se a NINJA havia sido discutida nas últimas páginas da dissertação como uma das facetas da Rede Fora do Eixo, uma tese me daria a mobilidade necessária para esmiuçar o fenômeno midiático que esteve sob os holofotes em 2013 e que conseguira se firmar nos anos seguintes. É neste sentido, portanto, que se traça a presente pesquisa, dedicada a analisar a trajetória desse coletivo de mídia independente, que, de empreendimento autônomo de uma grande rede de produção cultural passa a ser seu único tentáculo.

Traçando uma linha temporal que se inicia em 2015, com a análise do material coletado durante a cobertura midiática das manifestações contrárias e favoráveis ao

²¹ Como será visto no capítulo 3, para além do contexto escasso dos recursos destinados à cultura, existe toda uma crítica relacionada aos moldes de produção e trabalho adotados pela Rede Fora do Eixo. Elemento que também irá influenciar o processo de transformação dos coletivos.

²² Assim que tomou posse como presidente, Michel Temer (MDB) dissolveu alguns dos Ministérios consolidados por gestões anteriores. O Ministério da Cultura, que já vinha sofrendo com a falta de recursos desde o início de seu governo provisório, foi um dos primeiros a ser extinto. Contudo, devido à pressão da classe artística, foi reativado pouco dias depois, sendo extinto, somente em 2019, como medida basilar da gestão bolsonarista.

²³ Como veremos adiante, a Rede Fora do Eixo atua dentro de um modelo empresarial, compreendendo suas atividades como *empreendimentos*.

²⁴ O termo é bastante utilizado pelos membros do Fora do Eixo ao se referirem as semelhanças do modelo social por eles adotado e as características contraculturais do Movimento Topicalista, consagrado no Brasil no final da década de 1960. O produtor cultural Cláudio Prado é um dos responsáveis pela alcunha, legitimada em alguns trabalhos, como, por exemplo, a dissertação de Rodrigo Savazoni, de 2015.

processo de *impeachment* e que se fecha com os conteúdos da cobertura dos eventos relativos à eleição presidencial de 2018, busquei construir uma pesquisa que põe em evidência os embates narrativos e a disputa por hegemonia no campo das mídias, tendo como objeto e sujeito ativo a Mídia NINJA e sua trajetória discursiva *contra-hegemônica*.

Deste modo, levando em consideração o contexto de reconfiguração midiática balizado sob a ascendente plataformização da comunicação (ALVES, 2019), essencialmente, das mídias sociais como fontes de informação – e consequentemente, ciente da fragmentação e desarranjo dos fluxos informacionais que o fenômeno implica –, é que esta pesquisa tenta traçar um panorama de como a disputa pela construção da realidade sociopolítica no país tem se estabelecido no campo midiático. Observando, para tanto, como o discurso das ruas – dos diferentes grupos políticos que ocupam o espaço público – é cooptado pelas *narrativas midiáticas* através dos diferentes enfoques conferidos à noção de *crise*.

Neste sentido, apostando na hipótese de que a narrativa hegemônica, ou, dos grandes conglomerados de comunicação, esteja vivenciando um *colapso* ocasionado pela efervescência das narrativas pós-massivas – nem sempre equivalentes a narrativas *emancipatórias* – é que estabeleço uma breve reconstrução histórica do período analisado, alinhando teoria e prática para validar conceitualmente a posição de *contra-hegemonia* assumida pela Mídia NINJA.

Assim, compreendendo que um momento de crise hegemônica é um momento no qual um determinado *status quo*, no caso específico, o *discurso político-midiático hegemônico*, está sendo ameaçado por novas alternativas – que podem ser tanto progressistas, quanto autoritárias ou totalitárias –, é que concebo o período compreendido entre os anos de 2015 e 2018 como um momento legítimo de *crise orgânica*, portanto, por excelência, um campo de *disputa hegemônica* (MENDONÇA, 2006). Afinal, à revelia dos turvos desfechos deste período da história da política brasileira, fica claro que, é diante da impossibilidade de articulação de um consenso pelas instituições vigentes, que grupos diversos, utilizando-se dos recursos disponíveis, se dispõem a galgar o poder político.

Deste modo, embora o período apresentado para esta análise tenha sido explorado de diversas maneiras, e que sobre ele já se desdobre uma vasta literatura, o caráter de pertinência deste trabalho diz respeito mais propriamente às etapas metodológicas empregadas, melhor dizendo, a pretensão de colocar os eventos sob a luz da teoria política do discurso, refazendo o caminho de análises anteriores em direção à busca dos *sentidos* que estão em disputa, preocupando-se em entender a forma como estes *sentidos* estão sendo construídos pelos sujeitos analisados e como esses se relacionam com os outros *sentidos* produzidos.

Ao adotar a perspectiva *laclauiana-mouffiana* de análise do discurso e as categorias analíticas que dela se desdobram, proponho uma abordagem metodológica que se diferencia das formas tradicionais de análise do discurso, sendo priorizados os enunciados construídos pela MN em detrimento dos demais veículos. Nesse sentido, é importante observar que a teoria e o método de análise do discurso, dentro desta perspectiva, são mais do que uma análise da linguagem política e nada tem haver com a redução da realidade à disputas de palavras ou mecanismos retóricos. Portanto, *discurso* e *narrativas* não serão compreendidos como noções sinônimas, visto que, para Laclau e Mouffe (2015) *todo objeto* se constituiria como *objeto do discurso* e nenhum objeto se daria à margem de toda superfície discursiva – sendo os discursos compreendidos como práticas articulatórias em torno das diversidades relacionais que compõem a *hegemonia* –, é que credito a noção de discurso maior abrangência e plasticidade epistemológica, sendo a noção de *narrativa* utilizada para indicar apenas uma parcela visível das práticas articulatórias, como será detalhado adiante.

Destarte, a análise do discurso empreendida neste trabalho será compreendida como uma análise de “*como práticas se tornam simbólicas e materialmente hegemônicas*” (LOPES, MENDONÇA, BURITY in LACLAU, MOUFFE, 2015, p.16). Em outras palavras, enquanto ferramenta metodológica desta tese, a análise do discurso deve ser compreendida como uma prática desconstrutiva, que envolverá concomitantemente uma descrição dos processos de constituição e transformação de discursos/hegemonias e uma abordagem normativa do momento político observado, sendo as relações adversárias e antagonísticas elementos permanentes do fazer social (LOPES, MENDONÇA, BURITY in LACLAU, MOUFFE, 2015).

Logo, as narrativas dos diversos empreendimentos midiáticos utilizados nesta tese para fins comparativos – ou seja, recortes de jornais, revistas, matérias de TV, enunciados diversos dos grandes veículos massivos –, embora tenham características particulares e editoriais distintos, serão compreendidas como elementos similares, como integrantes de uma mesma fonte, reconhecida, para efeitos desta pesquisa, como *mídia hegemônica*, ou, já fazendo referência ao glossário *laclauniano-mouffeaniano*, como uma articulação hegemônica. Afinal, é ao neutralizar as diferenças entre os grandes veículos massivos, unindo-os em suas semelhanças, que busco destacar a trajetória discursiva trilhada pela NINJA e as relações adversárias estabelecidas entre estes atores.

Dividida em três capítulos, a pesquisa empírica de cunho analítico-descritivo, baseada na observação participante feita *nas e através* das redes sociais online, obedece uma estrutura ensaística que busca alinhar as minhas experiências e memórias de pesquisadora-participante a uma rigorosa análise documental dos conteúdos produzidos pela Mídia NINJA, os meios massivos e demais mídias *pós-massivas* que antagonizem com o discurso da MN durante o período que concebo como fundamental para entender a crise do discurso hegemônico.

O primeiro capítulo, estruturado sobre três premissas interligadas pela temática da hegemonia, propõe uma discussão detalhada sobre o conceito, sendo a primeira etapa voltada a esmiuçar as ideias teórico-metodológicas que alçam luzes a esta pesquisa, ou seja, a compreensão das origens do conceito de hegemonia, considerando, para tanto, a perspectiva cultural de Gramsci (1978; 1987; 2002) como ponto de partida e as categorias de análise da Teoria Política do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) como marco do movimento teórico e analítico proposto para a tese. A segunda, voltada à compreensão das disputas por hegemonia no campo da comunicação, estando a discussão ancorada na perspectiva teórica de uma sociologia da cultura marcada pelos pensamentos de Martín-Barbero (1987; 2009), Canclini (1999; 2003), Castells (1999; 2000; 2013; 2018), Moraes (2007; 2010), Sodré (2021), bem como, outros autores contemporâneos capazes de auxiliar na reflexão sobre a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no cenário das lutas por hegemonia nas primeiras décadas deste século. E, por fim, a terceira e última premissa, na qual busco reunir os elementos fundamentais na construção de um panorama acerca dos aspectos pelos quais a noção de hegemonia pode ser pensada no Brasil (ALVES, 2019; ROCHA, 2018;

ALBUQUERQUE, 2017). Neste ponto, buscarei dar notoriedade às diversas conformações políticas e culturais que regem as mídias no país, sendo esta, talvez, a fonte das diferentes concepções de *crise* que permeiam as narrativas em análise.

Atentando para o mote anterior, o segundo capítulo se propõe a realizar uma discussão direcionada aos eventos referentes às situações-problemas abordadas por esta tese – a crise de representação política e de credibilidade da mídia *mainstream* –, justificando o recorte temporal escolhido ao passo que minudência os discursos das ruas e as narrativas das mídias. Buscando contemplar a problemática geral da pesquisa – a disputa por hegemonia no campo midiático – o capítulo decorrerá acerca de uma série de questionamentos sobre como o processo de convergência midiática e plataformação da informação contribuem para a articulação de discursos divergentes sobre a crise, observando como as mídias pós-massivas – dentre as quais, a Mídia NINJA –, neste momento, são capazes de articular os *elementos*²⁵ de sua *estratégia*.

Por fim, o terceiro capítulo será dividido em duas etapas. Sendo a primeira dedicada a discutir detalhadamente a Mídia NINJA, retomando e aprofundando alguns aspectos já levantados sobre as raízes do Coletivo, bem como, as estratégias e as ações que colocam a experiência como um fenômeno de mídia *contra-hegemônica* e indicam para a possibilidade de uma experiência *política democrática radical*. E a segunda, valendo-se do vasto material coletado a partir da trajetória discursiva trilhada pela Mídia NINJA, dedicada a esboçar um painel das disputas por hegemonia no campo midiático a partir das maneiras pela quais os discursos *da crise* vão sendo colocados e sobrepostos pelas mídias ao longo das coberturas das manifestações e protestos de rua ocorridos no país entre 2015 e 2018.

Ao iluminar a linha do tempo a partir da análise das narrativas midiáticas que tornaram evidentes as fronteiras, os antagonismos e as nuances de resistência que minam da lógica hegemônica, busco, apostando nas ferramentas teórico-metodológicas da Teoria Política do Discurso de Ernest Laclau e Chantal Mouffe (2015), construir uma pesquisa capaz de contribuir criticamente com o acervo que vem sendo produzido sobre esse período obscuro da nossa história.

²⁵ LACLAU; MOUFFE, 2015

1. A HEGEMONIA COMO UM NORTE: CONFABULAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E AS PREMISSAS DA PESQUISA

Dentre os muitos conceitos que podem contribuir para o entendimento crítico de como as *disputas sociais* operam e tomam forma na vida cotidiana, o conceito de *hegemonia*, sobre o qual se desdobra o filósofo marxista Antônio Gramsci, é talvez aquele que melhor possa auxiliar na compreensão de como se desencadeiam os processos de conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de um grupo sobre os outros através da produção simbólica. Ao tomar a *sociedade civil* como arena das lutas pela hegemonia, Gramsci aponta para uma disputa de forças que, além de congregar as bases econômicas, estaria firmada em um campo de choques de percepções, juízos de valor e de princípios que superariam os limites *meramente* coercitivos. Logo, sob a ótica de Gramsci, um projeto hegemônico de sucesso seria aquele que conquista a hegemonia para além da força material, arrematando-a, sobretudo, no plano das idéias (GRAMSCI, 2000).

Desenvolvida pelo autor como uma proposta para pensar um novo tipo de relação entre estrutura e superestrutura, distanciando-se da determinação da primeira sobre a segunda, a noção de hegemonia *gramsciana* consegue colocar em evidência a centralidade das *superestruturas* na análise da sociedade, não só de seu tempo, mas, sobretudo, na análise das sociedades imbuídas no avanço do capitalismo. Sendo, por isso, um elemento extremamente pertinente quando buscamos refletir sobre a centralidade dos meios de comunicação na vida contemporânea e a velocidade com que estes concentram discursos capazes de interferir na conformação do imaginário social e nas disputas de sentidos e de poder nos dias de hoje.

Assim, levando em consideração os diversos debates empreendidos ao longo dos últimos anos sobre a noção de hegemonia, direcionamos os ensejos desta tese à *radicalização* conceitual proposta por Ernest Laclau e Chantal Mouffe, que, operando dentro de uma base pós-estruturalista, buscam tecer uma visão de hegemonia pautada pelo *discurso*, neste contexto, compreendida como um tipo de relação política caracterizada pela convergência entre objetividade e poder, ou seja, pela sedimentação de um discurso particular como um discurso universal que pretende invisibilizar a fronteira política que lhe é inerente (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Deste modo, considerando a efervescência conceitual que emerge deste legado, o capítulo propõe uma revisão de literatura que torne possível estabelecer um debate teórico profícuo sobre as disputas por hegemonia na contemporaneidade. Enfatizando, porém, um recorte que favoreça a comunicação como campo e as narrativas veiculadas pelos meios de comunicação como momentos observáveis destas disputas.

Partindo deste pressuposto, as próximas páginas serão dedicadas a compreender a *genealogia* do conceito de hegemonia²⁶ sobre três aspectos que se cruzam e se sobrepõem ao longo deste trabalho, sendo eles: o ineditismo da ideia gramsciana; a radicalização pós-estruturalista de Laclau e Mouffe; e a percepção de como o campo midiático reflete as disputas políticas por hegemonia no Brasil. Sendo pertinente estabelecer uma discussão atualizada em torno dos *aparelhos ideológicos da hegemonia*, apontando para o fato de que a variedade de narrativas midiáticas – possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) – têm se constituído como *momentos políticos* que tornam cada vez mais visíveis os limites do discurso hegemônico.

Portanto, apontando para as três premissas desta pesquisa, o capítulo deve: 1) esmiuçar as categorias analíticas que alicerçam a análise empírica proposta para os capítulos posteriores; 2) instituir a comunicação como campo – e as mídias, enquanto um dos fenômenos coletivos emergentes nas sociedades complexas –, como terreno fértil para compreensão de como se estabelecem os processos de rupturas e antagonismos que colocam em prática a disputa pelo controle sobre a produção do mundo social e; 3) privilegiar, tal qual a chave de autores supracitada, o momento da articulação política, observando as relações sociais concebidas em torno não só das disputas por hegemonia no campo midiático, como também, a construção da mídia como um campo de disputa por hegemonia política no Brasil.

²⁶ Laclau e Mouffe dedicam o primeiro capítulo de *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) ao debate minucioso da genealogia do conceito de hegemonia dentro de uma perspectiva histórica que esmiúça as conformações teóricas do marxismo. A proposta que apresento, no entanto, busca traçar a genealogia do conceito a partir das perspectivas *gramsciana* e *laclauiana-mouffiana*, sobretudo, da leitura que esses autores fazem a respeito do momento de articulação política, sobretudo no campo da produção simbólica.

1.1. O arcabouço teórico-metodológico

O primeiro tópico deste capítulo desdobra-se sobre o desenvolvimento de um percurso *teórico-epistemológico* no qual a noção de hegemonia proposta por Gramsci (1978; 1987; 2002) se destaca como marco conceitual, enquanto a Teoria Política do Discurso, arquitetada por Laclau e Mouffe (2015) perfaz o direcionamento *teórico-metodológico* que a análise empírica, proposta para os capítulos subsequentes, deve seguir. Assim, além de enunciar o terreno teórico em que se está adentrando, este momento inicial pretende esmiuçar as categorias analíticas que devem ser utilizadas ao longo desta tese, ressaltando a importância destas ferramentas para consolidação da hipótese, bem como, para solução dos questionamentos levantados pelo problema desta pesquisa.

1.1.1. Gramsci e as lacunas do marxismo

Tomando por base a noção formulada por Lênin (1968), é Gramsci (1978; 1987; 2000; 2002), que ainda no início do século XX, dará contornos mais robustos ao conceito de hegemonia. Ao trazer o conceito para o centro da reflexão sobre as relações sociais, e, ao evidenciar a superestrutura na organização das sociedades avançadas, o autor italiano defenderá não a força política coercitiva atribuída por Lênin ao conceito, mas, sobretudo, a importância da direção cultural e ideológica que a hegemonia carrega, passando o papel central da luta contra a classe dirigente, da sociedade política para a sociedade civil.

Situado num momento de transição entre duas gerações do pensamento marxista ocidental, o filósofo italiano destacou-se ao formular uma perspectiva original para o questionamento que martelava a corrente marxista naquele momento. A questão posta era o porquê de a *revolução* ter desabrochado na Rússia, enquanto o proletariado do ocidente continuava *estagnado*. A resposta gramsciana, pautada nas diferenças estruturais destes dois polos, apontou para como nos países ocidentais o capitalismo avançado estendia seus domínios no fortalecimento das superestruturas, fluindo daí uma concepção de hegemonia totalmente diferente daquela sugerida pelo companheiro russo.

Afinal, enquanto Lênin (1968) buscava o respaldo coercitivo da *ditadura do proletariado*²⁷ para falar de hegemonia, Gramsci (1978; 1987; 2000; 2002) – pressupondo que a hegemonia, além de congregar as bases econômicas, estaria ligada a entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política – buscou destacar a importância de formar uma *classe dirigente*, mantida pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva, destacando em seu pensamento o valor da direção cultural e ideológica necessária a manutenção hegemonia (MORAES, 2010).

Esse atributo do pensamento *gramsciano* se traduz em uma rachadura teórica profunda entre os autores. Afinal, a inovação teórica do pensador italiano ampliou o terreno da recomposição política e da hegemonia, oferecendo simultaneamente uma teorização do vínculo hegemônico que ia além de estabelecer uma coincidência conjuntural de interesses mantida pelas classes envolvidas no estabelecimento de uma liderança política. De acordo com Gramsci (2000), em uma *aliança de classes*²⁸, as classes poderiam manter suas identidades separadas, fragilizando a liderança alcançada. Ao passo que, o estabelecimento de uma liderança moral e intelectual, constituiria uma composição superior, uma “vontade coletiva”, na qual um conjunto de ideias e valores seria compartilhado pelos diversos segmentos de classe, cabendo a noção de *ideologia* atuar como o *cimento orgânico* que unifica um *bloco histórico*²⁹ (LACLAU; MOUFFE, 2015).

²⁷ Em sua caracterização sobre o Estado Proletário, Lênin destaca que este seria, antes de tudo, o horizonte estratégico dos comunistas, sendo a substância desse Estado a ditadura do proletariado, ou seja, o proletariado organizado enquanto classe dominante. Vale salientar a distinção entre a substância e a forma, pois ditadura aqui não significa forma de governo ditatorial/tirano, o termo ditadura do proletariado em Lênin expressa a essência do Estado na qual essa classe, o proletariado, é a dominante, ou seja, um Estado é sempre uma ditadura de classe porque sob as mais diversas formas de governo a sua substância classista aponta para a reprodução das relações sociais que garantem que a classe dominante se mantenha enquanto tal (LÊNIN, 1968).

²⁸ Para o leninismo hegemonia implica *liderança política* de uma *aliança de classe*. O caráter político do vínculo hegemônico é fundamental, pois implica em que o terreno no qual o vínculo se estabelece é diferente daquele em que os agentes sociais são constituídos. Como o campo das relações de produção é o terreno específico da constituição de classe, a presença das classes no campo político só pode ser entendida como uma *representação de interesses*. Através de seus partidos representativos elas se unem sob a liderança de uma classe, numa aliança contra um inimigo comum. Esta unidade circunstancial não afeta, entretanto, a identidade das classes que a compõe, já que sua identidade (a identidade da aliança) se constitui em torno de interesses que, no fim das contas, são estritamente incompatíveis (atacar juntos, mas marchar separadamente). (LACLAU; MOUFFE; 2015, pp. 116-117).

²⁹ Para Gramsci, “o conceito do valor concreto (histórico) das superestruturas na filosofia da práxis deve ser aprofundado aproximando-o do *soreliano* conceito de 'bloco histórico'. Se os homens tomam

Neste sentido, Gramsci introduz alguns deslocamentos importantes, que alçam luzes ao vínculo hegemônico e sinalizam para ideologia como um terreno onde se constituem estas relações. Sendo importante, neste ponto, assinalar as especificidades da concepção próprias do autor, nas quais existe uma preocupação em prevenir uma leitura “superestruturalista” do ideológico. Logo, a noção de *ideologia* não é identificada como um “sistema de ideias”, mas sim, “um todo orgânico e relacional, incorporado em instituições e aparatos, que solda um *bloco histórico* em torno de certo número de princípios articulatórios básicos” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.108).

A proposta gramsciana é a de ruptura com a visão reducionista de ideologia, afastando-se da ideia de que os sujeitos políticos são classes, e, encarando-os como *vontades coletivas* complexas, resultantes da articulação político-ideológica de forças históricas dispersas e fragmentadas:

Disto pode-se deduzir a importância do ‘aspecto cultural’, mesmo na atividade prática (coletiva). Um ato histórico só pode ser realizado pelo ‘homem coletivo’, e isto pressupõe o alcance de uma unidade ‘sociocultural’, por meio da qual uma multiplicidade de vontades dispersas com objetivos heterogêneos se funda num único objetivo, com base numa concepção de mundo igual e comum. (GRAMSCI, 2000, p.349).

Ou seja, ao considerar que os elementos ideológicos articulados por uma classe hegemônica não têm um pertencimento de classe necessário e que estes podem estabelecer entre eles uma identidade meramente relacional, Gramsci (2000) destaca-se das posições anteriores do marxismo, fortemente economicistas, subvertendo as condições originais de emergência do *dualismo* classista que perpassam estes discursos. Defendendo, assim, o processo de tomada de poder como um processo de busca pela *consciência crítica*, como um processo de disputas de hegemonias contrastantes, “primeiro no campo da ética, depois no âmbito político, culminando, finalmente, numa elaboração superior de uma concepção do real” (ALVES, 2010, p. 74).

consciência de sua posição social e de suas tarefas no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexos necessário e vital” (GRAMSCI, 2000, p.437). A unidade entre prática e teoria, entre “natureza e espírito” ou “estrutura e superestrutura”, consubstancia o bloco histórico, que, segundo Gramsci, adquire aqui concretude no que se refere, por exemplo, a questão da transição, ou sociedade de transição. Assim, o bloco histórico encontrar-se relacionado à conformidade possível entre ação histórica e modelo lógico-filosófico, à objetivação da fusão entre teoria e prática, entre uma determinada concepção de mundo e uma ação política coletiva em conformidade com tal concepção.

Valendo-se do princípio teórico-prático empregado por Lênin (1968), Gramsci (2000) destaca que a instituição de um aparato hegemônico para formulação de uma nova concepção do mundo condiz com a unificação entre a teoria e a prática (ALVES, 2010). Ao observar que não é incomum que grupos sociais em situação de subordinação adotem a visão de mundo dos grupos dominantes – ainda que esta visão seja contraditória ou incompatível a trajetória do grupo –, o autor ressalta a ideia de que a concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, e que “não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são também elas, fatos políticos” (GRAMSCI, 2002, p. 15).

Sobre este aspecto, o autor pontua que a hegemonia não deve ser entendida apenas como uma questão de subordinação ao grupo hegemônico, mas, aos interesses do grupo que a detém – incluindo-se aí o caráter econômico deste processo. Para Gramsci, a hegemonia não seria exercida uniformemente sobre a sociedade, havendo classes opositoras que se colocaram contrárias a esta lógica, e, neste caso, sujeitas ao uso da força pela classe dirigente:

A supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]. (GRAMSCI, 2000, pp. 62-63).

Enfatizando os aspectos filosóficos a que está arraigado o conceito de hegemonia, bem como, a importância da ação de figuras que representem esse elo entre a teoria e a prática (estrutura/superestrutura), o citado autor reconhece a figura do intelectual³⁰ como imprescindível para organização e orientação de um grupo social na

³⁰ Aqui, é interessante destacar a dificuldade de conceituar o termo *intelectual*, pois ele suscita significados variados e é utilizado de diferentes formas para identificar indivíduos e/ou grupos sociais na ação sociopolítica e educativa. Deste modo, pontuando que, para Gramsci, todo homem é um intelectual, embora nem todos exerçam tal função, consideraremos *intelectual* como aquele que exerce um papel de cunho organizativo, isto é, de buscar a adesão da maioria dos indivíduos para legitimar um sistema, ou ainda, um ator politicamente engajado (GRAMSCI, 2000).

formulação de uma concepção do mundo que não se limite a relação empregado-patrão. Para o autor, um movimento filosófico que pretenda ter alguma solidez cultural deve evitar essa separação entre os intelectuais e a massa. Afinal, se a figura do intelectual é uma aspiração à unidade entre teoria e práxis, cabe a ele “participar da vida prática do grupo social que representam e do qual fazem parte, tornando coerentes os problemas levantados pelo grupo em sua atividade prática e formando um bloco social e cultural, constituindo o que o autor chama de intelectual orgânico” (ALVES, 2010, p.75).

Com isso, pode-se dizer que na visão de Gramsci (1978; 1987; 2000; 2002) a disputa por hegemonia está baseada, fundamentalmente, sobre a criação de um suporte ideológico que permita o grupo dirigente manter um monopólio intelectual. O que garantiria a manutenção do grupo não só como classe dirigente, mas também, dominante. Assim, as classes subalternas que, porventura, pretendessem desenvolver novas direções para a hegemonia em voga, precisariam romper com sistema hegemônico dominante a partir da invocação e formação de intelectuais ligados à vida prática do grupo, bem como, uma concepção do mundo coerente a esta vivência.

É este modelo estratégico, que prioriza o fomento do *combate* primeiramente no campo ideológico, que dará centralidade a *sociedade civil* na perspectiva de Gramsci (1978; 1987; 2000; 2002). É a partir de sua observação sobre as formações sociais e econômicas do Oriente e do Ocidente, que o autor destaca como a estruturação sólida de uma sociedade civil no Ocidente impede que haja uma batalha empreendida por meios coercitivos, ou uma *guerra de movimento*, tal qual empreendida pelos bolcheviques na Rússia. Partindo deste pressuposto, o autor citado propõe uma desmilitarização da guerra, através da noção de *guerra de posição*, referindo-se a uma disputa na qual se visa à conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para a sua posterior conservação (COUTINHO, 1992).

Deste modo, Gramsci (1978), enfim, reconhece que a criação de novo bloco, por parte das classes subalternas, exige não só a estruturação de uma nova hegemonia, mas também que haja uma *crise* da hegemonia da classe dirigente, na qual a classe dominante perde a direção das classes subordinadas, já que estas rompem com os intelectuais que as representam. Para o autor, é no momento em que esta *falha* ocorre

que as massas podem sair de sua passividade e se inserir na vida política (GRAMSCI, 1978, p. 55).

Conforme Luciano Gruppi:

[...] uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de uma classe sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1978, p. 67)

Esta conjuntura, na qual há um enfraquecimento generalizado do sistema relacional que define as identidades de um dado espaço social ou político, é aquilo que Gramsci considera como uma *crise orgânica*. Este momento, no qual o atrito entre os atores que formam o bloco histórico emerge de diferentes pontos como resultado de uma sobredeterminação de circunstâncias, revela-se não apenas numa proliferação de incompatibilidades, mas também numa crise generalizada das identidades sociais (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Neste ponto, pode-se dizer que Gramsci (1978; 1987; 2000; 2002) aponta para uma possibilidade antes opaca para os marxistas; a possibilidade de se teorizar a especificidade relacional do vínculo hegemônico. Afinal, ao passo que amplia o terreno atribuído à recomposição política e à hegemonia para além da aliança de classes, o autor afirma a necessidade de uma liderança intelectual e moral que permita os grupos sociais se distanciarem de uma postura corporativista e se unirem aos interesses de outros grupos.

De acordo com Laclau e Mouffe (2015), é justamente por isso que a teorização do conceito de hegemonia de Gramsci constitui um marco importante no pensamento marxista, sendo reconhecida como uma das tentativas mais elaboradas de responder à chamada *crise do marxismo*, ou, das dificuldades encontradas pela corrente teórica e suas categorias em lidar com as transformações da sociedade capitalista. Ainda assim, a dupla pós-estruturalista observa algumas lacunas em aberto no pensamento gramsciano, sobretudo, no que diz respeito à concepção de *classe* como único princípio unificante em toda formação hegemônica, visto que, o núcleo de classe da nova

hegemonia se mantém durante todo o processo de disputa, e; ao elemento *dualista* que só consegue dar conta da relação entre necessidade e contingência como limitação de uma pela outra numa relação de fronteiras, sendo este, para Laclau e Mouffe (2015), “o cerne essencialista ainda presente no pensamento de Gramsci, *que põe limites à lógica desconstrutiva da hegemonia*” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 134).

Apontando para o pensamento de Gramsci (1978; 1987; 2002) como um momento *transicional* na desconstrução do paradigma político essencialista do marxismo clássico e fixando a colaboração teórica do autor como ponto de partida, é que Laclau e Mouffe (2015) empreendem em uma radicalização dos conceitos acima destacados, buscando construir uma atualização *pós-marxista* da teoria da hegemonia que alinhava a lógica político-interpretativa de Gramsci à crítica filosófica radical e as reflexões da corrente pós-estruturalista. Assim, sabendo que, mais adiante o quadro conceitual gramsciano será retomado ao longo da reflexão sobre os *aparelhos privados da hegemonia*, é que, dar-se-á continuidade nas sessões a seguir ao debate sobre hegemonia dentro do arcabouço teórico-metodológico proposto por Laclau e Mouffe (2015), enfatizando o uso da teoria política do discurso (TPD) como modelo às análises empíricas empreendidas nos próximos capítulos desta tese.

1.1.2. A perspectiva pós-estruturalista e pós-marxista de Laclau e Mouffe

Preservando o horizonte libertário das formulações gramscianas, Laclau e Mouffe (2015) propõem uma ruptura com a tradição marxista e concebem novos contornos para a *teoria da hegemonia* com o lançamento de *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical* (HES), em 1985. Dotado de referências plurais, que transitam da linguística à filosofia política, o trabalho estabelece não só uma nova abordagem para a *análise do discurso*, como também inaugura outra paralaxe para a *teoria*³¹ fomentada por um arsenal teórico-metodológico calcado na centralidade da articulação *política*, sobretudo, no contexto contemporâneo das relações e disputas sociais.

³¹ Marca o aparecimento da Escola de Essex de Teoria do Discurso.

O que move a dupla nesta direção é o comum incômodo com as análises simplistas envoltas no reducionismo de *classe* e determinismo econômico presentes nas interpretações científicas do marxismo de meados dos anos 1970. É a partir do olhar sobre estas *limitações* que os autores sustentam uma ruptura teórica baseada no deslocamento da noção de *classe social*, tal qual descrita nas análises marxistas da estrutura socialista, de *categoria mestra* para *dualidade reducionista* a ser superada.

Para isto, os citados autores dedicam os capítulos iniciais de HES a um minucioso trabalho de pesquisa no qual colocam em evidência como o conceito de *hegemonia* – que aparece de maneiras distintas ao longo da história da corrente teórica – possibilita a introdução de uma nova lógica social, incompatível, segundo eles, com as premissas básicas do marxismo tradicional. É a compreensão da hegemonia como *sutura*, ou seja, como uma divisão que une, que leva os autores a refletirem sobre como as práticas hegemônicas estão imbuídas num duplo movimento que, ao mesmo tempo em que opera na afluência do social, deixa em aberto o significado último de todo significativo (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Partindo deste pressuposto, Laclau e Mouffe (2015) buscam delinear um conceito de hegemonia que contemple os *desafios identitários*³² do mundo contemporâneo. Sendo necessário, para tanto, rescindir com as premissas do determinismo econômico e ressaltar a noção de *sobredeterminação*³³ como importante instrumento teórico a ser empregado nas análises das ciências sociais. Vez que, para os autores, esta noção traria a ideia de que o social se constitui numa *ordem simbólica* dada pela *ideologia*³⁴, sendo ainda capaz de pressupor relações sociais desprendidas de essencialismos, haja vista que estas seriam sempre *contingentes* e *precárias* (MENDONÇA, 2006).

³² Os desafios identitários contemporâneos têm a ver com aquilo que Laclau (1993) chamou de “deslocamento”, segundo o qual as sociedades contemporâneas não têm um núcleo ou centro determinado que produza identidades fixas, mas uma pluralidade de centros; este “descentramento crítico” refere-se ao deslocamento da classe social (LACLAU; MOUFFE, 2015).

³³ Embora Laclau e Mouffe reconheçam que Althusser também não foi capaz de romper com “determinismo econômico em última instância”, destacam o conceito de *sobredeterminação* em termos *althusserianos* como essencial à construção de uma interpretação científica do marxismo que transcenda as análises simplistas envoltas no essencialismo classista (MENDONÇA, 2006).

³⁴ Segundo Althusser, a ideologia é “uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85).

Neste sentido, ao apontarem para a noção de *sobredeterminação* como uma abertura de possibilidades para a teoria marxista transpassar definitivamente o determinismo e essencialismo classista, Laclau e Mouffe (2015) assumem uma postura crítica a esta corrente teórica, mantendo, porém, um debate profícuo com seus horizontes emancipatórios, que irão chamar de *pós-marxismo*.

Revisitar (reativar) as categorias marxistas à luz desta série de novos problemas e desdobramentos tinha que, necessariamente levar a desconstruí-las. Reler a teoria marxista à luz dos problemas contemporâneos envolve desconstruir categorias centrais daquela teoria. É isto que se chamou de nosso pós-marxismo. [...] Não nos opomos a ele na medida em que seja propriamente entendido: como o processo de reapropriação de uma tradição intelectual, e como o processo de ir além dela. [...] Nossa convicção é que na transição do marxismo ao pós-marxismo, a mudança não é somente ôntica, mas também ontológica. Os problemas de uma sociedade globalizada governada pela informação são impensáveis no interior dos dois paradigmas ontológicos que governam o campo da discursividade marxista: primeiro, o hegeliano, e depois, o naturalista. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 36).

Segundo os autores, o pós-marxismo, tal qual o concebem, implica, ao invés do abandono das categorias marxistas, na ampliação destes conceitos no campo do pós-estruturalismo. Para a dupla, é no terreno do pós-estruturalismo que se encontram as principais fontes da reflexão teórica para esquematização de uma teoria do discurso, sendo este também o local onde se estrutura a formulação da abordagem sobre hegemonia por eles empreendida³⁵ (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Deste modo, pode-se dizer que, é justamente no movimento de expandir o pensamento *gramsciano* em direção à desconstrução da própria noção de classe social que os autores iniciam a construção de uma nova compreensão das sociedades contemporâneas. Estando na tentativa de superar a dualidade reducionista presente no marxismo clássico, relacionada à luta de classes, ou, à guerra de posições previamente definidas, o elemento central da reformulação do conceito *laclauniano-mouffeano* de hegemonia.

³⁵ A TPD recebe aporte do desconstrucionismo de Derrida e da psicanálise de Lacan. Apropriando-se da noção de *supplément*, em Derrida, a qual é central na elaboração da categoria de representação política. Já em relação a Lacan, noções como *ponto nodal* e *cadeia articulatória*, como veremos adiante. (MENDONÇA, 2006).

Afinal, para os autores, esta simplificação faz com que o pensamento marxista não consiga dar conta de um projeto teórico que explique a complexidade dos fenômenos políticos e sociais, uma vez que, sob esse ponto de vista, a sociedade se encontra dividida de forma reducionista entre duas classes sociais, tomadas sempre de um ponto de vista essencialista. Sendo ainda menos efetivo quando transposto para a observação do campo político contemporâneo, no qual as articulações de minorias, e a estruturação dos novos (e novíssimos) movimentos sociais refletem a extensão e a complexidade das lutas sociais (MENDONÇA, 2006).

Assim, atendendo à dinâmica pós-estruturalista, os autores presumem que a ordem das relações contemporâneas coloca em xeque um centro fixo constituidor das *identidades*, considerando, cada vez mais, a pluralidade de centros e a emergência de sujeitos diversos. Para eles, a complexidade das lutas sociais da atualidade permite a observação de como um mesmo indivíduo pode ser, ao mesmo tempo, sujeito de várias disputas, portador de várias posições, muitas vezes alheias ao campo do econômico (MENDONÇA, 2006). Estando na maleabilidade e no caráter relacional da identidade a chave para desconstrução de *classe*, uma vez que os novos antagonismos sociais são fundamentais à compreensão das organizações sociais de nosso tempo, sendo “o caráter aberto e incompleto do social a precondição da lógica hegemônica” (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Sobre este aspecto, Lopes, Burity e Mendonça (2015) observam que o projeto *laclauiano-muffeniano*, enquanto um esforço teórico que parte da hipótese de que não se deve considerar qualquer estrutura como uma totalidade fechada, permite pensar toda ordem política como um arranjo hegemônico constituído ante a existência de relações de poder que sempre irrompem em decisões tomadas em um terreno indecível³⁶:

Isso quer dizer que o social é politicamente construído. Em termos gerais, significa que o político adquire centralidade, pois indica um momento propriamente ontológico, ou seja, o da instituição de uma nova lógica social em substituição a uma que lhe antecede. Ao mesmo tempo o político não reinaugura tudo do zero. Nem em definitivo. Não há decisão política ou ordem estabelecida capaz de ocupar permanentemente o lugar da ordem em si. É simplesmente pelo fato de a ideia de ordem ser um horizonte inalcançável - e ao mesmo tempo sempre requerido - que podemos falar de política e de hegemonia. Essencialmente precárias, contingentes, estas últimas

³⁶ O *indecível* faz parte do léxico pós-estruturalista *derridiano*.

marcam a infinitude de possibilidades de outras ordens, sempre incapazes de ocupar o lugar ordem permanente, pois esta última não possui qualquer conteúdo específico (LOPES; BURITTY; MENDONÇA *in* LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 20/21).

Ao colocar em evidência o lugar privilegiado que o processo político tem na estruturação da sociedade, a perspectiva laclauniana-mouffieniana alça luzes ao fato de que a dimensão ontológica geral que o *político* assume na instituição de toda e qualquer ordem – seja econômica, social, ou cultural – é o resultado de decisões políticas tomadas no terreno do *indecidível*. Ou seja, outras decisões poderiam ter sido tomadas, mas a contingência histórica configurou-se como uma determinada forma, como exclusão de outras possibilidades (LOPES; BURITTY; MENDONÇA *in* LACLAU; MOUFFE, 2015, p.20).

Sendo assim,

O caráter incompleto de toda totalidade necessariamente nos leva a abandonar, como terreno de análise, a premissa da “sociedade” como uma totalidade suturada e autodefinida. [...] é nesse terreno, onde não é possível haver nem uma interioridade total nem uma exterioridade total, que o *social* se constitui. Este campo de identidades que nunca conseguem ser plenamente fixadas é o campo da *sobredeterminação* (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.185).

Portanto, é importante pontuar que, na visão dos autores, nenhuma hegemonia consegue dar conta do social em sua totalidade, visto que é a *indecibilidade* que torna a hegemonia possível. Logo, pode-se dizer que o conceito de hegemonia para Laclau e Mouffe deve ser entendido como operação política de construção do social, ocorrendo quando uma particularidade, através da articulação contingente, assume a tarefa de representar várias outras particularidades como universal compartilhado (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 41).

Este universal compartilhado, que delimita o caráter relacional das diversas identidades, é resultante de uma prática articulatória, compreendida pelos autores como *discurso*. Categoria que tem por intuito ressaltar que toda configuração social é significativa e que o sentido de um dado evento social não lhe é inerente, aparecendo, somente, num sistema de relações. Essa concepção não-essencialista e complexa de

tratar as identidades conduz a conclusão de que cada indivíduo, portador em potencial de várias identidades ao mesmo tempo, nunca será pleno, ou seja, nunca estará completamente constituído.

Nestes termos, as relações sociais só poderiam ser diferenciadas em termos dos discursos específicos que lhes conferem significado. Assim, todo objeto se constituiria como *objeto do discurso* e nenhum objeto se daria à margem de toda superfície discursiva de emergência. Estando o discurso numa posição em que se constitui com o intuito de dominar o campo da *discursividade*, de deter o fluxo das diferenças e constituir um eixo central (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.180).

Dito de outra maneira, o que os autores propõem é uma perspectiva teórica fundamentada na análise política dos processos de significação, através do qual são construídas representações que preenchem, de forma sempre contingente e precária, o lugar do vazio universal. Assim, o elemento político do discurso consistiria, justamente, na capacidade *suturante* que os significantes têm de amarrar várias particularidades em uma relação de equivalência frente a outro antagonico, produzindo, simultaneamente, as articulações discursivas e a divisão do social como elementos necessários ao estabelecimento da hegemonia (MENDONÇA, 2006).

Ao compreenderem a articulação hegemônica como uma estrutura discursiva inerentemente aberta e precária, sobre a qual se fomentam resistências e oposições, e em que sistemas de relações sociais aparecem sempre como construções políticas que envolvem a formulação de antagonismos e o exercício do poder (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.108), Laclau e Mouffe criam exemplos de bases teóricas como sustentação às análises empíricas que buscam explicar o novo arranjo do social. Tendo em vista a riqueza deste escopo metodológico e extensão do léxico que a teoria do discurso desenvolvida por estes autores sobrepõe, a próxima sessão destina-se a uma incursão detalhada acerca da concepção de discurso e das ferramentas de análise inerentes ao campo discursivo.

1.1.3. Tudo é discurso: as categorias laclauianas-mouffeanas

O projeto teórico formulado por Laclau e Mouffe (2015) parte da afirmação de que as relações sociais só podem ser diferenciadas em termos dos discursos específicos que lhes conferem significado. De tal modo, os autores colocam que os discursos incluem mais do que a linguagem, envolvem também práticas materiais, sendo:

[...] o terreno primário de constituição da objetividade como tal. Por discurso, como já tentei esclarecer várias vezes, não quero dizer algo que seja essencialmente restrito às áreas da fala e da escrita, mas qualquer complexo de elementos no qual as *relações* cumpram um papel constitutivo. Isto quer dizer que os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele. Assim, “relação” e “objetividade” são sinônimos (LACLAU, 2005, p. 68).

Assim, o campo discursivo pode ser compreendido como sendo exatamente a mesma coisa daquilo que conhecemos por campo do social, sendo, todas as práticas sociais, *práticas discursivas* e as identidades sociais, *discursos*. O que, no entanto, não implica na conversão do campo social em *campo linguístico*. Haja vista que os discursos não devem ser entendidos como fenômenos estritamente relativos às áreas da fala e da escrita, mas como algo que atravessa toda a produção do social. Quando os autores enunciam *discursos*, o que está subentendido é o acolhimento da dimensão simbólica como parte das construções sociais.

A partir disto, afirmam que a teoria por eles proposta

[...] rejeita a distinção entre práticas discursivas e não-discursivas. Afirmamos que: a) todo objeto é constituído como objeto de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas de emergência; b) qualquer distinção entre o que usualmente se chama de aspectos lingüísticos e comportamentais de uma prática social ou é uma distinção incorreta, ou deve ter lugar como diferenciação na produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.180)

Desta forma, quando pensamos na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), é preciso se compreender que o discurso possui uma dimensão material. Ou ainda, que “um espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se por

discurso não se designar somente a palavra e a escritura, mas todo o tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas” (LACLAU; MOUFFE, 2000, p. 10, *apud* MENDONÇA, 2003, p. 140).

Portanto, todas as relações sociais podem ser consideradas como discursos, uma vez que a *extensão* do campo linguístico é justificada pelos autores sob três aspectos: 1) a linguística mostra como as diferenças são essenciais para entender as entidades e seus limites; 2) não há diferença essencial entre os sistemas de posições diferenciais encontradas na fala e as ações extralinguísticas ou extra-discursivas às quais estão ligadas; e 3) em virtude dessa indiferença, os objetos linguísticos perdem sua especificidade e a análise linguística pode ser legitimamente estendida a todo o campo do discurso como um conjunto de lógicas relacionais que abrangem mais que a linguagem (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Sendo importante pontuar que, de acordo com a dupla, existe uma distinção entre o campo geral dos campos *interdiscursivo* e *específico* constituído por *articulações* discursivas particulares. Logo, o campo geral do interdiscursivo seria uma série complexa de *elementos* disponíveis para integração em discursos específicos, no qual, os últimos fixam o significado desses elementos em relação a um sistema discursivo geral e, assim, os transformam em *momentos* relativamente fixos nesse discurso³⁷.

Deste modo, nenhum discurso pode fixar totalmente o significado destes momentos, haja vista sempre haver uma polivalência e um excesso de significado, portanto, um potencial de articulação com outros discursos:

Referimo-nos ao ‘discurso’ como um sistema de entidades diferenciais, isto é, de momentos. [...] tal sistema só existe como limitação parcial de um ‘excesso de sentido’ que o subverte. Sendo inerente a toda situação discursiva, este ‘excesso’ é o terreno necessário a constituição de toda prática social. A ele chamaremos de o campo da discursividade. Este termo indica a forma de sua relação com todo discurso concreto: ele determina simultaneamente o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto, e a impossibilidade de

³⁷ Objetivamente, esses conceitos indicam: *articulação*, qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória; *discurso*, a totalidade estruturada resultante desta prática articulatória; *momentos*, posições diferenciais articuladas no interior de um discurso e; *elementos*, toda diferença *não* discursivamente articulada (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.178).

qualquer discurso dado implementar uma sutura final. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.186).

Nestes termos, “nem a absoluta fixação e nem a absoluta não-fixação são possíveis”, o que implica dizer que não existem verdades eternas e que também não é possível prescrever uma fórmula de organização social. É partindo deste pressuposto que Laclau e Mouffe enfatizam que o discurso não é simplesmente o “texto”, não apenas a “linguagem” e a “liberdade condicional”, não apenas os elementos ideológicos: é “o conjunto de fenômenos nos quais a produção social de significado ocorre” (LACLAU, 1980^a, p. 87).

Noutras palavras, o discurso é o terreno primário no qual a realidade se constitui, afinal, fora do discurso, há existência (elementos), porém não existe significação (momentos). Neste sentido, é preciso pontuar que a estrutura discursiva não é um agrupamento homogêneo de elementos organizados, sendo, na verdade, constituída rigorosamente de *antagonismos* entre elementos num processo contínuo de articulação, deslocamento e nova articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Para os autores, é justamente nesta sequência de eventos que consiste em o processo de construção de uma dada hegemonia, sendo a noção de *articulação*, peça-chave para compreensão da TPD. Afinal, assim como os demais conceitos *radicalizados* pelos autores, a noção de *articulação* adquire um status teórico diferente ao sair da suposição essencialista do marxismo clássico, se distanciando da redução à pura articulação linguística, penetra na materialidade das instituições, rituais e práticas através dos quais um discurso se estabelece passando a ser uma “[...] prática discursiva que não tem um plano de constituição anterior ou exterior à dispersão dos elementos articulados” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.183).

Deste modo, pode-se dizer que *articulação* descreve o processo de posicionamento do sujeito no interior de uma formação discursiva e representa tanto a maneira de compreender como elementos distintos se tornam coesos dentro de um discurso, quanto suscita o questionamento de como estes se tornam ou não articulados em conjunturas específicas. A prática articulatória, portanto, não pode ser compreendida com o resultado da soma dos seus elementos/momentos constituintes, afinal, uma vez

que sua principal característica é possibilidade construir novos sentidos constantemente, esta operação a torna impossível (MENDONÇA, 2006, p. 82).

Logo, se a contingência e articulação são possíveis, é porque nenhuma formação discursiva é uma totalidade suturada, e a transformação dos elementos em momentos nunca é completa:

Uma vez que toda identidade é relacional, uma vez, ainda, que todo discurso é subvertido por um campo de discursividade que lhe excede, a transição dos ‘elementos’ a ‘momentos’ nunca pode ser completa. O status dos ‘elementos’ é o de significantes flutuantes, impossíveis de ser totalmente articulados a uma cadeia discursiva. E este caráter flutuante finalmente penetra toda identidade discursiva (isto é, social). Mas, se aceitamos o caráter incompleto de toda fixação discursiva e, ao mesmo tempo, afirmamos o caráter relacional da identidade, o caráter ambíguo do significante, sua não-fixação a qualquer significado, só pode existir na medida em que haja uma proliferação de significados. Não é a pobreza de significados, e sim, a polissemia que desarticula uma estrutura discursiva. É isso que estabelece a dimensão sobredeterminada, simbólica de toda identidade social. A sociedade nunca consegue ser idêntica a si mesma, já que todo *ponto nodal* se constitui no interior de uma intertextualidade que lhe excede. A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.188).

Assim, nos termos da TPD, quando a complexidade e pluralidade de centros constituidores de identidades contemporâneos são evidenciados, a emergência das várias identidades se torna possível. Entretanto, dado que, para Laclau e Mouffe (2015), o social é *ontologicamente político* – a medida em que estabelece fronteiras entre as identidades e desdobra-se em disputas pela imposição do sentido –, isso não significa que o discurso ocorre pela vontade própria do sujeito em transitar por diversas posições. Esse deslocamento seria imposto estruturalmente, logo, quando sujeitos são confrontados com uma situação que desestabiliza o seu discurso, uma fissura é aberta e a necessidade de novas articulações *suturantes* aparece (FREITAS, 2020).

Mais uma vez, vale salientar, este processo de *articulação- deslocamento- nova articulação* se destaca como sendo *inerente* às relações sociais estabelecidas em torno da disputa por hegemonia. O que permite imaginar o discurso como um arranjo temporariamente articulado e sempre em vias de redimensionar-se, haja vista a

eminência de outros elementos constituírem-se como momentos, ou ainda, de sobreporem-se hegemonicamente. Nestes termos, todo discurso seria uma tentativa de atribuir significado ao social, ainda que *consciente* da precariedade de manutenção de uma estabilidade diante do caráter sempre aberto do social (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Para entender como essa *tentativa* de significação acontece, é preciso partir do princípio de que hegemonizar um conteúdo supõe fixar seu significado ao redor de um ponto discursivo privilegiado, ou seja, um *ponto nodal*³⁸. Noção que, adotada pela TPD, designa o *elo* entre os momentos diferenciais e os limites do sistema discursivo, possuindo a capacidade de fixar – ainda que parcialmente – o sentido da própria articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015). Isso quer dizer que, ao aglutinar *significantes flutuantes* (elementos) em torno de si, o ponto nodal diferencia uma formação discursiva de outros discursos, estabelecendo, ao mesmo tempo, os limites entre o que está e o que não está discursivamente articulado.

De tal maneira, “o campo do social seria visto como uma guerra de trincheira na qual, projetos políticos distintos lutam para articular um grande número de significantes ao redor de si” (LACLAU, 1990, p. 28 *apud* PINTO, 2017). Contudo, essa operação nunca se estabelece por completo, visto que, há sempre um limite que desafia o constituído, limite esse que a TPD concebe como *antagonismo*.

O *antagonismo* pode ser compreendido como sendo a forma discursiva que cristaliza a impossibilidade final de estabilização de um discurso, ou, ainda, que impossibilita a constituição de uma relação entre *identidades plenas*. Para Laclau e Mouffe (2015, p. 202), todo discurso que nega o outro se constitui como antagônico, pois ao mesmo tempo em que ele delimita seu *opositor*, ele se constitui como “ele mesmo”. Estando na negação do outro tanto a possibilidade de constituição da identidade própria do sujeito, como também a impossibilidade do antagonizado constituir plenamente a sua identidade.

³⁸ A noção é oriunda da psicanálise lacaniana e remete ao conceito de *points de capiton*, a operação pela qual o significante detém o deslizamento de outra forma indeterminado e infinito da significação. É aquilo por meio do qual o significante se associa ao significado na cadeia discursiva. (MENDONÇA, 2006).

Neste sentido, é ainda pertinente conceber os antagonismos enquanto limites *inerentes* ao social³⁹, uma vez que:

[...] este limite não pode ser traçado como uma fronteira que separa dois territórios, pois a percepção de uma fronteira supõe a percepção de algo além dela que teria que ser objetivo e positivo – isto é, uma nova diferença. O limite do social deve se dar no interior do próprio social, como algo que **subverte**, destruindo sua ambição de construir uma presença plena. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.78. *Grifo da autora da tese*)

Deste modo, ao fechar a possibilidade de uma reconciliação final e de um *nós*⁴⁰ plenamente inclusivo, o antagonismo demonstra que o conflito e a divisão são necessários à formação de uma política democrática e plural, devendo o projeto democrático reconhecer que *não há* possibilidade de uma resolução final e que toda forma de consenso é resultante de uma articulação hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Assim, se pode dizer que a TPD observa duas lógicas relacionais sobre as quais os discursos são construídos, a *lógica das equivalências* e a *lógica das diferenças*. De acordo com os referidos autores, enquanto “a lógica de equivalência é uma lógica da simplificação do espaço político, a lógica da diferença é uma lógica de sua expansão e complexidade crescente” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.209). Porém, ressaltam que ambas caminham juntas e são constitutivas de um mesmo processo, afinal, a lógica da equivalência só existe a partir da existência de um efeito discursivo decorrente da lógica da diferença.

³⁹ O social é compreendido como um sistema de diferenças no qual os limites e suturas são internas, e as possibilidades de articulações são inúmeras. Afinal, a lógica relacional do discurso é levada até últimas consequências sem a limitação por um exterior. Ou seja, logicamente as relações articulatórias são internas ao próprio discurso, inclusive suas *suturas* provenientes da relação com outros discursos.

⁴⁰ “A dimensão da equivalência capta os aspectos substitutivos da relação, fazendo referência à relação nós/eles. Dois ou mais elementos podem ser substituídos uns pelos outros, com referência a uma negação ou ameaça comum. Ou seja, eles são equivalentes não na medida em que eles compartilham uma propriedade positiva (embora empiricamente eles possam compartilhar algo em comum), mas, crucialmente, na medida em que eles têm um inimigo comum” (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p.144). Já no que se refere à esfera das diferenças e antagonismos, podemos afirmar que não só caracteriza numa relação de oposição, mas, sobretudo, pela subversão pelo *nós* de práticas hegemônicas instituídas pelo *eles*, sendo *nós* e *eles* não identidades anteriores ao conflito, e sim sujeitos constituídos nessa subversão como negatividades. Ao não possuir qualquer essência, a existência do *nós* só é possível pela identificação com um discurso que visibilize a contingência do discurso hegemônico e afirme uma alternativa de sociedade que vise a preencher a plenitude ausente na ordem social sedimentada.

Logo, uma relação de equivalência pode ser entendida a partir da articulação das diferenças em torno de um ponto nodal que faria sentido a todas as identidades, possibilitando com que as mesmas se articulassem em torno de uma *lógica equivalencial*: “a equivalência cria um segundo sentido que, embora parasitário do primeiro, subverte-o: as diferenças cancelam-se mutuamente na medida em que são usadas para expressar algo idêntico e subjacente a todas elas” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 205).

Já a lógica da diferença faz exatamente o contrário. Ela consiste na expansão de um dado sistema de diferenças pela dissolução das cadeias de equivalência existentes, incorporando aqueles elementos desarticulados em uma ordem em expansão que aponta para a complexidade e, em decorrência, também para a fragmentação (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

Ou seja, enquanto na perspectiva da equivalência, a *condição para equivalência total* é que o espaço discursivo se divida *rigorosamente* em dois polos, e que o antagonismo não admita um terceiro elemento. Na perspectiva da diferença, as cadeias de equivalência vão sendo quebradas, ressaltando e isolando as diferenças que as compõe. Essas diferenças são expostas como ‘positivas’ a ambos os polos, o que vai empurrando a fronteira (o antagonismo) entre os polos pra longe, dando a ideia de que os pólos estão cada vez mais próximos, sendo este, “o momento da ilusão positivista de que o conjunto social poderia ser absorvido na estrutura inteligível e ordenada de uma sociedade” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 208).

Sendo assim, a partir da TPD, é possível observar que a constituição discursiva de uma identidade que busca estabelecer sua hegemonia, se dá a partir da tensão entre as lógicas da diferença e da equivalência. O discurso - entendido como prática - se constitui em oposição a outro discurso, ao seu “negativo”, ao seu concorrente, de forma a negar toda substância antagonizada a partir da produção de sentidos opostos (LACLAU, 2000 [1990], p. 20). Além do mais, dentro dessa disputa discursiva, o antagonismo impossibilita o fechamento completo dos sentidos de um discurso; “[...] o antagonismo e a exclusão são constitutivos de toda identidade” (LACLAU, 2011 [1996], p. 88). Com isso, todo discurso é mais do que aquilo que ele abarca, é, também, aquilo que ele exclui, afinal:

[...] o antagonismo não necessariamente emerge em um único ponto. Há uma variedade de antagonismos possíveis no social, muitos deles em oposição uns aos outros. O problema importante é que as cadeias de equivalência variarão radicalmente de acordo com o antagonismo que estiver em jogo; e que elas podem afetar e penetrar, de um modo contraditório, a identidade do próprio sujeito. Isto da origem a seguinte conclusão: quanto mais instáveis as relações sociais, menos exitoso será qualquer sistema definido de diferenças e os pontos de antagonismo proliferarão. Esta proliferação tornará mais difícil a construção de qualquer centralidade e, conseqüentemente, o estabelecimento de cadeias unificadas de equivalência. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.209).

Em síntese, é possível concluir que, nos termos da TPD, o discurso é constituído num campo de disputas por sentidos hegemônicos que se estabelece no limiar das relações antagônicas e formação de pontos nodais. Logo, o intuito de todo discurso seria hegemonizar seus sentidos, aglutinando o maior número de demandas em torno de si. A hegemonia, desta forma, está compreendida no movimento que torna uma identidade, *de forma precária e contingente*, a representação de várias outras dentro deste discurso. Porém, para que isso seja possível, a identidade que queira ter seus conteúdos *universalizados* precisa *esvaziar-se*, desprender-se de sua demanda particular, ampliando e expandindo seus sentidos em direção aos limites do social, ou seja, ao antagonismo.

Uma vez que o projeto teórico de Laclau e Mouffe (2015), não pode ser dissociado da prática, se faz necessário ainda pontuar que, para os autores, a *democracia* deve ser compreendida como o campo próprio das práticas hegemônicas. Afinal, a natureza fragmentada do imaginário democrático contemporâneo, repleto de pluralidade e de divisões sociais cada vez mais borradas, possibilitaria a realização de um projeto muito mais libertário e ambicioso do que o projeto marxista clássico, uma vez que a democracia não tem lugar num terreno neutro e que “o estabelecimento de uma nova hegemonia requer a criação de novas fronteiras políticas e não seu desaparecimento” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 43).

Compreendida nestes termos, a TPD, ao transportar o conceito de hegemonia para o mundo contemporâneo, situando a disputa num campo democrático e discursivo, fornece elementos importantes para refletir sobre o papel da *mídia* nessa nova arena de disputas pela hegemonia. Afinal, tal quais outros fenômenos coletivos emergentes nas

sociedades complexas, as expressões midiáticas têm refletido os antagonismos que colocam em prática a disputa pelo controle sobre a produção do mundo social, sendo exatamente sobre isso que se desdobra a próxima sessão.

1.2. A Comunicação como campo

Baseado na compreensão de que a hegemonia é um tipo de relação política caracterizada pela convergência entre *objetividade* e *poder*, ou seja, pela sedimentação de um discurso *particular* como um discurso *universal* que visa invisibilizar a fronteira política que lhe é inerente (LACLAU; MOUFFE, 2015), o segundo tópico deste capítulo busca problematizar o ambiente político-midiático contemporâneo, apontando para como a centralidade das mídias na vida cotidiana tem propiciado a extensão da arena de disputas por hegemonia e, principalmente, estabelecido novos mecanismos para a formação de consensos, principalmente, no que se refere aos meios de produzir e disseminar conteúdos na era do digital.

Deste modo, embora Gramsci (2002) já observasse a imprensa como relevante *aparelho privado de hegemonia*, é este cenário frenético de produção de significados que emana da contemporaneidade que fomenta o problema desta pesquisa. Afinal, uma vez que as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) tenham tornado o cenário das articulações discursivas ainda mais evidentes – ao possibilitarem a descentralização das narrativas e da visibilidade de experiências *antagônicas* – é possível atribuir aos meios de comunicação um peso político ainda maior do que o imaginado pelo autor italiano.

Dividida em três sub-tópicos, esta sessão busca fazer um levantamento das reflexões sobre comunicação, hegemonia e sociedade civil, bem como traçar o conceito de contra-hegemonia e o perfil de mídia contra-hegemônica sobre o qual se alicerça a pesquisa. Assim, admitindo a centralidade das mídias na produção de visões contemporâneas do mundo social, e na tentativa de averiguar a pujança de experiências midiáticas alternativas como capazes de provocar um maior acirramento dos enfrentamentos ideológicos e dos embates narrativos pelos discursos públicos, as próximas páginas se dedicam a construir um breve panorama sobre como se dá a disputa

pela hegemonia no campo da produção de narrativas midiáticas, destacando, particularmente, como esse campo é *politicamente* modelado no Brasil .

1.2.1. Sociedade Civil e Comunicação: os velhos aparelhos privados da hegemonia e os novos campos de disputa

Ao ampliar as esferas de atuação do processo revolucionário para a *arena* da subjetividade, Gramsci (2004) é um dos primeiros pensadores a fornecer aporte teórico para analisar o lugar decisivo dos meios de comunicação na vida social. Afinal, é justamente o destaque conferido pelo autor à *sociedade civil* em sua concepção de hegemonia que nos permite pensar a política como uma dinâmica cada vez mais consensual, e, por conseguinte, cada vez mais dependente de elementos materiais que possibilitem a formação de consensos.

Concebendo a sociedade civil como o *lugar* da hegemonia, ou, como o espaço no qual outras articulações, que não apenas aquelas advindas das pretensões do Estado e das classes dominantes, se tornam possíveis, o referido autor ilumina um ambiente no qual múltiplas relações de poder se desenvolvem, e outras tantas disputas de *sentidos* entre diferentes grupos sociais acontecem. Definindo, assim, a sociedade civil como uma *arena* de dissonâncias e conflitos, “ora para reforçar o exercício da hegemonia, ora para enfraquecer os consensos firmados” (MORAES, 2010, p.58).⁴¹

Como visto anteriormente, embora Gramsci (2002) acredite que produção e reprodução da vida material continuem a ser o fator *ontologicamente* primário na explicação da história, sua contribuição não se restringe a esfera econômica. Sendo justamente o reconhecimento de um processo de socialização *da* política no capitalismo ocidental que o permite formular sua concepção de Estado Ampliado, ou seja, a ideia de um Estado que pressupõe uma esfera material autônoma, a sociedade civil, que ampara uma multiplicidade de sujeitos políticos coletivos e que integra um conjunto de

⁴¹ Contudo, é imprescindível pontuar que, de maneira nenhuma, a concepção *gramsciana* de sociedade civil se dissocia do Estado enquanto *sociedade política*. Visto que, para o autor, a sociedade civil, funcionando como portadora material da figura social da hegemonia, se firma como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido estrito. Operando como um *momento* do Estado, e, mais precisamente, como “o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado” (COUTINHO, 2006, p. 33).

organismos de participação voluntária baseados no consenso e não na coerção (COUTINHO, 2006).

Tais organismos, essenciais à manutenção do consenso, são designados por Gramsci (2002) como *aparelhos privados da hegemonia* e podem ser lidos como as organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, ou seja, escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais e, principalmente, as ferramentas de organização material da cultura, se incluído aí, os meios de comunicação e as mídias de maneira geral (COUTINHO, 2006).

Uma vez que, a noção de hegemonia formulada pelo italiano, para além de congregar as bases econômicas, pressupõe a conquista do *consenso* e da liderança cultural e político-ideológica entre sujeitos da ação política, cabe aos aparelhos privados da hegemonia – como representantes da intensificação das reivindicações sociais e enquanto organismos relativamente autônomos⁴² perante a sociedade política – somar consensos e consentimentos em torno de suas proposições, sustentando e difundindo concepções *particulares* de mundo, na tentativa de legitimá-las perante a sociedade civil, ou ainda, de torná-las *universais* (MORAES, 2010).

Noutras palavras, ao destacar a importância do fator cultural em uma sociedade civil permeada por organizações cada vez mais complexas, Gramsci indica que as práticas políticas se inscrevem tanto nas relações objetivas, quanto nas subjetivas, apontando assim para os aparelhos privados de hegemonia como responsáveis, em grande medida, por manter o consenso como condição indispensável à manutenção dos *padrões de dominação*.

Como se sabe, o filósofo italiano não teve tempo suficiente para refletir individualmente sobre cada um destes aparelhos privados da hegemonia, contudo, é interessante perceber como a herança teórica deixada pelo marxista confere especial atenção aos meios de comunicação. Para Gramsci, na condição privilegiada de distribuidores de conteúdos, os meios de comunicação ocupariam tanto um lugar crucial no âmbito das relações sociais, operando como “a parte mais dinâmica” da

⁴² O conceito de aparelho privado de hegemonia de Gramsci não se confunde com o de Louis Althusser (1983, p. 66-81) sobre os aparelhos ideológicos de Estado. O prisma althusseriano implica uma ligação umbilical entre Estado e aparelhos ideológicos, enquanto o de Gramsci pressupõe uma maior autonomia dos aparelhos privados em relação ao Estado em sentido estrito. Essa autonomia abre a possibilidade – que Althusser nega explicitamente – de que a ideologia (ou o sistema de ideologias) das classes oprimidas alcance a hegemonia mesmo antes da conquista do poder de Estado. (MORAES, 2010, p. 60).

superestrutura ideológica, quanto fixariam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, sendo uma “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica do bloco hegemônico” (GRAMSCI, 2000, p.78).

Deste modo, ainda que as reflexões de Gramsci (2000; 2002) estejam voltadas a discutir os *tentáculos ideológicos* da imprensa enquanto aparelho privado de hegemonia sob influência de classes, instituições e elites hegemônicas, se pode dizer que o pioneirismo do autor produziu inflexões importantes na história das teorias da comunicação, estando o viés cultural de sua noção de hegemonia ocupando uma posição central em inúmeros debates. Como é o caso, por exemplo, de Martín-Barbero (1987), que propõe um deslocamento teórico-metodológico da comunicação enquanto disciplina, retirando-a do campo dos fenômenos superestruturais, restrito a problemas de significados e conteúdos, em favor de uma visão que levasse em consideração a *prática discursiva* em uma formação social concreta e/ou política (MARTÍN-BARBERO, 1987). Ou, os apontamentos de Canclini (1983), que concentrado especialmente no universo popular e nas práticas cotidianas, observa os processos de mediação da cultura pautados através do reordenamento do exercício da hegemonia pressuposto pela contemporaneidade. Sendo ainda pertinente, apontar as recentes contribuições de Castells (2000, 2013, 2018), que, ao observar os movimentos sociais que emergem na era da cibercultura⁴³, indica como uma série de organizações da sociedade civil têm se engajado em torno da formação de um novo modelo de mídia pautada e organizada pelas redes, contribuindo assim para a ampliação da disputa por hegemonia na sociedade.

De modo geral, embora estas reflexões se distanciem temporal e materialmente das críticas tecidas por Gramsci (2000; 2002) aos jornais e revistas de sua época, é possível dizer que, cada uma à sua maneira, ao procurar observar à centralidade da

⁴³ Pierre Lévy buscou conceituar o ciberespaço como o novo meio de comunicação que emerge da interconexão mundial dos computadores, a rede, “não apenas em relação à infraestrutura material, mas quanto ao oceano de informações que a comunicação digital abriga, assim como quanto aos humanos que navegam, habitam e se alimentam desse universo” (LEVY, 1999, p. 17). O autor destaca que a cibercultura seria, então, a cultura dotada de técnicas, valores, pensamentos e atitudes das pessoas que se articulam nesse novo espaço. Para Lemos (1999, p. 11), a cibercultura é também a modalidade sociocultural que “surge da relação simbiótica entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias. Dada a extensão do debate, cabe aqui indicar outras referências com as quais este trabalho se identifica: BAUMAN, 2006; ATTON, 2005; CASTELLS, 2000; SANTAELLA, 2007, etc.

cultura e das mídias na produção de visões contemporâneas do mundo social, o faz a partir de paralelos com perspectiva gramsciana. Seja na avaliação de como estes *aparelhos privados da hegemonia* estabelecem perigosas relações de poder que influem diretamente no cotidiano das pessoas, seja sobre a abertura de múltiplas possibilidades na arena das disputas. Afinal, tal qual a imprensa do início do século XX, os meios de comunicação da atualidade continuam a elaborar e divulgar equivalentes simbólicos de uma formação social constituída e possuidora de significado relativamente autônomo. Não sendo exagero conferir ao *discurso* midiático o mesmo *papel definidor* na conformação de uma cartografia do mundo coletivo que Gramsci observa em seus escritos. Atentando para o fato de que, nos dias de hoje, este *papel definidor* estaria ainda mais latente, haja vista, a posição *estratégica* das mídias no quadro propositivo de “ótics argumentativas sobre a realidade social” (MORAES, 2010, p. 67).

Logo, em mundo no qual as relações sociais estão cada vez mais emaranhadas à utilização de recursos midiáticos⁴⁴, refletir sobre a *importância estratégica* que os meios de comunicação possuem na *disputa* por, e, sobretudo, na *conquista* da hegemonia remete, ainda mais, a disputa pelo monopólio dos órgãos formadores de consenso. Isto porque, embora as disputas simbólicas em torno da geração de consensos dentro da sociedade civil adquiriram novas dimensões com o advento da internet e a crescente difusão das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), é necessário compreender que o progresso e o barateamento das tecnologias, responsáveis por grandes transformações na produção e o consumo de conteúdos midiáticos, ainda continuam arraigados a processos culturais *indubitavelmente* políticos.

Neste sentido, quando transpostos para os dias atuais, os *velhos* aparelhos privados da hegemonia do pensamento de Gramsci parecem se deparar com *novas* roupagens, e, sobretudo, com uma *nova* arena de disputas pela hegemonia, o *ciberespaço*. Porém, se este intenta ser considerado como extensão da esfera pública⁴⁵, precisa tornar evidente que, assim como o uso das TICs possibilita um fluxo mais

⁴⁴ Santaella, ao discutir a *cultura das mídias*, afirma que o estágio estrutural no qual os meios de comunicação se encontram atualmente é resultado de um processo que começou nos anos 1980, com o que ela chama de “aparecimento de uma cultura do disponível e do transitório” (2007, p. 125). O ponto de chegada deste momento transitório seria a *cibercultura*, ou, a cultura do acesso, uma vez que, para Santaella, a cibercultura provoca a perda de hegemonia e exclusividade da cultura de massas e oferece aos meios de comunicação uma nova lógica (SANTAELLA, 2007).

⁴⁵ Castells (2000) desenvolve o conceito de ciberespaço como ágora política.

intenso na produção de informação, causa também o acirramento de uma disputa antiga, a disputa pelos significados da realidade.

Deste modo, ao passo que se forja uma certeza sobre o peso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na sociedade contemporânea, principalmente quando levado em consideração as mudanças advindas destes dispositivos no curso das relações sociais e na própria maneira de conceber e incorporar diferentes formas de sociabilidades (LÉVY, 1999; LEMOS, 2002; CASTELLS, 2000), ainda é preciso manter a cautela quando anunciadas as modificações nos processos de produção de bens materiais, e, sobretudo, das possibilidades de produções imateriais. Afinal, para além de abrirem novas possibilidades de articulação, e formas mais amplas de debate, o uso intenso das tecnologias viabiliza os esvaziamentos de sentidos que correm em direção oposta à democracia (MARTÍN-BARBERO, 1987; GIBSON; WARD, 2000; NEGRI; HARDT, 2014; LACLAU; MOUFFE, 2015; CASTELLS, 2018; ALVES, 2019; SODRÉ, 2021).

Portanto, apontando para a condição de *arena de disputa* como um dos aspectos mais importantes do conceito de hegemonia, e considerando a comunicação não só como um aparelho privado hegemonia predisposto a manter a dominação, mas também, como um campo *em disputa*, o próximo tópico dedica-se a discutir as relações instáveis e em permanente transformação entre *subordinação e domínio*. Afinal, sabendo que “os aparelhos de hegemonia não estão apenas ao alcance da classe dominante que exerce a hegemonia, mas também das classes subalternas que a ela aspiram” (MORAES, 2010, p. 60), se pretende desenvolver, ao logo do próximo tópico, as noções de mídia hegemônica e de mídia contra-hegemônica, como ideias fundamentais a compreensão dos sujeitos em voga na análise empírica desta pesquisa.

1.2.2. Quem é a mídia hegemônica?

A noção de aparelhos privados de hegemonia como sendo órgãos relativamente autônomos que trabalham na formação e reprodução de opiniões, disseminando ideias com vistas à obtenção da hegemonia cultural dentro da sociedade civil, não apenas fornece um ponto de partida para compreender como ocorrem os processos de

instituição de consensos, como também ajuda a formular reflexões sobre o perfil das estruturas que organizam materialmente o sistema cultural, sobretudo, dos meios de comunicação enquanto elementos centrais na organização de diversas esferas da sociedade contemporânea.

Afinal, pensar o papel das mídias através da proposta *gramisciana* é considerar que as narrativas promovidas pelos meios de comunicação nem sempre – ou melhor, a maior parte do tempo – assumem a *imparcialidade*⁴⁶ que exaltam, uma vez que, assim como os demais aparelhos privados de hegemonia, as mídias buscam alinhar um tipo de consenso que neutraliza as diferenças e mascara os *antagonismos*.

Refletindo sobre o papel dos jornais e revistas em circulação em seu tempo, Gramsci aponta para os componentes socioeconômicos e ideológicos que estão na base do que denomina como *jornalismo integral*, ou o jornalismo que, de acordo com autor, visaria somente satisfazer as necessidades de uma determinada categoria. Indicando para o fato de que,

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. [...] Todos os dias, [...] os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa, com prejuízo da política e da classe operária. [...] E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador (GRAMSCI, 2005, s/p *apud* MORAES, 2010, p.21).

Deste modo, destacando a facilidade com que a imprensa transita e influi no plano político-cultural, Gramsci credita aos veículos de comunicação, enquanto aparelhos privados da hegemonia, grande peso na conformação de determinadas concepções do mundo social. Evidenciando que, já naquele momento, boa parte das mídias estaria disposta a reduzir ao mínimo o fluxo de ideias contestadoras, dificultando a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos e tendo por meta

⁴⁶ [...] a imparcialidade não é apenas vista como inatingível: ela serve a funções ideológicas bem definidas. [...] reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal. A unidade à qual as diferenças são reduzidas é forjada artificialmente e é também situada. [...] Usar a imparcialidade como critério chave para avaliar o grau de democracia, de justiça, ou pluralidade da mídia implica perder de vista uma parte relevante das opressões. (MIGUEL; BIROLI, 2017, p.13)

manter o controle ideológico e a supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais (MORAES, 2010).

Para Gramsci (2002), os veículos que não se colocassem à disposição da promoção de nexos entre a formação de consciência crítica e a realidade histórica, ou, não buscassem promover a combinação de elementos de informação e esclarecimento na elaboração de discursos, estariam trabalhando na formação de um senso comum simplista e em favor da manutenção das formas de dominação, logo, assumindo o papel de “aparelho hegemônico político e cultural das classes dominantes”, cabendo-lhes a função de “conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que é *cimentado* e unificado precisamente por aquela determinada *ideologia*” (GRAMSCI *apud* GRUPPI, 1978, p. 69-70), utilizando-se, para isto, de critérios exclusivos de agendamento de pautas merecedoras de ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção (MORAES, 2010).

É importante notar que, da mesma forma que Gramsci ressalta que o consenso *jamaiz* se estabelece sobre toda a sociedade – reconhecendo que a hegemonia é uma condição instável, que pode ser reelaborada, revertida e modificada ao longo do processo de lutas, contestações e vitórias no campo do social (MORAES, 2010) –, ele procura apontar para os processos dialéticos que emergem em torno dos meios de comunicação. Afinal, para o italiano, os mesmos aparelhos privados de hegemonia que estariam à disposição das classes dominantes, poderiam ser apreendidos pelos grupos subalternos, e desta forma, os mesmos dispositivos que, ora fornecem ao *receptor* “conceitos já elaborados e fixados em sua expressão definitiva”, poderiam “oferecer-lhe toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias, de modo bastante detalhado e não apenas por indicações” (GRAMSCI, 2002, *apud* COUTINHO, 2008).

Conforme Coutinho,

a “potencialidade original” das reflexões de Gramsci sobre a comunicação consiste, justamente, em relacioná-la com a totalidade da vida social, compreendendo-a como cultura, práxis interativa, mediação entre sujeito e objeto. E, como tal, está associada, no pensamento gramsciano, à problemática do Estado, das relações de poder, da hegemonia, isto é, da liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. **Em última análise, todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional.** Afinal, é pela interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos que os sujeitos constroem suas

identidades, organizam a sua visão de mundo, representando a realidade a partir de uma perspectiva e de acordo com seus interesses, anseios e expectativas. (COUTINHO, 2008, p. 43-44. *Grifo da autora da tese*).

Esta apropriação do pensamento gramsciano pelos estudos de viés cultural acaba produzindo inflexões importantes na história das teorias da comunicação. Sobretudo, a cerca das formulações sobre *recepção e produção de conteúdos*, uma vez que, fugindo da perspectiva ideologista⁴⁷ – que observa a mídia apenas como reprodutora da ideologia dominante –, as ciências da comunicação passaram a primar por uma abordagem na qual a densidade cultural e materialidade institucional própria dos veículos midiáticos são evidenciadas.

Neste sentido, embora o conceito de *contra-hegemonia* não tenha, de fato, sido formulado por Gramsci, a noção se consolida pelo uso recorrente na obra de autores que celebram os escritos do italiano (MARTÍN-BARBARO; CANCLINI; COUTINHO; MORAES) e que, tomando emprestado um pensamento marxista, destacam, sob diferentes aspectos e em uma perspectiva crítica, que “toda hegemonia traz em si o germe da contra-hegemonia”, em uma unidade *dialética* em que uma se define pela outra (COUTINHO, 2008, p.77).

Logo, em conformidade com esta perspectiva, o caminho para a conquista da hegemonia cultural por parte das forças contra-hegemônicas é o mesmo seguido pela hegemonia dominante: construir um aparato ideológico próprio, gerando as condições de estabelecimento de um novo bloco histórico. Como visto anteriormente, um novo sistema de alianças que objetive conquistar outros grupos e classes sociais pelo consenso, considerando-se a vontade coletiva para, a partir daí, provocar uma crise de hegemonia da classe dirigente e, enfim, uma guerra de posições (GRAMSCI, 2000). Para Gramsci, é um “intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários” que precede toda revolução (GRAMSCI, 2004, p. 56-61).

⁴⁷As limitações epistemológicas dessa vertente teórica foram identificadas por Martín-Barbero e se tornaram objeto da crítica que levou à formulação da teoria das mediações. A perspectiva ideologista, como a denominava o autor, reduzia os meios de comunicação a instrumentos cuja finalidade precípua era propagar a ideologia dominante, impondo-a, a partir do exterior, às classes dominadas. Tratava-se de uma abordagem que privava a mídia de densidade cultural e materialidade institucional própria, logo, preocupada apenas com os mecanismos de dominação, tal perspectiva também relegava as possibilidades de resistência e conflito (MORAES, 2018, p. 183).

O processo de afirmação da nova concepção de mundo ocorre por razões práticas e sociais, ou seja, como resultado do embate travado contra as velhas concepções dominantes. A construção ideológica hegemônica prevê a superação do senso comum tradicional para a criação de outro, mais adequado à concepção do novo grupo dirigente. A postura revolucionária exige permanente embate contra as filosofias tradicionais, implícitas, de forma desorganizada e fragmentada no senso comum, mas a elaboração das novas ideias hegemônicas não pode prescindir de tudo aquilo que é próprio do senso comum, pois este traduz espontaneamente a filosofia das multidões (GRAMSCI, 2004; p. 1937).

Isso implica dizer que, as ações contra-hegemônicas poderiam ser consideradas pelo autor marxista como instrumentos para criar um *novo modelo ético-político*, pautado pela tentativa de denunciar e reverter os diversos processos de exclusão impostos pelo sistema capitalista. Cabendo a estas reorientar as percepções sobre o mundo vivido e combater as racionalidades hegemônicas, instituindo o “contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável” para, através do conhecimento crítico da realidade, transformá-la (MORAES, 2010).

Comungando deste pensamento, Laclau e Mouffe afirmam que “não há revolução sem hegemonia” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.123) e modelam, na própria dimensão do antagonismo, o contra-hegemônico. Assim, embora os autores não falem diretamente em contra-hegemonia, fundamentam a TPD sobre o aspecto de precariedade da hegemonia, e na possibilidade latente do discurso que não é hegemônico vir a ser. Logo, a contra-hegemonia estaria imbuída na articulação antagonista construída a partir da lógica das diferenças. Consequentemente, tal qual a formação de uma ordem hegemônica, a construção do discurso contra-hegemônico está pautado a partir de uma relação equivalente entre múltiplas identidades num determinado contexto histórico. Porém, diferentemente do discurso hegemônico, que terá a seu favor instituições, práticas e formas de organização tradicionais e, por conseguinte, a livre atuação no campo político (OTTO; BÖHM, 2006), a nova estrutura discursiva terá que arrematar, através da prática articulatória, novos sentidos e significados para realidade social da qual emergem.

Isto implica pensar que, a reflexão sobre hegemonia e contra-hegemonia no campo da comunicação requer não só discorrer sobre os processos de articulação e

rearticulação das ideias, mas também sobre o processo de aceleração da convergência midiática como um paradigma, no sentido de perceber que a centralidade das mídias na vida cotidiana não se restringe apenas as relações de necessidade e conforto atribuído aos suportes técnicos, ou as amarras do consumo e do mercado, mas incluem as novas formas de interação, de sociabilidades, de percepções sobre o mundo, permitindo que os valores e consensos compartilhados socialmente possam ser refragmentados e rearticulados (LEMOS, 2004; BLUMLER, 2016; MIGUEL; BIROLI, 2017; CASTELLS, 2018; SODRÉ, 2021).

Pensar o cenário contemporâneo requer pensar criticamente a efervescência tecnológica, observar com cautela a fluidez de narrativas e as possibilidades que se apresentam para as propostas contra-hegemônicas. Afinal, a possibilidade de construir uma nova hegemonia no campo da comunicação modifica também a dinâmica da atuação política, uma vez que, tal processo admite que outros interesses, que não os do Estado (em sentido estrito), ou dos grupos dominantes, se movimentem na esfera pública – no ciberespaço, nas redes, nos ambientes midiáticos – atrás de ressonância e aceitação, permitindo a articulação de novos discursos, até mesmo, os improváveis (SOLANO; ORTELLADO; MORETTO, 2017; BENNETT; PFETSCH, 2018).

Deste modo, encarar a comunicação como um campo de disputas pela hegemonia e as mídias enquanto aparelhos privados, permite observar não só o avanço de dinâmicas que potencializam a fragmentação dos fluxos informativos a partir de ideais críticos e democráticos, da experiência de grupos que se apropriam das ferramentas tecnológicas para disseminar informações e ideias que valorizam a consciência social, as causas comunitárias e os direitos da cidadania (MORAES, 2010; CASTELLS, 2006; LEMOS, 2004), mas também, permite considerar as possibilidades que se abrem para a continuação de um processo perverso de desenfreada comercialização dos produtos simbólicos que financiam e potencializam os conglomerados de comunicação (LIMA, 2009; COUTINHO, 2006). Sendo ainda pertinente a observação de outras dinâmicas de produção e compartilhamento de conteúdos que, ligados às temáticas conservadoras e ultra-liberais, contrapõem a mídia *mainstream*, antagonizando com discurso político instituído e reivindicando, por fim, uma posição de *contra-hegemonia* (WARNER, 2002; SOLANO; ORTELLADO; MORETTO, 2017; ROCHA; 2018; ALVES, 2019; ALBUQUERQUE; 2018).

Logo, se por um lado, a reconfiguração midiática vivenciada nas últimas décadas permite vislumbrar os potenciais democráticos inscritos no mundo social a partir da utilização das novas TICs por iniciativas orientadas para a emancipação humana (HABERMAS, 2014; LIMA; 2009), por outro, se faz necessário atentar para os múltiplos atores que ocupam a sociedade civil e para sua predisposição em disputar pelo discurso hegemônico. Ou seja, se faz necessário compreender as *mídias sociais*⁴⁸ como um desdobramento da esfera pública na era do digital, como espaços essencialmente relacionais e interativos, como canais de circulação das ideias, mas, sobretudo, como arena de disputa pela hegemonia cultural-ideológica na qual, a pluralidade do social expressa à superação de qualquer dualidade reducionista previamente imposta à *guerra de posições* (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Afinal, do mesmo modo que a apropriação das tecnologias pelos grupos subalternos tem consagrado a atuação de uma mídia contra-hegemônica em rede firmada em uma lógica colaborativista, baseada no trabalho voluntário militante e ativista para formulação de conteúdos, organização e manutenção das redes, materializado uma experiência em direção totalmente contrária às trocas lucrativas pretendidas pelas mídias massivas (GORZ, 2005), tem implicado na articulação de *contra-públicos*⁴⁹ pautados por conflitos discursivos que não se contrapõem apenas à

⁴⁸ Atualmente, as mídias sociais mais evidentes no Brasil são: Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e WhatsApp. São nestes espaços que circulam os atores que produzem informação, e que, de acordo com a conveniência do jogo político, “os veículos de massa serão reinterpretados e apropriados pelas redes de esquerda e de direita” (ALVES, 2019)

⁴⁹ “O conceito de contra-público foi desenvolvido originalmente para apontar problemas na teorização feita por Jürgen Habermas a respeito do processo de constituição da esfera pública e de seus potenciais democráticos. Segundo seus críticos, o argumento de Habermas estaria baseado em uma descrição equivocada de um público unificado e de normas discursivas estreitas e excludentes que desconsideraria a existência de públicos alternativos formados por grupos marginalizados da esfera pública, denominados como contra-públicos (THIMSEN, 2017). No entanto, este conceito logo acabou se tornando indistinto do que a teórica política Nancy Fraser (1990) denominou por contra-públicos subalternos: arenas discursivas paralelas nas quais membros de grupos que partilham um status subordinado na estrutura social inventam e circulam discursos de oposição. Tal sinonímia foi empreendida sem que fosse realizada uma teorização mais elaborada acerca daquilo que de fato seria característico dos contra-públicos em comparação aos públicos dominantes para além da condição subalterna de seus membros (WARNER, 2002). Tendo isso em vista, tentativas de refinar teoricamente o conceito de contra-público passaram a ser realizadas. Foram exploradas definições alternativas de contra-publicidade a partir de referenciais tecnológicos, performativos e linguísticos, mas a mudança mais significativa na redefinição desta categoria foi o abandono da ideia de que o atributo central dos contra-públicos seria a condição subalterna de seus membros (THIMSEN, 2017), e nesse sentido se destaca a contribuição do crítico literário Michael Warner (2002). De acordo com a definição proposta por Warner (2002) um contra-público seria necessariamente imbuído de uma performatividade/poeticidade disruptiva. Seus membros, a despeito de serem subalternos ou não, partilhariam identidades, interesses e discursos tão conflituosos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem

“ideias políticas e políticas públicas, mas a modos discursivos e formas de endereçamento baseados em argumentos críticos-rationais, tidos como mais legítimos em públicos dominantes e que dizem respeito a uma hierarquia existente nas mídias tradicionais” (ROCHA, 2018, p.27).

Assim, para além do destaque conferido às disputas entre mídias massivas e os protótipos de comunicação alternativa, que há muito têm sido discutidos pelos interlocutores da teoria crítica, os horizontes abertos pelo uso destas novas ferramentas de comunicação têm renovado o repertório das análises sociais. Haja vista as experiências que ressaltam a multiplicidade de atores e demandas culturais e políticas na sociedade civil, evidenciando as relações fronteiriças, os antagonismos e as possibilidades de re-articulação dos discursos em prol de *outra* hegemonia – atenta-se dizer, nem sempre progressista e emancipatória.

Neste sentido, pensar as experiências midiáticas da contemporaneidade à luz dos aparelhos privados da hegemonia em Gramsci, diz mais sobre a tentativa de compreender estas iniciativas enquanto organismos coletivos, de natureza voluntária e com diretrizes convergentes, do que levantar aspectos teóricos reducionistas, que enquadrem os sujeitos analisados por esta pesquisa em posições previamente definidas. Sendo imprescindível reconhecer que, ainda que denotada a presença de grupos que não representem necessariamente uma resistência à dominação capitalista exercida pelas mídias massivas, ou que não reivindicuem estes espaços para contribuir com o avanço de ideias democratizantes, o intuito primordial desta tese consiste na observação das dinâmicas que conferem mobilidade às disputas por hegemonia. Cabendo ao próximo tópico incorporar a terceira premissa pretendida por este capítulo: alçar luzes sobre a composição da mídia no Brasil, indicando, de maneira concisa, a arena de batalhas por hegemonia e as experiências ativas na disputa pelo controle sobre a produção da realidade sociopolítica brasileira no campo midiático.

reservas em públicos dominantes, cujos discursos e modos de vida seriam tidos irrefletidamente como corretos, normais e universais” (ROCHA, 2018, pp. 20-21).

1.2.3. Hegemonia no Brasil: mídia, política e discurso

A discussão sobre hegemonia no Brasil atravessa algumas esferas e algumas páginas da história, transita por ambientes hostis e caracteriza alguns paradoxos, sobretudo, quando observado o campo das disputas simbólicas e o peso que a intrínseca articulação entre meios de comunicação e as experiências políticas conferem a esta reflexão. Considerando que tratar do passado é falar sobre o presente, as próximas páginas buscam alinhar algumas ideias sobre a produção cultural e a difusão dos meios de comunicação no país que apontem para o horizonte de possibilidades (e também de desafios) que se abre para as mídias alternativas atuantes no Brasil contemporâneo.

Embora o conceito de hegemonia só tenha começado a circular pela academia e pelos veículos de comunicação em meados de 1970, em meio ao processo de corrosão da ditadura militar⁵⁰, não é por acaso que o pensamento *gramsciano* rapidamente tenha conquistado o espaço de um dos mais importantes interlocutores do pensamento social brasileiro. Afinal, a complexificação da estrutura social, advinda com o avanço galopante do mercado capitalista, remonta o cenário perfeito para consolidação das condições de ampliação de organizações sociais múltiplas, e, conseqüentemente, de uma sociedade civil organizada (COUTINHO, 2006).

De acordo com Coutinho, por ser uma ditadura militar-tecnocrática, e não dispor de uma base de *massas organizada*, o regime militar que se instalou no Brasil, apesar das tentativas, não foi capaz de subornar totalitariamente a crescente sociedade civil ao Estado:

Buscou-se reprimi-la (pela via do terrorismo de Estado) ou domesticá-la (através da criação de uma “fachada legal”, isto é, de instituições que deveriam fornecer a aparência de um Estado de direito), mas terminou sendo obrigada a conviver com ela, ainda que conflitivamente. Porém, graças precisamente à ação dessa nova sociedade civil, a “fachada legal” foi gradualmente se enchendo de conteúdo real. (COUTINHO, 2006, p.43).

⁵⁰ O regime militar que se instala no Brasil foi um regime autoritário que teve início com o golpe militar em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart. O regime militar durou 21 anos (1964-1985), estabeleceu a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime.

Diante de uma sociedade civil que “escapa progressivamente à sua tutela”, as barreiras de contenção e os projetos de abertura demandados verticalmente pelo regime logo não seriam suficientes. Ainda que a transição do período ditatorial para a democracia possua substanciais ressalvas, e que a formulação da noção de sociedade civil tenha passado por um período de “esvaziamento e despolitização”, é pertinente observar um traço expressivo deste momento político e que, até hoje, segue como característico da organização político-cultural do Brasil: se por um lado, as forças dominantes, percebendo que já não podem mais dominar pela simples coerção, buscam obter o consenso e legitimação hegemônica para o projeto de sociedade que desejam, por outro, a sociedade civil, cada vez mais plural, afasta para longe as possibilidades de consenso, dificultado assim a conversão, da classe dominante, em classe dirigente (COUTINHO, 2006, p 49).

Observando este mesmo período, Ridenti (2000) pontua que apesar da “repressão restrita e branda”, fazia-se presente uma intensa produção cultural, realizada de forma sistemática tanto pela grande indústria cultural quanto pelos produtores culturais independentes, estimulados por este otimismo e pelos prometidos ventos de mudança (RIDENTI, 2000). Bem como, Schwarz (1978), que no ensaio *Cultura e política, 1964-1969*, escrito no contexto de renovação dos debates sobre hegemonia e sociedade civil, da segunda metade da década de 1970, sugere a hipótese da formação de uma “hegemonia cultural de esquerda”⁵¹, uma vez que, para o autor, o dado mais interessante do golpe militar de 1964, seria o fato de que “a presença cultural da

⁵¹ Façamos aqui um importante adendo, o conceito de uma *hegemonia cultural da esquerda*, amplamente debatido na efervescência da segunda metade dos anos 1970, volta ao centro de discussão nos anos 1990, contudo, servindo como alicerce dos trabalhos de Olavo de Carvalho (1994), popularizado como o filósofo da direita conservadora brasileira. De acordo com Puglia (2018), a *teoria da nova direita*, mobiliza os conceitos gramscianos para construir um quadro interpretativo próprio, no qual os inimigos de esquerda teriam logrado, ao longo das últimas décadas, conquistar a hegemonia no plano político e cultural nacional. Deste modo, os *intelectuais de direita* passam a se enxergar – dentro dessa leitura particular da realidade – como vítimas marginalizadas pelo establishment intelectual nacional. Munidos dessa autoimagem de resistência, o grupo afirma ter sido forçado pelas circunstâncias a atuar em sentido “contra-hegemônico”, na defesa do livre mercado capitalista e de pautas comportamentais conservadoras. os intelectuais da “nova direita” não apenas interpretam a realidade social e formulam seus argumentos, como também intervém no debate público, fazendo uso de diferentes meios de comunicações e variados estilos discursivos para disputar hegemonia na sociedade brasileira (PUGLIA, 2018, p. 44). Como será visto mais adiante, a chegada da cibercultura, ao abrir possibilidades de constituição de uma mídia pós-massiva, permite a construção de várias formas de articulação, inclusive as de cunho *não libertárias*.

esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer” (SCHWARZ, 1978, p. 62).

Ambos os autores, em suas devidas perspectivas, reforçam a ideia de que apesar de na esfera política o ambiente ser dominado pela truculência ditatorial, na esfera da produção de ideias no campo da cultura, a hegemonia estava sendo gestada *socialmente*. Dado que, apesar da pulverização de diversas entidades e organizações da esquerda, havia ainda uma vasta produção cultural e artística voltada para um público afeito, interessado nos temas clássicos da esquerda e do engajamento cultural, o que, em grande medida, possibilitou que a *resistência* fosse socialmente (re)produzida como um conjunto de valores compartilhados pelos grupos sociais *não atingidos diretamente* pela repressão, ou seja, a resistência e o engajamento foram recepcionadas por estes grupos na forma de símbolos de organização política, criando assim, o aspecto aparentemente homogêneo e unitário de resistência cultural (CZAJKA, 2012).

Por isso o domínio da hegemonia, segundo Schwarz, estaria concentrando

[...] nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos, etc., – mas não sai daí, nem pode sair, por razões policiais. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam de um lado para as comissões do governo ou do grande capital, e de outro para as rádios, televisões e os jornais do país, não são. É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para consumo próprio (SCHWARZ, 1978, p. 73).

Dessa forma, a *hegemonia cultural* de esquerda, para Schwarz, seria definida a partir de um amplo imaginário, compartilhado por intelectuais e artistas de esquerda no questionamento do imperialismo, no enfrentamento do autoritarismo dos governos militares e em favor do desenvolvimento da cultura nacional. Ao passo que *as resistências* estariam submetidas a disputas específicas de setores, também específicos da produção cultural de esquerda⁵² (CZAJKA, 2012).

⁵² Sendo interessante perceber que, quando se fala de esquerda – sobretudo, no Brasil contemporâneo – se abre margem para discussões filosóficas intermináveis. Contudo, em consonância com um rodapé da obra de Ridenti (2000), pontua-se que o termo “esquerda” refere-se às forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social. Sendo tomado, no cenário desta pesquisa, por um termo amplo, como uma articulação de diferenças que empurram os limites da hegemonia.

Como observado na passagem anterior, essa diferenciação entre *hegemonia* e *resistência* cultural escoariam por canais distintos, havendo um especial destaque aos veículos midiáticos massivos e as pertinentes alianças com a indústria cultural. Neste sentido, Silva (1980), através da adoção de uma perspectiva de análise da indústria cultural no Brasil que supere o pessimismo e o elitismo impregnados ao termo pelos frankfurtianos, constrói uma crítica que, ao invés de negar totalmente a cultura burguesa, propõe o reconhecimento da indústria cultural como um sistema de produção de bens simbólicos atrelado à lógica capitalista que, no entanto, possibilita brechas capazes de serem exploradas na luta pela construção de uma nova cultura (SILVA, 1980).

Silva (1980) indica que as possibilidades de resistência e mudança social a partir da indústria cultural repercutem na visão sobre a cultura, uma vez que, para o autor, a cultura deixa de ser um reflexo da atividade econômica situado na esfera superestrutural e passa a abarcar não só o sistema de valores e crenças, como também um conjunto de práticas que perpassam a totalidade da vida. Ademais, a *hegemonia* não implica a imposição de uma visão de mundo homogênea – a da classe dominante – ao resto da sociedade, mas sim a articulação de visões de mundo distintas, mediante a neutralização dos antagonismos existentes entre elas (SILVA, 1980) ⁵³.

Observando o cenário cultural brasileiro dos anos 1970, Coutinho (2006) aponta para o fato de que a mídia massiva *cooptou* intelectuais da esquerda, porém, concorda que,

[...] embora houvesse as restrições políticas e estéticas, não se pode desconsiderar que as pressões da sociedade civil sobre a mídia abriram brechas que ajudaram esses intelectuais de esquerda a produzir coisas significativas na televisão. [...] seria um equívoco imaginar que a mídia é um espaço homogêneo, sem contradições, no qual vigora tão

⁵³ As reflexões de Silva (1980), neste ponto, convergem com um processo latente de reordenação dos estudos da comunicação iniciados pelos Estudos Culturais Britânicos – linha de investigação surgida na década de 1960, no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea de Birmingham –, que, sob a influência do conceito gramsciano de hegemonia, passa a considerar a cultura como a arena central da batalha pelo controle da sociedade. De caráter crítico e multidisciplinar, tal vertente de pesquisa situa a cultura no âmbito das relações de produção e reprodução social. Preocupando-se em desvelar contribuições para os processos de dominação e mudança social ao modelar pesquisas de cultura e mídia atentas para as relações assimétricas e antagonistas de poder das quais germinam tanto formas sociais e culturais hegemônicas, quanto alternativas contra-hegemônicas de resistência. Destacando, distintivamente, a centralidade do receptor no processo de significação, ao identificar mais do que a *dominação* na cultura de massa, visto a necessidade de *negociação* e produção de consenso na construção da hegemonia. (MORAES, 2018).

somente a manipulação sistemática da opinião pública. (COUTINHO, 2006, p.103).

Contudo, atentando para o fato de que a mídia opera como “um intelectual coletivo”, alerta para a possibilidade de que na “medida em que é controlada e hegemonizada pela classe dominante, a mídia pode ser considerada como um intelectual orgânico coletivo da própria classe dominante, ainda que, em determinadas circunstâncias, essa situação possa sofrer abalos (COUTINHO, 2006, p.103).

Logo, embora os movimentos culturais progressistas ganhassem certo destaque nas mídias massivas, sendo compreendidos pelo público como expressões de resistência, eles não detinham os elementos materiais para reproduzir seus próprios conteúdos. Ou seja, mesmo que estas expressões culturais tenham galgado visibilidade, detendo a irretocável dimensão de cânones da resistência cultural⁵⁴, os meios de produção e distribuição da cultura, os aparelhos privados da hegemonia, continuavam concentrados nas mãos dos grupos dominantes. Se por um lado era possível *infiltrar* esses elementos culturais nos meios de comunicação massivos como vestígios de resistência ao regime, o mesmo não acontecia com a os meios de produção da *informação*.

Buscando conceber uma dimensão ampliada deste processo, Lima (2009) recorre a outro importante papel da produção midiática, ou seja, o poder que estas possuem na construção da realidade fazendo uso de um repertório de representações (por elas produzidas) a respeito dos diferentes aspectos da vida humana (etnias, gêneros, gerações, estética). Para o autor, a criação de um imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder, visto que este se faz, ao mesmo tempo, lugar e objeto dos conflitos sociais (LIMA, 2009).

Observando a centralidade das mídias na vida cotidiana, Lima (2009) aponta para o papel desenvolvido pelas mídias hegemônicas no processo de socialização dos indivíduos, principalmente no que se refere à socialização política, revelando como o processo de internalização da cultura e normas sociais realizadas através das mídias tem

⁵⁴ Ridenti (2000) coloca que, apesar da visibilidade conferida a algumas causas, Caetano Veloso, Chico Buarque, entre outros artistas, nunca foram militantes.

sido muito mais expressivo do que o processo de socialização protagonizado por outras instituições sociais estabelecidas (escola, partido político, igreja, etc.). Para o autor, é através das mídias que a política, construída simbolicamente, adquire um significado.

No Brasil, conforme observa o autor, a mídia historicamente tem desenvolvido um papel central na definição da *realidade*. Porém, esta é uma *realidade* que passa pelas representações produzidas – e conseqüentemente, pelos interesses – de uma mídia distribuída nas mãos de apenas 11 famílias, incentivadas, pela própria Legislação do setor, ao desenvolvimento de uma radiodifusão privada e comercial. De acordo com Lima (2009), as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político, isso porque, ainda em 1930, o país optou por um sistema *trusteeship model*, que prevê a entrega do setor de radiodifusão, prioritariamente, à exploração comercial da empresa privada, através de concessões da União. Sob este aspecto, Lima (2009) ressalta:

[...] as distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal (de radiodifusão); pela concentração da propriedade – em boa parte provocada pela ausência de normas que impeçam a propriedade cruzada – e a vinculação dos grandes grupos de mídia com oligarquias políticas regionais e locais, são alguns dos problemas que impedem a democratização da nossa mídia. (LIMA, 2009, p. 28).

Apontando ainda para,

[...] a tibieza legal fez com que uma das características identificadoras da radiodifusão brasileira seja a ausência de restrições efetivas à propriedade cruzada [...] fazendo com que, a radiodifusão se estabelecesse *oligopolisticamente* no nosso país (LIMA, 2009, p.29).

Oligopólios, diga-se de passagem, que não são apenas midiáticos, visto que, as famílias responsáveis pelo controle da mídia estão vinculadas também às oligarquias políticas regionais e locais. Deixando ainda mais evidente como as produções da mídia massiva reforçam e produzem subjetividades incorporadas em distorções de poder, forjando uma realidade passível ao controle e carente de democracia e reforçando o papel central dos meios de comunicação na tarefa de *cimentar e unificar* o bloco social hegemônico (LIMA, 2009).

Apesar de reconhecer que a mídia pode, “pelo poder que emana de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico, [...] se transforma também em ator com interferência direta no processo político” (LIMA, 2009, p.72), o autor acredita que é um erro persistir na “eterna onipotência da mídia”. Para ele é preciso equilíbrio, visto que na sociedade contemporânea, centrada nas redes e na informação, sempre existirá a possibilidade de ações contra-hegemônicas que – como não poderia deixar de ser – se colocarão num processo de disputa pela hegemonia, enfrentando o poder e os ataques das mídias massivas⁵⁵.

É exatamente diante deste panorama de convergência midiática, advinda da popularização da internet e da celebrada *cultura das redes* (CASTELLS, 2000), que o Brasil, no início dos anos 2000, irá conformar um cenário de experimentos inéditos, abrindo espaço para iniciativas midiáticas pautadas pela construção de um projeto societário distinto do dominante, com valores, práticas e conteúdos alternativos. Iniciativas que, alinhavando o horizonte de possibilidades à herança de resistência cultural dos movimentos sociais – como visto, ativa mesmo nos períodos mais obscuros de repressão política –, resultam em projetos, que, diferente de outrora, passam a desfrutar dos recursos técnicos para difusão de idéias, conseguindo, progressivamente, penetrar a barreira construída pela *mídia hegemônica*.

Em linhas gerais, na esteira da virada para um novo milênio, o país que adentrava na era da *globalização midiática*⁵⁶, consolida a passos largos uma sociedade civil atuante e organizada, promovendo o entrelaçamento de diferentes representantes sociais e a abertura de novos horizontes políticos. É com a recepção do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, que o uso das tecnologias de informação e comunicação se transformam, de fato, em ferramentas de uma mídia contra-hegemônica. Data da cobertura do FSM a fundação de grandes propostas de mídias alternativas firmadas em narrativas midiáticas construídas pela sociedade civil de

⁵⁵ Como é o caso dos exemplos recentes – que já se tornaram clássicos – do movimento Zapatista do México (1994) e dos movimentos por outra globalização em Seattle (1999), ou, ainda mais recentemente, os desdobramentos, não só da utilização de dispositivos midiáticos para convocação de mobilizações, mas do fenômeno que envolve a construção de mídias alternativas permanentes para cobertura dos eventos durante todo o ciclo de protestos, iniciados em 2011, com a Primavera Árabe.

⁵⁶ Hall (2006).

forma colaborativa, algumas delas, atuantes até hoje, como é o caso da Revista Fórum e a agência Carta Maior⁵⁷.

De acordo com Moraes (2007), a popularização das novas TICs acaba configurando outras possibilidades de disputa por hegemonia no campo midiático, uma vez que, impulsionados pela efervescência do momento e em consonância com as mobilizações sociais, vários outros empreendimentos de *mediativismo*⁵⁸ despontam pelo Brasil. Ao conceber *voz* aos movimentos sociais, setores subalternos da sociedade e organizações políticas marginalizadas, estas ferramentas acabam contribuindo com a formação de um pensamento crítico à cerca da postura assumida pelas mídias convencionas na manutenção das exclusões de temáticas minoritárias, ignoradas em nome de assuntos mais rentáveis (MORAES, 2007).

Concomitante a este cenário de transformações tecnológicas, favoráveis aos empreendimentos contra-hegemônicos de cunho emancipatório, se estabelece no Brasil a transição de um projeto político neo-liberal para o governo Lula⁵⁹ e as inegáveis conquistas no campo sócio-cultural. A primeira década do novo milênio anuncia mudanças importantes, favorecendo um contexto de maior abertura do diálogo entre o Estado e os movimentos sociais, com as políticas de combate à pobreza e de redução da desigualdade, como a valorização do salário mínimo acima da inflação, a ampliação exponencial dos programas de renda mínima, de apoio à agricultura familiar e aos pequenos negócios, editais de fomento à cultura, investimento e incentivos no campo da

⁵⁷ Ambas as experiências surgem na conjuntura de articulação de diversos movimentos sociais e diversas organizações do Terceiro Setor, durante a realização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre em janeiro de 2001. A *Agência Carta Maior* é publicação eletrônica multimídia e se autodefine como “especializada em temas como direitos humanos, meio ambiente, política, economia e movimentos sociais”. Enquanto a *Revista Fórum*, com uma edição mensal que circula por todo país, alimenta uma página na internet, “com análises e informações sobre eventos políticos, econômicos e sociais” e reúne em seu conselho editorial, vários representantes de diferentes segmentos da sociedade civil brasileira.

⁵⁸ A discussão sobre mediativismo será incorporada a do ciberativismo nos capítulos posteriores. Contudo, faz-se necessário ressaltar que, se considerarmos como mídia não somente dispositivos de comunicação digitais, o mediativismo precede a internet, pois suas ações são uma herança dos movimentos sociais, fora do ambiente virtual (SANTAELLA, 2007), que, em qualquer época, buscam a mudança da sociedade quando consideram que há condições insustentáveis de se viver e quando não há confiança nas instituições políticas.

⁵⁹ Depois de quatro candidaturas à presidência da república, o projeto petista ganha nas urnas. Em janeiro de 2003, tem início o primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva e a trajetória de reestruturação social do país, como será discutido mais adiante.

educação, saúde e mobilidade, bem como, a estabilidade de parcerias internacionais que favorecem o crescimento econômico do país (ROCHA, 2019) ⁶⁰.

Contudo, se do ponto de vista das demandas sócio-culturais as mudanças se fizeram positivas, do ponto de vista político, a estabilidade e o crescimento socioeconômico do país associados à imagem do *ex-metalúrgico* orbitavam sobre uma elipse de desconfiança. Isso porque, a trajetória política do então presidente reunia não só as tentativas anteriores de ascender ao cargo, uma militância fervorosa e laços estreitos com movimentos sociais, incluía também um histórico de associações distorcidas ao *comunismo* e a imagem de um *sindicalista raivoso* sedento por políticas públicas radicais ⁶¹. Sendo frequentes as tentativas estabelecidas pelo bloco no poder, em consonância com as mídias massivas, de consolidar uma imagem pública de Lula ligada à adjetivos pejorativos, com o claro objetivo de incapacitá-lo perante sua posição. De modo que, conforme aponta Musse (2019), o sentimento contra o Partido dos Trabalhadores (PT), teria sido historicamente forjado antes mesmo da concretização de qualquer escândalo político, uma vez que retórica *anti-petista* já estaria presente ao longo dos enquadramentos midiáticos conferidos ao partido em todas as eleições presidenciais concorridas por Lula — contra Collor, em 1989, e contra Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998⁶².

Neste sentido, embora as políticas de austeridade e as alianças firmadas ao centro da arena política tenham mantido a áurea de desconfiança da elite econômica em estado latente durante os primeiros anos do governo petista, a partir de 2005, as denúncias de corrupção e a apuração dos eventos do Mensalão⁶³ se fazem suficientes para acender a fagulha que minaria o consenso firmado. Cabendo destacar, sobretudo, a

⁶⁰ O contexto político das transformações sócio-culturais será aprofundado nos próximos capítulos, sendo esta a conjuntura que torna favorável a experiência da Rede Fora do Eixo e a consequente ascensão da Mídia NINJA.

⁶¹ A nova imagem do líder esteve afinada com uma mudança de teor das propostas do partido após 2002, quando, em uma *Carta ao povo brasileiro*, o PT sinalizou aos mercados que iria fazer um governo moderado, de respeito aos contratos firmados pelos governos anteriores e de manutenção da rentabilidade do capital financeiro.

⁶² Trabalhos de Lima, 2006; Miguel, 2003.

⁶³ Mensalão é o nome a investigação do caso de corrupção ligado à compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006, por parte de membros da base de apoio do governo Lula no Congresso, sendo objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal (STF).

disposição das mídias massivas em conduzir a cobertura destes eventos sob o enfoque da *escandalização da corrupção*⁶⁴ como um importante aliado no processo de desestabilização da legitimidade petista, e na construção de uma campanha de desqualificação do Estado – de sua *recente* posição de figura garantidora de direitos – em detrimento da valorização de um discurso neoliberal alinhado as dinâmicas de privatização (ROCHA, 2019).

Valendo-se de sua posição de destaque na conformação da opinião pública, logo, na manutenção da legitimidade, ou, na deslegitimação das instituições políticas nos regimes democráticos contemporâneos (HABERMAS, 1996), a imprensa brasileira, *oligopolisticamente* organizada, passa a empreender uma frente ferrenha ao projeto político do Estado, articulando narrativas e deflagrando *crises* consecutivas que vão desgastando lentamente a imagem do Partido dos Trabalhadores. Embora, àquela altura, a ofensiva articulada pela a grande mídia não tenha sido suficiente para impedir a reeleição do partido em 2006, certamente foi decisiva para construção de “determinadas compreensões da política, definindo fronteiras entre o comportamento adequado e inadequado, lapidando consensos [...] *forjando* um índice de quais são as compreensões da política que se tornaram hegemônicas no campo mais amplo e heterogêneo da produção ideológica, e não apenas no campo midiático” (MIGUEL, BIROLI, 2017, p.32).

Reforçando, portanto, não só o peso dos meios de comunicação massivos na construção de representações legítimas do mundo social, como também, conforme observa Coutinho (2006), deixando evidente a necessidade de incorporação de um projeto de democratização dos meios de comunicação ao processo de democratização da sociedade brasileira, uma, vez que, para o autor, “quanto mais espaços forem conquistados no âmbito da sociedade civil” mais perto se estaria de fazer com que “os meios de comunicação de massa sejam controlados pela sociedade e não por grupos monopolistas privados” (COUTINHO, 2006, p. 107).

⁶⁴ De acordo com Feres Jr. e Sassara (2016), é através das mídias “que a corrupção se torna escândalo, ou seja, é por meio do agendamento e do enquadramento feitos pelos meios de comunicação que um conjunto de práticas e fatos é tornado público e formatado de maneira a constituir um produto, com narrativas próprias, personagens principais e um nome próprio [...] O escândalo é um produto que a mídia constrói ao ajuntar em uma só narrativa, sob um mesmo nome próprio, miríades de informações, declarações, relatos, documentos, procedimentos judiciais, sempre produzidos por vozes autorizadas pelo próprio jornalismo” (FERES JR.; SASSARA, 2016, p.208).

Este debate, contudo, permaneceu negligenciado ao longo do segundo mandato petista, tendo havido poucos avanços no que se refere a políticas públicas voltadas para a construção de uma comunicação ampla e democrática, em detrimento da incorporação das lideranças dos movimentos sociais e, conseqüentemente, de suas pautas, nas instancias do próprio governo. A construção de uma *relação direta* com a base eleitoral, no entanto, rescinde o trabalho de politização da base petista, favorecendo uma espécie de *clientelismo* político que irá remeter as forças progressistas a um ciclo de letargia, do qual, as experiências de mídia contra-hegemônica que despontaram no início do século, também não escaparam (ROCHA, 2019).

Assim, pode-se dizer que o final da *era* Lula, do ponto de vista da comunicação, foi marcado por uma conjuntura de transformações, que vão desde as mudanças no mercado midiático, com o aumento das assinaturas de televisão à cabo e a popularização da internet intensificando a diversidade e o fluxo da informação, passando pela redução na capacidade dos canais abertos em *determinar* as preferências políticas da população – mesmo que ainda na dianteira da produção de escândalos associando integrantes do PT à esquemas de corrupção –, até chegar em certa ausência das narrativas alternativas, isto é, dos enquadramentos criticamente colocados no combate às racionalidades hegemônicas. Ou seja, embora canais alternativos de informação tenham sido gerados, isto não significou “que os fluxos se tornaram horizontais ou não hierárquicos” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p.112).

A chegada de Dilma Rousseff à presidência em 2011, portanto, não indicava a superação da crise institucional gerida pelo PT desde o Mensalão, tornando ainda mais evidentes as mudanças do ambiente político, social e midiático sobre as quais esta crise ainda se desdobraria⁶⁵. Uma vez que, conforme observa Rocha (2018), enquanto os grupos que *tradicionalmente* rivalizaram com o discurso hegemônico pareciam gozar de certo conforto, tendo suas demandas incluídas nas políticas públicas da gestão, a oposição, majoritariamente formada por grupos de uma direita *ultraliberal* e

⁶⁵ Até mesmo a campanha eleitoral de 2010 já denotava estas mudanças, afinal, diferente dos anos anteriores, temas e discursos impuseram-se a partir de espaços relativamente marginais, conferindo à grande mídia novos enquadramentos e uma agenda imprevista. Destacando-se, principalmente, a notoriedade conferida à pauta anti-aborto, levantada pelas igrejas contra a imagem de Dilma Rousseff. Pauta sobre a qual a grande imprensa atuou “no sentido de dar forma, definindo suas margens, promovendo alguns enquadramentos e vozes em detrimento de outros. Trabalhou, também, no sentido de estabelecer consensos, aproximando-se em graus variados da agenda conservadora dos grupos religiosos” (MIGUEL, BIROLI, 2017, p.52).

conservadora, organizava-se. De modo que, cada discurso, à sua maneira, anunciava o momento de crise, deixando claro que o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia, política e sociedade é *o processo democrático*, sem que este seja estabelecido não haverá diversidade e pluralidade de informações, opinião pública autônoma e, portanto, democracia plena (LIMA, 2009).

Assim, ao considerar que as disputas por narrativas no campo midiático funcionam como uma extensão da arena de disputas pela hegemonia no campo político, este breve apanhando sobre mídia e hegemonia no Brasil buscou evidenciar algumas conexões pertinentes para o desenvolvimento dos próximos capítulos deste trabalho – sobretudo, da conjuntura *sócio-política-midiática* que se estabelece pós 2013 – sendo elas: 1) a percepção dos elementos culturais como forma de resistência política; 2) as possibilidades de subversão da indústria cultural e, por conseguinte, das formulações da mídia convencional; 3) as estreitas ligações entre famílias que controlam a mídia e as esferas da política no país; 4) como a virada para os anos 2000 e a difusão das novas TICs confere a possibilidade de as frentes contra-hegemônicas deterem tanto os meios de produção da informação, quanto os canais de difusão; 5) como, apesar do aparente consenso político, a mídia massiva é capaz de articular uma sólida narrativa sobre *crise* que indicam os limites da hegemonia, e por último; 6) como as mídias pós-massivas consagram atuações contra-hegemônicas diversas, subvertendo, muitas vezes, a dimensão *ética-política anticapitalista* prevista por Gramsci.

Deste modo, observando a relação paradoxal que emana deste contexto, o próximo capítulo buscará apontar para os *sentidos de crise* sob os quais se articulam as narrativas divergentes que estão na disputa pela detenção da realidade sócio-política do Brasil entre os anos de 2015 e 2018. Promovendo, para tanto, uma discussão atualizada sobre a centralidade das mídias na vida contemporânea que considere os deslocamentos produzidos sobre os fluxos de produção, distribuição e recepção da informação através da adoção das mídias sociais como ferramentas fundamentais para articulação política de iniciativas pós-massivas. Havendo aí uma distinção entre as experiências autonomistas e as conservadoras na empreitada de esfacelamento do consenso e enfraquecimento das instituições sociais que demarcam o terreno sobre o qual a Mídia NINJA, ator desta pesquisa, se institui e trava suas disputas.

2. HEGEMONIA EM CRISE: DO DISCURSO POLÍTICO ÀS NARRATIVAS MIDIÁTICAS

Dentre as palavras que frequentemente pautam as reflexões sobre a vida contemporânea a noção de *crise* pode ser apontada como sendo uma das mais recorrentes, afinal não é difícil de identificá-la adornando as manchetes das tribunas virtuais, ou, de ouvi-la ressoar, repetidas vezes, quase como um mantra, seja nos diálogos rotineiros, seja no mais restrito dos espaços: *crise econômica*, *crise política*, *crise ambiental*, *crise de identidade*, *crise de credibilidade*, etc. Onipresente e sucessivamente enunciadas sob o espectro de *crise*, as quebras da estabilidade, as rupturas do consenso, ou mesmo, de certa *normalidade*, parecem rapidamente tomar conta de todas as esferas do cotidiano.

Embora, este pareça ser o *bordão* da contemporaneidade, não é de hoje que a temática da *crise* invoca reflexão. O conceito, que teria por matriz as ciências médicas – tendo sido posteriormente tomado como metáfora e absorvido pelos campos da economia, da política, da cultura, etc. –, revela ao longo de sua história alguns significados importantes. Figurando não apenas como um momento privilegiado nos discursos construídos no âmbito do senso comum, ou como diagnóstico imediato de problemas sociais, mas também, como uma via para possibilidades teóricas no âmbito das ciências humanas.

Isso por que, ao tornar tangível a compreensão de *finitude* de um consenso – seja na esfera mais íntima e individual, ou, na mais ampla discussão global – e ao revelar os conflitos de interesses materiais e simbólicos que implicam na irrisória estabilidade do discurso, a noção de crise afirma, ou, reafirma determinadas matrizes ideológicas empenhadas na produção de interpretações da realidade, estando – ainda que involuntariamente – à disposição da produção de sentidos e dos efeitos de legitimação de sua posição por diversos aparelhos sociais antagônicos.

Assim, se por um lado o uso corriqueiro do vocábulo induz a um sentimento de um mal-estar, de *algo não vai bem*, por outro, os termos que levam a esta sensação nem sempre aparecem bem delimitados. O que implica dizer que a noção de crise ao passo que aponta para uma controvérsia linguística, indica um fértil terreno de disputas políticas por sentidos (KOSELLECK, 2006). Ou ainda, como sugere este capítulo, a

noção de crise, fincada no terreno das ambiguidades, assume uma dupla condição, podendo tanto definir uma *situação-problema*, um momento de *não-hegemonia*, quanto se estabelecer enquanto um elemento cujos significados em disputa revelam a precariedade *suturante* da própria hegemonia.

Deste modo, reconhecendo os esforços científicos que recentemente vêm sendo empreendidos pelas ciências sociais (KOSELLECK, 2006; HABERMAS, 2015; MAIA, 2021), o presente capítulo pretende ressaltar as abordagens contemporâneas sobre a noção de crise, buscando compreender as possibilidades teóricas do conceito a partir de um diálogo entre as novas formulações e a chave de autores contemplada no capítulo anterior. Cabendo ao primeiro tópico, portanto, condensar um breve apanhando conceitual sobre crise e estabelecer alguns paralelos entre a *crise orgânica* em Gramsci e a *crise de hegemonia* em Laclau e Mouffe (2015).

Uma vez compreendida a possibilidade objetiva e *delimitante* imbricada à noção de crise, o segundo tópico deste capítulo, visando contribuir para o desenvolvimento do conjunto de hipóteses levantadas por esta tese, versa sobre a construção de duas *situações-problemas* distintas, porém, concomitantes: a crise de representação na política e a crise de credibilidade nas mídias – que, embora gestadas por longas décadas, são severamente expostas do decorrer do ano de 2015, até o *improvável* fechamento de um novo (*e precário*) consenso em 2018. Tomando estas situações *críticas* como momentos *inaugurais* de um período de *não-hegemonia*, ou ainda, como um momento em que os limites da hegemonia são evidenciados, procurar-se-á observar o desenvolvimento de novas articulações discursivas operadas sob as lógicas da equivalência e da diferença, tanto no que se refere a discursos políticos alternativos, quanto à efervescência de narrativas midiáticas pós-massivas.

Por fim, o terceiro e último tópico, valendo-se da dimensão simbólica de crise e do conceito de *significante vazio* proposto por Laclau (2011), dedica-se a construção de um panorama sobre como os diferentes significados articulados em torno da noção de *crise* centralizam as disputas por hegemonia entre os anos de 2015 e 2018, sobretudo, quando observada a construção de discursos políticos antagonísticos e de suas *respectivas* narrativas midiáticas como indicativos das múltiplas interpretações possíveis sobre a realidade sócio-política do Brasil (2015-2018).

Evidenciando os aspectos *objetivos* e *subjetivos* que fazem a noção de crise uma *totalidade significativa* (LACLAU; MOUFFE, 2015), este capítulo, busca contemplar a problemática geral da pesquisa delimitando as situações-problemas que constituem tanto um momento de *crise de hegemonia*, quanto pressupõem diferentes *narrativas de crise*. Indicando, portanto, como o esfacelamento do *consenso* possibilita, para o bem ou para o mal, o surgimento de novas articulações políticas e, por conseguinte, de novos atores, como é o caso da Mídia NINJA.

2.1. Desestabilizando o consenso: abordagens possíveis de crise

Se para Gramsci (1978; 1987; 2000; 2002) falar de *hegemonia* é falar da possibilidade de arrematar o poder pelo consenso, pode-se dizer que falar de *crise* é falar exatamente sobre a impossibilidade de estabelecê-lo. Afinal, se para o autor a tomada de poder é caracterizada como um processo de busca pela *consciência crítica* e dada como um processo de disputas de hegemonias contrastantes, a crise pode ser compreendida, justamente, como um momento *não-consensual*, de *falha* na coesão do bloco histórico e, ainda, como o momento-chave sobre o qual as disputas por uma nova hegemonia podem acontecer.

Partindo desta ideia, Laclau e Mouffe (2015), buscando ampliar o ideal emancipatório da formulação *gramsciana*, pontuam que a noção pode ser ainda compreendida como um elemento complementar e indissociável da hegemonia, descrevendo-a, nos termos da teoria política do discurso (TPD), tanto como a *fissura* que hegemonia busca *suturar*, quanto como um conteúdo a ser *hegemonizado* (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Logo, compete-se afirmar que, sob o ponto de vista da hegemonia, não é preciso ir muito longe para identificar o papel central que a noção de crise ocupa na construção de articulações discursivas e, por conseguinte, de sua importância na consolidação das disputas políticas. Contudo, antes de desenvolver tal argumento no plano da TPD e de compreender *crise* sobre o viés analítico da hegemonia, é necessário levantar algumas considerações sobre a longa história que envolve a semântica do termo, bem como, tecer alguns apontamentos sobre as diferentes tentativas de sistematização do conceito,

no intuito de iluminar as possibilidades para *crise* dentro de um escopo teórico capaz de acomodá-la em um momento específico no *tempo*, em que problemas *normativos* e *funcionais* se combinem, sem que isto implique num pressuposto *dualista* de percepção do mundo social.

Assim, reconhecendo a dupla condição que emana desta noção, o presente tópico sugere compreender o elemento *crise* sob duas dimensões: 1) como um momento de *não-hegemonia*, ou seja, como um intervalo de tempo em que as noções de *ordem* (política, social, democrática, etc.) estão ausentes, ou ainda, não estão devidamente hegemonizadas, e; 2) como uma *ferramenta narrativa* da qual impescinde múltiplas significações, portanto, como detentora dos diferentes sentidos sobre os quais se estabelecem os embates discursivos que caracterizam o momento sócio-político analisado por esta tese.

2.1.1. Heranças

Embora pareça trivial, um primeiro ponto a ser colocado é a origem médica da palavra e de como atual noção de *crise* – ou, pelo menos, aquela com a qual se pretende dialogar – resguarda a essência desta herança. Afinal, conforme argumenta Koselleck (1999), o emprego do termo pela *medicina* diz muito sobre como ele é compreendido e adaptado pelas reflexões filosóficas e teorias evolucionistas do século XIX. Estando na capacidade de *krísis*⁶⁶ em conjugar os planos *subjetivo* e *objetivo*, ao mesmo tempo, um importante elemento para compreender as diferentes articulações discursivas sobre as quais se desdobram os diversos sentidos de *crise* nos dias de hoje.

De acordo com o autor, originalmente o uso da palavra estaria voltado a descrever uma situação específica do quadro clínico de um paciente, um momento de *impasse*, no qual o indivíduo estaria colocado entre à cura definitiva e à morte. Entretanto, para além de definir *um momento* de abrupta rotura do equilíbrio *imunológico*, ou, de indicar para luta entre o *corpo* e a *enfermidade*, o termo também estaria apontando para um momento de *decisão*, de tal maneira que, seu emprego

⁶⁶ No grego antigo.

escarnaria não somente o dissenso *subjetivamente* conformado, como também, traria em si, o prenúncio *objetivo* de uma resolução (KOSELLECK, 1999).

Para Koselleck (1999), a empreitada moderna, resguardando a ênfase conferida pelos gregos ao uso da noção, teria continuado a conceber *crise* tanto como uma *categoria descritiva*, quanto como um *critério de diagnóstico*, estando à utilização da palavra, aplicada às ciências humanas, voltada a descrever a demanda por uma *decisão* entre “alternativas polares” envolta numa percepção do *tempo* responsável por delimitar o “fim de uma época”, ou, advertir sobre “uma mudança qualitativa que separa e distingue momentos” (KOSELLECK, 2006, p. 365).

Um bom exemplo desta *adaptação* de *crisis* pelos autores do século XIX pode ser encontrado no paralelismo entre o *sistema* humano (o corpo) e o *sistema* social traçado por Marx (1993[1867]), que usando *crise* para apontar para a instabilidade latente, para as quebras de rotina, mudanças, conflitos e contradições sob as quais a *ordem social*, tal qual o corpo humano, estaria *continuamente* sujeita, é um dos primeiros pensadores a tentar sistematizar conceitualmente a noção. Visto que, ao explorar a dimensão de *crise* no terreno da análise econômica, foi capaz de viabilizar uma abordagem sobre o tema centrada na observação das frequentes *cisões* e *desarticulações* entre as esferas da *produção* e do *consumo* sobre as quais se organiza o capitalismo (BASTIEN, 1989).

Logo, a chave da formulação *marxiana* para *crise* estaria vinculada a uma característica própria das relações de produção capitalista: a interdependência *contraditória* entre as diversas unidades de produção, ou seja, entre os proletários assalariados, os burgueses detentores dos meios de produção e o produto resultante do trabalho dos primeiros. Estando à cargo desta tríade tanto a *possibilidade formal da ocorrência* da crise, quanto à *necessidade* da crise para perpetuação do sistema (BASTIEN, 1989).

Nestes termos, dois usos principais para *palavra* podem ser identificados na obra de Marx: um voltado aos conflitos decorrentes do desenvolvimento histórico dos modos de produção, que seriam as *crises revolucionárias*, e outro, usado de forma mais restrita, como indicativo de impasses em algum setor ou instituição social – como uma *crise ministerial*, por exemplo. Em ambas as implicações, a noção faria referência a

momentos de tensão e impasse, aludindo, também, à possibilidade de tomada de poder pelas classes subalternas – quase como o ápice ou o marco da passagem de um modo de produção (MARX, 1993).

Para o autor, as *crises* estariam atreladas ao processo de mudança social, logo, seriam “sempre soluções violentas e momentâneas das contradições existentes, violentas erupções que restabelecem por instantes o equilíbrio perturbado” (MARX, 1993, p. 321), ou ainda, momentos concretos em que os interesses *de classe* se posicionariam em favor da manutenção ou reestruturação de determinadas relações sociais, operando, portanto, como *a própria* luta de classes em seu desdobramento histórico (MACÊDO *et al*, 2017).

Assim, apesar da noção de *crise* não ter sido esmiuçada objetivamente como um conceito teórico por Marx (1993), pode-se dizer que a natureza histórico-dialética em que o autor frequentemente fez uso desta noção condiz mais com a compreensão da efemeridade da ordem social, do que com o sinônimo de um contraste estático entre estabilidade e instabilidade. Deste modo, ao conservar em sua formulação a essência de *krísis*, o alemão observa a rotura do social como um processo latente, como uma conjunção entre problemas estruturais, que se expressam nas operações sistêmicas e institucionais, e a experiência subjetiva crítica, que descreve o mundo social e, por conseguinte, produz sentidos para as experiências vividas (DOBRY, 2014).

2.1.2. Diagnósticos

Os esforços de Marx (1993), neste sentido, traduzem um esforço – comum às ciências sociais – em estruturar interpretações capazes de identificar causalidades, tendências e imaginar alternativas, que, conforme Maia (2021), tem sido *reacendido* pelos cientistas sociais contemporâneos nas recentes tentativas de promover *diagnósticos de época* dentro do panorama desafiador que é conferir inteligibilidade às muitas *crises* que pautam a produção da ordem social vigente (MAIA, 2021).

Para Maia (2021), embora, o intuito destes autores seja o de promover uma conexão com os *clássicos* da sociologia e direcionar a disciplina para o campo da

prática⁶⁷, é preciso assumir que as ambiguidades provenientes do conceito de *crise* – sobretudo, no que diz respeito a questões de *temporalidade* e as *múltiplas formas de uso* que adquiriram na linguagem política e filosófica do Ocidente – tendem a dificultar o trabalho teórico, tornando cada vez mais pertinente um esforço de *análise* conceitual voltado *não* à “operacionalização concreta do termo, mas a conferir-lhe um lugar apropriado no vocabulário sociológico, de modo a contemplar o embasamento empírico e as múltiplas hermenêuticas a que a ciência social está sujeita” (MAIA, 2021, p. 204).

À vista disto, faz-se necessário considerar, tal qual Koselleck (2006), que um dos principais problemas a respeito das formulações contemporâneas sobre a noção de crise consiste na separação das esferas objetiva e subjetiva que o termo congrega. Isto porque, de acordo com o autor, o uso cada vez mais *político* do vocábulo, acaba por endossar a dimensão da *ação* em detrimento da esfera *subjetiva*. Uma vez que, ao pressupor a constituição de uma *situação limite* definida em termos de alternativas dualistas e mutuamente opostas, o uso político da noção supõem que o *sentimento* de crise pode ser espalhado, mas o *diagnóstico* e o prognóstico variam de acordo com *quem* a emprega (KOSELLECK, 2006).

Deste modo, Koselleck (1999; 2006), buscando evidenciar as duas dimensões que a noção reúne, sugere que, mais do que cumprir o papel de um artifício meramente *narrativo*, crise refere-se à *fragilidade da ordem social*. Assim, partindo deste ponto de vista, quando usado para definir alternativas históricas, o conceito se tornaria genuinamente um *conceito de combate*

[...] em torno do qual se procura definir uma situação ou mesmo uma totalidade histórica mais ampla, podendo-se combinar no conceito uma tomada de consciência da historicidade de uma sociedade e a mobilização de vontades políticas, o que, em certa medida, tornaria a ideia de crise a parte mais semiótica da luta política (MAIA, 2021, p. 221).

⁶⁷ Em seu momento emergente, no século XIX, a sociologia incorpora a produção de diagnósticos de época ao afirmar seu interesse na interpretação das mudanças associadas às novas formações sociais da modernidade, o que sugere que a relação da disciplina com essa prática é constitutiva e não simplesmente externa. Para Habermas (2015), esse entrelaçamento entre teoria e diagnóstico é que conformaria as características centrais do trabalho sociológico de então, como o “interesse pelas patologias, paradoxos e crises” (HABERMAS, 2015, p. 287).

Com isto, pode-se dizer que a imagem da crise em Koselleck (2006) expressaria um *terreno de disputa*: uma controvérsia no plano da linguagem que é parte do combate político em torno do qual se cristalizam alternativas e se constitui uma demanda para a ação. Sendo a luta pela *definição* de crise compreendida tanto como parte da própria crise, quanto como parte dos conflitos políticos. Estando, tal percepção, ligada à proposição de uma *crise permanente*, resultante de uma contradição imanente, que não se põe na esfera da relação capital-trabalho, como em Marx (1993), mas na estrutura básica do arranjo político moderno⁶⁸ (KOSELLECK, 1999; 2006).

Deste modo, uma vez estabelecida no vocabulário dos *diagnósticos*, crise passa a compreender as mudanças sociais, apontando tanto para características estruturais, que se desdobram no tempo e afetam de modo mais amplo instituições e relações sociais, quanto para experiências subjetivas formuladas linguisticamente, que compõem um quadro cultural e normativo que envolve avaliações, interpretações, tentativas de definição ou de redefinição de uma situação ou de um conjunto de relações. Operando, portanto, como um conceito que circula entre a linguagem sociológica e as linguagens dos atores/instituições, sendo possuidor de materialidade e conexões com formas de estruturação do ordenamento social que devem ser levadas em conta em si mesmas (MAIA, 2021).

2.1.3. Crise orgânica e os sentidos de crise

De maneira semelhante, porém, vinculada a uma matriz radical e emancipatória, a Teoria Política do Discurso (TPD), compreendendo o discurso como *ação política* da qual impescinde à *subjetividade*, reconhece a imanência da crise como fator determinante à existência da hegemonia, ou seja, da articulação política. Uma vez que, de acordo com a lógica *laclauiana-mouffieniana*, *crise* seria tanto a *fissura* que hegemonia busca *suturar*, quanto um conteúdo a ser *hegemonizado* (LACLAU, MOUFFE, 2015).

⁶⁸ É interessante considerar que, ao estabelecer um diálogo Carl Schmitt, Koselleck (1999; 2006) tende a deflacionar as possibilidades da crítica em um processo comunicativo mais amplo, estreitando as possibilidades de compreensão da política. Assim, sua concepção do *político* com exigências fortes de separação entre política e moralidade seria também pouco sensível à força normativa e politicamente transformadora da crítica social, elemento decisivo da dinâmica moderna, com o risco de aproximá-lo excessivamente de teorias conservadoras da crise, que a concebem como um problema de governabilidade (MAIA, 2021).

Deste modo, assentindo a dupla condição de *crise*, os autores apontam para a relação paradoxal que emana desta proposição. Visto que, se por um lado entender *crise* como fissura implica compreendê-la como um espaço vazio a ser preenchido, por outro, é preciso considerar as diferentes formulações que este preenchimento pode assumir.

De acordo com Laclau (2011),

A necessidade e a objetividade do social dependem do estabelecimento de uma hegemonia estável e os períodos de ‘crise orgânica’ são aqueles em que se debilitam as articulações hegemônicas básicas [...] Hegemonizar um conteúdo equivale, por conseguinte, fixar sua significação em torno de um ponto nodal. O campo do social pode ser visto assim como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si o maior número de significantes sociais [...] (LACLAU, 2011, p.45).

Partindo deste pressuposto, é possível considerar que os contornos da primeira dimensão de crise – vinculada a uma percepção de tempo – estariam arraigados no princípio *gramsciano* de *crise orgânica*. Assim, ao passo que a noção de hegemonia faria referência ao estabelecimento de certa *ordem*, a noção de *crise* refletiria os momentos de dissenso. Ou seja, a crise, enquanto *fissura*, seria equivalente ao momento que deflagra, em Gramsci, um processo contínuo de *degradação* vivenciado pelas sociedades capitalistas, no qual o bloco histórico, uma vez saturado, seria incapaz de assimilar novos elementos, portanto, incapaz de estabelecer o consenso do qual impescinde a hegemonia.

Neste sentido, a TPD, ao defender que a relação hegemônica tem efeitos políticos cotidianos, indica que a *crise* também (LACLAU, 2011). Contudo, enquanto a primeira implica num *necessário estabelecimento da ordem*, a segunda estaria atrelada a períodos nos quais as noções de ordem política, de ordem institucional, ou até mesmo de ordem democrática, *não estão devidamente hegemônicas pelos sujeitos políticos em disputa*. Consequentemente, utilizar, nestes casos, a noção de hegemonia como ferramenta de análise, sugere uma importante inversão. Logo, ao supor a ausência da ordem em determinado momento, *crise* pode ser compreendida como um momento político *não-hegemônico* (MENDONÇA, 2006).

Sendo importante lembrar que, este momento *não-hegemônico* é, na verdade, o espaço no qual se processam as disputas por hegemonia, é o espaço no qual diferentes articulações políticas combatem pelo estabelecimento de um discurso hegemônico, uma vez que, “numa sociedade que passa por uma profunda *desorganização* social, a *ordem* pode ser vista como a inversão positiva de uma situação de anomia generalizada” (LACLAU, 2011, p.78).

Assim, de acordo com Laclau e Mouffe (2015), se uma situação de hegemonia é aquela na qual o gerenciamento da positividade social e a articulação das diversas demandas democráticas atingem um máximo de integração, a situação oposta, na qual a negatividade do social geraria a desintegração de todo sistema estável de diferenças, corresponderia a uma crise orgânica. Ou ainda,

[...] uma conjuntura onde há um enfraquecimento generalizado do sistema relacional que define as identidades de um dado espaço social ou político, e onde, como resultado, há uma proliferação de elementos flutuantes é uma crise orgânica. Esta não emerge de um único ponto, mas é resultado de uma sobredeterminação de circunstâncias; e revela-se não apenas numa proliferação de antagonismos, mas também numa crise generalizada das identidades sociais. Um espaço social e político relativamente unificado através da instituição de pontos nodais e a constituição de identidades tendencialmente relacionais, é o que Gramsci chama de bloco histórico. Que coincide com o conceito de formação discursiva, ou, partindo do terreno antagonístico que este ocupa, uma formação hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 209).

Deste modo, pode-se pontuar que, quanto mais instáveis as relações sociais, menos exitoso será qualquer sistema definido de diferenças e os pontos de antagonismo proliferarão. Esta proliferação tornará mais difícil a construção de qualquer centralidade e, conseqüentemente, o estabelecimento de cadeias unificadas de equivalência, noutras palavras, se o consenso não pode ser construído, se o discurso não pode articular o maior número de demandas possíveis ao seu redor, uma *crise orgânica* é deflagrada (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Isto implica dizer que, em uma situação de crise orgânica, só haverá um consenso possível: o de que o dissenso está dado. Logo, se a ideia de *crise* é comum aos diversos discursos antagônicos, uma nova dimensão de crise abrolha. Afinal, se todo

discurso é enunciador de *ideologia*, é possível afirmar que, no mesmo instante em que se processa enquanto um *período* de dissensos, a *crise* também se coloca à disposição para operar como um *ponto nodal*, como uma ferramenta narrativa capaz de articular sentidos e estabelecer novos discursos capazes de colocar em evidência o vínculo palavra/ação, portanto, uma *leitura* sobredeterminada (ideológica) da realidade (MENDONÇA, 2006).

Neste contexto, portanto, o problema deixa de ser o *antagonismo* – que, enquanto discurso “impossibilita, no limite, a ação política” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.128) – para ser *quem* será o sujeito articulador que conseguirá estabelecer o sentido da *crise*, ou seja, *quem* irá restabelecer o discurso hegemônico que irá preencher o vazio deixado pela crise. Sendo este, justamente, o momento no qual se opera a disputa por hegemonia.

Sobre esse aspecto, é possível encontrar em Gramsci (2002a) algumas importantes ressalvas. Visto que, para o autor, o conceito de *crise* estaria intrinsecamente relacionado não só ao *abalo* das estruturas e superestruturas de um bloco histórico, como também, à possibilidade do surgimento de novas formas de organização social. De tal maneira que, a partir do momento em que a classe dirigente e dominante não consegue produzir consensos, algumas possibilidades passam a existir: se por um lado, as massas, até então passivas, encontram um momento para subverter a ordem – remanejando a construção dos arranjos políticos da esfera do Estado para os espaços da sociedade civil; por outro, haverá a tentativa de manutenção da ordem, passando por um relativo fortalecimento das forças repressivas e de setores das classes dominantes – que muitas vezes se operam por meio de golpes e ditaduras (GRAMSCI, 2002a).

Conforme o autor:

Se a classe dominante perde o consenso – ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente dominante, detentora da pura força coercitiva -, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. **A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer**: interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (GRAMSCI, 2002a, p. 184 *Grifo da autora desta tese*).

Ao que a dupla pós-estruturalista acrescenta:

Uma vez que, não é a pobreza de significados, e sim, a polissemia que desarticula uma estrutura discursiva [...] não há decisão política ou ordem estabelecida capaz de ocupar permanentemente o lugar da ordem em si. É simplesmente pelo fato de a idéia de ordem ser um horizonte inalcançável – e ao mesmo tempo sempre requerido – que podemos falar de política e de hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.214, grifos da autora desta tese)

Por conseguinte, que se pode falar de *crise*, e, sobretudo, que se pode compreendê-la, propriamente, como aquilo que mantém o *caráter aberto e incompleto do social*. Sendo possível concluir que, num momento de crise de hegemonia, quando as ideologias dominantes perdem força e os laços existentes se enfraquecem, é porque os *aparelhos privados da hegemonia*, operados pelos intelectuais orgânicos e tradicionais dos setores dominantes, não conseguem soldar o bloco histórico em torno de uma determinada concepção de mundo. Logo, numa crise de hegemonia, quando os grupos subalternos deixam de acreditar na capacidade dirigente dos governantes – que, uma vez incapazes de solucionar os aspectos mais insalubres da crise sobre a sociedade, mostram sua força por meio da repressão –, tanto uma nova ordem social pode surgir quanto novos sentidos para crise podem ser hegemonizados.

Neste sentido, reconhecendo alguns traços de similaridade entre a teoria e o cenário sócio-político estudado, reforçam-se aqui as pretensões desta tese em destacar o período compreendido entre 2015 e 2018 como um momento em que consenso se dilui e as disputas por hegemonia se processam, logo, como um período legítimo de crise orgânica. Assim, uma vez esmiuçadas as dimensões de crise, e compreendidos os aspectos objetivos e subjetivos que permitem atribuir ao vocábulo tanto uma percepção do *tempo* em que mudanças e *decisões* se operam, quanto como um terreno de disputas de sentidos, no qual diferentes *diagnósticos* tornam-se possíveis, caberá aos próximos tópicos, respectivamente, explorar *crise* sob o aspecto de fissura, ou de um momento de não-hegemonia, indicando, para tanto, duas situações-problemas que se processam simultaneamente como pontos-chaves desta crise orgânica – ou, pelo menos, como uma amostra de uma possível ineficiência do *cimento ideológico* produzido pelos *aparelhos privados da hegemonia*, mais precisamente, dos veículos midiáticos massivos e da política partidária, no período supracitado. E *crise* como ponto-nodal/ significante

vazio, ou, como conteúdo a ser hegemônico nas disputas pelos sentidos de crise mobilizados pelas diferentes narrativas midiáticas entre 2015 e 2018.

2.2. Instituições em *colapso*: crise de representação na política e de credibilidade nas mídias

Valendo-se de um horizonte metodológico que visa construir um panorama da crise sob viés do *tempo*, este tópico dedica-se a compor uma breve reconstrução histórica de duas situações-problemas que se destacam na cadeia dos acontecimentos que conferem ao contexto de rupturas e perda de legitimidade, vivenciado pelas instituições sociais entre os anos de 2015 e 2018, os contornos de uma *crise orgânica*, sendo elas: 1) o aprofundamento de uma crise de representação da política partidária e; 2) a crise de credibilidade das narrativas veiculadas pelas mídias massivas.

Deste modo, compreendendo *mídias e partidos* como *aparelhos privados da hegemonia* basilares ao estabelecimento do consenso na estrutura social contemporânea, e o excerto temporal destacado como um momento em que estas ferramentas não conseguem dar conta de estabelecer as pontes necessárias à manutenção da hegemonia, é que se busca conduzir uma investigação que assuma a tentativa de tornar tangível este processo *subjetivo* a partir de seus *efeitos materiais*. Cabendo às próximas linhas, portanto, a tarefa de fomentar um *corpus* híbrido, que comporte atributos teóricos e dados da *realidade* em uma relação dialética na qual seja possível localizar temporalmente tanto os processos que deflagram a dissolução do discurso hegemônico, quanto iluminar o cenário de disputas sobre o qual se conformam os desfechos que alinhavam uma nova e precária *sutura*.

Sendo ainda importante ressaltar que para levar a efeito o objetivo deste tópico, não se pretende reconstituir a história dos eventos, buscando-se privilegiar o momento da articulação política a partir da descrição da trajetória discursiva destes momentos.

2.2.1. Representação, significantes flutuantes e discurso político

Como visto, num período de crise orgânica, apenas um consenso é possível, sendo este, o próprio reconhecimento do momento de *crise*. Talvez, dito desta forma, este argumento pareça um tanto efusivo, porém, rapidamente, pode tornar-se contundente, visto que, para isso, basta levar em consideração o contexto político-social de um Brasil recente. Afinal, há de se convir que, as inúmeras rupturas dentro do quadro das articulações políticas ocorridas nos últimos anos ajudam a promover a dimensão temporal de crise como sentença incontestável e comum a diferentes esferas, firmando, *especialmente*, a última década, como um celeiro de situações-problemas, de *crises* advindas de outras *crises*, que, por conseguinte, interligam-se a processos cada vez mais abissais.

Abissais porque, uma vez que a crise é elemento comum às diversas passagens da história deste país, não seria exagero afirmar que este substantivo, uma vez enraizado nas diversas camadas do social, catalisa demandas reprimidas, evidenciando-as, muitas vezes, sob a alcunha das novas disputas. Assim, do mesmo modo que a ênfase na dimensão temporal de *crise* ecoa sob um tom familiar, destoa em seus significados, sendo sempre um recorte *sobredeterminado* deste momento, que pode referir-se tanto a questões do presente, quanto a pontas soltas do passado.

Deste modo, pensar nos *tons* possíveis de crise sugere também pensar nas *vozes* que o repercutem. Pensar em como as articulações são arrançadas, como determinados discursos conseguem congregam sobre si diferentes questões, e, principalmente, como este arranjo mobilizado encontra *representação*, tanto política, quanto midiática. Uma vez que – apesar do conceito de *discurso* implicar, em si mesmo, a função de representação⁶⁹ –, quando se trata de analisar discursos políticos, a problemática geral da discursividade ganha contornos mais específicos, afinal, no interior da arena política, a representação ganha *corpo*, e no campo midiático, *narrativas*, capazes de tornar a prática articulatória muito mais facilmente identificável, dado que, ao *encarnar* sentidos, torna explícito o embate entre diferentes posicionalidades (PINTO, 2017).

⁶⁹ Visto que, o discurso só se estabelece enquanto tal, quando reúne, em torno de um ponto nodal, uma série de momentos diferencias (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Neste sentido, é importante pontuar que, para Laclau (1996), *representação* é:

[...] o processo no qual o outro – o representante – “substitui” e ao mesmo tempo “encarna” o representado. As condições de uma perfeita representação parecem estar dadas quando a representação é um processo direto de transmissão da vontade do representado quando o ato de representação é totalmente transparente em relação a esta vontade. Isto pressupõe que a vontade esteja plenamente constituída e que o papel do representante se esgote nesta função de indeterminação. Desta forma, a opacidade inerente a toda substituição e encarnação deve ser reduzida a um mínimo: o corpo que a encarnação tem lugar deve ser quase invisível (LACLAU, 1996, p.172)

Sendo este, justamente, o ponto em que as dificuldades emergem. Uma vez que as condições para uma perfeita representação não são satisfeitas na lógica da política, “nem do lado representante, nem do lado do representado” (LACLAU, 1996, p.172), a representação política pode ser compreendida *sempre* como falha, embora, continue sendo igualmente necessária. Assim, se nenhuma representação é perfeita, sempre estará sujeita à rupturas. Logo, compreender a representação como *falha* implica reconhecer o viés de crise que este arranjo supõe (MENDONÇA, 2006).

Afinal, se a vontade do representado nunca é satisfeita integralmente, uma vez que o universo da representação é sempre complexo e resultante de disputas políticas de múltiplos interesses, sempre haverá margem para que a *insatisfação* se torne *ação*. Como é o caso da recente crise de representação política no Brasil, que, desencadeada a partir de uma série de manifestações e protestos de rua, indica a *consumação* de um dissenso generalizado no seio das instituições sociais entre os anos de 2015 e 2018, ou, pelo menos, confere os contornos do momento sócio-político que esta tese defende como sendo um período legítimo de *crise orgânica*.

Neste ponto, é importante frisar, que, mesmo que não se possa apontar com exatidão o momento inaugural *desta* crise, e que se reconheça que as demandas esboçadas pelos atos que tomam conta das ruas do país são gestadas *bem* antes de serem expressas em cartazes – ousa-se dizer, inclusive, que refletem eras *abissais* da organização sócio-política brasileira –, apontar-se-á para 2015 como marco inicial desta análise, assumindo-o como o ano em que a lógica das diferenças não consegue *alinhar* um discurso capaz de *suturar* o social. Ou ainda, como um momento de não-

hegemonia, no qual a noção de ordem não está devidamente hegemonizada pelos sujeitos em disputa. Portanto, não se trata de uma escolha aleatória, visto que, 2015, como se pretende demonstrar, se destaca como um momento em que a *crise* – deposta irreversivelmente pelas Jornadas de Junho de 2013 e *encarnada* pelas instituições sociais – encontra, enfim, certa consubstancialidade, ou seja, como um momento em que os *significados flutuantes*⁷⁰, deixados no ar pelos embates de 2013, consolidam-se em discursos antagonísticos.

Assim, no intuito de amarrar este argumento, é preciso reconhecer que, embora permeado por incontestáveis divergências, o cenário sócio-político brasileiro que antecede 2013 pode ser compreendido como um espaço *relativamente* estável, isto é, como uma conjuntura *aproximada* da ideia gramsciana de *bloco histórico*. Afinal de contas, como um período marcado por uma estabilidade financeira sem precedentes – de crescimento do PIB (3,5% em média ao ano entre 2003 e 2013), de melhora distributiva de renda, redução da pobreza e elevação expressiva dos indicadores sociais (sobretudo, da empregabilidade)⁷¹ –, a conjuntura pré-2013 é capaz de propiciar o fortalecimento de uma articulação discursiva bastante abrangente, na qual a áurea da prosperidade econômica consegue, certamente, retroalimentar consensos políticos e institucionais.

Noutras palavras, é possível considerar a primeira década do governo petista (2003 – 2013) como um momento construído sob a constituição de identidades *tendencialmente* relacionais, ou ainda, como um momento construído sobre a instituição de pontos nodais efetivamente dispostos a consolidar uma formação discursiva hegemônica capaz de incluir, minimamente, uma vasta gama de antagonismos. Entretanto, como qualquer consenso, esta *estabilidade* está sempre em risco. É sempre uma condição temporária, uma vez que:

[...] um sistema de diferenças plenamente bem sucedido, que excluísse todo significativo flutuante, não possibilitaria qualquer articulação; o princípio da repetição dominaria toda prática no interior deste sistema

⁷⁰ O significativo flutuante é um elemento discursivo que se descola da cadeia de equivalência e se coloca a disposição de discursos que o disputam. A princípio, não há uma filiação ideológica nesse combate, o que não quer dizer que o sentido não possa ser sobredeterminado ao logo da disputa. Laclau (2013) considera significantes flutuantes, os significantes cujo sentido está *suspense*. Logo, podendo ser usados por diferentes projetos, em diferentes conotações: “[...] as mesmas demandas democráticas sofrem a pressão estrutural dos projetos hegemônicos rivais. [...] A questão é que seu significado é indeterminado entre fronteiras alternativas de equivalências” (LACLAU, 2013, pp. 197-98).

⁷¹ Os desocupados saltaram de 6,9 milhões, em 2013, para 12,7 milhões, em 2018, o que elevou da taxa de desocupação de 7,2% para 12,3% no mesmo período (PINTO *et al.*, 2019, p.113).

e não haveria nada a hegemonizar. É porque a hegemonia supõe o caráter aberto e incompleto do social, que ela só pode ter lugar num campo dominado por práticas articulatórias [...] Porém, o momento articulatório não é suficiente para falar de hegemonia. É necessário que a articulação tenha lugar por meio de um confronto com práticas articulatórias antagonísticas – em outras palavras, que a hegemonia emerja num campo atravessado por antagonismos e, portanto, suponha os fenômenos da equivalência e dos efeitos de fronteira (LACLAU, MOUFFE, 2015, p.214).

Vale ainda ressaltar que se as duas condições para a formação de uma articulação hegemônica são a presença de forças antagonísticas e a instabilidade das fronteiras que as separam, somente a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação a campos opostos – o que implica uma constante redefinição destes últimos – constituem o terreno que permite definir uma prática como hegemônica. Sem equivalências e sem fronteiras, é impossível falar estritamente de hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Neste sentido, se a eminência da crise está sempre prevista, o que irá determinar uma situação de crise orgânica não é apenas a multiplicidade de pontos que ela acomete, não é só a proliferação de antagonismos, mas, a sua capacidade de se estabelecer como resultado de uma *sobredeterminação* de circunstâncias, ou seja, de se consolidar como uma crise generalizada das identidades sociais. Portanto, o que irá caracterizar uma crise orgânica é “um enfraquecimento generalizado do sistema relacional que define as identidades de um dado espaço social ou político, e onde, como resultado, há uma proliferação de elementos flutuantes” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 216). Sendo exatamente este o processo que começa a se desenvolver a partir de 2013 no Brasil.

Isto porque, naquele ano, a articulação hegemônica do governo petista, erguida sob as bases de uma economia estável, começa a sofrer os revezes de uma abrupta recessão⁷². Assim, mesmo que os fatos geradores das crises nos planos econômico,

⁷² Ainda como reflexo da crise internacional de 2008, a partir de 2011 o cenário das relações exteriores do Brasil passa a sofrer consideráveis perdas, em virtude da desaceleração da China e do retorno das políticas de austeridade na Europa e nos países da periferia. Gerando dificuldades na realização das mercadorias no plano do mercado mundial, impactando na queda dos preços e das quantidades das *commodities* que o Brasil exporta. Isso provocou uma reversão dos termos de troca brasileiro (queda de 21% entre 2011 e 2015) que afetou negativamente a renda, o balanço de pagamentos, o câmbio e os investimentos, sobretudo os das indústrias de *commodities* intensivas em capital (petróleo e gás, siderurgia, papel e celulose, mineração, etc.), que possuem importante participação na economia brasileira. Outra questão igualmente importante refere-se às mudanças adotadas pela gestão Dilma (2010-2014) em relação às políticas econômicas. Embora tenha preservado a linha geral da gestão estatal petista

político e institucional não tenham sido os mesmos, ao passo que os significantes flutuantes se proliferam, a fissura do social se alarga. Sendo importante observar que embora o discurso da *esquerda* – mesmo que por um curto espaço de tempo – tenha se estabelecido como hegemônico, continuou sendo um discurso *isolado*, tendencialmente tolerado pelo o *bloco corporativo*⁷³ e sem o precioso endosso das *mídias massivas*. De modo que quando a *falha* em estabelecer um diálogo⁷⁴ com os movimentos sociais e grupos autônomos que tomam as ruas em 2013 ocorre – sendo o diálogo um dos grandes méritos do Partido dos Trabalhadores (PT) –, as insatisfações do presente e as pontas soltas do passado encontram força para requerer espaço na arena de disputas por hegemonia.

Em linhas gerais, estas *pontas soltas* referem-se a uma série de (res)sentimentos que remonta do processo de redemocratização do Brasil. Na verdade, referem-se a desconfiança com que o projeto político petista é encarado – mesmo antes de vir a ter lugar no Estado – pelo bloco no poder econômico e pela *classe média* tradicional⁷⁵. O que implica dizer que, à medida que os manifestantes exprimiam em cartazes o

de conciliação de classes, configurada nos governos Lula, o *mix* de política econômica (redução da taxa Selic em 2012; desvalorização cambial; ampliação das isenções fiscais para os empresários industriais; redução das tarifas de energia elétrica e preço dos derivados de petróleo; desaceleração dos gastos e investimentos públicos) com o objetivo de estimular o crescimento da economia via investimento do setor privado, não obteve os resultados esperados em termos de crescimento, pois os estímulos não impulsionaram os investimentos privados no montante suficiente para compensar a redução dos componentes autônomos da demanda. Segundo estimativas de Borges (2017), pesquisador do IBRE/FGV: “entre 40 e 60% da desaceleração do crescimento do PIB brasileiro em 2012-2016 parece ter refletido fatores exógenos (internacionais e domésticos [sobretudo impactos da Lava Jato]), outros 30% decorreram de uma provável subestimação do crescimento neste período. O restante (cerca de 10% a 30%) poderia ser atribuído a erros de política e a outros fatores não identificados claramente”. (PINTO *et al.*, 2019, p.115)

⁷³ Frações de classe proprietárias de grandes corporações do capitalismo brasileiro que remontam vínculos políticos que têm sido historicamente marcados por relações não republicanas envolvendo financiamento de campanhas partidárias, obras públicas e mudanças regulatórias em prol dos interesses capitalistas em suas relações com a cena política e o Estado (PINTO *et al.*, 2019).

⁷⁴ A falha na comunicação pode ser expressa pela demora na resposta do governo federal em tomar uma posição favorável aos manifestantes, na demora em Haddad (PT), então prefeito de São Paulo, onde eclodiram as manifestações mais violentas, intervir junto ao governo Estadual na ação policial. Ou ainda, na falta de diálogo com as bases populares que estenderam as reivindicações dos eventos. Vale pontuar que, em 2013, a popularidade da Presidenta Dilma caiu de 65% de ótimo e bom em março, para 30% em junho, mês do início das manifestações. De julho de 2013 a dezembro de 2014, a popularidade não oscilou abruptamente, ficando sempre entre 30% e 40% (fonte: <<http://datafolha.folha.uol.com.br>>; acesso em: 20 jan. 2019).

⁷⁵ Existe uma vasta literatura sobre o tema. Constando no referencial desta tese: Lima (2009); Rubim e Colling (2006), Aldé *et al.*, (2007); Azevedo (2009); Mundim (2011); Miguel (1999); Miguel e Biroli (2013); Feres Jr e Sassara (2016); Feres Jr (2017); Souza (2017); Panizza (2000).

descontentamento em ser representado por aquele governo ⁷⁶, evidenciavam o desconforto com a queda de seu poder de consumo e, sobretudo, com a *ascensão social* dos extratos de baixa renda (SOUZA, 2017; SINGER; 2013). Assim, ao mesmo tempo em que ascendem as flâmulas de uma democracia pungente, as Jornadas de Junho de 2013 deflagram a perda de legitimidade do governo petista e a fragmentação do então discurso hegemônico em uma variedade de significantes flutuantes pré-dispostos à novas (e não tão novas) articulações.

Neste sentido, vale lembrar que a disputa entre forças políticas pela hegemonia é um momento privilegiado de construção de *cadeias de equivalência*. Logo, se um discurso político se pretende hegemônico, necessita constituir cadeias de equivalência capazes de conferir sentidos minimizando as diferenças e as simbolizando através de um *significante vazio*. Havendo, de acordo com Laclau (2013), momentos mais institucionalizados, em que as diferenças tendem a ser mais marcadas, e momentos de ruptura ou crise em que as diferenças tendem a ser minimizadas, tornando-se mais facilmente equivalentes. O que explica, em grande medida, o cenário dos impensáveis conchavos políticos e as múltiplas tentativas de articulações discursivas que despontam pós-Jornadas de Junho.

Afinal, se em 2013 o consenso se esfacela, o ano seguinte é um marcado pelas tentativas de se estabelecer uma nova conjuntura hegemônica. Contudo, se por um lado as diferenças eram espontaneamente minimizadas em prol de um *discurso anti-petista*, o resultado das eleições presidenciais, em 2014⁷⁷, mostrou que, por outro, as bases populares e a militância da esquerda ainda nutriam esperanças no discurso de mudança que outrora alavancou o país. Assim, mais uma vez, o Partido dos Trabalhadores saía vitorioso das urnas, embora seu discurso estivesse cada vez mais distante de repetir este

⁷⁶ “ELES NÃO ME REPRESENTAM”, era a frase que estampava os cartazes nas ruas durante das Jornadas de Junho de 2013. Embora, a taxa de popularidade e aprovação do governo Dilma fosse de 65% de ótimo e bom e a taxa de desemprego variasse em torno de 6% no início das manifestações, vale ressaltar que a despeito da heterogeneidade, as Jornadas foram constituídas majoritariamente por trabalhadores jovens com renda entre um e cinco salários-mínimos, que reivindicavam, entre outros motivos, melhorias nos transportes públicos e redução de suas tarifas, melhorias na saúde e rejeição do sistema político. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br>.

⁷⁷ Embora o ano de 2014 seja palco de embates políticos preciosos à compreensão das formações discursivas que pressupõem a polarização radical que se estabelece nos anos seguintes, opta-se por suprimir a descrição destes eventos em detrimento de um panorama mais detalhado dos anos que eventualmente serão analisados por essa tese.

feito. Haja vista que, o desafio imposto para o quarto mandato petista incluía não só estabelecer um plano de reestruturação da economia abalizado em políticas ortodoxas, como também, e em paralelo a este empreendimento, manter ativa a conexão entre o governo e sua base social – a classe trabalhadora e os movimentos sindicais e sociais.

Como se sabe, a despeito de qualquer estratégia, e ainda no primeiro trimestre de governo, ficou evidente que o PT não daria conta de restabelecer sua legitimidade⁷⁸. Afinal, enquanto os segmentos financeiros amargavam a baixa nas taxas de lucro, a base social, impactada com a queda de emprego e da renda dos trabalhadores, não consegue evitar o aprofundamento de uma fissura com governo, ou seja, de articular as forças necessárias para conduzir um movimento de contenção às ameaças de impeachment que se colocavam contra a presidenta recém-eleita, Dilma Rousseff (PINTO *et al*, 2019).

Deste modo, ao contrário do que acontece nos anos anteriores, as manifestações de rua que irrompem ao longo de 2015 tornam evidente a presença de um discurso articulado, constituído sobre equivalências, não por acaso, estabelecidas sobre o mote anti-governo. A novidade, no entanto, estava a cargo de uma característica particular desta conjuntura: a incidência de duas posturas ideológicas opostas sobre as quais esse conjunto de articulações transitava. De modo que, nem todo discurso anti-governo se associava a postura liberal e conservadora, ainda que, também não se opusesse ao *impeachment* (PINTO, 2017).

De acordo com Pinto (2017), uma vez que o governo petista perde a possibilidade de *se* significar discursivamente, em outras palavras, de dar sentido às suas próprias ações, um “vácuo discursivo” emerge. Ou seja, a fragmentação da hegemonia do PT – construída através de uma articulação que incluía militantes e

⁷⁸Não se pretende aprofundar as razões do desgaste do discurso do PT, mesmo assim é importante, para a análise da trajetória discursiva dos anos em questão, apontar, ainda que rapidamente, três razões que contribuíram para esse cenário: 1) os três mandatos do PT na presidência da República, que provocou um sentimento de decepção nos militantes, os quais viram frustradas suas expectativas de mudanças mais radicais, impossibilitadas pelos acordos que o governo fora obrigado a fazer com partidos centristas para montar uma sempre potencialmente instável maioria no Congresso Nacional. Também como governo, o partido teve de fazer acordos com os setores do mercado financeiro e da indústria, acordos estes pouco palatáveis à militância. 2) o afastamento do governo, tanto de Lula como de Dilma, das bases dos movimentos sociais. Eles apostaram em políticas públicas sociais que provocaram mudanças significativas na vida das classes populares, mas não incluíram politicamente essas classes. O eleitor do PT passou a ser um cliente do governo, um cliente de suas políticas públicas. Uma vez ter-se tornado cliente, o eleitor deixou de ter uma relação política com a política e isso foi marcante quando não se via nas manifestações nenhuma posição explícita de apoio ao governo e/ou ao partido. 3) os escândalos de corrupção que vieram a público em 2005, popularmente chamados de “mensalão” e as novas denúncias advindas com a Operação Lava Jato em 2014 (PINTO, 2017, pp. 141-142).

eleitores fiéis, bem como, praticamente, todo o espectro da esquerda –, deflagrada pelos eventos de 2013, embora não afete de imediato o resultado das eleições, torna evidente a perda de sua capacidade de dar sentido às causas políticas (PINTO, 2017, p. 141).

Este *vácuo discursivo*, portanto, refere-se não só a uma crise do discurso petista, refere-se à perda de referência de toda uma articulação discursiva que, durante anos, interpela parcelas significativas da sociedade brasileira. Deste modo, a crise que acomete o discurso do PT – que, em dado momento, é o discurso hegemônico – enfraquece o sistema relacional que define as identidades políticas e sociais, provocando a proliferação de significados flutuantes e uma crise generalizada, ou seja, uma *crise orgânica*. De tal forma, uma vez que o *vazio discursivo* é deflagrado, o campo de batalhas por significação se institui, e novas cadeias de equivalência se tornam possíveis.

Neste sentido, o ano de 2015, ao passo que revela a falta de um grande articulador, faz notórios os significados flutuantes que se colocam à disposição de novas articulações. Ao analisar tal conjuntura, Pinto (2017) chama a atenção para o fato de que este vazio discursivo, ao provocar uma desorganização no campo da *centro-esquerda*, possibilita o avanço das articulações de centro-direita, que, pautadas num discurso popular, passam a denunciar não mais um anti-partidarismo, uma falta de credibilidade nos partidos políticos em geral, mas, mais especificamente, um *anti-petismo*, tornando-o um significante vazio potente, capaz de “articular em uma cadeia de equivalência todos os conteúdos que significavam *dispersamente* os problemas do país” (PINTO, 2017, p.145).

Pode-se dizer que, ao longo de 2015, de modo heterogêneo e não-linear, o PT foi caracterizado como *corrupto* e sinônimo de *Dilma*, o que explica, em grande medida, a adesão de diferentes identidades sociais ao discurso difundido por segmentos conservadores. Afinal, é ao estabelecer equivalências entre Corrupção-PT-Dilma, que o fluxo do discurso conservador, articulado sob forte apelo popular das lideranças difusas dos grupos formados nas redes sociais online – como será melhor discutido no próximo bloco – institui o *impeachment* como pauta central das manifestações, deixando claro que a grande diferença das ruas em 2015, em relação a 2013, estava na capacidade articuladora do novo discurso e sua, cada vez mais exitosa, tentativa de significar à política (PINTO, 2017).

Sobre a conformação deste novo discurso, vale ainda salientar a presença de outro fator determinante, a Operação Lava-Jato⁷⁹. Isto porque, gestada no seio do Poder Judiciário, a operação que, no ano de 2015, visava investigar os casos de corrupção dentro da Petrobras, acaba catalisando as evidências necessárias à confirmação do indissolúvel vínculo entre o Partido dos Trabalhadores e a mácula que acometia o país. Podendo-se atribuir às práticas pouco ortodoxas – baseadas na flexibilização do regramento legal e geração de instabilidade⁸⁰ – utilizadas por sua força-tarefa, a consumação de mecanismos que irão produzir fraturas sociais ainda maiores nos anos seguintes, haja vista a legitimidade adquirida pelas investigações (bem como, pelos seus figurões) junto à opinião pública.

⁷⁹ A operação Lava Jato (2014-2021) investigou práticas de corrupção, realizadas na Petrobras e em outros órgãos governamentais, que beneficiaram agentes públicos e empresas privadas. Em março de 2014, foi criada pelo Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba a força tarefa da operação, que contou com procuradores (Deltan Dallagnol, Carlos Fernando Lima, entre outros) do Ministério Público Federal e com o apoio da Polícia Federal. Tanto as operações como os julgamentos das ações penais foram realizados na 13ª Vara Federal de Curitiba, ocupada pelo juiz Sergio Moro. Em janeiro de 2015, foi criado um grupo de trabalho de procuradores na Procuradoria Geral da República (PGR), em Brasília, com o objetivo de auxiliar nas investigações e acusações (de investigados com foro privilegiado), contando com auxílio do Procurador-Geral Rodrigo Janot na análise de processos em tramitação que eram enviados pelo juiz Sergio Moro para a PGR. A operação foi discretamente encerrada em fevereiro de 2021, uma vez que a validade de suas próprias investigações foram colocadas sob suspeita (PINTO *et al*, 2019).

⁸⁰ De acordo com a tese explorada pelos autores PINTO; SALUDJIAN; NOGUEIRA; BALANCO; SCHONERWALD; BARUCO (2019), a quebra do regramento o regramento jurídico (leis e Constituição) no julgamento da Ação Penal 470 (AP 470), conhecida como Mensalão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), abriu precedente para a crise institucional que assola, ainda hoje o país. Considerando este momento como o primeiro momento de intervenção jurídica na ordem política e, conseqüentemente, o primeiro embrião do mecanismo de flexibilização do regramento jurídico atrelado à falsa premissa de que se estaria construindo uma solução nova para um problema novo (o da corrupção sistêmica). Os autores advogam que, Com a operação Lava Jato, esse mecanismo de flexibilização do regramento jurídico foi alçado a um novo patamar. Em resumo, os instrumentos “extraordinários” adotados pela operação foram legitimados: (i) pelos grandes meios de comunicação; (ii) pelo STF, via relatoria do Ministro Teori Zavascki, que, em 2014, decidiu rever sua posição e devolver a competência das ações penais que envolviam deputados citados para o juiz de 1ª instância Sergio Moro; e (iii) pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4) no julgamento da conduta do juiz Sérgio Moro, em 2016, quando o mesmo retirou o sigilo da gravação telefônica entre a presidente Dilma e o ex-presidente Lula. Com essa grande legitimidade junto à opinião pública e com um poder institucional quase que “ilimitado”, o mecanismo adotado pela Lava Jato (conduções coercitivas, prisões preventivas sem prazo definido, entre outras medidas) no combate à corrupção adquiriu um novo *status*. Longe de ser obra do acaso, a operação adotou uma estratégia muito clara e consciente. Em outras palavras, a operação Lava Jato precisou gerar instabilidade política (um dos elementos centrais de sua estratégia), por meio de vazamentos ilegais para a imprensa, para pressionar os agentes políticos e as instâncias superiores do judiciário para prosseguir no combate à corrupção. Para que esta estratégia fosse efetivada, fez-se necessário formar um consórcio não formal entre a Lava Jato em Curitiba e os grandes meios de comunicação (Globo, Bandeirantes, Folha, Estadão). Com esse consórcio, foi possível legitimar o mecanismo, junto à opinião pública, sem que fossem investigados os crimes de abuso de autoridade. Os fins (combate à corrupção e a refundação do Brasil) justificariam os meios. (PINTO *et al*, 2019, P. 122-123).

De modo que, uma vez endossado pela *Justiça*, o sentimento anti-PT passou a fazer das ruas um ambiente seguro para desfilar com o seu discurso. Assim, articulados sobre o mote do *impeachment* e legitimados pelas provas, até então, irrefutáveis apresentadas pelo juiz Sérgio Moro, os moradores de bairros nobres, representantes secundários e até do mais alto escalão do bloco economicamente hegemônico, vestidos de verde e amarelo, “dispostos a bater panelas e usar uma linguagem vulgar para se referir à presidenta da República” (PINTO, 2017, p.152), não hesitaram em tomar o espaço público, assumindo, portanto, o protagonismo das manifestações de rua entre os anos de 2015 e 2016⁸¹.

Cabe observar que, este *novo* discurso, enquanto produto da articulação de significantes flutuantes deixados à deriva num imenso vácuo discursivo, uma vez incorporado pelas identidades sociais mais abastadas, assume uma posição nas ruas que, historicamente, esteve ligada as bases populares, sindicatos, partidos e alianças de centro-esquerda. Todavia, tendencialmente posicionado à direita do espectro político e com apelo popular fundamentado em enunciadores da classe média, faz desaparecer (ou, quase) vestígios de luta por direitos, por melhores salários, por melhores serviços públicos, por passe livre nos transportes públicos, bem como as performances simbólicas contra o capitalismo, trazendo de volta pautas como o nacionalismo, intervenção militar, a família, valores religiosos e *tradicionais* da moral e dos bons costumes (PINTO, 2017).

Por sua vez, ainda que visivelmente abaladas, as forças de centro-esquerda continuaram a convocar seus pares para as ruas, prenunciando o *golpe parlamentar* em curso através da formação de frágeis cadeias de equivalências entre os setores sociais

⁸¹ Conforme o instituto Datafolha, 77% dos manifestantes presentes nas manifestações pró-impeachment em 2015, possuíam Ensino Superior completo, sendo que no comparativo com a capital paulista o mesmo índice é de apenas 28%. Entre os demais manifestantes, 18% informaram ter o Ensino Médio e somente 4% disseram ter estudado até o Ensino Fundamental. Quanto à renda, 50% dos entrevistados informaram receber de cinco a 20 salários mínimos mensais, sendo que na cidade de São Paulo este mesmo índice é de 23%. Além disso, a pesquisa apontou que a maioria dos participantes do ato foi composta por homens (57% contra 43% de mulheres) com mais de 36 anos de idade (73%). Dos manifestantes, 12% relataram ser empresários. Na população total de São Paulo, apenas 2% têm a mesma ocupação. Outro dado do Datafolha é de que 77% dos entrevistados declararam ser de cor branca e 94% disseram não integrar os movimentos responsáveis pela organização do ato. A avaliação do governo Dilma recebeu 98% de classificações com ruim/péssimo. Quanto à condução coercitiva do ex-presidente Lula nas investigações da Operação Lava-Jato, 96% dos manifestantes concordaram que o juiz Sergio Moro agiu de forma correta. Sendo ainda considerado a mudança geográfica das manifestações, que das ruas do centro em 201, passam a percorrer bairros nobres a partir de 2015. (Disponível: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/03/pesquisa-aponta-perfil-elitizado-dos-manifestantes-pro-impeachment-em-sao-paulo-5110835.html>. Acesso em: 14/07/2020).

mais acuados pela notoriedade do discurso anti-petista. Consequentemente, a tônica das manifestações de rua entre os anos de 2015 e 2016 destaca a formação de dois discursos antagônicos, adversários, de dois pólos políticos estruturalmente distintos e radicalmente opostos.

O avanço desta polarização, como parte potencialmente observável das articulações discursivas e dos embates por hegemonia, calhou, em 2016, na irremediável destituição de Dilma Rousseff. Embora este fosse o objetivo do discurso *anti-petista*, é preciso lembrar que o *impeachment* não fez com que os problemas políticos e econômicos cessassem, que um novo bloco histórico se consolidasse, e, muito menos, impediu que os significados flutuantes continuassem a ser proliferar. Afinal, ainda que os representantes dos setores econômicos dominantes, da classe política e da burocracia estatal tenham conseguido viabilizar o *golpe*, não conseguiram articular um discurso capaz de estabelecer um novo consenso. Uma vez que o objetivo central foi alcançado, as articulações se dissolveram, deixando aparentes os interesses próprios de cada uma destas forças sociais.

Somando-se a isto, é preciso ainda observar que, mesmo que o sucessor da presidência, Michel Temer (MDB), tenha buscado compor as articulações partidárias necessárias a manutenção de seu posto, foi ineficiente em lidar com o acirramento do conflito entre as identidades sociais, e, sobretudo, com as negociações relacionadas ao andamento Operação Lava Jato (PINTO *et al*, 2019). Isto porque, àquela altura, a Operação e o exímio trabalho de *delação midiaticizada*, realizado em parceria com os grandes veículos de mídia massivas, conseguem deslegitimar, ainda mais, o sistema político partidário brasileiro⁸². Visto que, se nos últimos dois anos, a articulação

⁸² Mais uma vez, se faz referência à produção de instabilidade, estratégia adotada pela Operação Lava Jato. Mais especificamente, no que se refere à exposição excessiva por parte das mídias massivas às delações premiadas dos empresários envolvidos no esquema de corrupção. Um dos casos mais emblemáticos da utilização deste mecanismo é a *delação dos irmãos Batista* (donos do frigorífico JBS). Com essa delação, a Lava Jato Brasília (grupo de trabalho da PGR) conduziu operações controladas que (i) gravaram conversas embaraçosas de Joesley Batista como o presidente Temer e com o senador Aécio Neves – candidato do PSDB a presidente derrotado por Dilma no 2º turno das eleições de 2014 –, inclusive com pedido de dinheiro a Joesley; e que (ii) rastream o dinheiro (malas e mochilas com chips) pago pelos irmãos Batistas para os indicados pelo presidente e pelo senador, respectivamente, o deputado Rodrigo Loures (PMDB-PR) e o primo do senador. Segundo a PGR, esses pagamentos eram propinas. Dado o exemplo da prisão de Marcelo Odebrecht e o “jogo de ataques e contra-ataques”, os irmãos Batista perceberam que era necessário realizar uma delação que incorporasse informações bombásticas para obter, junto à PGR, uma enorme redução de suas penas. Ou seja, para eles se salvarem (da justiça e das possíveis perdas econômicas de sua empresa) era necessário gerar uma enorme instabilidade. Isso ampliou a crise em curso, sobretudo nas dimensões política e institucional (PINTO *et al*, 2019).

discursiva majoritária havia corporificado a corrupção sob a imagem do Partido dos Trabalhadores, a *revelação* de práticas impróprias nos demais partidos⁸³, e, inclusive, nas bases do STF, foi capaz de provocar uma fragmentação deste discurso, levando a população, estarecida e ainda mais descrente com o sistema vigente de representação política, a requerer uma *nova política*.

Esta *nova política*, contudo, partilhava de *velhos* ideais. Visto que, na medida em que a Lava Jato assumia uma posição de representatividade política – tendo seus integrantes se tornado heróis nacionais⁸⁴ –, outros modelos institucionais, como as igrejas e o exército, passam a ganhar destaque. De modo que, o ano de 2017 acaba se tornando palco para a emergência de um discurso ainda mais reacionário, articulado sob a égide da *ordem e do progresso*, da *pátria amada*, de *Deus*, da *família tradicional*, entre outros motes conservadores⁸⁵. Assim, o Brasil adentra no ano de campanha eleitoral com um sistema político desacreditado, figuras políticas que representavam alianças antigas, e uma vertente que prometia uma transformação radical, mesmo que regida por uma aliança entre interesses duvidosos.

À revelia desta conjuntura, o resultado das urnas no ano de 2018 – seguindo os moldes do que se viu nas eleições presidenciais de 2016, nos Estados Unidos⁸⁶ – confirma as definições de uma reordenação discursiva que pressupõem, enfim, o estabelecimento de um consenso. Porém, vale observar, o discurso que se firma como

⁸³ Especialmente o PSDB, com as gravações de Aécio Neves divulgadas com a delação dos irmãos Batista. (Idem).

⁸⁴ A medida que a Operação Lava Jato ganha legitimidade política, e status de instituição, atores como o juiz Sergio Moro, que respaldado por suas próprias ações sensacionalistas, a exemplo, a condução coercitiva de Lula para depoimento em 2015, e mesmo sua prisão em 2018, ganha status de herói nacional. Tendo sido retratado como tal em bonecos infláveis que ornaram as manifestações pró-impeachment em 2015 e 2016. (Disponível: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/04/advogado-mobiliza-vaquinha-e-faz-bonecao-de-super-moro-em-mt.html>. Acesso: 22/09/2019).

⁸⁵ Outros motes conservadores se confirmam durante a sessão da Câmara dos deputados em que o processo de *impeachment* é aprovado, em abril de 2016. Incluindo-se aí, princípios que ferem os Direitos Humanos, tal qual, a invocação da tortura física aplicada pelos algozes de Dilma Rousseff no período da ditadura militar no Brasil.

⁸⁶ Refiro-me ao uso de dados dos perfis dos usuários das redes sociais ligadas ao *Facebook* para o direcionamento de conteúdos durante as eleições presidenciais nos Estados Unidos em 2016, que levou à vitória do candidato conservador Donald Trump. O momento ficou conhecido como escândalo Facebook-Cambridge Analytica. Para entender melhor a ligação entre tal estratégia e o andamento da campanha eleitoral de 2018 no Brasil, sugere-se a leitura de Dourado (2020), indexado nas referências desta tese.

hegemônico em 2018 não conquista o posto porque consegue articular o maior número de demandas, mas porque o maior número de demandas não consegue se articular em torno de *um* discurso. Portanto, uma vez que os significantes vazios, sobre os quais se articulam este discurso, se estabelecem aquém dos *aparelhos privados da hegemonia* habituais – ou seja, das mídias massivas e dos partidos políticos *convencionais* – impulsionam a construção de cadeias de equivalências que pressupõem a exclusão de toda diferença, logo, de um equilíbrio precário “longe da unidade comunitária” que a hegemonia requer (LACLAU, 2011, p.77).

2.2.2. Esfera pública, credibilidade e a crise da comunicação massiva

Paralelamente a esta crise de representatividade na política, a crise de *credibilidade* das narrativas veiculadas pelas mídias massivas certamente ajuda a compor uma dimensão de *crise* que favoreça a hipótese de que os anos de 2015 a 2018 se configuram como um período de *crise orgânica*. Afinal, compete frisar, muito do êxito conquistado pelo discurso conservador que alinhava o consenso em 2018 se deve as dinâmicas de fragmentação dos fluxos informacionais que se firmam durante o período observado e que, por conseguinte, implicam imprescindíveis reformulações ao sistema midiático convencional.

Partindo deste pressuposto, o argumento aqui levantado é o de que o período em questão tenha favorecido o desencadeamento de um *colapso* no modelo de comunicação massiva, sobretudo, do gênero jornalístico e dos moldes de produção da informação, haja vista a aceleração do uso das ferramentas de comunicação disponibilizadas pelas plataformas de mídias sociais na internet, principalmente, quando direcionadas à legitimação de novos discursos políticos – notadamente, aqueles politicamente *contra-hegemônicos*, mesmo que *totalmente* avessos à experiência de democracia radical.

Entretanto, a ideia de *colapso* pouco tem haver com a *ilusória* teoria de perda de *forças* dos meios massivos de comunicação⁸⁷, funcionando, para fins desta reflexão,

⁸⁷ “Segundo respondentes da Reuters Digital News Report de 2018, a televisão ainda é o principal meio de acesso às notícias no Brasil (75%) e a circulação de jornais impressos está em declínio (34%); 66% indicaram as mídias sociais como fontes de notícias. Quando se observa quais ferramentas digitais são mais utilizadas para receber informações, o Facebook ainda está em primeiro lugar com 52%, a despeito

como um reforço ao aspecto temporal de *crise*, ou seja, como sinônimo de um momento de ruptura, no qual, o modelo que se pressupunha estável, se depara com uma crescente *deslegitimação* de sua posição absoluta, logo, com as *fronteiras* e *antagonismos* que lhe impelem à construção de novas articulações favoráveis à manutenção de sua hegemonia.

Deste modo, reforçando-se o potencial ambivalente que os meios de comunicação de massa detêm, enquanto mediadores do sistema cultural, na organização da vida social contemporânea, é que se propõem estabelecer um diálogo crítico com a perspectiva de esfera pública *habermasiana*, reconhecendo que, se por um lado, os meios de comunicação podem ser usados pelo Estado e pelo *bloco corporativo* para a estabilização do sistema político-administrativo em voga, por outro, quando operados pelos agentes da sociedade civil, podem viabilizar resistências capazes de expor as ineficiências do sistema e endossar – para o bem, ou para o mal – a emergência de crises de legitimação das instituições sociais (HABERMAS, 1987 *apud* MAIA, 2021).

Portanto, para além de ater-se aos afeitos potenciais dos meios massivos de comunicação previstos pela *teoria da ação comunicativa*⁸⁸, intenta-se observar como estes potenciais se ampliam – e se restringem – dentro de um cenário de mudanças previsto pelo uso das plataformas digitais, principalmente, quando levado em consideração a celebração destes espaços como uma nova *ágora* política, ou ainda,

da tendência recente de queda, e o WhatsApp está em segundo com 48%. O Brasil é destacadamente um dos países com maior utilização do Facebook nesse quesito, comparado, por exemplo, com 39% dos EUA e 24% da Alemanha. Ainda assim, os veículos de massa são a primeira fonte de consumo de notícias e o relatório aponta que o Grupo Globo, Folha e portais como MSN, Yahoo e Terra detêm os sites mais acessados semanalmente para consumo de notícias em ambiente digital. Todavia, o quadro indica um sistema midiático híbrido que não se limita somente às organizações de massa, com destaque para as ferramentas digitais” (ALVES, 2019, p.111).

⁸⁸ Em sua teoria da ação comunicativa, Habermas (1987) irá ponderar que se uma esfera pública manipulada não é um lugar para que a racionalidade emancipatória aconteça, a sociedade civil, em contrapartida, como lugar no qual se originam esferas públicas diversas, pode oferecer uma perspectiva para construção de um projeto de democracia radical no qual os meios de comunicação perderiam o caráter de ferramentas meramente políticas, que “*hierarquizam* o horizonte das comunicações possíveis”, para se estabelecerem como um centro latente de comunicação pública e de vontade política (HABERMAS, 1987). Para Habermas (1987), enquanto espaço social da *prática comunicativa* que confere vitalidade ao *mundo da vida*, a esfera pública assumiria a função simbólica de integração social e a tarefa de assegurar a autonomia dos sujeitos frente ao sistema político-administrativo. Funcionando como uma *zona de conflitos*, um ambiente no qual as relações entre sistema político, administrativo e a sociedade civil seriam mediados. A informação, portanto, seria pré-requisito para que os cidadãos participassem ativamente da vida pública, cabendo as mídias massivas, enquanto meios de expressão para as diversas idéias e interesses políticos de uma comunidade, prover irrestritamente este fluxo. Ou, pelo menos, é neste sentido que o autor buscou recuperar um lugar para a formação da vontade política atrelada à participação dos cidadãos e à possibilidade de acessar, pela comunicação racional pública, a veracidade das reivindicações de validade em questões práticas (MAIA, 2021).

como esfera pública digital (TORET, 2012; CARREIRO, 2012; CASTELLS, 2009; LATTMAN-WELTMAN, 2015). Cabendo reforçar que ao mesmo tempo em que as novas tecnologias de informação e comunicação ampliam e diversificam os canais de participação argumentativa – abrindo possibilidades de envolvimento políticos mais participativos e horizontalizados em comparação ao modelo partidário de participação e representação política –, promovem uma forte tendência à *segmentação* – ao direcionamento de informações específicas – que, ao legitimar conteúdos cada vez mais restritos, rompe o fluxo das divergências, fomentando o descrédito das instituições midiáticas e, conseqüentemente, minando os consensos possíveis (SILVA, 2014).

Isto posto, um primeiro passo na direção desta reflexão condiz com a observação de como a percepção inicial de que o advento da internet poderia romper com as assimetrias de poder e desequilíbrios de visibilidade característicos dos meios de comunicação massivos – gerando, por conseguinte, a renovação da democracia representativa – se vê *frustrada* pelos mesmos mecanismos que a promovem (SODRÉ, 2020). Afinal, entre as expectativas geradas e as conquistas democráticas alcançadas, incide um processo de fragmentação da comunicação provocado pelo descompasso entre a aceleração do ritmo da agenda pública e os moldes de tomada de decisão que, não só converge com a perda de coerência da esfera pública (BIMBER, 2000), como também reafirma, no *ciberespaço*, as mesmas discrepâncias de posições e acessos, reproduzindo as mesmas assimetrias que favorecem a naturalização da *visão de mundo* de alguns grupos, tornando *invisível* o exercício desigual de influência nas democracias (ALVES; ALBUQUERQUE, 2018).

Isto implica dizer que ao oferecer a diversos agentes sociais a possibilidade de tangenciar a mídia convencional e atingir diretamente o público, o ambiente digital não favoreceu *apenas* um processo de desburocratização da criação de conteúdos e de pluralidade das mensagens, mas também engatilhou um irreversível panorama de *desinstitucionalização da informação* (BIMBER, 2000) sobre o qual tem se desenvolvido mecanismos e práticas cada vez *menos* emancipatórias e *mais* nocivas ao funcionamento das instituições e da cultura democrática⁸⁹ (ALVES; ALBUQUERQUE, 2018).

⁸⁹ Conforme será debatido no tópico seguinte.

Afinal, no cenário contemporâneo, a presença ubíqua das novas TICs e a popularização sobremaneira do uso de plataformas de mídias sociais, ao colocarem-se como catalisadores dos sentimentos de insatisfação de grupos deixados à margem pelas articulações hegemônicas, têm sido capazes de alavancar um processo de expansão do espaço público no qual os fluxos de produção, distribuição e recepção da informação são cotidianamente reinventados, promovendo, por conseguinte, uma gradual destituição do jornalismo – “entendido como o sistema que reúne, seleciona, hierarquiza, organiza e vende informações” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p.8) – de sua posição de *principal instituição mediadora da esfera pública*. Incidindo não só “no descentramento do padrão de profissionalismo jornalístico e dos padrões de hierarquização da expressão” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p. 15), como também, fortalecendo um panorama de instabilidade, de deterioração de consensos socialmente referenciados, logo, de enfraquecimento das instituições sociais (ALVES, 2019).

Sob este aspecto, cabe colocar, que parte deste deslocamento do papel jornalismo profissional e do descrédito da informação *curada* pelos veículos convencionais pode ser atribuído a uma crítica recorrente à *parcialidade velada* sob a qual o jornalismo funda a *legitimidade e credibilidade* de sua intervenção no espaço público. De acordo com Miguel e Biroli (2017), ainda que os ideais clássicos da imparcialidade, neutralidade, pluralidade e objetividade norteiem a produção de notícias, a *incorporação imperfeita* destes valores – ou, a incapacidade dos veículos em “reproduzir, fielmente e de maneira equilibrada, vozes e os interesses que compõem o social” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p.11) – acaba por destacar as funções políticas que as narrativas construídas pelas mídias massivas visam ocultar:

Os valores da imparcialidade e da objetividade no jornalismo, embora possam servir como uma forma de resistência relativamente a pressões de governos e mesmo de agentes econômicos, escondem a adesão a posições que, por sua vez, correspondem à visão de mundo de alguns grupos, mas não de outro. Numa sociedade cindida por clivagens (de classe, de gênero, de raça, entre muitas outras), a apresentação de visões parciais como fossem “nenhuma posição” permite que as experiências e os interesses de alguns grupos sejam universalizados. Como as clivagens que diferenciam os grupos correspondem a privilégios, estamos falando de hierarquias socialmente estruturadas que ganham forma no debate público por meio da visibilização e da vocalização desigual dos grupos (MIGUEL; BIROLI, 2017, pp. 11-12).

Assim, uma vez que as novas dinâmicas de produção de informação abrem possibilidades para que grupos marginalizados (subalternos, ou não) contraponham a visibilidade seletiva dos meios massivos, oferecendo recursos fundamentais para a consolidação de contra-públicos, a curadoria e os processos de mediação do jornalismo tradicional passam a ser banalizados. Diante da emergência de diferentes narrativas acerca da realidade social e da intensificação dos conflitos entre estes e o horizonte cultural dominante, o caráter *impossível* da imparcialidade defendida pelos veículos convencionais acaba se sobrepondo a sua *dimensão utópica*, ou seja, ao seu princípio normativo, *consensual* sobre o qual a hegemonia se firma.

Deste modo, o discurso jornalístico seria

[...] um discurso imparcial porque reconstrói o todo incorporando diferentes partes. Mas isso não implica um agnosticismo valorativo [...]. **Essa imparcialidade presumida diferencia o discurso jornalístico do discurso de outros agentes, que tentam mobilizar tais valores, mas sempre o fazem a partir de uma posição reconhecida como interessada e parcial.** O que o jornalismo produz, ao procurar uma representação objetiva das diferentes vozes, é escapar de sua perspectiva situada [...]. Contudo, ao universalizar a perspectiva social de seus agentes, apresentando-a como neutra, o jornalismo torna-se incapaz de absorver a pluralidade do mundo social [...]. (MIGUEL; BIROLI, 2017, pp. 13-15, *grifos da autora da tese*).

Ademais, tão logo o discurso da imparcialidade – essencialmente precário enquanto equivalente de uma articulação hegemônica – não consiga atender a necessidade que os diferentes grupos sociais têm de produzir informações a partir de suas próprias perspectivas, uma fissura se abre permitindo que diferentes articulações passem a disputar este espaço. Assim, na medida em que o jornalismo conduzido pelas mídias massivas é incapaz de exprimir a pluralidade das vozes sociais existentes na esfera pública, o ideal da *imparcialidade* se dissolve, as frágeis relações identitárias se rompem e novas narrativas sobre o mundo social adquirem destaque.

Deste modo, entendendo que a esfera pública, enquanto um espaço relacional, está moldada como uma zona de conflitos na qual as disputas por significação ocorrem, e reconhecendo a imprescindível atuação dos meios de comunicação de massa, especialmente, dos veículos jornalísticos, no processo de articulação dos discursos que competem pela conformação do imaginário social, ou ainda, pela construção de uma

opinião pública hegemônica, é que se procura defender a ideia de *colapso* das mídias massivas não como um momento de *abrupta ruptura*, mas como *consequência* de um processo histórico agravado pela combinação entre instabilidade política e a popularização das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Reforçando a intrínseca relação entre mídia e política, cumpre-se observar que tal qual a crise de representatividade na política, o *colapso* que se abate sobre os moldes da mídia massiva no Brasil, se conforma em um *vácuo*. Porém, diferentemente do *vácuo discursivo* deixado pelo Partido dos Trabalhadores no campo da política, a crise de credibilidade que abala a mídia *mainstream* – a mesma que teve um papel decisivo no fortalecimento do sentimento *anti-petista* sobre o qual se articula o discurso do *impeachment* – estaria vinculado a um *vácuo narrativo* dado pela impossibilidade de se estabelecer o consenso sobre uma narrativa *imparcial*. Ou ainda, da dificuldade de se estabelecer um *adversário comum* diante de um cenário cada vez mais fragmentado, no qual a pluralidade de identidades/demandas e de narrativas independentes – ou, nem tão independentes assim – se colocam na disputa pela hegemonia.

Na tentativa de sistematizar os eventos que conferem validade a este argumento, é que se propõe retomar a linha do tempo construída no tópico anterior acrescentando aos acontecimentos políticos selecionados as dinâmicas de fragmentação dos fluxos informacionais que levam à crescente deslegitimação da posição *absoluta*, até então, ocupada pela mídia massiva e os veículos jornalísticos no Brasil. Apesar do recorte proposto enfatizar o ano de 2015 como momento ápice deste *colapso*, considera-se importante fazer uma breve contextualização sobre o período que o antecede, reconhecendo 2013 como um marco tanto no que se refere à conformação de um dissenso no campo político, quanto na abertura de fluxos de informação e participação na política através das mídias sociais online.

Desta forma, pode-se dizer que, ao passo que a conjuntura deflagrada pelas manifestações de junho de 2013 remonta um cenário de acentuada descrença nos princípios da democracia representativa, confirma um processo de transformações culturais, institucionais e midiáticas da política brasileira que, alicerçado nas mudanças estruturais das tecnologias e nas lógicas da comunicação, *favorece* a articulação de novos discursos políticos *enfraquecendo* os papéis das instituições vigentes – os meios

de comunicação de massa, partidos políticos e entidades civis *tradicionais* – como únicos vetores de informações política (ALVES, 2019).

Logo, a partir das *jornadas de junho* daquele ano, não é só o sistema político partidário que se vê coagido a realizar significativas mudanças, mas também o jornalismo massivo é colocado em cheque ao ter seu potencial de fazer circular informações, pautar a agenda pública, definir enquadramentos sobre o mundo político contestado por iniciativas midiáticas surgidas no ciberespaço. Contudo, se num primeiro momento o resultado desta contestação foi a ampliação da cobertura jornalística dos protestos e uma mudança na forma de construir o perfil das manifestações e dos manifestantes⁹⁰, num segundo momento este artifício deflagra a disrupção da hegemonia das mídias massivas sobre os fluxos da informação, que, coincidindo com a progressiva desarticulação do discurso *petista*, irá corroborar com o estabelecimento de uma *crise orgânica*.

Passando rapidamente à cronologia dos eventos, cabe pontuar que se as demandas que desestabilizaram a coerência do discurso político em 2013 orbitavam entre os primeiros sinais de aumento na inflação e as demais consequências da derrocada econômica, as que recaíram sobre a atuação das mídias massivas apontavam para a incapacidade das narrativas jornalísticas capturarem o que ocorria nos protestos. Assim, enquanto nas *ruas* a credibilidade da informação passa a ser questionada e os veículos de comunicação hostilizados pelos manifestantes⁹¹, nas *redes* se dá um

⁹⁰ Conforme Mourão (2019), o enquadramento das narrativas da imprensa brasileira sobre os protestos teria partido do habitual descredenciamento das demandas das minorias, com o favorecimento de uma narrativa inicial focada na depredação do patrimônio público e no confronto com a polícia, ou seja, um enquadramento condicionado à relação entre o sistema midiático, as oportunidades políticas e o caráter dos protestos. Contudo, diante da inesperada rede de solidariedade formada em contraposição à abordagem truculenta da polícia, e, em detrimento de uma mudança no perfil dos manifestantes que, de maneira gradual, começavam a pautar as ruas com demandas anti-governo, o enquadramento da mídia realinha-se, conferindo aos protestos de rua uma legitimidade inédita nos meios de comunicação massivos.

⁹¹ Outro fator importante da disputa dos sentidos da cobertura midiática dos protestos foi a hostilidade contra as empresas de comunicação, representada pela marcha em direção à sede da Rede Globo no bairro Jardim Botânico do Rio de Janeiro no dia 03 de julho. Depois disso, houve outro ato, dia 17, na administração da emissora no Leblon, inclusive com destruição da fachada. Um dos posts mais circulados no mês comemora a repressão a jornalistas: “Rede Globo é vaiada e repórter vai embora sem fazer a reportagem”, postada pela fan-page “Brasil, é hora de acordar” no dia 16 de junho obteve 107.070 compartilhamentos. Além disso, aconteceram diversos episódios de revolta contra jornalistas, desde vaias durante transmissões ao vivo, até o tombamento de carros e a expulsão de repórteres das ruas. A indignação foi exacerbada pela cobertura despolitizante e que generalizou atos pontuais de violência para enquadrar as demonstrações como ações de vândalos, marginalizando ou apagando as demandas (ELLWANGER, 2017, p. 215).

aumento exponencial do uso das plataformas de mídias sociais online na produção de conteúdos sobre os protestos, sendo a adoção deste recurso, notadamente, um ponto de virada no que diz respeito às dinâmicas de propagação da informação.

Afinal, de maneira similar ao que já havia sido experienciado em outros levantes populares ao redor do globo, o uso das plataformas online durante a *primavera brasileira* foi decisivo, tanto no que diz respeito à convocação das manifestações (CASTELLS, 2014), quanto para articulação dos significantes flutuantes demandados pela fragmentação do discurso político hegemônico. De modo que, embora, àquela altura, houvesse muita euforia em torno do significado das *jornadas*, um dado estava claro: era no ciberespaço que a informação era gestada e que a participação política ganhava sentido.

Sendo também neste espaço que o combate à longa trajetória de intervenção na política empreendida pelas mídias massivas – enquanto empresas *oligopolisticamente* organizadas – começa a tomar forma⁹². Haja vista que, a tradicional abordagem de deslegitimação das pautas de movimentos sociais e das manifestações de rua na cobertura jornalística⁹³ não só foi mal recepcionada pelos espectadores, como também, foi prontamente rebatida pela cobertura colaborativa e instantânea realizada espontaneamente por usuários das plataformas de redes sociais e coletivos organizados que, de maneira inédita, apropriavam-se das redes tecnológicas digitais com a finalidade de produzir e fazer circular suas próprias visões de mundo (CASTELLS, 2009).

A luz desta ocasião, o uso cada vez mais *politizado* da tecnologia acaba por beneficiar a consolidação de uma rede de *mediativistas*⁹⁴ engajada em apontar para as

⁹² Cabe ressaltar, contudo, que apesar do destaque recebido pelos empreendimentos emancipatórios, o momento indica um efetivo deslocamento ideológico da resistência imposta à elite midiática brasileira. Afinal, do mesmo modo que os contra-públicos, formados por uma elite econômica e lideranças de opinião, conseguem popularizar suas ideias através de projetos mediativistas para articular as manifestações mais efetivas contra o governo, conseguem efeitos significativos em produzir antipatia em relação à imprensa tradicional. Uma vez que, conforme Alves (2019), a construção da mídia convencional como *hostil* ou *opositora* é um elemento fundamental ao realinhamento das direitas no Brasil, sendo um dos condicionantes para criar a demanda para projetos informacionais partidários ou de viés confirmatório (LYCARIÃO *et al.*, 2018).

⁹³ Dentre a vasta literatura sobre o tema, compõem as referências deste trabalho: MARTÍN-BARBERO (1987); LIMA (2009) MORAIS (2007); CASTELLS (2009; 2014; 2018), ALVES (2019), ALBUQUERQUE (2018).

⁹⁴ Destacando-se nesse cenário a utilização das ferramentas disponibilizadas pelo *Facebook*, como será discutido no próximo tópico.

potencialidades de envolvimento políticos mais participativos e horizontais (SILVA, 2014). A proeminência da internet como uma extensão da arena de disputas pela hegemonia desponta como verdadeira protagonista dos eventos de *junho*, sendo celebrada, na ocasião, como uma alternativa de reconfiguração da própria democracia participativa (GIBSON; WARD, 2000; CASTELLS, 2009).

Contudo, uma vez arraigada em um progressivo abalo na confiança nos meios de comunicação massivos, a soma destas experiências *subversivas* funciona, naquele momento, tanto como um reflexo dos baixos índices de credibilidade no jornalismo massivo, quanto como um reduto no qual as diferenças que se proliferam ao longo da fragmentação do discurso hegemônico poderiam, enfim, convergir em equivalências. Embora a vasta literatura produzida sobre este fenômeno aponte para a criação de redes autônomas de *contrapoder* e *contranarrativas* como responsáveis por tangenciar a burocracia política e desafiar os poderes instituídos, tanto das elites no poder, quanto dos conglomerados de comunicação, sem dúvidas, o período em questão também remonta a eminência de articulações cada vez mais reacionárias (ROCHA, 2018).

Isso porque, mesmo que o deslocamento do centro produtivo da informação política das mídias massivas para as iniciativas midiáticas alternativas tenha inaugurado uma nova era das manifestações de massa e que 2013 indique a primazia de iniciativas midiáticas autônomas, recepcionadas como ferramentas emancipatórias da sociedade civil, é a crescente percepção dos veículos de comunicação massivos como *hostis* ou *opositores* de projetos ideológicos distintos ao hegemônico que irá fomentar a significativa antipatia do social em relação à imprensa tradicional e o desprezo pelas instituições intermediárias (SILVA, 2014), favorecendo um sentimento de falta de representatividade que não só descredibiliza a informação produzida pelos veículos *tradicionais*, como incita a articulação de redes informacionais antagônicas e a difusão de narrativas afins (LYCARIÃO *et al.*, 2018).

A este respeito, Alves (2019), observando os processos que favorecem os desarranjos de visibilidade e desordem da informação na última década no Brasil, pontua que o exaltado “*boom* das mídias alternativas” em 2013 – no qual se destaca o crescimento da Mídia NINJA – não só apadrinhou o desenvolvimento de todo um ecossistema de coberturas jornalísticas coletivas e ativistas articulado sob o viés de uma ideologia política à esquerda, como também, propiciou a efervescência de iniciativas

comunicacionais vinculadas ao campo político oposto (ALVES, 2019). Portanto, é preciso esclarecer, o que se coloca em voga nesta sessão não é apenas a observação de como experiências *emancipatórias* de comunicação se consolidam na disputa por hegemonia, mas, de como, neste cenário de reconfiguração comunicacional, os discursos contra-hegemônicos, afeitos a lados ideologicamente distintos, conseguem, simultaneamente, produzir ranhuras na hegemonia da imprensa tradicional.

Ou seja, o que se defende é que do ponto de vista midiático o ano de 2013 confere visibilidade a um cenário de pluralidades e diferenças que as narrativas produzidas e reproduzidas pelas mídias massivas não são mais capazes de contemplar. Assim, tão logo o princípio da imparcialidade é posto à prova, dinâmicas que já estavam sendo mobilizadas se põem em ação, apropriando-se das novas TICs para rivalizar os sentidos do social, tornando evidentes as fronteiras inerentes a qualquer articulação hegemônica. Todavia, há de se admitir, se, àquela altura, a fragmentação do discurso político hegemônico ganhava força, a perda de credibilidade das narrativas midiáticas tradicionais evidenciava a tentativa de consolidação de uma nova hegemonia, balizada, não por acaso, no aprofundamento de uma latente polarização política.

Em detrimento disto, mesmo que as vísceras da *pluralidade* tenham sido irreversivelmente expostas pelo seu antecessor, o ano de 2014 irá se consagrar como um período no qual a lógica das equivalências consegue, eficientemente, estabelecer uma relação adversarial entre duas ideologias opostas. Contudo, o afastamento e a radicalização entre os polos do jogo político, para além de acentuar as distinções sobre ideias, valores e políticas públicas da direita e da esquerda, passa, de modo expressivo, a também modelar a dimensão afetiva, isto é, o campo dos sentimentos de animosidade, desgosto e raiva dos indivíduos em relação ao grupo adversário (IYENGAR *et al.*, 2019), sendo o *ódio* um fator determinante para compreensão do cenário político-midiático daquele ano.

Afinal, os efeitos deste fenômeno demandaram o desenvolvimento de ferramentas ainda mais precisas no que diz respeito à produção e disseminação de informação, produzindo consequência imediatas no que se refere aos hábitos de consumo da notícia e, sobretudo, de formação de preferências políticas (MIGUEL; BIROLI, 2017). Neste sentido, enquanto a grande mídia buscava afirmar sua posição de destaque na conformação da opinião pública – alinhando-se as bandeiras jurídicas para

produzir impactos políticos⁹⁵ –, as mídias sociais, operadas por grupos políticos distintos, concentram seus esforços em: 1) articular discursos capazes de reforçar as distinções entre o *eu* e o *outro* e determinar o jogo político; e 2) hostilizar a imprensa tradicional, alimentando as desconfianças das audiências para com as contradições do fluxo comunicativo, valendo-se, para tanto, da produção de narrativas e visões do mundo gestadas sob a esfera das afinidades⁹⁶.

Ainda que abalada pela visibilidade dos conteúdos nativos das plataformas de mídias sociais, é a estratégia de minimização das diferenças – em relação às iniciativas midiáticas gestadas por grupos de direita – em prol de um discurso *anti-petista*, que irá iluminar a posição institucional privilegiada ainda resguardada pela mídia massiva. Uma vez que esta, balizada sob tática de vazamento de informações privilegiadas⁹⁷ à véspera do segundo turno das eleições, consagra o cenário de polarização sócio-política, numa nítida demonstração de seu alcance e influência sobre a decisão de voto de uma parcela significativa da população brasileira.

⁹⁵ A cobertura da corrida eleitoral de 2014 foi marcada pela ênfase das mídias massivas às apurações da operação Lava- Jato. De acordo com Pinto (*et al*, 2019), a estratégia fundamental da Lava-Jato estaria pautada na geração de *instabilidade* política para legitimar a própria operação. Logo, no “vazamento/publicidade para os meios de comunicação → para gerar instabilidade, deslegitimação política (Congresso e Executivo) → legitimidade da operação junto à opinião pública (aumento do seu poder) → pressão sobre as instâncias superiores do judiciário, em especial o STF, para que essas não coibissem a flexibilização das leis” (PINTO *et al*, 2019, p. 123)

⁹⁶ Extenso arcabouço empírico modula a ideia de que as características tecnológicas da internet produzem ou reforçam a polarização política. Sustain (2001) expressa preocupação com a crescente personalização do consumo noticioso na web, observando que as pessoas selecionam apenas conteúdos que confirmem suas predisposições e se conectam com pares com pensamentos similares. Pariser (2011) desloca a preocupação para a agência tecnológica de buscadores de conteúdo e das mídias sociais que interferem para prender os usuários em bolhas ideológicas ao exibir e recomendar somente informações de viés confirmatório. Embora, estudos recentes sobre exposição incidental indicam que as mídias sociais aumentam o consumo noticioso inadvertido, reduzindo a seleção de viés confirmatório (BRUNDIDGE, 2010; FLAXMAN *et al.*, 2016; FLETCHER e NIELSEN, 2018; BRUNS, 2018).

⁹⁷ “No dia 23 de outubro, a revista *Veja* antecipou o lançamento de sua edição para a véspera da votação de segundo turno, trazendo a estrondosa capa com a fala de Youssef ‘Eles sabiam de tudo’. Ao fundo, pairavam as soturnas figuras de Dilma e Lula; na reportagem, alegações sem provas ligando o escândalo aos petistas. Configurava-se, então, a primeira tentativa declarada do sistema de justiça para influenciar o processo eleitoral, sobretudo considerando a situação de empate técnico entre PT e PSDB nas pesquisas. No dia que antecedeu a votação, circulavam rapidamente correntes falsas pelas mídias sociais dizendo que o doleiro havia morrido envenenado pouco depois de seu depoimento. A capa da *Veja* tomou as ruas durante as primeiras manifestações pelo impeachment em cartazes que reproduziam em destaque a capa” (ALVES, 2019, p.52). Capa disponível no site da revista *Veja*: <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/capa-bombada-veja-dilma-e-lula-sabiam-de-tudo/>

É a certeza do poder inabalável (ou quase) desta aliança que torna o resultado das eleições presidenciais⁹⁸, a vitória democrática de Dilma Rousseff, para além de inesperada, *contestável*. Assim, mesmo que as urnas imprimissem a força articulatória das bases populares e das militâncias da esquerda – numa demonstração de como o campo das disputas é sempre instável e contingente – o cenário político, tendo ao seu favor os desdobramentos da articulação *anti-petista* endossado pelas mídias, ao invés de reordenar os sentidos da disputa para as instâncias legislativas, passa, quase que imediatamente, a arrolar o *impeachment* da presidenta recém-eleita. Havendo, de acordo com Alves (2019), “evidências consideráveis para se argumentar que houve um esforço institucional de políticos de oposição, sustentados pela imprensa de massa, alinhado com páginas informais e apócrifas no *Facebook* para pautar o impedimento ainda em 2014”⁹⁹ (p. 58).

Em resumo, no que compete aos desfechos do campo midiático, pode-se dizer que o ano em questão para além de tornar evidente o alcance de redes de organizações conservadoras ao longo da campanha eleitoral, confirma o esvaziamento das demandas sociais elencadas em 2013, dando indícios tanto de uma perda de fôlego dos projetos progressistas de auto-organização gestados através das redes sociais online, quanto do peso que a *cruzada ético-moral* – advinda do *uso político* da posição de influência das mídias massivas pela Operação Lava-Jato – adquire no desenvolvimento das articulações discursivas em disputa. Sendo estes fatores imprescindíveis para compreensão da hipótese de *colapso* das mídias massivas defendida nesta sessão.

Afinal, como dito anteriormente, uma vez que a ideia de *colapso* se situa na interseção entre fatores políticos e técnicos, poder-se-á apontar para 2015 como um ano em que a mídia massiva passa integrar tanto um panorama de profunda instabilidade da política institucional – ocasionado, em grande medida, pela adoção de uma estratégia político-midiática firmada para decomposição do governo petista e desconstrução da

⁹⁸ Embora o ano de 2014 seja palco de embates políticos preciosos à compreensão das formações discursivas que pressupõem a polarização radical que se estabelece nos anos seguintes, opta-se por suprimir a descrição destes eventos em detrimento de um panorama mais detalhado dos anos que eventualmente serão analisados por essa tese.

⁹⁹ Vide as colunas afirmativas dos grandes jornais e revistas e circulação antes mesmo da reeleição de Dilma Rousseff. Como por exemplo, a declaração do colunista Reinaldo Azevedo na edição da *Veja* do dia 24 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/158094/Golpismo-I-Reinaldo-já-prega-‘impeachment’-deDilma.htm>.

imagem da presidenta Dilma Rousseff – como também, sofre fortes abalos econômicos, ao ter suas fontes de financiamento usurpadas pelas possibilidades de investimentos em fluxos informacionais cada vez mais segmentados propiciada pelo uso das novas TICs.

Neste sentido, ainda que a mídia massiva tenha firmado sua posição central na configuração do debate público ao articular diferentes agentes sob a égide do *antipetismo* – desenvolvendo um papel crucial como ferramenta de deslegitimação do Partido dos Trabalhadores – não foi capaz de escapar à crítica ideológica suplementada pelas iniciativas mais radicais que, àquela altura, articulavam nas redes sociais, e fora delas, as primeiras manifestações e protestos de rua favoráveis ao *impeachment*. Diante de um ambiente informacional cada vez mais plural, e de um *ponto nodal* cada vez mais unificado, os meios convencionais passam a ter não só seu posicionamento (sua imparcialidade) constantemente posto à prova, como também, uma parcela significativa dos investimentos em publicidade perdidos para grupos político-midiáticos específicos – muito mais eficientes em captar *organicamente* o público¹⁰⁰ – o que os leva, de modo díspar, a experimentar uma espécie de *efeito rebote* de sua própria capacidade de gerar instabilidade como um instrumento de poder¹⁰¹.

Tornando claro que o que se coloca em curso em 2015 não é apenas o conjunto de sucessivas marchas em defesa do impedimento de Dilma Rousseff, ou, em denúncia ao golpe parlamentar que progressivamente se articula. O que se coloca ao centro é a disputa pela *melhor retórica* em torno do *impeachment*, um instigante jogo de interesses entre os grandes veículos de comunicação, movimentos da sociedade civil organizados através das plataformas de mídias sociais e o grupo de investidores atrelados ao bloco de poder e a oposição política. Um jogo no qual as fronteiras entre os antagonismos se evidenciam e novas articulações se tornam possíveis.

¹⁰⁰ A noção de *público orgânico* está associada à ideia de *tráfego orgânico*, ou seja, a circulação e alcance da informação sem que esteja diretamente impulsionada por recursos pagos (MARTINS, 2018).

¹⁰¹ Para Habermas (1990) em períodos de mobilização social mais intensa as estruturas que dão suporte à autoridade de públicos criticamente engajados ganhariam mais impulso e o balanço de poder entre a sociedade civil e o sistema político se alteraria. Assim, em uma situação de crise, os fundamentos normativos da sociedade poderiam ser suspensos e certos grupos da sociedade civil poderiam se fazer ouvir. Tendo isso em vista, Downey e Fenton aventam a hipótese de que a esfera pública organizada em torno da mídia *mainstream* irá ficar mais aberta a opiniões radicais como o resultado da coincidência entre momentos de crise e o crescimento de contra- públicos digitais, processo que reforçaria por si só um aumento da contra-publicidade. No entanto, ressaltam que Habermas, ao pensar sobre as possibilidades de grupos marginalizados influenciarem a esfera pública em períodos de crise, havia colocado em primeiro plano os aspectos positivos de tal dinâmica, mas que grupos de extrema direita também poderiam explorar estes mesmos momentos de instabilidade em seu benefício (ROCHA, 2018, p.29).

Contudo, para os meios de comunicação convencionais, as possibilidades de articulações se fazem restritas, desdobrando-se, naquele momento, a partir de dois referenciais: 1) da mudança nos modos de produção da significação do *impeachment*, o que possibilita uma relação de equivalência com os extratos mais radicais/conservadores, portanto, uma *relativa* manutenção da credibilidade da narrativa massiva e; 2) da conservação de um posicionamento crítico ao processo de impedimento – ainda que estas narrativas continuassem atreladas aos mesmos princípios liberais d’outrora –, o que implica em ataques à credibilidade do discurso produzido e na associação (arbitrária) destes veículos com o lado completamente oposto da relação antagônica (no caso, da esquerda) ¹⁰².

Deste panorama de profunda ruptura ideológica e repentina mudança na organização da publicidade dominante – que expõem ainda mais a fragilidade financiamento do jornalismo profissional e as mudanças editoriais necessárias à manutenção das empresas de comunicação – decorre o fechamento de grandes jornais, revistas e a demissão em massa de profissionais. Acarretando não só uma impactante redução nos dispositivos em circulação no país¹⁰³, como também, fraturas e concessões

¹⁰² Como é o caso da mudança no discurso das organizações Globo, que no início do processo de *impeachment*, temerosas com a instabilidade política que o recebimento da denúncia poderia gerar, desmotivaram, através dos veículos do grupo, o prosseguimento do processo. Tal posicionamento foi recebido com ojeriza pelas lideranças dos movimentos de direita, gerando o crescente repúdio à programação da rede, visto que, para estes movimentos, ter seu principal argumento refutado colocava a maior emissora do país na condição de inimiga. Articulados em relações de equivalências, grupos como Movimento Brasil Livre, Endireita Brasil e Vem pra Rua, empenharam-se na construção de uma visão crítica a respeito da parcialidade do órgão de comunicação. Nesse sentido, foram compartilhadas nas redes sociais diversas informações vinculando a Globo com a implementação de uma ditadura comunista no país, responsabilizando a empresa pela continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder e as consequências da implementação dessa política. A divergência de interesses, contudo, é amenizada mediante o prosseguimento do processo de *impeachment*. A medida que o bloco no poder alinha-se com a classe política, passa a haver também uma mudança no enfoque midiático, que, naquele momento, passa a tratar os movimentos de direita enquanto sujeitos políticos significativos, trazendo maior visibilidade para a crise política, fazendo com que houvesse recuo nas críticas dirigidas às organizações Globo. A aproximação entre os movimentos e o veículo jornalístico restou evidenciada na cobertura dispensada aos atos que ocorreram ao longo de 2016 requerendo a condenação da Presidente Dilma Rousseff. Os atos foram transmitidos na televisão aberta em tempo real, por meio de plantões jornalísticos entre a programação habitual. Os canais pagos fizeram uma ampla cobertura, acompanhando as movimentações desde a sua organização até a dispersão final. Sendo possível verificar uma mudança de posicionamento dos movimentos para com a emissora, que passou de mentirosa à fonte idônea, haja vista o compartilhamento dos conteúdos produzidos pela Rede como fontes legitimadas pelos grupos de extrema-direita. (BARON; DA LUZ, 2018)

¹⁰³ No global, a tiragem dos impressos reduziu-se em 50% nos últimos cinco anos e os 10 jornais mais vendidos caíram de 1,2 milhões de exemplares para 588 mil entre 2014 e 2019.97 Embora a assinatura digital esteja em curva ascendente tímida, ainda é uma base reduzida e não repõe as perdas de assinantes e de receita do impresso. Certamente, as pessoas estão se informando por outros meios e plataformas e o papel da imprensa de massa precisa ser redimensionado diante da realidade que se apresenta (ALVES,

que atingem desde os processos de curadoria da informação até os processos de mediação, espalhamento e consumo da notícia (ALVES, 2019). O *colapso*, portanto, está dado, uma vez que a mídia *mainstream*, abalada pela imponentia das plataformas digitais e dos contra-públicos organizados¹⁰⁴, se vê obrigada a redefinir suas articulações para manter a legitimidade de sua posição na esfera pública.

Assim, compete afirmar, ao mesmo tempo em que o ano de 2015 evidencia o campo das disputas por significação, implicando em transformações singulares nos modelos de produção e difusão de conteúdos, se finda como um momento em que a desigualdade na capacidade de promover informação se reafirma (MIGUEL; BIROLI, 2017). Afinal, obstante da atmosfera de esperança que redireciona o enfoque das mídias massivas em 2013, a desproporção com que as coberturas da grande mídia reproduzem os discursos de ódio das redes conservadoras e minimizam os atos contrários ao golpe, propicia um cenário que, para além de fortalecer o discurso da nova direita, legitima organizações políticas cada vez mais reacionárias¹⁰⁵.

Seguindo o fluxo destes novos arranjos, o ano de 2016, pautado sobre a disputa de sentidos entre o *golpe* e o *impeachment*, é marcado não só pela delimitação de cada um destes polos discursivos, como também pelo estreitamento da relação entre os meios de comunicação massivos e os sujeitos políticos em cena. Destas articulações, um novo enfoque midiático se institui: à direita, grupos espontâneos, advindos da intolerância

2019, p.99). Convém ainda observar o processo de falência do grupo Abril, empresa da família Civita, que detinha o poder sobre a maior parte das revistas impressas, atravessa, desde 2014, uma crise financeira e organizacional que gerou e ainda tem gerado diversos prejuízos a imprensa formal. Em 2018, o grupo Abril pediu recuperação judicial, sendo adquirido por R\$ 100mil, com dívidas que chegavam a R\$ 1,6 bilhão, e fechou 12 revistas (*Idem*).

¹⁰⁴ De acordo com Rocha (2018) os contra-públicos digitais de direita, sobretudo, os mais radicais, não seriam um fenômeno repentino, mas um fenômeno gradual. Haja vista a trajetória destas organizações desde o início do *lulismo* (SINGER, 2013), em 2003. O desfecho e o espaço conquistado pós-2013, seria uma consequência da capacidade de institucionalização destes grupos e dos recursos injetados, inclusive, por entidades neo-liberais do exterior. Isso diz muito sobre a visibilidade conquistada pelos grupos Movimento Brasil Livre, Endireita Brasil e Vem pra Rua sobre as estratégias de compartilhamento de notícias falsas empreendidas com mais vigor a partir de 2017 (ROCHA, 2018).

¹⁰⁵ Ao que se acrescenta: “[...] apesar das novas plataformas digitais favorecem a circulação de informação gratuita [...], a produção de informação continua tendo custos. Eles podem ser pagos por patrocinadores que não desejavam dar visibilidade a marcas e produtos, mas influenciar no debate público – e então o jornalismo é colocado, de maneira cada vez mais cabal, a serviço de interesses políticos ou comerciais. Embora o financiamento pelo mercado (de anunciantes e leitores) tivesse problemas, ele permitia sustentar uma deontologia apoiada em valores de independência e imparcialidade, que nunca eram inteiramente realizados, mas formavam o horizonte normativo. Hoje, este horizonte está cada vez mais longínquo” (MIGUEL; BIROLI, 2017, pp. 204-205).

para com a corrupção e nutridos pelo espírito da democracia; à esquerda, militantes moralmente combatidos e ideologicamente fanáticos. De modo que ao longo de 2016, no intuito de rearticular sua posição de hegemonia, o esforço empreendido pela mídia massiva assenta-se sobre a manutenção da narrativa ascética construída pelos figurões da operação Lava-Jato, no reforço ao discurso ético-moral da direita como solução para a crise política e no constante linchamento do projeto petista, propositalmente construído como equivalente à corrupção.

Em detrimento disto, acentua-se a execução de uma estratégia *político-midiática do escândalo* (THOMPSON, 2002), pautada, sobretudo, pela divulgação (ilícita) de trechos de grampos telefônicos e das delações premiadas relativas a investigações da Lava-Jato com o evidente intuito de destruir moralmente a imagem de Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula, dentre outros líderes petistas. Porém, ainda que num primeiro momento, a adoção de tal estratégia tenha contribuído com o fortalecimento da mídia massiva e com a reafirmação de sua posição de mediação, acaba inspirando, secundariamente, um irremediável sentimento de desconfiança para com as instituições, inclusive, no que diz respeito à própria veracidade da informação dos veículos de comunicação convencionais.

Neste sentido, mesmo que a cobertura midiática dos eventos políticos de 2016 abrigue muitos outros elementos pertinentes de observação¹⁰⁶, um elemento se coloca como o principal: a *incerteza*. Isso porque, ao contribuir para com a instabilidade das instituições, a mídia massiva ajuda a consolidar um processo de fragmentação da mensagem, no qual a única verdade confiável passa a ser a *particular*, no qual a “ambiguidade da comunicação remete a emoções únicas e pessoais constantemente realimentadas por estratégias de destruição da esperança” (CASTELLS, 2018, p.43). Gerando, assim, um contexto de desconfiança nas instituições como um todo, e na imprensa, em particular, um contexto no qual, mais uma vez, as diferenças se sobrepõem as equivalências, expondo, *irreversivelmente* as fronteiras do social e a fragilidade da articulação recém estabelecida¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Os elementos discursivos e os enquadramentos narrativos conferidos pela mídia massiva às articulações políticas estabelecidas em torno destes eventos serão aprofundados no próximo capítulo.

¹⁰⁷ De acordo com Pinto (*et al*, 2019), o marco deste processo estaria ligado aos vazamentos da operação Lava-jato que deflagram o envolvimento de Aécio Neves (PSDB), com o escândalo de corrupção. Uma vez que, até aquele momento, uma parte significativa da população acreditava que a corrupção era

Cabendo aos meses posteriores à oficialização da destituição de Dilma Rousseff (final de 2016/início de 2017) uma nova alteração nas narrativas veiculadas pelas mídias de massa, que para além de distanciá-las ainda mais de uma posição de estabilidade, incita as bases midiáticas de uma direita conservadora a assumir o papel de mais novo adversário no campo da comunicação. Sendo o ano de 2017 marcado pelo andamento de dois processos opostos e simultâneos: 1) a tentativa das mídias massivas, em consonância com o bloco econômico e os grupos articulados ao centro da arena política, de estabilizar a crise institucional através da construção de uma imagem pública positiva para Temer¹⁰⁸ e; 2) a progressiva *oposição* de uma direita cada vez mais radical, erguida sobre a adoção da disseminação de *informações falsas* como estratégia de legitimação política.

De modo que, acompanhado o plano global e as efetivas conquistas da abordagem da *desinformação* – a campanha vitoriosa no plebiscito que votou pela saída do Reino Unido da União Européia e eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos –, coube aos grupos de extrema-direita consolidar a distribuição de um discurso capaz de se posicionar efetivamente na disputa por hegemonia e autoridade entre regimes de conhecimento. Utilizando os recursos algorítmicos das plataformas comunicacionais online, para impulsionar o espalhamento sistemático de mentiras e teorias da conspiração, logo, de *fake news*, como recurso retórico vazio para rotular, desacreditar e hostilizar os adversários políticos, sobretudo, a imprensa convencional (ALVES, 2019).

É neste cenário de instabilidade e deslegitimação das instituições, ou seja, de *crise orgânica*, que o ano de 2018 e, por conseguinte, a campanha eleitoral para presidente, toma forma. Como em nenhum outro momento do recente período de democratização do Brasil, a mídia massiva passa a ocupar um papel secundário na

originária da chegada do PT ao poder. Aécio Neves (PSDB) no centro da operação e a sua permanência tanto no seu partido como no cargo de senador implicaram uma ampliação da deslegitimação do sistema político e do STF junto à população. De modo que, a estratégia de gerar instabilidade política através da mídia passa a ser executada através do alcance das plataformas alternativas (PINTO, *et al*, 2019, p.139).

¹⁰⁸ Em consonância com o bloco no poder, a mídia massiva, uma vez tendo apoiado a sucessão presidencial em prol das mudanças no campo econômico, passam a construir uma imagem de Michel Temer assentada sobre o afastamento da figura do *emedebista* da de Dilma Rousseff. Para tanto, há um empenho em destacar as mudanças institucionais neoliberais, como a aprovação do teto dos gastos e da reforma trabalhista. Sendo notada a tentativa de amenizar os vazamentos dos áudios fornecidos pela Lava-jato, referentes aos embaraçosos diálogos entre os *irmãos Batista* (frigorífico JBS), Aécio Neves (PSDB) e o então presidente (PINTO, *et al*, 2019).

mediação da esfera pública, embora seu poder de alcance e seu peso político sejam ainda importantes, é preciso observar que no ambiente comunicacional modificado pelas inovações tecnológicas, as velhas estratégias de manipulação e engajamento politicamente orientado não são capazes de conter a fragmentação dos fluxos informacionais. Assim, diante do *vácuo narrativo* que se conforma em torno da posição controversa assumida pela mídia massiva ao longo da cobertura jornalística da crise política, se instituem narrativas alternativas, novas formas de resistência e de disputa pelos discursos públicos que, apesar de não implicarem em fluxos mais horizontais ou de não conduzirem a uma comunicação emancipatória, sinalizam, meio ao *colapso*, os pontos de virada para construção de uma mídia mais participativa e menos hierárquica, cabendo ao próximo tópico uma discussão mais aprofundada sobre os aspectos ideológicos desta crise.

2.2.3. Mídias Alternativas: narrativas contra-hegemônicas e o cenário de pós-verdades no Brasil (2015-2018)

Dado o recorte temporal no qual se localiza a recente *crise* vivenciada pelas instituições sociais brasileiras e a breve contextualização dos eventos que, paulatinamente, endossam a ideia de que o referido momento se configura como um período legítimo de *crise orgânica*, logo, que torna plausível a ideia de *crise* como uma fissura *objetivamente* localizada na história, caberá a este tópico observar as demandas *subjetivas*, as tentativas de estabelecimento de consenso – e também do contrário – que permeiam este período de *não-hegemonia*, considerando para tanto, os diferentes atores em disputa e as narrativas midiáticas *politicamente* articuladas em torno da noção *crise*.

Assim, partindo da compreensão *laclauniana-moufféniana* de que não é a pobreza de significados, e sim, a *polissemia* que desarticula uma estrutura discursiva, é que as considerações postas aqui se voltam a refletir os momentos de instabilidade descritos nos tópicos anteriores, aprofundando a discussão do ponto de vista *simbólico*, ou seja, buscando ressaltar os *aspectos ideológicos* dos quais impescinde qualquer articulação discursiva, portanto, também qualquer *ruptura*.

Deste modo, reconhecendo que o período compreendido entre os anos de 2015 e 2018, ao entrelaçar o *vácuo discursivo*, conformado na esfera política pelo desgaste do projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT), e o *vácuo narrativo*, postulado pela crise de credibilidade das mídias convencionais, deixa a mostra o processo de *desinstitucionalização*, o *vácuo institucional* que torna evidente a cisão do vínculo *subjetivo* entre o que os cidadãos *querem* e o que os dirigentes *oferecem*, é que esta seção preocupa-se em observar como os discursos que emanam desta ruptura conseguem articular diferentes leituras sobre a realidade sócio-política do país, portanto, diferentes significados para *crise* e, conseqüentemente, projetos políticos distintos para *saná-la*.

Neste sentido, destaca-se que, embora a internet tenha sido recepcionada no Brasil como um recurso potencial de remodelação do sistema midiático e que as redes sociais digitais, ao possibilitarem uma ampliação do circuito de trocas discursivas, tenham aberto uma brecha de *esperança* para consolidação de iniciativas midiáticas alternativas preocupadas em romper com os moldes assimétricos de distribuição de poder e visibilidade sobre o qual o *monopólio comunicativo* da mídia brasileira se conforma, é preciso observar como as recentes disputas por hegemonia no campo da comunicação têm notabilizado atores que, valendo-se dos recursos midiáticos *alternativos* – os mesmos utilizados por grupos progressistas – passam a articular discursos críticos contra o *establishment* pautados por marcadores ideológicos, que, *subvertem* os sentidos de *opressão*, incitando o ressentimento contra os consensos socialmente estabelecidos, contra o “politicamente correto”, enquanto fortalecem laços cada vez mais *conservadores* (ATTON, 2009).

Ao refletir sobre este fenômeno, Sodré (2021) observa que se inicialmente a *internet* pareceu mostrar que a *interatividade* indicaria uma solução para o problema do *monopólio da fala*¹⁰⁹, a comunicação, enquanto esfera emocional da globalização, proclamada e vivida como uma funcionalidade indispensável ao mercado e as governanças, procurou reforçar – ao longo dos últimos anos e de diferentes formas – um

¹⁰⁹ Homônimo ao livro de 1977, *monopólio da fala* é um conceito que se desdobra ao decorrer de décadas de produção do pesquisador Muniz Sodré, e trata da monopolização, ou *oligopolização*, que é ao mesmo tempo, econômica, cultural e técnica das variáveis que compõem a existência dos sujeitos na vida cotidiana.

processo de *mediatização*¹¹⁰ *generalizada da existência*, no qual a comunicação eletrônica, ao converter as tecnologias de informação em dispositivos de *inteligência artificial*, tem preterido a *dialética*:

As redes sociais digitais ampliam esse circuito das trocas discursivas, e a circulação da fala pareceria quebrar o monopólio comunicativo. Há, porém, uma diferença entre *responsividade* e responsabilidade (resposta simbólica), assim como é enorme a diferença entre o aspecto técnico da ferramenta e o dispositivo cultural de comunicação, em que a estética se desenvolve como forma social abrangente, relativizando as tradicionais pressões institucionais. Em princípio, toda estética altera percepções. Ampliada como forma do *socius*, é capaz de alterar (ou dispor de outra maneira) realidades. [...] O dispositivo não deixa evidente que o “social” da rede é efeito de programas de computador, ou seja, a criação de uma realidade paralela por engenheiros ou designers, capaz de condicionar os lugares de fala dos usuários. O que se tem conhecido como “sociabilidade de plataforma” é uma construção técnica, manipulável por algoritmos, geradora de simulacros participativos. No dispositivo, o monopólio é propriamente simbólico, o que não implica efeitos diretos de controle econômico, mas de comportamentos e atitudes; portanto, de restrição à autonomia do sujeito. O monopólio inerente à mídia generalizada é um obstáculo à responsabilidade. O que efetivamente se compartilha não é o substrato do diálogo ou fala, mas a atenção dispensada por atores humanos ou maquinais aos desdobramentos programados do dispositivo. Assim, não há resposta simbólica do usuário – um comportamento autônomo com relação aos dados buscados – à rede eletrônica centralizada, para onde se deslocou culturalmente o monopólio (SODRÉ, 2021, s/p).

Defendendo a ideia de que a tônica da contemporaneidade favoreceu uma nova *equação civilizatória* por ele chamada de *sociedade incivil*¹¹¹, o autor continua sua reflexão ponderando que, apesar dos avanços tecnológicos e das mais diversas conexões disponíveis, a *rede* tem se estabelecido como um espaço de *separação*, no qual os atores estão “eletronicamente juntos, mas humanamente separados” (SODRÉ, 2021, s/p). Isto porque, para Sodré, a mensagem que circula nas *redes sociais online* tem sido produzida

¹¹⁰Articulação estrutural da mídia com organizações e instituições sociais, que não corresponde a uma *metaestrutura* composta por sistemas de mídia, supostamente autônomos e autoajustáveis: “Mediatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresarias e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de ‘tecnointeração’ – caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*” (SODRÉ, 2002, p.21).

¹¹¹ Um ordenamento humano regido globalmente por tecnologias de comunicação, solidárias à transformação no modo de acumulação do capital, à desestabilização das formas clássicas de representação no mundo, mas também, ambigualmente atravessadas pela incitação generalizada à reinvenção institucional (SODRÉ, 2021).

para ser consumida por pares individualizados e formatada para *não* romper com a unilateralidade da emissão. Sendo uma informação que não *retroage dialogicamente*, que não pressupõe um diálogo que “divide antes de separar ou transpor barreiras, com vistas a uma verdade consensual e vinculativa”, de modo que, aprofunda os antagonismos sem que as diferenças se cruzem, sem que advoguem um *consenso*, cabendo afirmar que, sem fins vinculativos, o discurso é *errância*, é fraude, em que “o interlocutor e a verdade são suprimidos pelo monólogo de um falante solitário” (SODRÉ, 2021, s/p).

Noutras palavras, o que o autor indica é que a multiplicidade e a *liberação expressiva* das redes sociais online operacionalizam a lógica heterogênea do social, sem que, entre suas partes se estabeleça uma relação de reciprocidade. Ou seja, ainda que a *polissemia* desarticule o discurso, o *monopólio comunicativo* continua minando possibilidades diversas de experimentação política. Afinal, o efeito *oligopolístico* da rede – produzido por economia, cultura e eletrônica – implica num verdadeiro sequestro da fala comum por *algoritmos*, inviabilizando, portanto, o pensamento ponderado (SODRÉ, 2021).

Neste sentido, a lógica comercial que rege a redes vai criando *bolhas ideológicas*, ou espaços controlados em que o conflito inexistente. Essas zonas aproximam opiniões pré-existentes ao passo que interdita o diálogo entre diferentes visões de mundo. Manipulando um lugar onde não há contrariedade, vez que, *segmenta* a diversidade impossibilitando a interação entre as diferentes perspectivas. O mundo em sua complexidade, portanto, passa a se adequar aos anseios dos usuários das redes sociais online ¹¹², passa a ser gerido por *filtros-bolha*, ou seja, pela excessiva “personalização da experiência de consumo de informações” advinda da “combinação da filtragem feita pelos usuários com aquela exercida pelos algoritmos” (RECUERO *et al.*, 2017).

¹¹² De acordo com Antoun (2016, p. 3) “As cinco companhias gigantes que operam o universo da internet - *Microsoft, Apple, Amazon, Google e Facebook* – transformaram, de fato, a rede em sua intranet, monitorando bilhões de habitantes da Terra”. Brown (2017) afirma que “o que aparece no *News Feed* é baseado nas coisas que gostamos, nas coisas que compartilhamos, o mundo existe bem antes do *Facebook*” e recomenda que todos devem cultivar uma variada gama de perspectivas ideológicas em seus *feeds* (VALLE, 2019, p. 54).

De acordo com Recuero (*et al*, 2017), este *silenciamento do contraditório* teria efeitos no posicionamento político e nas próprias instituições democráticas, haja vista o peso das mídias sociais como mediadoras da informação e das sociabilidades contemporâneas, sendo particularmente importantes em contextos de *crise* (RECUERO *et al.*, 2017). De modo que, alerta o autor, a negação da alteridade e suas possibilidades colocariam em risco o convívio plural e a construção de uma realidade consensual, uma vez que a capacidade dialógica, que aceita a discordância, é imprescindível para a superação das intolerâncias, dos ódios e das violências simbólicas que se multiplicam no mundo *online* e, sobretudo, *off-line* (VALLE, 2019).

Neste contexto, no qual a dinâmica *consensual do real* é minimizada, evidencia-se a enorme fragilidade do homem diante de suas próprias realizações materiais. Conforme pontua o pensador, a crise que se abate sobre a comunicação não está na *falta*, e sim do *excesso* desregulado de conhecimento, na *dissonância* entre a velocidade das mudanças dos meios técnicos e a capacidade humana de remodelar as instituições: “educação, cultura e a política são lentas ante a velocidade do avanço técnico” (SODRÉ, 2021, s/p). Tal incompatibilidade, em alguma medida, acaba causando a impressão de *regressão emocional*, convertida, não por acaso, num plano no qual:

[...] a força da convicção é maior do que a da verdade. Não se trata de saber o que se diz saber, e sim de aceitar como solidamente fixado aquilo que já se sabe. E por que esse saber se fixa? Por confiança na autoridade das fontes, por aquilo que se transmite de uma *forma* determinada no interior de um *comum*, um *meio*, tido como vital, por ser fonte de convencimento (SODRÉ, 2021, s/p).

É no entorno deste plano contraditório, de ideias *múltiplas* e restritas possibilidades de articulação, que a disputa por hegemonia se redesenha. Não se trata mais do velho embate de opiniões num espaço público modelado, “mas de sensações, emoções esvaziadas de qualquer lastro argumentativo”. Agora é o fenômeno da *midiatização* que clarifica o terreno das *disputas*, e no interior deste sistema, os *fatos* esvaziam-se de *credibilidade institucional*, “o próprio acontecimento deixa de ser uma projeção discursiva do fato e pode depender mais de uma modelagem algorítmica do que de negociações entre os atores sociais” (SODRÉ, 2021, s/p).

A ideia defendida por Sodré (2021) é a de que à medida que a *substância civil* se ausenta, um *vácuo institucional* se conforma. Para o autor, a erosão das instituições progride na indistinção entre o *real* e o *virtual*, no abalo na *reciprocidade comunicativa* que vai abrindo caminhos para *significações* unilaterais, autoritárias, capazes de interferir nos conjuntos *iterativos significativos* geradores de *factualidades*, portanto, geradores de um consenso sobre a *realidade* (SODRÉ, 2021).

Uma amostra deste *abalo*, não por acaso, pode ser observada ao longo dos anos entre 2015 e 2018. Recorte que, compreendido por esta tese como um período legítimo de crise orgânica, evidenciará, no entrelaçar do *vácuo discursivo* e do *vácuo narrativo*, o *vácuo institucional* conformado pela ruptura do vínculo *subjetivo* entre o que os cidadãos *querem* e o que os dirigentes *oferecem*. É em meio a este processo de *desinstitucionalização*, de *crise*, ou ainda, de *fracasso* do projeto político-cultural hegemônico, que o interesse comum se esvai, deixando aberta a lacuna na qual *pluralidade* de discursos políticos e de narrativas sobre a *realidade* vão rivalizando, construindo antagonismos *incapazes* de criar entre si equivalências.

Diante deste quadro, em que “fratura social se une a fratura cultural”, os *sentidos de crise* vão se desdobrando em distintas conotações. Para cada *sentido*, um discurso político cada vez mais distante da identidade política dos cidadãos, construída a partir do Estado, e mais próximo de “identidades culturais diversas, portadoras de sentido para além da política” (CASTELLS, 2018, p.14). São essas identidades, mobilizadas em torno de discursos cada vez mais *reacionários*, que vão modelando a pluralidade que se conforma no horizonte midiático, evidenciando que a desconstrução da vida social *tradicional* – cadenciada pelo avanço das tecnologias – traz, para além de fluxos velozes e descentralizados, também aspectos *regressivos* (CASTELLS, 2018).

Afinal, conforme observa Atton (2009), é utilizando-se da mesma estratégia de *subversão* das performances *contraculturais*, e, sobretudo, dos dispositivos midiáticos pós-massivos, que grupos radicalizados têm reivindicado para si uma posição de *mídia alternativa*. Exemplos da *ressignificação* de um lastro conceitual historicamente situado no discurso progressista em favor de uma conduta *liberal* podem ser observados na *trajetória discursiva* de vários grupos que passaram a disputar a hegemonia no Brasil *pós-2013*. Sendo um dos atores mais atuantes, o Movimento Brasil Livre (MBL), iniciativa fundada pela filial brasileira do think tank *Students for Liberty* – grupo sem

fins lucrativos fundado por Alexander McCobin e posteriormente financiado pelos irmãos Koch e pela Atlas Network – como um anexo¹¹³ para atuar politicamente orientando as pautas dos protestos sob o viés político-ideológico liberal (ROCHA, 2018).

A influência desta organização nas definições da disputa no campo midiático é tamanha que sua trajetória discursiva se confunde com as diferentes etapas do período de *crise orgânica*. Isto porque, o MBL, ao cambiar os dispositivos tecnológicos disponíveis em favor de um projeto político, não só consegue irradiar sua rede online, como também garante a abertura de núcleos físicos em diversas cidades do país¹¹⁴. Passando a operar estratégias de massificação da informação – baseada em rotinas profissionalizadas de produção de conteúdo para mídias sociais e equipes dedicadas a alimentar diversas páginas paralelas¹¹⁵ – que garantem ao movimento uma *fala autorizada*, uma posição de *legitimidade* diante de seus pares.

Congregando um sentido para *crise* articulado de modo a favorecer o projeto político-ideológico liberal, é como *entidade civil organizada* que o MBL posiciona seu discurso no pólo antagônico ao discurso político no poder. Logo, requerendo um lugar de *contra-hegemonia* baseado na subversão da ideia de *opressão*, que passa a ser compreendida como algo praticado por *minorias* em ameaça ao ideal normativo *ultraliberal* defendido pelo grupo (ATTON, 2009).

Politicamente vinculada a este discurso surge uma nova narrativa da realidade sócio-política do Brasil, bem como, um *anti-petismo renovado*, que, referenciado pelas

¹¹³ O Students for Liberty é uma organização sem fins lucrativos que se encaixa na definição 501(c) de acordo com a legislação estadunidense, isto é, possuem isenção fiscal para realizar atividades sociais, científicas, educacionais, esportivas, entre outras. Por causa desse enquadramento legal, a SFL não pode realizar atividades de mobilização política (ALVES, 2019, p.187)

¹¹⁴ A rápida ascensão do movimento levou a sua organização interna, inclusive com a organização de fóruns de juventudes, núcleos regionais, filiação e manifesto ideológico (BARBOSA, 2016; SILVA, 2017).

¹¹⁵ Reportagem da *Vice Brasil* revela que o grupo investia dinheiro na construção de um nicho ideológico de direita voltado à juventude, inclusive comprando outras páginas com milhões de seguidores para expandir seu alcance, como a Corrupção Brasileira Memes, Ranking dos Políticos, Direita Vive 3.0 e Socialista de Iphone. O Movimento Brasil Livre tinha uma conduta agressiva de oligopolização do ambiente digital, sobretudo, comprando páginas, sejam elas polos direitistas com grande alcance, como a Direita Vive 3.0 e Socialista de iPhone; ou páginas que tratavam de outros assuntos, geralmente, fazendo piadas e que foram convertidas ao confronto político, como: Ajudar O Povo De Humanas a Fazer Miçanga, O Legado da Copa, O Brasil Que Deu Certo e a Corrupção Brasileira Memes (REIS e FANTINI, 2018).

ideias de Olavo de Carvalho¹¹⁶, se mostra capaz de conferir a *caricata* releitura do liberalismo econômico, vieses de um forte conservadorismo moral. Uma vez que, para além da *corrupção* como significante vazio, o discurso construído pelo MBL articula, com eficiência, elementos de doutrinas religiosas conservadoras, de discursos favoráveis à supremacia racial, a misoginia, entre outros discursos de violência e intolerância, como se estes fossem princípios normativos *oprimidos* pela *ditadura petista*.

Partilhando deste ideário de forte rejeição ao “PT”, outros grupos situados à direita do espectro político também merecem destaque pelas estratégias de ocupação da arena da comunicação, cabendo ressaltar a atuação dos grupos *Vem Pra Rua*, *Revoltados Online* e o *Movimento Endireita Brasil*¹¹⁷, como alguns dos exemplos mais expressivos da construção de uma ideia de *crise* entrelaçada à pauta *anti-petista*. Haja vista, a habilidade destes movimentos em reverterem suas *equivalências* em conteúdos *informais* partilhados vertiginosamente pelas redes sociais digitais¹¹⁸.

Aliás, um dos pontos-chaves para compreender a recomposição da arena de disputas por hegemonia no campo da comunicação está, justamente, na capacidade destes grupos em se desvincularem da linguagem formal e focarem na produção de um tipo de informação cada vez mais distante dos moldes jornalísticos¹¹⁹ e mais aproximada da lógica *de velocidade de circulação das mercadorias*. Ou seja, cada vez mais distante das negociações discursivas que lastreariam “eticamente o pacto de comunicação (a aceitação de credibilidade dos fatos) implícito na relação entre os meios

¹¹⁶ Investigações de maior fôlego apontam que ideias direitistas sempre estiveram entranhadas no ideário político do Brasil (SILVA, 2017; ROCHA, 2018)

¹¹⁷ Embora alguns destes grupos alegassem apartidarismo, tal *eficiência* na colonização dos espaços digitais rendeu a candidatura de suas lideranças em diversos partidos de direita. Destas, várias foram eleitas com votações expressivas para cargos públicos em 2018, como Kim Kataguirí e Arthur do Val (MBL), Carla Zambelli (NasRuas), Beatriz Kicis (Revoltados Online e PSL) e Fábio Ostermann (Livres e ex-PSL).

¹¹⁸ Alves (2019) faz um trabalho detalhado sobre estes conteúdos. Sendo possível observar, ao longo do levantamento construído pelo pesquisador, a natureza destas produções.

¹¹⁹ Meme é um termo grego que significa imitação. O termo é bastante conhecido e utilizado pelos usuários das redes sociais online, referindo-se ao fenômeno de "viralização" de uma informação, ou seja, vídeo, imagem, frase, ideia, música e etc, que, quase sempre, fazendo uso de um tom jocoso, irônico ou satírico, se espalha entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade.

de informação e sua comunidade receptora”, e mais aproximada de uma *modelagem algorítmica*, na qual os *fatos* imprescidem dos *acontecimentos* (SODRÉ, 2021, s/p).

É balizada nesta estratégia de produção e difusão de informações deliberadamente distantes de um consenso *simbolicamente pactuado*, e na adoção de táticas de perseguição a artistas, silenciamento e assédio de minorias, que estes movimentos – dando vazão e popularidade a pautas conservadoras, como a defesa *do porte de armas*, o *orgulho hetero*, *intervenção militar*, entre outras que ganharam forças nas movimentações da sociedade civil – se consolidam, em maior ou menor medida, como as principais vertentes do liberalismo econômico e do conservadorismo moral que passam a conferir os novos contornos do discurso *anti-petista*¹²⁰.

Cabendo pontuar que, este novo direcionamento, rescindindo com o *anti-petismo* formalmente construído pelos meios de comunicação convencionais, consegue não só articular sobre si o maior número de demandas – e *vínculos emocionais* – mas, sobretudo, se mostra capaz de estabelecer barreiras à posição *mediadora* da mídia massiva. Uma vez que, incitando o *descrédito* da informação vinculada pela mídia *mainstream*, leva às ruas grande parte dos manifestantes que pediam pelo *afastamento* de Dilma Rousseff em 2015, provocando, em consequência disto, a instabilidade das narrativas massivas e os constantes *reposicionamentos* da imprensa neste período.

Neste sentido, é importante destacar que mesmo que o discurso *anti-petista* forjado pela grande mídia tenha passado por diferentes versões entre os anos 1989 e 2016, este *sempre* se estabeleceu dentro de um limite: dentro da tentativa de construir o PT como inimigo comum, mas mantendo intacto o *pacto de comunicação*. Ou seja, sempre se estabeleceu dentro da tentativa de firmar um *consenso* sobre a incompetência do partido sem que para isso fosse necessário ferir os progressos sociais, os direitos humanos, as convenções de ordem comunitária – pelo menos, *não abertamente*¹²¹. O

¹²⁰ O levantamento feito por Alves (2019) inclui uma abordagem quantitativa das postagens na qual é possível observar, pelos compartilhamentos e *hashtags* em comum os momentos em que estes grupos produzem equivalências e também, afastamentos. Cabendo pontuar que, mesmo que partilhem de uma ideologia política de direita, estes grupos possuem diferentes quadros de ação e muitas divisões e tendências internas que são dinâmicas, ou seja, que se aproximam ou entram em conflito de acordo com o momento político, produzindo relacionamentos mais instáveis e sujeitos a mudanças na opinião pública (ALVES, 2019).

¹²¹ É interessante pontuar que, os artifícios usados pela mídia de massa entre os anos de 1989 e 2006 incluem uma variedade de estratégias de enquadramentos adversariais, bastante recorrentes durante o golpe de 2016. Logo, não se pretende isentá-los de estratégias manipuladoras. O que procurasse ressaltar

anti-petismo renovado, contudo, aprimorando os recursos já utilizados pela mídia de massa, consegue *extrapolar* o partido: o inimigo comum deixa de ser o *apenas* o PT (e suas figuras políticas), e passa a ser todo e qualquer *sensu* de justiça social. Assim, por mais arriscado que seja, é possível dizer que o *vácuo narrativo* que se estabelece com a crise de credibilidade da mídia massiva, e que, de fato, se torna mais evidente durante o *pós-impeachment*, muito se relaciona com a impossibilidade dos veículos convencionais – *ou parte deles* –, orientados pelo horizonte normativo da *imparcialidade* e pelo *lastro ético consensual*, em manter uma articulação discursiva com grupos *ultraliberais*. De modo que, uma vez que o *golpe* se confirma, que o *inimigo* é vencido, o *anti-petismo* deixa de ser *consensual*.

Portanto, enquanto um *discurso* capitaneado pela lógica atual de *públicos* construídos *principalmente* pelo mercado, esta nova versão do *anti-petismo*, sobrepondo “o caráter de ‘coletividade’ implícito na noção de ‘público’ em favor de ‘seguidores’ individualizados de um publicador emocionalmente escolhido como guia na rede eletrônica” (SODRÉ, 2021, s/p), indica que na disputa por hegemonia no campo da comunicação, nem sempre o *pluralismo das vozes* gera uma *diversidade* argumentativa capaz de incrementar a *potência democrática* do *consenso*, ou seja, que nem sempre aquilo que impulsiona os fluxos da informação compactua com a democracia. Afinal, muitas vezes a *pluralidade*, serve como cortina de fumaça, obliterando a visão de “formas novas e sutis de ditadura que, sem interromper os *livres fluxos informacionais*, impõem-se por meios empresariais e financeiros, cavando espaços para os *protofascismos*” (SODRÉ, 2021, s/p).

Destaca-se que, ainda que a atuação destes movimentos reacionários confirme a ideia de que a toda hegemonia sempre se estabelecerá uma contra-hegemonia, é preciso observar sobre *o que* este *contra* se ergue. Principalmente, no campo das disputas contemporâneas, uma vez que, para além da técnica e dos algoritmos que consolidam mecanicamente os laços de afinidade que subvertem o horizonte ético-político

é que, a interação jornalística com a fiabilidade coletiva, mesmo que cambiante, funciona como uma condição democrática. Nesse sentido, os grupos *ultraliberais*, desvinculados do compromisso com os horizontes normativos do jornalismo profissional, se colocam, como afirma Sodré (2021), a disposição do *proctofascismo*. Ou seja, de um tipo de ditadura que se distingue das formas clássicas porque nelas o poder de Estado se exerce de cima para baixo por meio de aparelhos repressivos, enquanto nas modulações fascistas a violência é compartilhada por frações de classe social, solidárias nas casas e nas ruas com o totalitarismo antidemocrático (SODRÉ, 2021).

emancipatório requerido por Gramsci, é preciso compreender que a comunicação também é *mercado*, e que utópico seria pensar “que o poder destrutivo das atuais instituições pode deixar de se reproduzir em novas instituições criadas a partir da mesma matriz” (CASTELLS, 2018, p.113).

Afinal, dado o contexto de exacerbada midiática, na medida em que se enreda nas rotinas técnicas e perde contato com *a vida real cotidiana* de seus supostos *públicos*, a mídia massiva, tal qual a política partidária, afunda-se no abismo da *desinstitucionalização*. Evidenciando que a *credibilidade* disposta pelos atores sociais na narrativa midiática não é um dado técnico, e sim, político. Cabendo, portanto, à política gerar as condições democráticas imprescindíveis à formação de pactos confiáveis (SODRÉ, 2021). Uma vez que,

A coletividade pode ser emancipadora ou muito conservadora e retrógrada. A rede é sempre, em sua estrutura mesma, ecumênica, colocando em princípio todos e tudo em contato com todos e tudo (vejam a nova dimensão da internet das coisas). Inteligência, para existir, precisa ser sempre coletiva ou fruto de "pontualizações" de uma coletividade. Isto dito, muito há de ser feito para transformar potência em realização. Produzir inteligência requer muito esforço. É preciso proporcionar e cultivar boas associações, ou seja, aquelas que serão produtoras de processos de emancipação e sustentabilidade. A internet é uma rede que ampliou de forma planetária as formas e qualidades de associações. Precisamos qualificá-las e valorizá-las, ou tudo pode desaguar apenas em estupidez coletiva (LEMOS, 2014, s/p)

Assim, ainda que diferentes estratégias *titubeiem* diante das novas formas de sociabilidade, é preciso compreender que a lógica de poder que orienta a hegemonia continua a mesma, e que a *hegemonia* continua a se fazer pelo *consenso*. Neste sentido, ainda que o *empecilho* dos algoritmos esteja posto, é preciso observar que o campo das disputas por significação congrega muito além das operações tecnológicas, afinal, para além da *reprodução*, a rede também é espaço de *contramovimentações sociais*, transformando “as mídias no ‘aparelho privado de hegemonia’ mais eficaz na articulação hegemônica (e contra-hegemônica), vale dizer, na capacidade de construir e definir os limites do hegemônico (da realidade) dentro dos quais a disputa política ocorre” (LIMA, 1996, p.250)

Deste modo, apesar de ser terreno fecundo para experiências que suprimem os consensos e induzem a propagação de dinâmicas cada vez mais individuais, a mídia enquanto *dispositivo* também está à disposição de iniciativas autônomas que visam o diálogo entre as diferenças e, sobretudo, a construção de uma hegemonia como uma mídia *precária* destes termos. Logo, de iniciativas que cultivam os ideais de democracia e participação calcados em novos caminhos de agregação política.

Meio a esse cenário obscuro, no qual até mesmo a hegemonia parece perder seu caráter se consensual, é que esse trabalho se dedica a observar os esforços que se mobilizam para construção do *diálogo*, que denunciam formas *novas e sutis de ditadura*. Por mais que no campo das disputas por hegemonia as derrotas destas iniciativas pareçam suprimir as conquistas que lentamente se colocam no campo discursivo, ou ainda, mesmo que nem sempre o discurso autônomo esteja à frente desta disputa, é preciso alçar luzes as tentativas, reforçando sempre à precariedade da hegemonia, sua natureza sempre instável. Lembrar que, por mais tortuoso que seja o cenário contemporâneo, distópico ao ponto de celebrar a uniletaridade de discursos forjados no irreal, é preciso alimentar o horizonte utópico, as possibilidades de transformação e renovação da política pela sociedade civil.

Portanto, reconhecendo que a “recomposição política é também uma recomposição dos circuitos comunitários da comunicação, onde fermentam novas formas de pensar e sentir” (SODRÉ, 2021, s/p), o próximo capítulo, tendo por sujeito a Mídia NINJA – este fenômeno midiático híbrido, que ao reivindicar um lugar na cultura, passa a também construir um projeto político –, irá observar como a disputa por hegemonia no campo midiático se conforma, como as fronteiras se evidenciam, como os antagonismos rivalizam e como as equivalências se firmam em torno dos diferentes projetos políticos articulados sobre a noção de *crise*.

3. A DISPUTA POR HEGEMONIA NO CAMPO MIDIÁTICO: NARRATIVAS SOBRE A CRISE NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DA MÍDIA NINJA DE 2015 A 2018

Uma vez apresentadas as *situações-problemas* e os *sentidos de crise* que conferem ao recorte temporal proposto o status de momento *não-hegemônico*, caberá a este capítulo analisar as disputas por hegemonia que se desdobram no campo midiático entre os anos de 2015 e 2018 tomando por base os embates discursivos protagonizados pelas narrativas de crise construídas pela Mídia NINJA, enquanto experiência *contra-hegemônica*, as narrativas repercutidas pelas mídias convencionais, enquanto *aparelhos privados da hegemonia* dominante e, por fim, as narrativas formuladas por grupos extremistas de direita, como reflexo da aceleração do processo de *mediatização* e expressão da complexidade do social.

Dividido em dois momentos, esta seção buscará tanto atender ao objetivo de promover uma apresentação formal do sujeito estudado, quanto o de, fazendo uso das categorias da Teoria Política do Discurso (TPD), concretizar a análise do campo. De modo que, o primeiro momento será dedicado a um breve levantamento da Rede Fora do Eixo (FdE), movimento que dá origem a Mídia NINJA, reconhecendo não só o panorama político-social em que a Rede emerge – as peculiaridades de sua militância e as contradições de sua estrutura – como também as rachaduras que favorecem o deslocamento da atuação do FdE de uma *rede de produção cultural* para uma *plataforma de ação político-midiática em rede* (SAVAZONI, 2014; SOARES, 2016).

Assim, considerando esta metamorfose como uma *estratégia radical* imprescindível à manutenção de “um horizonte utópico que não deve ser perdido pela esquerda” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 85), é que se pretende discutir a posição de contra-hegemonia assumida pela Mídia NINJA, observando como a atuação do grupo, ao alinhar-se ao ideal emancipatório *gramsciano*, perfaz um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, pautado pela tentativa de denunciar e reverter os diversos processos de exclusão impostos pelo sistema capitalista contemporâneo, ao mesmo tempo em que nele se insere.

Cabendo a segunda seção, portanto, ilustrar o principal objetivo deste trabalho, ou seja, realizar a análise através da sistematização cronológica das narrativas

produzidas pelos atores destacados, apontando para *crise* como conteúdo em disputa por diferentes discursos políticos e as narrativas midiáticas como produtos das diversas *articulações*, que, como momentos observáveis da dança frenética e descompassada orquestrada pelas disputas por hegemonia, vão – *ritmicamente* – empurrando as fronteiras do social.

Neste sentido, reforça-se que a teoria e o método de análise do discurso que se pretende trabalhar, estando alinhada à perspectiva *laclauniana-mouffiana*, foge de uma *mera* análise da linguagem política, estando aquém da redução da realidade a disputas de palavras ou mecanismos retóricos. De modo que, o que se pretende é iluminar o período analisado a partir dos discursos políticos que estavam diretamente envolvidos com os episódios que serão tratados, ou seja, dos discursos políticos que tornaram suas articulações *observáveis* através das narrativas midiáticas. Logo, o que a análise destas narrativas sugere é a observação de “como práticas se tornam simbólicas e materialmente hegemônicas” (LOPES, MENDONÇA, BURITY *in* LACLAU, MOUFFE, 2015, p.16).

Sendo ainda necessário pontuar que o recorte proposto não se isenta do caráter arbitrário que comporta toda escolha de material, afinal, aqui se pretende analisar apenas as passagens que se fazem relevantes para a confirmação – ou exclusão – das hipóteses inicialmente levantadas. Nesse sentido, a escolha do *corpus* levou em consideração dois elementos essenciais: 1) o alcance das publicações, sendo, boa parte delas referentes à cobertura das manifestações de rua ocorridas entre 2015 e 2018, e; 2) a certeza de que o conteúdo produzido pela NINJA teria na mídia massiva e nos grupos extremistas de direita, uma narrativa paralela articulada sob o viés antagônico, possibilitando a compreensão destas narrativas como parte de *locus* diferentes, mas, ainda assim, possuidoras de pontos relacionais.

3.1. Mídia NINJA: da militância cultural ao ciberativismo

A grande façanha da Mídia NINJA foi ter conseguido, no auge das manifestações de 2013, pautar a *grande mídia*. Desestabilizar a narrativa dos grandes jornais impressos e do *telejornal* mais assistido do país não é coisa pequena. Tanto não é que em pouco tempo, o braço midiático da Rede Fora do Eixo (FdE) – organizado em torno de um carrinho de supermercado, dois modems 3g, um notebook e alguns celulares¹²² – vivenciou um *boom* de visualizações em suas transmissões via *streaming*, de seguidores em suas redes sociais online, e do número de voluntários dispostos a contribuir. Em poucos dias, a Mídia NINJA, uma ideia, dentre tantas outras gestadas pelo FdE, ganhava destaque nacional. A ascensão meteórica do modelo de “jornalismo e ação” que, de repente, passava a materializar os *devaneios utópicos* daqueles que viam na *comunicação* um terreno para as transformações sociais, foi não só capaz de abalar as perspectivas uníssonas, como também de despertar uma enxurrada de *desconfiança*.

Um bom resumo deste *receio* pode ser conferido ao longo dos quase noventa minutos do programa Roda-Viva¹²³ em que Bruno Torturra¹²⁴ e Pablo Capilé¹²⁵, sentados ao centro do círculo pouco ou nada acolhedor do estúdio, recebem dos *arautos* do jornalismo convencional uma recepção inquisidora¹²⁶. Dos dedos apontados, dos olhares lançados, e das perguntas eméritas luziam não só a desconfiança para com a metodologia da *práxis*, para com a narrativa que, sem retoques, levava a realidade às

¹²² Estes eram os recursos que a Pós-Tv, experimento do qual se origina a Mídia NINJA, possuíam para fazer a cobertura dos eventos externos. Imagens desta “gambiarras” podem ser conferidas no anexo desta tese.

¹²³ A entrevista está disponível na íntegra neste endereço: <http://bit.ly/2kxzAsN>. Acesso em: 21.01.2022.

¹²⁴ Jornalista. Já havia atuado em diversos veículos nacionais de destaque, como, por exemplo, a Revista Trip. Inclusive é a função do seu trabalho para revista que estabelece um primeiro contato com a Rede Fora do Eixo, quando vai até a Casa FdESP para escrever uma matéria sobre a vida coletiva dos moradores. Após sua demissão, dedica-se a experimentação de novas linguagens frente o simulacro Mídia, mantendo um programa sobre drogas e descriminalização desta pauta na Pós-TV. No início de 2013, articula a Mídia NINJA, que ganha destaque mundial pouco tempo depois.

¹²⁵ Cursou Comunicação em Cuiabá, mas não concluiu. Fundador do Espaço Cubo, um dos precursores do Fora do Eixo. Fundador do Circuito Fora do Eixo. Atualmente, Pablo é um articulador nacional e uma das principais lideranças da Mídia NINJA, representando-a em diversas interlocuções. Reside na Casa Coletiva mantida pela Rede em São Paulo.

¹²⁶ Programa reconhecido na televisão brasileira produzido desde 1986, o Roda Viva posiciona os entrevistados no centro de uma bancada circular e convida jornalistas e personalidades para fazer perguntas. Por essa razão, apresenta uma formação diferente a cada edição. Nesse dia, jornalistas e

pequenas telas, mas, sobretudo, o real interesse da sabatina, o *risco*. Afinal, a pergunta, nas entrelinhas, era uma só: qual risco *nós* corremos?

Evidentemente, esse “*nós*” é múltiplo. É uma combinação do modelo de negócios da mídia convencional com as mais diversas ideologias políticas, ao qual só interessava saber quem/o que era o seu adversário. Mais precisamente, quem mantinha a NINJA. De modo que na noite em que aquele programa foi ao ar, pouco se falou sobre experiência da cobertura colaborativa, sobre o futuro do jornalismo, embora, muito se tenha falado sobre *política*, sobre *dinheiro* e sobre as baixas expectativas naquela proposta de mídia ativista e emancipatória. O plano em curso parecia ser o de criminalizar e descredibilizar a informação pautada pelo coletivo, desarmar os convidados (*os inimigos*) sob a acusação de *clientelismo* com as verbas públicas, de *partidarismo*, de *parcialidade*. Porém, para ojeriza dos inquisidores, se a NINJA tinha poucos meses de estrada, o *Fora do Eixo* estava a mais de uma década ocupando seu espaço nas trincheiras da *guerrilha cultural*, com experiência de sobra e uma *transição* pela frente.

Assim, no intuito de formular uma apresentação formal da Mídia NINJA, as próximas páginas dedicam-se a fazer uma breve retomada da história da Rede Fora do Eixo, examinando tanto a conjuntura sócio-política que possibilita a ascensão do movimento, quanto às articulações construídas pela Rede ao longo dos mais de dez anos de atuação no cenário cultural do país. Neste sentido, considerando a experiência do FdE como mais uma página na história que entrelaça os movimentos culturais e a militância política da esquerda brasileira, o primeiro sub-tópico será dedicado a esmiuçar a organização da Rede traçando alguns paralelos com o debate *grasmsciano* conduzido por Coutinho (1992; 2006), visando compreender como o *horizonte revolucionário* atribuído por estes autores à militância cultural e aos *intelectuais orgânicos* pode ser percebido na experiência *contra-hegemônica* do coletivo.

Fazendo uso da categoria *guerra de posição*, o sub-tópico seguinte concentra seus esforços na tentativa de observar como a transição do FdE para Mídia NINJA acompanha o acelerado processo de *mediatização* da produção simbólica, de conversão midiática que reverbera na arena da produção cultural. De modo que, reconhecendo os

professores de jornalismo como Eugênio Bucci, Suzana Singer, Caio Túlio Costa, Wilson Moherdau, Alberto Dines e Mário Sérgio Conti (âncora do programa à época).

fatores que implicam nesta transição, a discussão busca compreender a posição de *contra-hegemonia* assumida pela NINJA, contemplando as *articulações* políticas estabelecidas pelo grupo ao longo dos embates narrativos protagonizados no campo da comunicação como um recorte possível da recomposição das *disputas por hegemonia na era da informação*.

3.1.1. Rede Fora do Eixo: o berço da NINJA

Se em sua origem *crise* alude a uma *solução*, pode-se dizer que a Rede Fora do Eixo (FdE), fenômeno do qual germina a Mídia NINJA, se estabelece como um centro de efervescentes *soluções*. Afinal, a biografia da rede de coletivos culturais que uniu – por mais de uma década – centenas de jovens, por dezenas de cidades do país (além de alguns países da América Latina)¹²⁷, tem seu início com a crise fonográfica que atinge o cenário da música independente no início dos anos 2000¹²⁸, passando, posteriormente, a gerir também outras crises de uma juventude que, conectada pelas redes da cibercultura, propõe soluções utópicas e novos moldes de produção, de vida coletiva, de economia e de experiência profissional voltados não só a sanar as adversidades pontuais, mas, sobretudo, dispostas a disputar os modelos hegemônicos de organização da vida social.

Engendrada a um cenário quimérico descrito por Castells (1990), no qual a utilização extrema dos recursos midiáticos possibilita maior visibilidade e adesão à ação coletiva fora dos canais institucionais, à trajetória do Fora do Eixo, todavia, não pode ser dissociada das transformações políticas e sociais iniciadas junto com o

¹²⁷ As proporções do circuito atingiram, no ano de 2011, à casa dos 73 coletivos em 112 cidades brasileiras e em cinco países da América Latina (cidades na Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia e Paraguai), 13.500 músicos independentes apresentados em 5.152 shows, 150 turnês, 170 festivais e, ainda, 57 CNPJs de todo tipo: editora, produtora, bar, ONG, fundação, entre outros. No último balanço realizado, em agosto de 2013, esses números passaram a orbitar em torno de: 18 casas coletivas, 91 coletivos e cerca de 650 coletivos parceiros. Uma estrutura que envolve, de acordo com dados da própria organização, 600 pessoas diretamente ligadas ao Fora do Eixo e influencia cerca de dois mil agentes (SOARES, 2016).

¹²⁸ Transformações que ocorreram na indústria fonográfica, de maneira geral, na virada do século. Tais como a descentralização de processos importantes dentro da cadeia da música – antigamente restrito ao domínio das *majors* – e o maior acesso às tecnologias de produção (BARCELLOS, 2013).

primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e dos bons ventos que sopravam do Ministério da Cultura sob comando de Gilberto Gil (2003-2008)¹²⁹. Visto que, são as leis de incentivo e do destaque conferido por esta gestão à cibercultura, como estratégia de emancipação e organização política, que possibilitam a existência do FdE enquanto um experimento singular – sendo este também, o motivo que, ironicamente, confere à Rede certas contradições.

A trajetória da Rede Fora do Eixo começa em 2004, na cidade de Cuiabá (MT). É na sede da produtora cultural *Espaço Cubo*¹³⁰ que Pablo Capilé, Lenissa Lenza¹³¹ e Mariele Ramires¹³², três jovens engajados na produção e assessoria de comunicação de bandas locais, eventos musicais e festivais independentes, começam a viabilizar as premissas que posteriormente passariam a sustentar uma grande cadeia alternativa de cultura. Dentre os dispositivos criados pela trupe para fazer a cena cultural da cidade acontecer destaca-se o *Cubo Card*, moeda social que funcionava como um sistema de *crédito* entre os atores e organizações ligados ao trabalho da produtora, que sistematizando as relações de *escambo* praticadas entre os parceiros, acaba contribuindo para que o centro cultural, *fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo*, conseguisse ultrapassar os limites do local.

Não por acaso, esta seria também a primeira *tecnologia social*¹³³ compartilhada entre o Espaço Cubo e outros coletivos ao redor do Brasil, uma vez que, conectados através de listas de transmissão e fóruns na internet, diversos produtores culturais

¹²⁹ A atuação de Gilberto Gil frente ao MinC é tema de diversos trabalhos acadêmicos. Para uma leitura mais aprofundada indica-se Barcellos (2013) e Savazoni (2014), constantes nas referências deste trabalho.

¹³⁰ Era uma mistura de república estudantil, produtora cultural e agência de publicidade jovem. Uma articulação com poucos recursos financeiros, mas que, com criatividade de sobra, conseguiu se tornar um espaço de experimentação, principalmente no que diz respeito à economia solidária e aos processos de troca, que naquele momento passaram a proporcionar o financiamento da cena local de música jovem na capital do Mato Grosso (SOARES, 2016).

¹³¹ Formada em Comunicação, é uma das fundadoras do Coletivo Espaço Cubo e do Circuito Fora do Eixo. Atualmente, é uma das gestoras da Mídia NINJA e das casas coletivas ligada ao coletivo mídiativista e demais atividades ligadas ao conceito de *pós-marca* do FdE.

¹³² Uma das fundadoras do Coletivo Espaço Cubo e do Circuito Fora do Eixo. Não foi encontrado registro recente da atuação da comunicóloga junto ao Coletivo.

¹³³ Tecnologia social é o termo usado pelos membros do coletivo para definir as *soluções, ferramentas, conhecimentos* que podem ser usadas para driblar os problemas encontrados por diversas frentes. Um dos exemplos de tecnologia social, massivamente compartilhada, é o *Cubo Card*.

atuantes no cenário *underground* começam a enxergar naquele modelo de economia solidária uma possibilidade para potencializar a produção local, principalmente, diante da forte crise da indústria musical e da já conhecida escassez dos recursos financeiros. É através da implementação do *Card* que os trabalhos realizados, até então, de forma gratuita, ou, apenas em *consideração* aos amigos (*brothers*) envolvidos nos eventos culturais, passam a ganhar uma nova maneira de remuneração¹³⁴.

A *sistematização da brodagem*, como a adoção do *Cubo Card* ficou popularmente conhecida entre os agentes culturais, foi naquele momento, a maneira mais eficiente de gerir os recursos humanos e o trabalho dentro de um coletivo em expansão: se antes os festivais eram realizados sem nenhum tipo de remuneração, agora todo o trabalho seria *remunerado* em uma moeda social de circulação entre os parceiros do coletivo. O que, por conseguinte, passa a proporcionar o financiamento dos festivais de música, a produção de EP's de diversas bandas, turnês e uma infinidade de atividades ligadas à cadeia produtiva da cultura fora da rota *mainstream* (SOARES, 2016).

Data do carnaval de 2006 o primeiro rascunho do *Circuito Fora do Eixo*, concebido, para além do coletivo *cuiabano*, pelos coletivos Catraia (AC), Goma (MG) e Lona (PR), como um circuito de troca de conhecimentos sobre produção cultural, assessoria de comunicação e circulação de grupos musicais independentes. Fazendo alusão aos circuitos elétricos pelos quais a energia percorre de uma ponta a outra, a ideia basilar do *circuito cultural* era a de, por meio das redes sociais, endereços eletrônicos, listas e fóruns de discussão online, promover a partilha de informações entre os produtores independentes residentes nas cidades distantes dos grandes centros de circulação cultural, estabelecendo soluções para as dificuldades partilhadas, bem como, outras perspectivas de futuro, experiência profissional e de estilo de vida para muitos jovens (SOARES, 2016).

Em setembro do mesmo ano, durante o festival de Música *Varadouro*, realizado em Rio Branco (AC), ocorre a II Reunião Nacional do Circuito Fora do Eixo, ocasião na

¹³⁴ Por exemplo, se um fotógrafo cobria os festivais realizados pelo Espaço Cubo apenas pelo prazer de fotografar, ou, por ser *brother* de um dos organizadores do evento, agora seu trabalho passaria a ser remunerado em *cards*, que poderiam ser trocados pelos serviços de outros associados do coletivo. Assim, o fotógrafo, que antes saía apenas satisfeito (ou não) com o trabalho realizado, passou a poder trocar o seu esforço por horas de estúdio, serviços de designs gráficos, ingressos para atividades do coletivo, ou até mesmo, em alguns casos, por algumas cervejas nos bares geridos pelo Espaço Cubo e seus associados (SOARES, 2016).

qual ficam definidos os pilares iniciais deste movimento que começa a conectar pequenos produtores a partir de três premissas principais de trabalho: **circulação**, **distribuição** e **produção** de conteúdo. Tornando evidente que *as fronteiras* entre o *Fora do Eixo* e o *eixo*, para além da geografia, se colocavam nas lacunas do modelo hegemônico vigente: “Este ‘eixo’, que configura o ‘eles’ contra o qual o “nós, Fora do Eixo” se confronta, também não é um único elemento, mas sim uma *formação discursiva* na qual os elementos estão articulados formando momentos de uma hegemonia” (BARCELLOS, 2013, p. 189).

Cientes do campo de disputas, de 2006 para 2008, ano em que ocorre o I Congresso Fora do Eixo em Cuiabá (MT), o Circuito salta dos 4 coletivos iniciais para 23, somando quase uma centena de produtores atuantes em diversos estados do país. No mesmo ano, o *Festival Fora do Eixo*¹³⁵ ganha às cidades do *eixo* Rio/São Paulo e as *frentes de trabalho*¹³⁶, deliberadas pelo Congresso, se expandem para além do trabalho relacionado à produção musical, ganhando força atividades ligada à *comunicação* (fotografia; cinema; etc), *literatura*, *software* livre, *meio ambiente*, entre outras demandas cultivadas pelas redes e pautadas pelas vivências de seus participantes.

Com a extensão do FdE, o *Card* também se amplia, passando a valer em diversos empreendimentos parceiros, dos quais, bares, restaurantes, cabeleireiros, lojas de roupas, lojas de discos, livrarias parceiras, etc., impulsionando ainda mais uma economia de troca de serviços paralela ao Real (R\$) e, por conseguinte, o campo de atuação destes atores¹³⁷. É graças a este sistema de economia solidária que, 170 festivais de música, 150 turnês, 5.152 shows são viabilizados, fazendo com que mais de 13.500 músicos independentes caiam na estrada, amparados pelos então 73 coletivos espalhados em 112 cidades do país no ano de 2011¹³⁸.

¹³⁵ Nome do festival de música realizado pelo Circuito a partir de 2007 em diferentes estados do país. Chegando a 5 cidades do interior do estado do Rio de Janeiro e a 3 do estado de São Paulo em 2008.

¹³⁶ As frentes de trabalho do FdE favoreciam diferentes demandas artísticas: música, literatura, cinema, teatro, artes visuais, audiovisual, etc. Equivalencialmente articuladas, autônomas, porém interdependentes, de modo a solidificar o ponto nodal entre as diferenças.

¹³⁷ Embora o *Card* tenha se estabelecido como sistema monetário prioritário para a estruturação das ações da Rede, não se pode negar que foram (e ainda são) os recursos em moeda corrente pleiteados pelos *CNPJs* vinculados ao FdE (e de diferentes naturezas) e depositados no caixa coletivo, que garantiram a subsistência dos espaços físicos, cobrindo os custos essenciais da Rede (SAVAZONI, 2014).

¹³⁸ Portal da transparência do FdE. Disponível em: <http://foradoeixo.org.br/>. Acesso: 12/10/2015.

Contudo, cabe pontuar que, paralelamente ao contexto de expansão vivenciado pelo grupo e ao exercício de *desmonetização das relações* por eles defendido, há uma conjuntura *sócio-política* favorável para captação de recursos financeiros através de editais públicos e leis de incentivo fiscal que ajudam a fortalecer as articulações dos mais diversos coletivos culturais. O panorama propício, sobretudo, no que diz respeito ao campo das políticas públicas para cultura, adivinha de um momento no qual o mercado, em sua forma mais vertical, sofria com a transição abrupta em diversos setores:

Transições que englobavam desde a desvalorização dos CDs à *transição* para o governo Lula, trouxeram consigo os ideais *tropicalistas* para o *planalto central do país* na figura do Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Que não tardou em anunciar políticas que “reconheciam as novas tecnologias digitais não só como inevitáveis, mas também como libertadoras. A ordem era descentralizar, sair do eixo e digitalizar comunidade” através de Pontos de Cultura, da luta pelos softwares livres, Creative Commons, entre outras propostas que reforçavam uma convergência inédita na qual Governo e *guerrilheiros culturais* comungariam dos mesmos princípios. Ao afirmar, em seu discurso de posse, que “toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo”, Gilberto Gil sinalizou que os anos seguintes seriam marcados por um movimento conjunto de repensar a cultura brasileira, partindo dos pequenos polos, incentivando a produção local, sendo o Brasil e o MinC, em seu mandato, “o espaço da experimentação de rumos novos”, da “aventura e da ousadia” (SOARES, 2016, p. 95).

Marcado pelo desenvolvimento nas dimensões *simbólica, cidadã e econômica*, o projeto encabeçado pelo *doce bárbaro*, sem dúvidas, foi um projeto *político-cultural de esquerda* sem precedentes na história brasileira. A implementação de um Ministério da Cultura com princípios ampliados nesses três setores, somado ao período de ascensão das novas tecnologias de informação e comunicação possibilita uma efervescente jornada pela democratização do acesso às TICs, acarretando mudanças nos hábitos de consumo, produção e circulação de comunicação e cultura, “especialmente nas regiões consideradas periféricas” (BARCELLOS, 2013, p. 56).

Neste contexto, inédito de ampliação da atuação do Estado no campo da cultura, mesmo que o mercado mantivesse um papel importante no que diz respeito ao *financiamento* de iniciativas culturais – através das leis de incentivo, por exemplo –, é que se evidenciam as lacunas da perspectiva hegemônica, que se abrem “possibilidades

para uma disputa *do significado de cultura* e, de certa forma, que se *empodera* novos grupos para fazer parte desta disputa, dentre os quais figura o Fora do Eixo” (BARCELLOS, 2013, p. 187).

É utilizando-se destes *recursos*, portanto, que o FdE expande suas articulações *contra-hegemônicas*, visto que, enquanto o uso das novas tecnologias permite a conexão, virtual e presencial de diversos coletivos pelo Brasil, “construindo uma percepção conjunta de terem suas identidades historicamente negadas pela perspectiva hegemônica, possibilitando o estabelecimento de equivalências entre suas demandas, mesmo que de forma parcial e incompleta” (BARCELLOS, 2013, p.188), a compreensão – adquirida no processo de trocas – de sua *multiplicidade* e *fluidez* diante do campo de disputas possibilita o FdE tomar sua posição *política*.

Assim, se num primeiro momento a finalidade do Circuito era o fazer com que os artistas locais circulassem pelo país dentro de um sistema econômico próprio, num segundo momento, a experimentação transcende o campo da economia e da música, e a independência, sorvida ante o controle estabelecido pela hegemonia da indústria fonográfica, passa a se estabelecer também em outros domínios. Afinal, *ser* um movimento cultural da sociedade civil presente em todas as regiões brasileiras, acabava favorecendo a *capacidade articulatória* do Fora do Eixo, que, sob o viés da *lógica das equivalências*, se consolida enquanto *Rede*¹³⁹, agregando coletivos advindos de variados contextos sociais e possuidores de diferentes linguagens e demandas, ampliando suas premissas de trabalho, operando, para além das frentes temáticas associadas às linguagens artísticas, os chamados *simulacros*¹⁴⁰, ou seja, simulações das principais instituições estruturadoras das sociedades contemporâneas, portanto, mecanismos capazes de estabelecer diálogos com diferentes instâncias do poder institucional.

¹³⁹ A mudança de *Circuito* para *Rede* acontece de modo gradual, estando inevitavelmente arraigada às mudanças políticas, sobretudo, àquelas ligadas a transição do Ministério da Cultura (MinC) do governo Luiz Inácio Lula da Silva para o governo Dilma Rousseff, em 2011. Afinal, neste período de transição, o FdE torna-se um interlocutor cada vez mais próximo e importante do MinC e das secretarias estaduais e municipais. É o momento que Savazoni (2014) chama de deslocamento de uma *rede de coletivos de produção cultural* para uma *plataforma de articulação política em rede*, com foco na cultura e na mobilização e participação social.

¹⁴⁰ Em um sentido *deleuziano*, os simulacros funcionam não como uma “cópia degradada”, mas como uma forma que “encerra uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução” (DELEUZE, 1998, p. 267).

A partir das deliberações do IV Congresso Fora do Eixo, realizado em 2011, estes simulacros, organizados por meio da *autogestão*, passam a funcionar como as bases da estrutura da *Rede*, conduzindo o cotidiano da organização por meio de concepções alternativas à conduta das estruturas operadas pela ordem hegemônica, logo, modelados de acordo com os ideais coletivos que regiam o FdE, para *rivalizar* com as instituições existentes (BENTES, 2012 *apud* SAVAZONI, 2014).

Divididos em quatro frentes, *Partido*, *Universidade*, *Banco*, e *Mídia*, os simulacros consolidam um novo momento de atuação da Rede, no qual, de acordo com Bentes:

O Fora do Eixo cria "duplos" disruptivos das instituições tradicionais para rivalizar com elas e disputar o discurso. Por isso a nomenclatura paródica: Banco Fora do Eixo, moeda Fora do Eixo, Universidade Fora do Eixo, Partido da Cultura, etc. Não se trata de um desejo de "institucionalização", mas apontar para a potência do comum em criar novos mercados, economia, sistema financeiro, sistema de formação e educação. A principal contribuição do Fora do Eixo me parece ser essa: articular um circuito cultural a um movimento cultural e social no contexto do Capitalismo Cognitivo, utilizando estratégias (mídia, publicidade, circuito, simulacros de instituições e de processos) que apontam para uma potencial reversão, resistência e experimentação dentro do capitalismo, correndo o risco de também ser capturado e capturar o comum, mas eminentemente apostando nas linhas de fuga (de autonomia e liberdade) e não nas de assujeitamento, que atravessam o contexto contemporâneo (BENTES, 2012, *s/p apud* SAVAZONI, 2014, p. 33).

Ou, partindo de uma ótica *gramsciana*, os simulacros, ao organizarem materialmente os aspectos subjetivos produzidos pela Rede, funcionando como *organismos relativamente autônomos*, podem ainda ser compreendidos como *aparelhos privados* de uma lógica *contra-hegemônica*, ou seja, de uma lógica na qual se empreende na articulação de uma multiplicidade de atores, buscando, através desta, alcançar uma nova condição de hegemonia. Assim, como *simulações* das instâncias que articulam a hegemonia contra a qual o Fora do Eixo se coloca, os simulacros, favoreceriam a movimentação dos atores no campo das disputas políticas, possibilitando a movimentação estratégica dos recursos articulados – em diferentes esferas – na *guerra de posição* travada contra as estruturas responsáveis pela organização da hegemonia na sociedade contemporânea, visando, por conseguinte, “à conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da

população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para a sua posterior conservação” (COUTINHO, 1992, p. 94).

Uma vez que, de acordo com Capilé, a *disputa* proposta pelo FdE seria:

[...] contra o tronco, em defesa da grama e contra o tronco. Contra um tronco que só permite que você seja um galho. É a grama que pode desfazer esta diferença, que é transversal, que pode fazer todo mundo do mesmo tamanho. Então se todo mundo é do mesmo tamanho, todo mundo é protagonista e é coadjuvante (...). A gente está disputando isso. Nós não estamos criando uma sociedade alternativa, nos estamos disputando a sociedade que existe. Nos não estamos criando um gueto e a partir deste gueto esperando que todo mundo que está naquela outra sociedade venha pra ele. Não! Nós estamos disputando a única sociedade que existe. (CAPILÉ, 2011, s/p *apud* BARCELLOS, 2013, p. 191)

A fala do ativista deixa claro que a experiência proposta pelo FdE não era a de *apenas* construir um espaço para promover uma cultura juvenil específica, mas, sobretudo, um espaço para contestar a forma como a cultura hegemônica se produz. As articulações da Rede, portanto, não se apresentariam apenas como um modo de “operar no precário”, mas como um movimento que, emergindo em um contexto de intensa socialização da política, pretendia, paulatinamente, *disputar* e modificar a realidade social existente a partir da conquista de posições importantes para a construção de uma nova hegemonia (COUTINHO, 1992).

Vale acrescentar, que a *contraposição* por eles incitada não se dava *de* encontro às estruturas, mas sim, *ao* modo como elas operam. Logo, o que a fala de Capilé ilustra é a *insatisfação* – como *ponto nodal* de uma multiplicidade de atores – com a maneira como a *vida* vem sendo pensada pelas estruturas sociais dominantes. De modo que, ao adotarem novas formas de operá-las, estariam dando indícios de que estas estruturas podem operar de formas mais colaborativas, podem gerar formas de vida mais justas, com maiores possibilidades de escolha e realização. Ou, pelo menos, era nisto que se precisava *acreditar* quando se estava disposto a vivenciar o modo de vida proposto pelo FdE (SOARES, 2016).

Visto que, a partir de 2011, no intuito de testar os dispositivos sociais desenvolvidos através dos *simulacros*, a Rede passa a encabeçar um projeto de *moradias coletivas*. Ou seja, começa a estimular a transformação dos espaços culturais

geridos pelos coletivos parceiros em *casas compartilhadas*, nas quais as tecnologias sociais produzidas por cada uma das frentes de trabalho poderiam ser aplicadas e desenvolvidas de maneira contínua (SCHNEIDER, 2015). Assim, mesmo que de início estas casas se apresentassem como uma solução para problemas pontuais dos jovens ativistas – como refúgio da *pressão* dos pais, ou, como maneira de baratear os custos da vida cotidiana –, logo se tornam, para além do espaço de vida e trabalho de seus membros, *espaços simbólicos* que evidenciavam socialmente a existência da organização (FOLETTTO, 2017).

A gestão das Casas, portanto, passa a potencializar o modelo econômico e produtivo já conhecido pela Rede: guiados por uma rotina de trabalho que se confundia com as esferas do lazer e da vida pessoal, nenhum morador ganhava salário, mas também não pagava aluguel, alimentação, água, luz, internet, etc. Todas as despesas eram bancadas pelo *caixa coletivo*, para o qual se destinavam todos os recursos em moeda corrente recebidos pelos moradores e captados via editais públicos ou eventos privados. Guarda-roupas, dormitórios e materiais de trabalho eram compartilhados, assim como as senhas de cartões de débito e crédito. Os gastos eram livres, tanto fazia se o dinheiro seria destinado à uma *cerveja* ou a um *remédio*, a necessidade de um, não se sobrepunha a do outro, contudo, era necessária uma justificação. A filosofia praticada nas Casas não diferia do princípio basilar do sistema econômico adotado no início do circuito cultural: *artista igual pedreiro*¹⁴¹. Para a Rede, nenhum trabalho era menos importante que o outro, e todos deviam estar sempre disponíveis para contribuir com a rotina doméstica e as demandas do coletivo. A autonomia dos indivíduos era celebrada, e todos eram estimulados a assumir postos de liderança, aumentando progressivamente seus *lastros*¹⁴². A percepção de autonomia, contudo, fundamentava-se na compreensão de que o processo vivenciado não era totalmente horizontal, estando a proposta de democracia do FdE ligada à construção de indivíduos cada vez mais autônomos, cada vez mais disponíveis a assumir o compromisso de liderança, de responsabilidade com a

¹⁴¹ Máxima adotada ainda nos primórdios do Espaço Cubo e transferida para o Circuito Cultural. Refere-se a retirada da áurea de “estrela” do artista, apontando para a premissa posta de que, dentro da Rede, o artista não exerce papel diferente (e/ou privilegiado) de outros agentes, e deve ter como foco a sustentabilidade de sua carreira – ou seja, uma forma de viver de sua criação (SAVAZONI, 2014).

¹⁴² Expressão que designa o acúmulo subjetivo de força que um determinado integrante possui para desenvolver uma tarefa no coletivo (SOARES, 2016).

coesão da vida coletiva, cada vez mais disponíveis à galgar espaços que pudessem legitimar aquela experiência¹⁴³.

Contraditoriamente, a ideia de *liberdade* estava associada à de *trabalho*, uma vez que, quanto mais *autonomia* maior o *compromisso* com a Rede. Para os militantes, ainda que a noção de hierarquia não fosse integralmente horizontal, não havia dúvidas de que o FdE era um projeto pautado pela *igualdade*, *associativismo*, *cooperativismo*, e busca pela *superação do individualismo*. A disciplina, portanto, presente no processo de construção desta experiência, não funcionaria como um *mediador de poder*, mas sim como *estratégia* de incentivo à participação, à cooperação e à liderança (SOARES, 2016). Para o coletivo, o papel da Rede seria o de formar *intelectuais orgânicos* capacitados para penetrar todos os campos do social, intelectuais afinados com os sentimentos populares, capazes de estabelecer o maior número de *articulações* possíveis, pondo em curso a *estratégia revolucionária* que levaria, nos termos *gramscianos*, à catarse de civilização moderna (COUTINHO, 1992).

De modo resumido, ao *simulacro Banco* cabia criar estratégias de captação de recursos em Reais, gerir os recursos em dinheiro corrente, em moeda social e o capital humano, ligado ao banco de *estímulos e criatividade*, tidos como os principais *insumos* da economia FdE (SOARES, 2016). Ao *simulacro Universidade (UniFdE)* cabia a estruturação de ações que incentivavam a participação e o aumento daquilo que eles cunharam de *Felicidade Interna Bruta (FIB)*, ou, o desejo de solidificar o projeto e permanecer na vida coletiva (SAVAZONI, 2014). Era através das ações da *UniFdE* que se enraizava a ideologia *autonomista/libertária* com a qual, sem se filiar a nenhum eixo teórico específico, a Rede se identificava. Sendo, ao mesmo tempo, um ambiente de crítica e *auto-crítica* em permanente reformulação. Ao *simulacro Partido*, por sua vez,

¹⁴³ Uma questão crucial é de como as relações de trabalho e a *desmonetarização* das relações propostas pelo FdE como uma *subversão* do capitalismo, conseguem, ironicamente, desestabilizar a Rede. Afinal, a gestão das casas coletivas, sobretudo, dos caixas coletivos, foi vista com bastante desconfiança pelas instituições sociais vigentes, sendo alvo de severas críticas, tanto por parte destes, quanto dos movimentos sociais tradicionais, que enxergavam no modelo de organização empresarial da Rede um risco aos ideais autonomistas. Neste sentido, é importante dizer que, apesar do desapego ao dinheiro e as formas tradicionais do trabalho, e que buscassem pontuar essa distância com o sistema capitalista, existia uma tendência na Rede que beirava uma dinâmica tão *produtivista* quanto a abalizada pelo capitalismo: “Neste sentido, o que nos parece é que essa *autonomia concedida* é uma espécie de estratégia de gestão de pessoas, uma forma de manter a coesão grupo, fazendo com que a sensação de liberdade advinda desta autonomia, seja revertida em *mais trabalho* para a Rede. O que nos leva a refletir sobre os questionamentos que o Fora do Eixo faz ao sistema empresarial e utilitarista, será mesmo que essa releitura se faz tão distante assim dos moldes hegemônicos?” (SOARES, 2016, p. 105).

cabia estimular e pautar a discussão sobre cultura e políticas públicas para a cultura, cobrando a inclusão da pauta em campanhas eleitorais e constituindo bancadas legislativas, em âmbito municipal, estadual e federal em defesa das causas culturais, estreitando laços com a esfera da política institucional a partir da simulação de um partido que pudesse dialogar diretamente com esse mecanismo de poder. E por fim, ao *simulacro Mídia* estava destinada a tarefa de mediar, documentar e divulgar a atuação dos outros simulacros, dos movimentos sociais parceiros e de por em evidência pautas criminalizadas pelas mídias convencionais ¹⁴⁴.

Com a fundação da Casa FdE em São Paulo, em meados de 2011, a transição do *circuito cultural* ligado à cadeia musical, para o *movimento social* que se firma no campo da atuação político-cultural, se acelera. Afinal, a instalação de uma sede no *coração* do *eixo* possibilita a articulação da Rede com lutas que transcendem os diálogos a respeito de *políticas culturais*, reconhecendo-se a importância do engajamento em outras disputas, bem como, a necessidade da adoção de estratégias ainda mais abrangentes. Anunciava-se o momento de sair do campo das *políticas culturais* para assumir a *cultura da política*, ou seja, o momento de ampliar a atuação político-cultural do FdE na interlocução da classe artística com a classe política tradicional – sem distinção partidária apriorística –, fazendo valer as articulações, cada vez mais expressivas, do FdE junto a outras organizações da sociedade civil, com especial atenção para os movimentos que se articulam simultaneamente nas redes sociais e no espaço público urbano (SAVAZONI, 2014).

De modo que, a *cultura da política* como ferramenta de articulação e empoderamento também se fez presente na organização das práticas cotidianas adotadas pelo Fora do Eixo para o seu projeto político-social contra-hegemônico. Tomando emprestadas as palavras de Barcellos (2013), “toda esta articulação, que é o exercício da política em si (LACLAU, 2011), é permeada por experiências no cotidiano dos coletivos e da organização como um todo” (BARCELLOS, 2013, p.203). Assim, ao incentivar a conscientização política de seus membros, o Fora do Eixo buscava formar

¹⁴⁴ Cabe pontuar que existe uma produção bastante ampla e detalhada sobre a organização e o funcionamento deste fenômeno. Compreende-se, portanto, que as relações de trabalho constituídas pelo FdE, apesar de inspirarem muitas laudas de análise, não são o foco principal desta tese. Sendo o resgate da trajetória deste movimento de maior importância para a compreensão da lógica contra-hegemônica em que opera a Mídia NINJA.

militantes articulados e capazes de disputarem as concepções hegemônicas vigentes na contemporaneidade (SOARES, 2016).

A adoção desta estratégia, porém, marca um distanciamento ainda maior dos ideais que originam o *circuito cultural*, causando alguns desconfortos e rupturas com os coletivos parceiros que ainda tinham a cadeia da produção musical como principal vertente. Neste sentido, “sem a pretensão de diminuir a importância do *circuito*, pois esse era fundamental não apenas para financiar o *movimento*, mas também enquanto ferramenta de disputa de imaginário coletivo” (SCHNEIDER, 2015, p. 92), estabeleceu-se o conceito de *pós marca*, ou a ideia de que as iniciativas fomentadas nos coletivos parceiros pudessem dar origem a redes autônomas, não mais *necessariamente* ligadas ao FdE, como uma solução para a continuidade das atividades e a manutenção das articulações até então estabelecidas.

Cabe pontuar que se o dilema interno da Rede era este, é porque o debate que se colocava *fora* era muito mais amplo. Afinal, a adoção de novas estratégias por parte do FdE não se dava de modo aleatório, pelo contrário, buscava acompanhar, *oportunamente*, os novos rumos que as políticas públicas no campo da cultura tomariam diante da transição dos governos *Lula/Dilma*¹⁴⁵. Se o plano político já não era o mesmo, os atores também não: o discurso precisava se rearticular. Assim, uma vez que, no campo da produção musical, as tecnologias sociais e as soluções para burlar o sistema *mainstream* já estavam consolidadas, o momento se fazia propício para por em andamento a experimentação de outras ações, de adentrar no campo da política como forma de garantir a continuidade destes projetos, fazendo com que o ativismo político *gradualmente* se sobrepusesse à gestão cultural.

Neste sentido, embora os simulacros Banco, Universidade e Partido tivessem grande valia para organização e manutenção da coesão interna da Rede, é o simulacro

¹⁴⁵ Durante todo o ano de 2011 o FdE articulou, em parceria com outros movimentos, a rede *Mobiliza Cultura*, responsável pelos protestos contra o mandato de Ana de Hollanda frente ao Ministério da Cultura, devido a adoção de estratégias que reduziam o diálogo já estabelecido entre os movimentos e os pontos de cultura com as políticas culturais do Minc; o posicionamento radical em relação as leis de autoria, com a revogação da licença Creative Commons do site do ministério, entre outras posturas que desmanchavam todo empreendimento *hacker* semeado nos mandatos Gil/Juca nos anos anteriores. Durante o período em que durou a articulação, o FdE além de dar suporte visual, no que se refere a produção de vídeos, fotos e conteúdos para as redes sociais digitais, exerceu o papel de “secretaria” dessa “rede de redes”, concedendo, muitas vezes, o espaço físico da Casa para os diálogos e reuniões (SAVAZONI, 2014)

Mídia que progressivamente irá favorecer o terreno das novas articulações. À medida que o projeto de Pós-Tv¹⁴⁶ se estende para pautas relegadas pela grande mídia, assumindo, habilidosamente, a tarefa de documentar manifestações sociais criminalizadas pelos poderes institucionais, o Fora do Eixo se torna referência. É através da *expertise* no campo da comunicação, adquirida através da longa caminhada como Circuito Cultural, que o FdE passa a ser reconhecido como uma “plataforma multimidiática contra-hegemônica e alternativa de produção de conteúdos”, a ser reconhecida, simultaneamente, como parceiro e “recurso de visibilidade para os movimentos e iniciativas populares tradicionalmente marginalizados ou diminuídos pela mídia hegemônica” (SOARES, 2016, p.107). É através do *Simulacro Mídia*, portanto, que o FdE passa a ter sua atuação política legitimada, tornando-se, em 2012, a grande aposta da Rede para os anos seguintes.

3.1.2. NINJA: Uma experiência contra-hegemônica?

Durante pouco mais de uma década de atuação, o Fora do Eixo conquistou espaços importantes no campo da cultura, lançando inúmeras carreiras artísticas, assessorando diversas bandas musicais, gerindo centros culturais, festivais independentes, etc. Estima-se que, neste período, o montante movimentado pela Rede através de editais e leis de incentivo tenha ultrapassado a casa dos milhões de Reais e que, mais de 5 mil colaboradores tenham participado oficialmente de algum dos coletivos parceiros distribuídos pelo Brasil (SOARES, 2016). Uma trajetória *sem* precedentes que, possivelmente, nenhum outro *movimento cultural* tenha experienciado

¹⁴⁶ A Pós-TV, adivinha do conceito de pós-marca administrado a partir de 2011 pela Rede. A ideia era o de formular um canal próprio de *streaming* pela internet baseado em programas criados para este formato e comandado pelo simulacro Mídia. “O prédio anexo nos fundos da Casa FdE SP serviu como o primeiro estúdio de gravação dos programas, que eram transmitidos com os equipamentos da Mídia e, na internet, em um primeiro momento, a partir do site *Ustream*. Em 19 de junho deste ano é criado o canal da PósTV no *YouTube*, mas os primeiros vídeos publicados só aparecem entre 10 e 20 de janeiro de 2012. Consistiam de três programas: *Segunda Dose*; *Supremo Tribunal Liberal*; e *Desculpe a Nossa Falha*. Esses três programas e a cobertura ao vivo de eventos culturais, somados também a eventuais reuniões abertas, realizadas pela rede FdE, compunham a programação inicial da PósTV, atualizada semanalmente” (FOLETTTO, 2017, p. 91).

no país¹⁴⁷. Contudo, mais impressionante que os feitos do Fora do Eixo, é o fato deste fenômeno, *rizomaticamente*¹⁴⁸ projetado, só ter ganhado *notoriedade* nacional ao assumir sua posição no campo das disputas políticas.

O que parecia ser *apenas* uma comunidade *hippie 2.0*, uma “invenção da garotada” que queria viver de música, ultrapassa os limites do *aceitável* quando passa a convergir com outras demandas. Quando, a partir de uma compreensão ampliada de cultura, reconhece o terreno de disputas e articulações políticas fazendo da sua experiência e habilidade com os dispositivos midiáticos um recurso profícuo para a conquista de *posições*. Em outras palavras, é apenas a partir do momento em que a Rede passa a se organizar como uma *plataforma de comunicação digital em rede* e a serviço de causas políticas invisibilizadas pela mídia hegemônica, que recebe os holofotes da sociedade como um todo. Principalmente, é a partir do momento em que a Rede viabiliza a Mídia NINJA, propondo uma nova maneira de compreender os fatos e de legitimar informações – antes, articuladas massivamente *apenas* pela grande mídia –, que o FdE passa a ser tido como um *problema*.

O primeiro contato com o sentimento de *desconfiança*, porém, não pode ser datado pela já referida participação de Torturra e Capilé no programa televisivo Roda Viva. Na realidade, ainda em 2011, quando os experimentos da *Pós-TV* passam a fazer parte da rotina da Casa FdESP, este *espectro* já era algo com o qual a Rede tinha que lidar. Afinal, a *desconfiança* inicial não parte das instituições *hegemônicas*, parte, *justamente*, dos movimentos sociais progressistas, com os quais o FdE buscava estabelecer articulações.

Conforme aponta Savazoni (2014), durante todo o ano de 2011 o FdE buscou se consolidar como a *mídia* dos grupos excluídos. Estando a frente da documentação audiovisual e da promoção das redes sociais digitais da Rede Mobiliza Cultura, responsável pelas manifestações contrárias as novas diretrizes do MinC, e também da cobertura de grandes marchas, como a *Marcha da Maconha* e a *Marcha das Vadias*

¹⁴⁷ Enquanto movimento social da área cultural, sua extensão só encontrava paralelo em tamanho na rede dos *Pontos de Cultura*, programa criado e administrado por uma instituição governamental, o Ministério da Cultura.

¹⁴⁸ Apropriando-se do termo botânico para conceber o ambiente das redes, Deleuze e Guattari dirão que o rizoma é um sistema conceitual aberto, “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE e GUATTARI, 2005, p.22).

realizadas em todo o Brasil. Destacando-se, contudo, o trabalho dedicado à *Marcha da Liberdade*¹⁴⁹, ação que mobilizou centenas de pessoas, pela internet, para protestarem, nas ruas, contra a violenta repressão policial à *Marcha da Maconha*, realizada alguns dias antes em São Paulo.

De acordo com o pesquisador, embora o *corpus* do FdE tenha desenvolvido uma série de conteúdos digitais (peças gráficas, páginas na web, etc.) destinados a convocação pública para o protesto, prontificando-se em realizar a cobertura audiovisual da manifestação, o envolvimento do grupo nesta iniciativa junto a movimentos de esquerda já legitimados no cenário contemporâneo, fica marcado pela *visibilidade* (ou, caberia dizer, *denúncia*) conferida, por estes movimentos, aos *modelos empresariais* de ação e de trabalho nutridos pela Rede¹⁵⁰ (SAVAZONI, 2014). Entre *farpas* e o reconhecimento do ineditismo do projeto estruturado pelo FdE, se delinea uma imensa troca de textos fundamentos em *teorias* cujas *práxis* do coletivo nunca se propôs à consulta¹⁵¹. Visto que, “diferentemente dos outros grupos sociais, que adotam a via da formulação, o FdE é adepto à *ação*, sendo a maioria dos entendimentos e das reflexões construídos no ‘corpo à corpo com a realidade’”¹⁵² (SAVAZONI, 2014, p.105).

Em 2012, passada as tensões iniciais, o FdE destaca-se como frente midiática de várias outras ações coletivas, dentre as quais, o Festival *#ExisteAmoremSP*, realizado na ocasião das eleições municipais daquele ano. O Festival, pensado e produzido por coletivos independentes da capital paulista, buscava tecer uma crítica à polaridade partidária, além de questionar a emergência da cor azul (PSDB) mais ao centro e do vermelho (PT) mais às periferias da metrópole, levantando a reflexão sobre as ações truculentas do Estado, a especulação imobiliária, e o acesso à cidade, buscando

¹⁴⁹ O evento ocorre em junho de 2011 em São Paulo.

¹⁵⁰ Às críticas fundamentavam-se sobre a relação informal de trabalho, criada à margem de contratos regulamentados pela legislação, que resultava em uma produtividade crescente, propagada na expressão de *não separação entre vida e trabalho* (FONSECA, 2013). Essa *flexibilidade na relação laboral*, estaria ligada a percepção da existência de um *precarizado cognitivo* formado por trabalhadores da cultura auto-organizados que já não possuem a possibilidade de acessar o “sistema trabalhista fordista e previdenciário clássicos” (BENTES, 2013, p. 54).

¹⁵¹ Os textos construídos sobre o FdE foram reunidos no livro *Movimentos em Marcha* (ORTELLADO; PARRA; RHATTO, 2013).

¹⁵² Entendimento que dialoga com um dos princípios da *ética hacker* (LEVY, 2001; HIMANEN, 2002).

construir uma proposta que perfilasse uma São Paulo “mais humana, justa, amável e acolhedora”¹⁵³.

Para este festival, o FdE mobilizou sua *expertise* como: “(1) circuito cultural, especialista na produção de festivais de música e artes integradas; (2) coletivo midiático, com comunicação em rede, por meio de difusão de conteúdos nas redes sociais; (3) organização política” (SAVAZONI, 2014, p.109), estabelecendo *articulações* com diversos agentes durante o processo, sobretudo, com grupos ativos na luta pela *democratização da comunicação*, como o Intervozes¹⁵⁴, e com ativistas, artistas, *blogueiros* e *midialivristas* independentes (SAVAZONI, 2014).

O estreitamento destas relações leva as lideranças da Rede ao diagnóstico de que “o conflito político contemporâneo *ocorreria* como uma ‘disputa de narrativas’” (SAVAZONI, 2014, p.121), assim o investimento nos processos e tecnologias desenvolvidos com base na comunicação digital se justificaria como o principal ingrediente de uma *mudança de perspectiva* nas ações e posturas assumidas, a partir daí, pelo Fora do Eixo. Dito de outro modo, é partindo das *articulações* estabelecidas com outros atores sociais independentes – mediadas, em grande medida, pela troca de serviços de mídia –, que o FdE consegue *estabilizar* sua identidade (SOARES, 2016).

De modo que, valendo-se da capilaridade dos coletivos pelo Brasil e da disponibilidade de seus integrantes, começa a documentar acontecimentos que, na visão de seus membros, não tinham espaço adequado na imprensa tradicional, passando a canalizar seus esforços para a construção de uma plataforma *multimidiática alternativa* e *ciberativista* a serviço das narrativas excluídas pelo sistema hegemônico. É ao se reconhecer como parte de um intenso processo de *midiatização*, no qual, “a comunicação e a mídia deixam de *ser* ferramentas e se tornam a própria *forma de organização* dos movimentos culturais e sociais” (BENTES, 2015, p.76), que o Fora do

¹⁵³ Manifesto existe amor em SP. Disponível em: <https://www.facebook.com/ExisteAmorEmSp/>. Acesso: 02.07.2019.

¹⁵⁴ Em atividade desde 2003, o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. O coletivo é formado por ativistas e profissionais com formação em Comunicação Social e em outras áreas, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. Cada associado do Intervozes é, ao mesmo tempo, um promotor de ações locais e um colaborador na formulação e realização de estratégias nacionais adotadas pelo coletivo. Disponível em: https://www.facebook.com/intervozes/about/?ref=page_internal. Acesso em: 02.01.2021.

Eixo assume uma posição na *disputa por hegemonia no campo da comunicação*, atuando como um *conglomerado de comunicação midialivrista* capaz de contar histórias sob outros vieses e de produzir narrativas com a mesma intensidade da mídia massiva, diferenciando-se desta ao tornar *visíveis* as fronteiras que estes veículos buscam ocultar.

Neste sentido, compete dizer que o ano de 2013, ano das *Jornadas de Junho*, pode ser reconhecido como momento em que o FdE traz à tona toda a técnica desenvolvida pelo coletivo nos anos anteriores. Ao tirar da incubadora o projeto da Mídia NINJA – uma mídia independente, calcada no empoderamento de narrativas tidas secundárias para mídia massiva, com transmissões ao vivo e pautadas *por dentro* das manifestações –, o FdE se coloca na *disputa*, compreendendo que “fazer política significa intervir ativamente na realidade, sem ficar esperando *passivamente* pelo miraculoso grande dia (COUTINHO, 1992, p. 96).

Nascida oficialmente no dia 27 de março de 2013, como um produto da estratégia de *pós-marca* do FdE, a Mídia NINJA, sigla para *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*, instituíra em sua primeira publicação como uma página do *Facebook* o seguinte:

Enquanto a velha mídia vai se transformando em mofo, emerge pelo mundo inteiro uma tropa de comunicadores independentes. Nas ruas e nas redes, em textos, fotos, memes e streamings, atrás de câmeras ou celulares, eles estão por toda parte. Reduzindo os filtros entre os fatos e o público. Contrariando, na guerrilha, a narrativa oficial. Transformando a audiência passiva em difusores de informação. Já não precisamos de veículos. Somos os veículos. Embarcaremos hoje para a primeira missão do N.IN.J.A. rumo ao Fórum Social Mundial em Tunísia. 5 dias de cobertura e conspirações públicas no maior encontro global de ativistas. Textos, fotos, entrevistas, transmissões diárias na PósTV e, mais importante: o começo de uma construção coletiva de uma rede internacional de jornalismo independente. (MÍDIA NINJA, 2013, *online*, *apud* FOLETTO, 2017, p.94).

Da *aventura* na Tunísia até o *boom* das coberturas colaborativas dos eventos de junho de 2013, os conteúdos produzidos pela NINJA pautam-se pelos temas relacionados à luta feminista, ocupação do espaço público, à questão da moradia, legalização da maconha e coberturas especiais de manifestações encabeçadas por movimentos de minorias, bem como, de eventos pontuais, como julgamentos de crimes

ambientais e plenárias públicas decisivas para implementação de projetos de leis tidos como perigosos ao princípio de democracia articulado pelas *esquerdas*¹⁵⁵.

O formato adotado pela NINJA, seguindo a dinâmica das mídias sociais digitais, desde o princípio buscou privilegiar a linguagem coloquial, relatos pessoais, textos curtos, fotos e vídeos em baixa resolução capazes de circular com facilidade através dos perfis e páginas do coletivo nas redes sociais online, sendo a principal delas, o *Facebook*¹⁵⁶ – que até 2016, era o canal de informação de maior visibilidade da NINJA (FOLETTTO, 2017).

Se *auto-afirmando* como *mídia independente* e galgando cada vez mais autonomia em seu campo de atuação, o projeto NINJA chega às ruas para cobrir às *Jornadas de Junho* preparada para produzir *contra-informação* como via de *resistência* (DOWNING, 2002; ATTON, 2004; MILAN, 2013). Comungando dos princípios *midialivristas* e enfatizando o papel do *cidadão comum* como *informante* e *ator político* engajado na construção de novas narrativas sobre a realidade social, a experiência NINJA vai somando distintos *conceitos* em prol de um entendimento abrangente do seu lugar enquanto *mídia contra-hegemônica*¹⁵⁷.

Assim, consciente de que no cenário contemporâneo a comunicação se revela como centro das disputas pela hegemonia, a NINJA, não por acaso, passa a se destacar, no contexto das referidas manifestações, como fonte legítima de informação,

¹⁵⁵ Como, por exemplo, a Proposta de Emenda Constitucional 37, elaborada pelo então deputado, o pastor Marcos Feliciano (PSC-SP), em 2013, a frente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, vetando a possibilidade de o ministério público fazer investigações independentes, o voto distrital e o repúdio aos partidos.

¹⁵⁶ O Facebook, alcançou 2 bilhões de usuários em todo o mundo no final de 2017, destes, mais de 100 milhões no Brasil. A rede social possui em média 1,37 bilhão de visitantes diários (INTERVOZES, 2018). O Facebook mais que quintuplicou suas receitas anuais, saindo de US\$ 5 bilhões para US\$ 27 bilhões entre 2012 e 2016. Em 2016, o lucro da companhia ficou em mais de US\$ 10 bilhões, sendo que 90% das suas receitas são advindas da publicidade. A empresa também controla a segunda e a terceira colocadas no ranking global de plataformas digitais: WhatsApp (1,3 bilhão de usuários) e Facebook Messenger (1,3 bilhão de usuários), além do Instagram, que ocupa a sexta colocação (800 milhões de usuários). (INTERVOZES, 2018).

¹⁵⁷ Em seu endereço oficial na internet, na aba perguntas frequentes (FAQ), em resposta para a pergunta “A Mídia Ninja é um novo movimento social?”, o grupo expõe: “Existe um processo de mais de uma década de construções, no qual iniciativas como o CMI (Centro de Mídia Independente), o Intervezes, o Fórum de Mídia Livre, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação ou até mesmo as experiências de Rádios Livres e Comunitárias se formaram, se consolidaram e inspiraram a geração que concebeu a Mídia NINJA e outras iniciativas mais recentes.” (MÍDIA NINJA, 2014, *online apud* FOLETTTO, 2017, p. 107).

subvertendo, por diversas vezes, o poder incontestável da mídia convencional¹⁵⁸. Estando no *lugar* certo, na *hora* certa e utilizando-se estrategicamente dos recursos comunicacionais disponíveis, o grupo finca o ineditismo de seus atos na capacidade de promover *articulações* entre ações coletivas e movimentos sociais, possibilitando a expansão deste *discurso* através de práticas de resistência midiaticamente formatadas. Desencadeando, portanto, um processo mais complexo na busca pela participação democrática ao transcender as vias da política institucional a partir de práticas midiáticas (GOHN, 2010; BITENCOURT, 2015).

De modo que, uma vez observada a extensa literatura produzida sobre a atuação da Mídia NINJA ao longo daquele mês de junho¹⁵⁹ e as diversas perspectivas levantadas sobre as práticas adotadas pelo coletivo desde então, é que se busca reforçar que o interesse desta tese *não* se mobiliza pela análise dos conteúdos produzidos, e *sim* sobre a *trajetória discursiva*, sobre as *articulações políticas* cultivadas pela Mídia NINJA após 2013. Sendo as *narrativas midiáticas* concebidas a partir destas articulações, compreendidas, para fins deste trabalho, como *práticas* observáveis do discurso político (MENDONÇA, 2006) e das movimentações na disputa por hegemonia no campo da comunicação.

Neste sentido, sabendo que o *jornalismo alternativo* proposto pela iniciativa – baseado nos pilares da *desinstitucionalização*, da *desprofissionalização* e da *descapitalização*¹⁶⁰ (ATTON, 2005; 2009) – reconhece a *ação* – dada pela produção e circulação de informações através de práticas colaborativas – como a matéria norteadora

¹⁵⁸ Em relato publicado na Revista Piauí, Torturra pontua que entres os dias 13 e 17 de junho de 2013, a página da Mídia NINJA salta de 10 para 100mil inscritos. As marcas de audiência das transmissões ao vivo ultrapassaram, na ocasião, a casa dos 50mil usuários assistindo, em tempo real, os protestos. “Não éramos apenas uma rede cobrindo as manifestações: constituíamos uma pauta nova, mais palpável e legível do que a volátil horizontalidade das mil demandas que tomavam as ruas. *Folha, Estadão, O Globo, SBT, Gazeta, Record, Bandeirantes, TV Cultura, New YorkTimes, Wall Street Journal, Al Jazeera, The Guardian*. Rádios e tevês comunitárias. Em duas semanas, todo o mundo repercutiu ou perfilou a Mídia Ninja. Só faltava, sei lá, o *Jornal Nacional*. Não por muito tempo...” Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/olho-da-rua/>. Acesso: 24.02.2022.

¹⁵⁹ Muitas das quais utilizadas nas referências desta tese.

¹⁶⁰ Atton (2005; 2009) compreende como jornalismo independente aquele produzido por “cidadãos comuns” (*desinstitucionalizado*), sem a necessidade de treinamento profissional (*desprofissionalizado*) e sem aporte financeiro excessivo, ou seja, sem participação no mercado publicitário de vendas de anúncios (*descapitalizado*).

de um *sistema jornalístico*¹⁶¹ calcado, ao mesmo tempo, na crítica à atuação dos meios massivos de comunicação e na promoção do *engajamento* social e político de seus parceiros, é que se busca atribuir à Mídia NINJA o papel de *articulador* da *expressão* e da *legitimidade* dos movimentos sociais na arena da comunicação, retirando-os, por conseguinte, do campo da marginalidade, ao qual, muitas vezes, a mídia de massa os condena.

Contudo, ressalta-se que atuação do coletivo não se restringe a publicidade das reivindicações destas articulações, visto que, enquanto “mídia multidirecional, habilitada para *se* colocar em uma disputa no campo subjetivo da produção de narrativas” (SOARES, 2016, p. 148), visa garantir diferentes abordagens sobre os mais diversos fatos, evocando a latente necessidade de participação dos cidadãos para a ampliação dos espaços de expressão da população, habilitando *pessoas comuns*¹⁶² ao *empoderamento* político, para que representem melhor a si mesmos e suas comunidades (RODRÍGUEZ, 2000).

Assim, a exemplo de outras iniciativas de *mídia livre*, a NINJA, como uma iniciativa *autônoma*, que confirma a ramificação do *poder* no âmbito da comunicação, proclama sua independência e liberdade para cobrir acontecimentos *lado a lado* das mídias convencionais, contribuindo para a abertura de um novo panorama de práticas colaborativas e democráticas. Exercendo um *contrapoder* questionador intrinsecamente relacionado à autonomia dos conteúdos reverberados através de uma comunicação *desmonetizada*, se posicionado, destarte, a favor da democratização em todas as instâncias (BITENCOURT, 2015).

¹⁶¹ Na seção *perguntas mais frequentes* (FAQ) do site da Mídia NINJA, em resposta a pergunta se o que eles fazem é jornalismo, se lê: “Sim. O Jornalismo é uma das ferramentas e linguagens que utilizamos para levantar temas e debates, fortalecendo narrativas que não tem visibilidade nos meios convencionais de comunicação. Mas para além de jornalismo fazemos midiativismo” (MÍDIA NINJA, 2014, *online* apud FOLETTO, 2017, p. 104).

¹⁶² Se de imediato as redações, de um modo geral, rechaçaram a chegada dos amadores, logo foi necessário converter a *aversão* em *conversão*. Sites de notícias abriram canais específicos para a participação do público que pode enviar sugestões de pauta, fotos, vídeos e conteúdos que se encaixam na lida jornalística. Emissoras de TV passaram a cadastrar cinegrafistas amadores em todas as partes, criando uma rede de colaboradores passível de ser acionada em pouco tempo quando necessário. Jornais, revistas e rádios também se renderam a iniciativas batizadas de “jornalismo cidadão”, “colaborativo”, “cívico” (CHRISTOFOLETTI, 2018). Gillmor (*apud* ANTOUN; MALINI, 2013, p. 111) denomina cidadão-repórter “a figura que democratiza cada vez mais o jornalismo e o transforma em conversa, toda gente passa a produzir notícia de alguma maneira. O crescimento do jornalismo participativo nos ajudará a ouvir, assim a publicação não é apenas o ponto final, mas sim a parte que deverá ser completada pela conversação” (VALLE, 2019, p. 59).

Conseqüentemente, esta tomada de *posição* implica na escolha de um *espectro* ideológico, logo, em assumir a *parcialidade* como horizonte normativo de sua atuação no campo da comunicação. Ou seja, como qualquer outra agência de comunicação, é preciso compreender que Mídia NINJA se posiciona *parcialmente* sobre os fatos. Porém, ao contrário da grande mídia, que se agarra ao mito do discurso imparcial, a NINJA assume sua parcialidade, revertendo às críticas, repetidamente recebidas, em seu favor:

A gente não está preso com nada. A gente fala só de um lado, desde que a gente começou. A gente está muito mais ligado à esquerda, a gente está na linha esquerda da rua, então é o nosso lado. A gente sempre colocou isso como parcialidade porque o mito da imparcialidade tem que ser quebrado o tempo todo. É muito mais real com o público. Não é errado ser de esquerda ou de direita, não é errado você pautar isso ou aquilo, você sempre terá um público. O errado não é existir uma mídia que coloque o Feliciano, o Bolsonaro, por exemplo, em um patamar de bondade, num patamar que eles acham que tem que estar, o errado é não ser sincero o suficiente e dizer: eu estou desse lado, eu pauto este lado. O que a gente quer, não é acabar com a Folha de São Paulo. Todo mundo tem o seu papel, mas o que a gente quer é o ser verdadeiro com o público. Vai, fala, abre teu jogo! Fala que você está mais desse lado, fala porque você está desse lado. A NINJA já falou. As pessoas costumam dizer: “ah, mas vocês sempre estão do lado dos movimentos”. Sim, estamos! Porque agente escolheu esse lado, o lado que não tem visibilidade (C.B.; repórter da Mídia NINJA/Jornalistas Livres, Casa FdE/SP, maio/2015 *apud* SOARES, 2016, p. 123).

Neste sentido, apoiado na concepção de *parcialidade*, o trabalho da NINJA vai, progressivamente, misturando *jornalismo*, *militância* e *ativismo*, *ressignificando* formatos e linguagens a partir da *colaboração*, que, enquanto reflexo da prática articulatória, aproxima a *pauta* dos *emissores*, fazendo da *narrativa* o elo entre a *luta política* e a *informação* (SOARES, 2016).

Entretanto, convém observar que, mesmo que a NINJA tenha conseguido se estabelecer como uma mídia alternativa autônoma – lançando seu do portal de notícias em parceria com a organização internacional *Oximity*¹⁶³, em junho de 2014 – muitas são

¹⁶³ Organização internacional que buscava uma reengenharia da indústria de notícias. "uma plataforma global que conecta diversos coletivos e oferece de forma gratuita uma base muito sólida de hospedagem e gestão de fluxos, uma verdadeira alternativa pós-facebook" (MÍDIA NINJA, 2014, *online*, *apud* FOLETTO, 2017, p. 102).

as limitações que se impõem ao exercício pleno das atividades idealizadas pelo experimento. Afinal, apesar de o portal NINJA ter sido um passo importante para uma autonomia ainda maior, boa parte da informação produzida – ainda hoje – está vinculada aos perfis do coletivo em sites de redes sociais. Ou seja, submetida às características do programa de ação das plataformas, tendo a visibilidade de suas atividades restritas pelos *adversos* moldes de arrecadação destes meios.

De acordo com a pesquisa realizada pelo coletivo Intervezes, ao derrubar o alcance orgânico das publicações de suas *páginas*, inclusive de páginas de conteúdo jornalístico, a partir de 2016, o *Facebook* teria encurralado tanto iniciativas *midialivristas*, quanto as mídias convencionais que convergiam para este ambiente¹⁶⁴, tornado-as reféns dos conteúdos pagos. Ou seja, de 2013 para o ano de 2016, em detrimento da sobrevivência no ambiente da plataforma (em que estão mais de 80% dos internautas brasileiros), o jornalismo convencional acaba reforçando ainda mais o poder do *Facebook* (INTERVOZES, 2018), enquanto o jornalismo alternativo vai perdendo rapidamente o alcance e visibilidade de suas pautas.

Como modelos de negócios estabelecidos sobre a *gratuidade* de acesso e disponibilização de recursos de comunicação aos usuários inscritos, plataformas como *Facebook*, *Instagram*, *Whatsapp*, *Twitter* e o *Google* focam suas receitas em publicidade. Deste modo, a *gratuidade* reverte-se na cooptação dos dados cadastrados, que, uma vez coletados e processados por *algoritmos*, passam a ser oferecidos aos anunciantes como um recurso que permite um direcionamento bastante específico, e, quase individualizado, da mensagem publicitária (INTERVOZES, 2018).

O poder do *Google* e *Facebook* está na personalização da publicidade digital. Diferentemente da era da TV e do rádio, em que anúncios eram difundidos em cadeia nacional para um público amplo, as plataformas processam rastros digitais deixados pelas atividades de

¹⁶⁴ “Em janeiro de 2018, por exemplo, o Facebook anunciou uma mudança importante no algoritmo de distribuição e ordenamento do *feed* de notícias, mecanismo automatizado que controla o que os usuários veem em sua linha do tempo. O *news feed* passou a desfavorecer endereços de sites noticiosos em privilégio de publicações de amigos e familiares. A novidade reduziu o tráfego de visitas aos sites jornalísticos (GRUEN e TOWNES, 2018) e fez com que grandes veículos abandonassem o Facebook, como a *Folha de S. Paulo*. A decisão da gigante digital reflete não somente suas prioridades acerca de quais conteúdos terão alcance em suas redes e quais serão ocultados, como também uma disputa pela receita publicitária com empresas jornalísticas (COYLE, 2018). Dessa forma, plataformas exercem o poder de definir e operar categorias de conteúdos que, por razões opacas, serão invisibilizadas ou promovidas em suas redes (VAN DIJCK et al., 2019)” (ALVES, 2019, pp. 25/26).

seus usuários, como características demográficas, manifestações de interesse por meio do que é publicado ou compartilhado, interações como “likes”, imagens e qualquer outra informação produzida ou com a qual a pessoa tenha lidado de alguma forma (INTERVOZES, 2018. p. 90).

Como visto anteriormente, a lógica comercial destes dispositivos vai sedimentando *bolhas ideológicas*, nas quais as diferenças não encontram espaços para estabelecer *diálogos*. Via de regra, não existe *contrariedade* nas bolhas das redes sociais, seja esta relacionada à oferta de produtos, seja relacionada à oferta de opiniões. Estes espaços, criados como refúgios à diversidade do social, ao interditar as relações dialógicas entre diferentes identidades, potencializam a propagação de *verdades* pré-existentes, causando o *alheamento* do mundo em sua complexidade (VALLE, 2019).

Conforme aponta Castells (2018), a lógica dos algoritmos reúne os usuários pelo *medo*, e são temores individuais que, multiplicados em bolhas de opiniões nas redes sociais e em correntes de aplicativos de mensagens, criam “o cardápio de infinitas *verdades* utilizado conforme o desejo de manipulação de determinado grupo de perfil social e político”, que tem enfraquecido a prática democrática (VALLE, 2019, p.).

Desta forma, ainda que os *cidadãos* da *era da informação* tenham adquirido cada vez mais habilidades para *inventar* redes autônomas de comunicação horizontal, a lógica capitalista vai rapidamente minando a atmosfera otimista construída em torno das *redes sociais online* enquanto uma *esfera pública* renovada e criticamente relevante (CASTELLS, 2013). Assim, diferentemente do cenário que favorece o início de sua trajetória, a NINJA passa a movimentar-se sobre um campo no qual as mesmas ferramentas que lhe garantem uma atuação autônoma, favorecem a emersão de *novos* adversários.

Mais uma vez, o campo de disputas por hegemonia se remodela, as linguagens se alteram, novas perspectivas se instituem, e, ainda que estas mudanças impliquem num cenário de diálogos restritos, cabe as iniciativas *ciberativistas* traçar estratégias que iluminem o caminho da *contra-hegemonia*. Afinal, se novos paradigmas sociais e políticos são constantemente criados na interação homem/máquina, sempre haverá distintas formas de existência, cabendo a prática *midialivrista* driblar as formas monolíticas de pensamento, viabilizando estratégias que superem as restrições impostas

pelos algoritmos. Haja vista que, se as grandes corporações tecnológicas possuem *informação*, a *resistência* pode ser feita na *contra-informação* (VALLE, 2019).

Deste modo, dada os princípios que norteiam a experiência NINJA, os desafios postos e a reordenação do campo de disputa que se alinha no período observado, o próximo tópico será destinado a análise das articulações estabelecidas, as narrativas compostas e as estratégias de movimentação executadas pela Mídia NINJA na *guerra de posições* sobre a qual “as lutas dentro do *capitalismo cognitivo* se convertem em uma *guerrilha semiótica*” (BENTES, 2010, p. 98).

3.2. Coberturas NINJA: Da expectativa ao campo

Tecendo elos entre o campo da política institucional e o da comunicação como forma de situar o debate sobre *crise*, *hegemonia*, *esfera pública* e *resistência*, se buscou enfatizar, ao longo das páginas anteriores, o cenário de transformações sobre o qual a análise seguinte se estabelece. Agora, valendo-se das categorias da Teoria Política do Discurso (TPD), esta seção será dedicada a construção de um panorama das disputas por hegemonia no campo midiático a partir das narrativas produzidas pela Mídia NINJA durante a cobertura *jornalística* das manifestações e protestos de rua que tendo como mote a *crise* eclodiram no país ao longo dos anos de 2015 e 2018.

Mais uma vez, compete dizer que, para fins deste trabalho, as *narrativas* midiáticas serão compreendidas como *práticas observáveis* da articulação política (MENDONÇA, 2006), ou seja, como momentos *visíveis* dos discursos que se movimentam no campo das disputas por hegemonia. Neste sentido, procura-se destacar que as construções discursivas em análise *não* são fixas e que sofrem alterações ao longo do processo. Alterações estas que se refletem, em grande medida, sobre o modelo de *jornalismo* empreendido pela NINJA como estratégia de *contra-hegemonia*.

Assim, observando que o coletivo que toma as ruas em 2013 – fazendo do carrinho de supermercado sua unidade móvel e dos *cidadãos comuns* seus correspondentes – já não é o mesmo que cobre as manifestações recorrentes ao longo de 2014, e muito menos, o mesmo que toma posição em 2018, é que se faz necessário

pontuar que a *trajetória discursiva* da Mídia NINJA não se faz alheia às configurações que alinham as esferas da política e da comunicação durante o já referido período de *crise orgânica*. Afinal, se em 2013 a visibilidade internacional, conferida por veículos como *New York Times* e *El País*¹⁶⁵, fez com que o termo *ninja* se popularize a ponto de se tornar um *título honorífico* atribuído a *qualquer individuo* que, munido de um *smartphone*, documentasse a tensão nos protestos de rua, em 2014, contudo, o slogan “Somos todos NINJA”¹⁶⁶, já não contemplava tanta gente assim.

Em poucas palavras, o momento *pós-jornadas*, mais especificamente, o momento que vai de agosto de 2013 às eleições presidenciais de 2014, determina uma mudança significativa para o grupo *midialivrista*. Uma vez que, como visto, este é um período em que tanto a *polaridade política* se aprofunda no país, quanto as plataformas de redes sociais *online* passam a ser utilizadas mais ativamente como canais de informação. De modo que, os momentos posteriores a junho de 2013 trazem, para além de um sentimento permanente de urgência e de instabilidade, uma espiral de turbulência política capaz de, progressivamente, deslocar a euforia em torno dos protestos de rua *para* a luta entre forças políticas polarizadas nas redes sociais *online* (ALVES, 2019).

Logo, se durante a cobertura das manifestações de Junho de 2013 o Fora do Eixo (FdE) era a base da NINJA, depois da fatídica participação no Roda Viva, ainda que tenha havido a sistemática tentativa de reforçar o senso de autonomia existente nesta relação, o termo *ninja* já não cabia como sinônimo de *qualquer jornalismo* feito na *ação*.

Ou seja, tão logo a *parcialidade* da NINJA se ressalta, as relações políticas (por mais críticas que fossem) se patenteiam. Sendo meio a enxurrada de *denúncias* estabelecidas contra as práticas do FdE¹⁶⁷, que a NINJA dá início à reconfiguração do

¹⁶⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1317943-grupo-midia-ninja-se-projeta-ao-cobrir-protestos-ao-vivo.shtml>. Acesso em: 25.02.2022.

¹⁶⁶ O slogan foi estrategicamente veiculado pela NINJA ao longo das manifestações de 2013, dado o grande número de pessoas que passaram a adotar a alcunha, mas que não tinham vínculo direto com o coletivo. Aludindo, sobretudo, ao princípio do jornalismo colaborativo acolhido pela NINJA, no qual a autoria individual torna-se irrelevante (GUIMARÃES, 2016).

¹⁶⁷ Conforme dito anteriormente, às críticas às práticas do FdE foram reunidas no livro.... Neste sentido, o presente trabalho não alça reforçar este embate, uma vez que, o que interessa é entender como a profusão de críticas ao FdE e à Mídia Ninja, ao saírem da esfera do virtual para ocupar as narrativas da imprensa convencional, produzem consequências que levam o coletivo a reconfiguração de seus processos produtivos.

seu processo de produção. As premissas, portanto, são re-alinhavadas, outras articulações são estabelecidas e, em 2014, um ano depois de sua efervescente chegada, a NINJA se estabelece como uma mídia que produz *jornalismo*, mas, sobretudo *mediativismo*, seguindo uma linha editorial flexível, porém, comprometida com a posição política assumida dentro do espectro da esquerda progressista¹⁶⁸.

Neste sentido, cabe pontuar que, embora diversas pesquisas acadêmicas tenham dado destaque à formulação de projetos comunicativos alternativos à esquerda, as Jornadas de Junho, como um momento de ruptura da hegemonia petista sobre as mobilizações de ruas (AVRITZER, 2016), também possibilita a erupção de projetos situados à direita. De acordo com Alves (2019):

Em última análise, o *boom* midiático aconteceu também nas direitas. Levantamentos mais amplos sobre o *Facebook* demonstraram que o Movimento Passe Livre e a própria imprensa foram sendo substituídas pelas páginas anticorrupção de direita a partir do dia 17 de junho. Os dados dessa tese demonstram que a Mídia Ninja e o Movimento Passe Livre tiveram valores de compartilhamento modestos se comparados as páginas *Anonymous*, *Fora PT*, *Lula de novo*, *Não* e outros atores que faziam críticas hostis ao governo petista e às instituições políticas de forma geral. Na coleta realizada, a Mídia Ninja realizou 566 *posts* em junho, atingindo 87.416 compartilhamentos, o que significa a 65ª *fan-page* por ordem de compartilhamentos (ALVES, 2019, p.42).

Entretanto, por mais que estas sejam informações relevantes, reforça-se que esta tese *não* procura *medir* a visibilidade da Mídia NINJA pelo seu alcance nas redes, e sim, *observar* como suas ações incidem no campo político, como suas narrativas *fissuram* o tecido social contemporâneo e se impõem na disputa por hegemonia no campo da comunicação. De modo que, ao longo da análise, se busca conferir notoriedade as mutações que impescinde desta experiência, destacando que, da *idealização* de uma ruptura com os moldes do jornalismo convencional dada na ocasião de seu lançamento em 2013, ao ano de 2018, muito se perde, e muito se acrescenta, não sendo possível enquadrar estas mudanças como positivas ou negativas, mas sim, como *transitórias* e necessárias às estratégias pretendidas pelo grupo de: nos limites do discurso hegemônico se fazer a *contra-hegemonia*.

¹⁶⁸ Na seção de apresentação do Portal da Mídia NINJA, destaca-se a posição ideológica da experiência. Disponível em: <https://midianinja.org/> Acesso: 12.09.2019.

3.2.1. A coleta de dados e os processos metodológicos

Antes de iniciar a análise do material abrangido pelo recorte temporal em destaque, reconhece-se a necessidade de detalhar a trajetória da coleta dos dados sistematizados durante esta seção. Assim, uma vez discutida a importância das plataformas virtuais enquanto dispositivos de comunicação e sua relevância enquanto indicadores dos sentidos discursivos utilizados por distintos atores, é que se justifica a utilização de postagens realizadas via Facebook, pelas páginas oficiais da NINJA e dos demais movimentos abordados, como fontes de dados.

A predominância da utilização dos conteúdos postados na supracitada rede social durante esta análise também se justifica pela posição que esta ocupa no ranking concebido pela Reuters Digital News Report, em 2018 (ALVES, 2019). De acordo com este, dentre as ferramentas digitais mais utilizadas para receber informações, o Facebook seria o primeiro colocado, com 52%, estando o WhatsApp em segundo, com 48%. No que se refere ao panorama local, a rede social se destaca, sendo considerada – pelo menos, até o ano de 2018 – a principal plataforma digital de consumo de informações políticas no Brasil.

Outro motivo importante que leva à preferência dos conteúdos produzidos para esta plataforma consiste na facilidade de busca e acesso aos conteúdos produzidos entre os anos de 2015 e 2018, favorecendo, assim, a comparação das narrativas produzidas pelos diferentes atores acerca dos mesmos eventos políticos.

Vale ainda destacar que, a transição do portal de notícias da Mídia NINJA do *Oximity* para um domínio na rede livre (.org), em 2017, fez com que várias matérias produzidas e previamente coletadas para esta pesquisa fossem perdidas, ou, que não estivessem mais disponíveis para consulta online. Em detrimento disto, privilegiou-se os conteúdos que passaram por uma verificação mais recente, e os enunciados que pudessem ser qualitativamente comparados e analisados à luz das categorias da teoria do discurso que embasa a estruturação do presente trabalho.

Ressalta-se que, ao longo dos últimos oito anos, foram salvas manualmente, ou seja, coletadas uma a uma, postagens realizadas pelas páginas oficiais do Facebook da Mídia NINJA, Movimento Brasil Livre, Movimento Revoltados Online e Movimento

Endireita Brasil. Bem como, foram coletadas as capas dos jornais de grande circulação (Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo), e printadas matérias relacionadas às manifestações de ruas destacadas pelos principais portais de notícias (Uol, G1, Terra). O material bruto colhido para esta análise possui o total de 834 links de publicações realizadas entre 2015 e 2018 pelos atores acima destacados, tendo sido consideradas apenas postagens relacionadas às manifestações e protestos de rua de interesse desta pesquisa.

É importante ser dito que, além da clivagem por conteúdos referentes aos protestos, outros critérios qualitativos e quantitativos foram aplicados para escolha dos atores em questão, sendo eles:

- 1) público das páginas oficiais maior que 10.000 curtidas;
- 2) engajamento das postagens, número de curtidas e compartilhamento superior a 50;
- 3) visibilidade na imprensa tradicional, ou seja, menções corriqueiras nas mídias massivas, e a centralidade na organização das manifestações de rua. Tendo sido feita uma busca manual do nome do ator representado pela *fan-page* nos motores do Google News, ferramenta do Google que indexa fontes jornalísticas; e também nos sites do jornal Folha de S. Paulo, Estadão, G1, Revista VEJA e o no Portal de notícias da UOL;
- 4) recorrência de conteúdos associados às palavras-chaves: “crise”, “impeachment”, “golpe”, “corrupção”, “lava jato”, “manifestação”, “PT”, “Moro”, “Dilma”, “Lula”, “Bolsonaro”, bem como;
- 5) clara tomada de posição política, logo, da utilização de elementos narrativos que evidenciam o discurso construído a respeito das manifestações de rua e da “crise” política.

Portanto, compreendendo os diferentes graus de profissionalismo jornalístico, áreas de atuação e temas de interesse que norteiam a produção de conteúdos destes atores de distintas naturezas, os critérios, acima destacados, buscaram favorecer a construção de um parâmetro geral, ou ainda, de uma linha de similaridade entre as publicações que favorecesse a condução de uma análise comparativa, e um panorama de como a disputa por hegemonia no campo da comunicação é concebida meio às transformações contemporâneas no sistema midiático brasileiro, promovidas por

plataformas de tecnologia, relacionamento e mídia, como o Facebook, frente as interfaces midiáticas tradicionais.

Neste sentido, o material recolhido buscou representar um recorte heterogêneo de atores que produzem informação, considerando, para tanto, desde a imprensa tradicional, em termos desta tese, a mídia hegemônica, até mídias alternativas, mantidas por agentes da sociedade civil situados em espectros ideológicos tanto de esquerda, quanto de direita.

Diante da extensão dos dados coletados, privilegiou-se os conteúdos associados às manifestações de rua com a maior incidência de público, de acordo com os organizadores dos protestos. Uma vez selecionadas, as postagens foram organizadas em uma planilha no programa Microsoft Excel: para cada ator, foi criado um arquivo. Cada arquivo foi subdividido em 4 abas, correspondentes a cada um dos anos analisados. Em cada aba, foram criadas subcategorias, sendo estas: link da postagem para consulta, data da publicação, data do acesso, texto integral da postagem e as palavras-chave dos assuntos tratados. Para resguardar a publicação, foram realizados prints de tela, numerados e salvos em uma pasta à parte.

Considerando que a presente pesquisa busca evidenciar as relações de equivalência e diferença estabelecidas entre as narrativas midiáticas de grupos reacionários e emancipatórios na disputa pela hegemonia no campo da comunicação, o passo seguinte consistiu, justamente, em identificar quais sentidos eram identificados de forma idêntica pelos distintos movimentos e aqueles que não. Assim, ainda de modo manual, buscou-se agrupar os conteúdos que compartilhassem distintos processos de significação em torno de um mesmo significante.

No intuito de reforçar as relações de equivalência e diferença entre os conteúdos e atores destacados, foi realizada a análise individual das postagens separando-as sob um mesmo ponto nodal, logo, sobre a mesma manifestação de rua. Se a cadeia de significação realizada pelos discursos fosse a mesma, então se poderia falar em equivalência. Já no que diz respeito às relações de diferença, foram avaliadas as diferentes atribuições de sentido feitas em torno de um mesmo ou de diferentes significantes nos variados discursos coletados. De modo que, ao trazer materiais que abarcavam as mesmas temáticas partindo de pontos de vistas distintos, buscou-se

promover a identificação dos sentidos discursivos que colocam os diferentes agentes midiáticos em cadeia de equivalência, e quais sentidos que os coloca em relação de diferença provocando uma disputa pela hegemonia.

Assim, dado que o sistema midiático, enquanto campo de disputa, consiste de uma vasta variedade de organizações, que, mesmo tendo em comum finalidade de atingir ou preservar, especificamente, ganhos políticos, se diferem, é que a análise a seguir, retomando os conceitos de *discurso*, *articulação*, *antagonismos*, *significante vazio*, *equivalências e diferenças* (LACLAU; MOUFFE, 2015), deverá abordar detalhadamente o cenário de disputas por hegemonia nos anos de 2015; 2016; 2017 e 2018, conferindo destaque às narrativas midiáticas produzidas pela Mídia NINJA em torno dos *sentidos de crise* evocados por distintas mobilizações de rua como contraponto às narrativas produzidas pelas mídias convencionais e pelos os novos atores midiáticos que se colocam na disputa pela construção da realidade sociopolítica no país.

Sendo ainda importante dizer que, não há o propósito de reconstituir a história dos eventos abordados, e sim, evidenciar as formas pelas quais são construídas as narrativas sobre eles. Ao buscar privilegiar o momento da articulação política, esta análise visa levantar como diferentes processos articulatórios levam à NINJA, e também, seus adversários, a distintos processos produtivos, observando como a cooptação das retóricas mobilizadoras das ruas por estes sujeitos, impulsionam movimentações estratégicas no campo das disputas por hegemonia.

3.2.2. 2015: Modelando a crise entre o Golpe e o Impeachment

Na esteira de uma acirrada polarização política – como visto, advinda tanto dos protestos de rua de 2013, quanto da campanha eleitoral à presidência da república de 2014 –, o ano de 2015 inaugura, já no mês de março, um novo ciclo de manifestações de rua no Brasil. Pautados por dois discursos distintos sobre a *crise* sócio-política e, irremediavelmente, econômica que se abatia no país, manifestantes tomavam o espaço público para protestar: enquanto uns pediam o *impeachment*, outros saíam às ruas para denunciar o *golpe* parlamentar em curso contra a recém-eleita presidenta, Dilma Rousseff (PT). Tornando claro que, embora o Partido dos Trabalhadores tivesse

ganhado as eleições, a vitória nas urnas não tinha sido suficiente para proporcionar a articulação de um discurso de governo capaz de dar sentido à política do país (PINTO, 2017).

Alinhado a esta fragmentação do *discurso político hegemônico*, o uso cada vez mais expressivo das redes sociais online como ferramentas de produção e circulação de informações, acentuava, no campo da comunicação, a multiplicidade dos atores sociais, que, discursivamente articulados sob a noção de *crise*, consolidam-se em discursos antagonísticos, circulando narrativas midiáticas capazes de performar uma disputa concreta em torno da detenção dos significados da realidade sociopolítica do Brasil.

Neste sentido, diferentemente dos episódios anteriores, os protestos que irrompem ao longo de 2015 evidenciavam a presença de articulações discursivas constituídas sobre *equivalências* bem delimitadas entre os diversos *significantes flutuantes* deflagrados ao longo do processo. De modo que, *os sentidos de crise* que levavam aos manifestantes às ruas e que forneciam repertórios às narrativas midiáticas em disputa realçavam também a relação fronteira entre os polos antagônicos, politicamente adversários, estruturalmente distintos e radicalmente opostos (PINTO, 2017).

Diante deste contexto, a Mídia NINJA – que àquela altura, já não era uma novidade – consolida sua posição como uma mídia contra-hegemônica, reforçando o compromisso ideológico assumido no período pós-jornadas, ao trabalhar na documentação dos protestos de rua perfilando uma narrativa disposta a *tensionar* o discurso hegemônico, evidenciando, sobretudo, as inconsistências expressas pelos novos atores midiáticos *antagonisticamente* posicionados na disputa pelos sentidos de crise.

No intuito de compreender melhor a tônica das disputas por hegemonia ao longo das manifestações acima descritas, este tópico deverá percorrer a produção de narrativas midiáticas realizadas a respeito de *três* momentos distintos, sendo eles: 1) os protestos realizados no mês de *março*, pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT); 2) A cobertura das manifestações contra o *golpe*, nos meses de *março* e *abril*, e; 3) as manifestações contrárias e favoráveis ao então presidente da câmara dos deputados

Eduardo Cunha (MDB) e sua decisão de protocolar o pedido de *impeachment*, em agosto e em dezembro de 2015.

Fazendo valer a intenção de privilegiar o momento da articulação política, ressalta-se que a análise a seguir – calcada nas categorias teórico-metodológicas da TPD (LACLAU; MOUFFE, 2015) –, observando como as retóricas mobilizadoras das ruas são apreendidas pelos atores midiáticos, busca destacar como diferentes processos articulatórios levam à distintas narrativas de crise, impulsionando, assim, movimentações estratégicas no campo das disputas por hegemonia.

1) O *impeachment* de Dilma Rousseff em pauta: as manifestações de 15 de março de 2015

Aproveitando-se da incapacidade articulatória, não só do Partido dos Trabalhadores, mas também da base aliada ao governo, grupos antagônicos, ideologicamente situados à direita, não tardaram em viabilizar as primeiras convocatórias para os protestos favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff.

No dia 15 de março de 2015 – dois dias depois dos protestos convocados pela CUT em apoio ao governo federal¹⁶⁹ – o que se viu pelas ruas das maiores cidades brasileiras foi, não só um retrato ampliado dos eleitores insatisfeitos com a apertada vitória petista, mas também a materialização do número crescente dos eleitores que passaram a reprovar o governo, baseados, em sua maioria, nas acusações de corrupção contra políticos do governo e em conteúdos conservadores *antipetistas* e de acusações infundadas à presidenta e a pessoa de Dilma Rousseff, postados em páginas e grupos nas redes sociais¹⁷⁰ (PINTO, 2017).

¹⁶⁹ O protesto convocado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), UNE (União Nacional dos Estudantes) e outros movimentos sociais na principal avenida da capital paulista – e que também ocorreu em pelo menos outros 23 Estados e no Distrito Federal – tinha como mote principal a "defesa" da Petrobrás, dos "direitos dos trabalhadores", da "democracia" e da "reforma política". Além da defesa antecipada do mandato da presidente Dilma, denunciando, já naquele momento, a tentativa de golpe.

¹⁷⁰ Em dezembro de 2014 Dilma tinha 42% de ótimo e bom na avaliação de seu governo e 24% de péssimo. Em março de 2015, caiu para 13% de ótimo e bom e 60% de péssimo. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/avaliacaodegoverno/presidente/dilma/indice-2.shtml>

As manifestações daquele domingo, de acordo com o Instituto Datafolha, chegaram a reunir 2 milhões de pessoas nas ruas. Destas, 210 mil, só na cidade de São Paulo. Porém, independentemente desta contagem – e das divergências que se puseram acerca destes números¹⁷¹ – considera-se este momento como um marco interessante para a estruturação das narrativas e dos sentidos de crise estabelecidos tanto pela Mídia NINJA, quanto pelas narrativas antagônicas. Ao evidenciá-lo, busca-se observar, portanto, como foram retratados os atores nas ruas, os atores nas redes e como as mídias em questão repercutiram as retóricas mobilizadoras postas em jogo por estes agentes.

Em se tratando da cobertura deste evento, é importante dizer que o destaque oferecido pelos canais de televisão e portais de notícias - sobretudo a Folha de S. Paulo, o Estadão, o UOL e o grupo Globo - foi bastante intenso. Diferentemente da postura contraditória em relação ao Junho de 2013, a cobertura das primeiras manifestações de 2015 foi, sobretudo, uma convocatória. Palavras como “manifestação democrática”, “evento pacífico”, “protestos organizados”, “juventude ordeira”, “família” foram amplamente usadas durante todo o domingo, o que, não por acaso, repercutiu no número de pessoas que foi tomando as ruas¹⁷².

Imagens aéreas das manifestações, conforme ilustra a imagem abaixo, rapidamente se firmaram como capa da cobertura das mídias massivas para o evento relatado como: “marcha homogênea”, um “ato democrático”, “contra a corrupção”, pelo “impeachment de Dilma”, “contra o PT” e convocada por coletivos independentes avessos às velhas siglas partidárias. Estampados nos portais de notícias, acima referidos, e nos principais canais de televisão, estavam os registros dos grupos sorridentes e das famílias de classe média com camisetas verde/amarelas, sendo abafados – ou reprovados – os grupos menos numerosos, porém, acalorados que pediam “intervenção militar já” e o “Fechamento do Congresso”¹⁷³.

¹⁷¹ Nos anexos desta tese estão disponibilizados os gráficos com os números de manifestantes nos eventos de 2015, segundo a estimativa da PM.

¹⁷² Não é incomum que os próprios jornalistas se surpreendessem com a proliferação de pessoas nas ruas. Em meio aos flashes ao vivo, era enfatizado o crescimento exponencial da adesão de manifestantes.

¹⁷³ Vide anexos desta tese.



Figura 1: Imagens aéreas das manifestações de 15/03/2015.

Fonte: <https://opinioes.folha1.com.br/2017/11/19/as-ruas-do-brasil-no-impeachment-de-dilma-rousseff/>

Feita no corpo a corpo com a multidão, a cobertura dos eventos pela Mídia NINJA construiu um caminho diferente. Tanto sobre os coletivos que articularam os protestos nas redes, quanto da inconsistência que unia os manifestantes nas ruas. A cobertura jornalística feita pela NINJA através das suas redes sociais online apontava para a heterogeneidade dos manifestantes, o “retrocesso” das pautas em marcha, a convivência dos “cidadãos de bem” para com o “golpe”, estampado na incoerência dos cartazes que saudavam a “democracia” pedindo a “intervenção militar”.

Os registros feitos naquele domingo pela NINJA, em várias cidades do Brasil, revelavam as profundas diferenças entre aquele novo ciclo de protestos e os vividos em 2013. As ruas pintadas de verde e amarelo não eram mais os centros populares, e sim as regiões habitadas pela classe média. As convocações para as ruas não vinham das centrais sindicais, ou dos movimentos populares, vinham de grupos recentemente formados através das redes sociais, e que expressavam, sem maiores fundamentos, o horror ao “comunismo” expressado em suas convocatórias para as ruas.

A imagem abaixo, retirada da página oficial da Mídia NINJA no Facebook, ilustra a narrativa construída pelo grupo a respeito dos protestos articulados pelas páginas dos movimentos de direita na mesma plataforma. Como se pode observar, o verde/amaralo, também dominante nas imagens *distantes* da grande mídia, muito mais

que significar as cores da Nação, traziam, olhando bem de perto, o apoio descabido ao regime militar, mácula ainda não cicatrizada de um passado recente.



Figura 2: Cobertura NINJA, manifestações de 15/03/2015.

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/465839883574162>

Cabe pontuar que, os organizadores do protesto de 15 de março foram três coletivos articulados através das redes sociais online - e já descritos no capítulo anterior -, *Movimento Brasil Livre (MBL)*, *Vem Pra Rua* e o *Revoltados OnLine*. Em comum, os três grupos possuíam a crença de que a crise do Brasil estava relacionada ao projeto político alinhavado pelo PT. Partilhavam também a ideia de que o país estaria sob uma “ameaça comunista” e que era necessário tomar as ruas em defesa da democracia e contra a corrupção, levantando a bandeira do “*impeachment*”, sendo ainda possível observar, a defesa da “*intervenção militar*” por alguns membros destes movimentos¹⁷⁴.

Os cartazes da convocação para as manifestações destes grupos publicados nas páginas do Facebook são exemplos das articulações que construía o discurso que se gestava. No “*Vem Pra Rua*”, o centro do cartaz trazia uma foto de Maduro, presidente

¹⁷⁴ Vide anexos desta tese.

da Venezuela, e o texto era o seguinte: “Na Venezuela, já era! Assembleia Nacional da Venezuela dá plenos poderes para Maduro legislar por decreto, transformando-o em Ditador, mas no Brasil só depende de você, dia 15 de março vem pra rua!”. O “Movimento Brasil Livre” convocava em sua página com as seguintes consignas: “sem bolivarismo, nem militarismo”. Na página do Facebook dos “Revoltados ON LINE” lia-se: “chegou a hora de colocar o lixo pra fora! fora PT – fora Dilma – convidem seus amigos! Juntos somos mais fortes e com Deus na nossa frente somos imbatíveis! Chegou a hora de colocar o lixo pra fora” (PINTO, 2017, p.150).

Se as manifestações daquele dia encontraram para si um mote capaz de articular um discurso, esse mote foi o “impeachment de Dilma Rousseff”. Todas as questões em pauta decorriam desta, fazendo parecer que a fragmentação estava resolvida, que os temas sociais, políticos e econômicos estavam por eles apaziguados. Foi este mote que teve destaque na cobertura das mídias massivas, que pareciam ter encontrado a confirmação necessária a trajetória de sua narrativa de crise política como um efeito da cadeia de equivalências entre Dilma-PT-Corrupção, a tríplice antagonista à “ordem e progresso” que flamejava nas bandeiras espalhadas pelas manifestações Brasil à fora.

Por outro lado, longe da coerência discursiva televisionada, a Mídia NINJA e seu grupo de voluntários espalhados pelos protestos, buscou construir uma cobertura pautada pela *incoerência*. Na contramão da mídia hegemônica, o que a NINJA fez foi ressaltar a inconsistência das demandas postas, dando a entender que o sentido da crise política estava além dos fatores que levariam ao *impeachment*, estando centrado, principalmente, na sequência de eventos que sugerem o *golpe*.

De acordo com Pinto:

A problemática geral da discursividade ganha contornos mais específicos quando se trata de analisar discursos políticos. Diferente do discurso religioso ou do discurso científico, que se legitimam por reivindicar a verdade pela fé ou pelos paradigmas, o discurso político disputa espaço de verdade em uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena política. E nele, a prática articulatória é muito mais facilmente identificável, pois, ao buscar fixar sentido, torna explícito o embate entre diferentes posicionalidades. (PINTO, 2017, p.124).

Deste modo, a constituição de cadeias de equivalência que constroem sentidos, e minimizam as diferenças, simbolizando-as através do significante vazio, pode ser identificada de duas formas coexistentes ao longo da cobertura destes eventos. Tanto através de cadeias que compartilham momentos em que as diferenças tendem a ser mais marcadas, quanto de momentos de ruptura em que as diferenças tendem a ser minimizadas, tornando-se mais facilmente equivalentes.

Assim, é na ameaça de destituição do PT – e nas diversas manobras executadas para esse fim – que se desenvolvem as duas narrativas que passam a disputar a esfera política e midiática naquele ano: a narrativa do *impeachment*, construída pela aliança entre os veículos convencionais¹⁷⁵ e os grupos conservadores radicados no *Facebook*; e a narrativa do *golpe*, articulada pelas mídias contra-hegemônicas, sobretudo, a Mídia NINJA, em conjunto com os portais de notícias situados à esquerda (Carta Capital, Revista Fórum, Medium, The Intercept Brasil, etc.) e amparadas por uma produção acadêmica ativamente empenhada em denunciar o *golpe*¹⁷⁶.

De modo que, se por um lado, o sentido de *crise* articulado sob o mote *anti-governo*, dado sobre uma dimensão *político-econômica*, requeria o *impeachment* como solução, por outro, a *crise* compreendida como consequência do modelo capitalista de produção e articulada sobre uma perspectiva *sócio-política*, apontava para o *golpe* parlamentar em curso como uma ameaça ao exercício da democracia e dos direitos sociais adquiridos neste período.

¹⁷⁵ Valendo ressaltar que neste primeiro momento a ideia do *impeachment* não era unânime entre os veículos midiáticos massivos dado os reflexos da instabilidade política demandada por esta ação. Como visto anteriormente, são os abalos sofridos pela imprensa tradicional, simbólicos e financeiros, que vão, progressivamente, fazendo com que os veículos convencionais trabalhem ativamente e em conjunto com as páginas reacionárias em torno de um sentido de crise que responsabilizasse o PT pelas mazelas do país.

¹⁷⁶ Referimo-nos ao notável engajamento da comunidade científica na produção de registros acadêmicos sobre o momento recente e a série de cursos livres ofertados pelos professores e departamentos das universidades e institutos federais a respeito da ditadura militar no Brasil, do AI5, e, posteriormente, durante 2017 e 2018, sobre a sequência de eventos que levara, de fato, a destituição da presidenta Dilma Rousseff.

2) Contra o *golpe*: as manifestações em defesa da democracia de 13 de março

Como visto, as manifestações anti-corrupção e pró-*impeachment* que tomaram as ruas no dia 15 se deram como resposta aos atos “em defesa da Petrobrás”, dos “direitos dos trabalhadores”, da “democracia” e da “reforma política” convocados pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), UNE (União Nacional dos Estudantes) e outros movimentos sociais para o dia 13. As manifestações, que ocorreram simultaneamente em São Paulo, Brasília e em mais 23 estados do Brasil, reivindicavam, para além destas demandas, a antecipada defesa do mandato da presidenta Dilma.

Realizados em uma sexta-feira, os atos que levantaram a *hashtag* *#dia13diadeluta*, levaram, de acordo com os organizadores, 50 mil pessoas às ruas, apenas na Av. Paulista. Contudo, apesar dos números, a mídia *mainstream* relegou os atos a pequenas notas. Dentro da programação televisiva, noticiados como manifestações pouco expressivas, puxados pelas centrais sindicais em torno das demandas habituais, e pelas mídias impressas e portais de notícias, retratados como passeatas dos “aliados do governo” na tentativa de minar os atos convocados pela oposição para o dia 15.

Utilizando-se de imagens feitas do chão, meio aos manifestantes, e que não davam uma dimensão total dos eventos, a mídia convencional buscou construir uma cobertura destes eventos de modo a reforçar a narrativa de crise articulada pela oposição. Primeiro, questionando a legitimidade das lutas sociais, ao apontar para o termo ‘golpe’, usado pelos manifestantes para se referir à reivindicação de *impeachment* levantado pela direita, como um gesto hostil para com a democracia¹⁷⁷. Depois, procurando enfatizar as críticas levantadas pelas manifestações à adoção de algumas medidas econômicas¹⁷⁸ por parte do governo, como forma de minar a coerência do

¹⁷⁷ “Grupos chamam opositores de ‘golpistas’”, dizia a manchete da Folha de S. Paulo que ocupa um quarto de página na edição de 14 de março. A utilização do termo enfatiza que, para a base aliada, qualquer oposição ao projeto do governo petista, poderia ser encarado como *golpista*, logo, que a base aliada, ferindo a democracia, não respeitaria a divergência de opiniões. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602787-em-protestos-grupos-chamam-opositores-de-golpistas.shtml>

¹⁷⁸ A consequente decisão do governo em adotar um conjunto de medidas fiscais (tais como o aumento nos impostos e o corte nos gastos com programas sociais) gerou um forte descontentamento popular e reduziu a popularidade da Chefe do Executivo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 203).

discurso da esquerda, ou, como tentativa de ressaltar que as alianças do governo petista estavam estremecidas, já que, as insatisfações da base aliada pareciam se sobrepor a defesa da Chefe de Estado.

Um exemplo desta construção, pode ser observada na capa do Estadão, de 14 de março de 2015. A edição que circulou no dia posterior às manifestações em apoio ao governo Dilma Rousseff, trazia em sua capa o compilado dos recursos acima citados: 1) imagens de curto alcance; 2) movimentos sociais como articuladores dos protestos e, posicionado em segundo plano, porém, colado à principal manchete; 3) uma nota sobre a alta do Dólar, logo, um lembrete sobre a instabilidade econômica representada pelo governo que os manifestantes em rua defendiam.



Figura 3: Capa do Estadão em 14/03/2015.

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150314-44342-nac-1-pri-a1-not>

A Mídia NINJA, em contrapartida, junto com outras mídias alternativas, buscou traduzir o discurso das ruas como um momento importante de apoio à presidenta, sobretudo, como um momento em que as bases populares, articuladas sobre o mote da

defesa da democracia, tentavam apontar para as *querelas golpistas* que se aproximavam, logo, conduzindo uma narrativa de crise na qual o descrédito das instituições democráticas se firmaria como sua principal causa.



Figura 4: Copilado das coberturas da NINJA em 13/03/2015.

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/464672587024225>

Cabe notar que, tanto as mídias massivas, quanto a NINJA, enfatizam a aparição do termo *golpe* no seio destas manifestações. Porém, como *significante flutuante*, se pelo lado dos movimentos sociais e dos agentes situados à esquerda o termo buscava enfatizar o cunho *criminoso* e *antidemocrático* das condutas que estariam induzindo à destituição de um governo legitimamente eleito, pelo lado das mídias massivas, e dos atores sociais da direita, a visibilidade conferida ao termo, associava-se a tentativa de *criminalizar* a militância de esquerda, sugerindo que, tal qual em outros países da América Latina, o Brasil estaria sobre a sombra de uma “ditadura comunista”, na qual a oposição não teria chance de diálogo.

Não por acaso, como visto anteriormente, este é um dos motes que a direita leva as ruas no dia 15. Reforçando a hipótese de que as campanhas *pró-impeachment* teriam não só um caráter eminentemente *reativo*, como também, fariam desta característica a maior aliada para mobilizar a adesão popular na construção de um inimigo comum, ou seja, o pensamento de esquerda e o PT (BARON, 2019). Entretanto, tal qual indicam Laclau e Mouffe (2015), ainda que o discurso articulado pelos diversos grupos de

direita tenha convertido as diferenças na defesa de uma pauta comum, no caso, o *impeachment*, isso não implica dizer que as diferenças deixaram de existir, afinal “a transformação de elementos em momentos nunca é completa” (2015, p. 194).

O mesmo pode ser dito do discurso articulado pela base aliada. Mesmo que a “defesa da democracia” exercesse, naquele momento, o papel de *ponto nodal* – no qual se incluía a “defesa do mandato de Dilma” – as diferenças entre os movimentos dispostos nas ruas se fazia visível pelas críticas levantadas à gestão petista. Embora essa divergência fosse compreendida pela base aliada como *proposições* para o avanço do país, para a oposição era compreendida como *falha*. De modo que, na abordagem midiática dos eventos pela mídia massiva, e também, pelas páginas do MBL e VPR¹⁷⁹, às falas de crítica ao PT repercutiram sobre as falas em defesa, numa tentativa de endossar a ideia de que o partido seria, até mesmo para os grupos de esquerda, o “câncer do Brasil”¹⁸⁰.

Novas manifestações da esquerda não tardaram a ocorrer. Ainda no mês de março, a capital paulista é palco do maior protesto realizado no país, até então, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Replicado em outros sete Estados do país, os atos buscaram protestar tanto contra os ajustes fiscais propostos pelo governo, quanto *reivindicar*, apesar da conotação negativa deliberadamente imposta pelos veículos massivos e ativistas da direita, o termo ‘*golpista*’ como sendo o único possível para cunhar as manifestações do dia 15¹⁸¹.

Mais adiante, em abril, uma nova fase da Operação Lava-Jato, leva à prisão de João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, acusado de receber propina no esquema da Petrobrás para o partido. O cárcere do petista provoca reação de ambos os lados do antagonismo, sendo convocados atos contra o partido para o dia 12/04, e contra o golpe em 15/04. A cobertura midiática dos eventos, mais uma vez partiu das mesmas dinâmicas, contudo, a menor adesão da população, provocou uma reação diferente das mídias massivas, que, àquela altura pareciam mais interessadas nos desdobramentos da Operação liderada pelo juiz Sergio Moro. A NINJA, por sua vez, assumindo o

¹⁷⁹ Vide anexo desta tese.

¹⁸⁰ Essa comparação era corriqueira nas ruas, impressa em vários cartazes das manifestações da direita.

¹⁸¹ Vide anexos desta tese.

compromisso *mediativista*, chega às ruas empenhada em realizar uma cobertura crítica dos eventos, aproximando-se dos manifestantes para compreender as demandas em curso. Admitindo sua postura ideológica, porém, dedica-se a produção de conteúdos sobre os eventos de modo a endossar a narrativa de crise ensejada pela esquerda, replicando as marchas através de mídias mais suscetíveis ao espalhamento (JENKINS *et al.*, 2013), como memes e *hashtags* capazes de congregam novos significados ao discurso articulado pelas manifestações.

3) “Se empurrar o Cunha cáí”: manifestações contra o golpe e *pró-impeachment* em agosto e dezembro

O avançar dos meses refletiu na consolidação dos discursos empreendidos sobre os elementos articulados ao longo das manifestações subsequentes as do mês de março. Da perspectiva das coberturas midiáticas, como registros deste momento histórico, fica evidente o cenário de predileções. Afinal, diferentemente das coberturas dos eventos dos anos anteriores – principalmente, dos eventos de 2013 –, nas quais existiu a dificuldade de se construir analogias em meio a tantas reivindicações difusas e personagens distintos, 2015 consagra o acirramento das disputas por narrativas. A *fragmentação*, portanto, dá lugar, definitivamente, à *polarização*.

Entre os meses de março e agosto, todavia, novos elementos são incorporados neste cenário. Destacando-se: a) as demandas produzidas pelos desdobramentos da Operação Lava Jato, com a citação do nome de Eduardo Cunha (MDB) nos autos, e; b) as investigações encomendadas pelo PSDB aos juristas Janaína Pascal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior, sobre a política econômica do governo Dilma, concluindo pela possibilidade de ela ter incidido em crime de responsabilidade e, por conta disso, poder ser definitivamente afastada de seu cargo.

Em síntese, cabe colocar que a inclusão destes dois fatos provoca alterações consideráveis nas estruturas discursivas alinhadas ao longo do primeiro trimestre de 2015. Visto que, se até abril era comum encontrar manchetes¹⁸² sobre a *irresignação* de Cunha em aceitar a abertura dos pedidos de *impeachment* protocolados contra Dilma

¹⁸² Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/cunha-diz-que-nao-ve-fundamento-para-pedido-de-impeachment-de-dilma.html>

Rousseff, a partir do segundo semestre, o que não faltam são manchetes em que o discurso veemente, do então presidente da câmara dos deputados, muda radicalmente.

A mudança na postura do político se dá, sobretudo, pela negativa do governo em intervir na Operação Lava-Jato, que, naquele momento, chegava ao nome de Cunha. Sem uma demonstração de apoio, o então presidente da Câmara passa a ameaçar a protocolização do pedido de *Impeachment*. Respeitando os limites desta análise, não será abordada a sucessão de acontecimentos que fundamentam essa mudança, sendo importante pontuar como a narrativa de crise, gestada sobre o eixo político-econômico, e consolidada pela mídia massiva, não poupou esforços em identificar como o legislativo retomava seu “protagonismo”, “altivez” e “independência”. A Folha de São Paulo, por exemplo, entre várias manchetes desse período, foi categórica ao afirmar que: “Plenário da Casa aprovou o maior volume de projetos dos últimos 20 anos”, “Governo frágil faz Câmara bater recorde de votações”¹⁸³, fortalecendo, em consonância com as demais mídias massivas, a ideia de que o governo petista não tinha mais capacidade de governar, visto que o “plenário aplicou derrotas diárias ao Palácio do Planalto”¹⁸⁴, sendo esta a uma prova adicional da necessidade imperiosa do *impeachment* (LIMONGI, 2015).

Apesar da coesa articulação discursiva das mídias tradicionais e do momento relativamente *estável* em sua hegemonia, as ruas perdiam as forças. Embora os três grupos que puxaram as manifestações de março de 2015 encontrassem o respaldo de suas demandas na narrativa estabelecida, replicando as matérias veiculadas pelos grandes jornais e meios televisivos neste período, os protestos de rua, àquela altura, já não tinham mais a mesma adesão¹⁸⁵. Apenas entre os meses de agosto e dezembro de 2015 é que as manifestações populares retomaram o fôlego. Isto porque, ao passo que Cunha, utilizando-se de seu poder de barganha, tentava negociar a estabilidade do seu cargo, usando o *impeachment* como moeda de troca, a operação Lava-Jato, em sua 17º

¹⁸³Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/05/2//5986488>, consultado em 18/11/2015. Vale notar que os dados apresentados nesta matéria (inclusive nos infográficos) desmentem a afirmação do título. O Congresso foi mais ativo no primeiro governo Lula.

¹⁸⁴Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2015/04/05/2//5986488>

¹⁸⁵ Vide Alves, 2019.

fase, prendia José Dirceu, ex-ministro de Lula, acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Deste modo, o mês de agosto começava com novos *significantes* sendo incorporados ao discurso de crise articulado pela direita. No dia 16 de agosto, os protestos *pró-impeachment* retornam as ruas ainda maiores do que aqueles realizados em março. Movidos pela pauta do *impeachment*, os grupos de direita evocam as provas da Lava-Jato para endossar o “ódio ao PT”. A figura de Lula retratada como presidiário começa a circular pelas manifestações, mais uma vez o “fantasma do comunismo” é reforçado, e, em contraposição a corrupção, surge a imagem do juiz Sergio Moro como herói nacional.



Figura 5: Boneco gigante representando Lula presidiário marca as manifestações de 16/08/2015.
Fonte: <https://www.facebook.com/DatenaNao/photos/a.1639094496335592/1644979339080441>



Figura 6: O “fantasma do comunismo” volta a pautar os protestos de direita.
 Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/532895593535257>

A reação da esquerda ocorre no dia 20 de agosto. Diante da ameaça do *impeachment* diversos agentes da sociedade civil organizam os atos que colocam em pauta a urgência de debater a validade do pedido formulado pela direita. As demandas na rua avançavam sobre a tentativa de derrubar a posição ocupada por Cunha, enfatizando a condução ilegítima das ações do presidente da Câmara, ao mesmo tempo em que busca conferir sentidos para a ameaça à democracia que o golpe implicava.

É preciso incluir que, a aproximação real do *impeachment* provocou na mídia massiva certo “temor”, dada a instabilidade político-econômica que esta estratégia traria para a imagem do Brasil no âmbito mundial. A narrativa formulada por veículos de grande circulação, com destaque para aqueles que compunham o grupo Globo, inicialmente, tendeu a enunciar os efeitos nocivos que o impedimento da presidenta traria. Neste sentido, o jornal “O Globo”, por exemplo, buscou abordar os acordos políticos que estavam acontecendo entre os partidos sub-representados na Câmara dos Deputados e partidos opositores do governo - sob comando do PSDB - e a influência de Cunha, na agenda de votação da Casa Legislativa, como manobra para o arquivamento das denúncias em seu nome, desencadeadas pelos resultados das investigações realizadas no âmbito da Operação Lava-Jato. Concluindo, em editorial publicado no dia 07 de agosto que: “É preciso entender que a crise política, enquanto corrói a capacidade de governar do Planalto, turbinava a crise econômica, por degradar as expectativas e

paralisar o Executivo. [...] Tudo isso deveria aproximar os políticos responsáveis de todos os partidos para dar condições de governabilidade ao Planalto”¹⁸⁶.

Naquele mesmo dia, o Jornal Nacional veiculou uma matéria em que a presidenta Dilma Rousseff se defendia das acusações elencadas pelo processo, reforçando sua plena capacidade de gerir o Brasil e contornar a crise institucional que se clarificava no horizonte político. O posicionamento do grupo Globo, e também, de outras instituições midiáticas, em prol da estabilidade política foi hostilizada pelos grupos que lideravam a pauta do *impeachment*. A pressão advinda dos movimentos de direita radicados no *Facebook* sugere que as mídias massivas também estariam articuladas ao esquema corrupto do PT, sendo essenciais para o estabelecimento da “ditadura comunista” pretendida pelo partido. Produzindo, assim, uma inversão do local hegemônico tradicionalmente ocupado pelos veículos convencionais (BARONE; LUZ, 2018).

Neste breve momento de *ruptura* com os movimentos de direita, a narrativa das mídias massivas buscou, do mesmo modo que construiu uma imagem de eficiência no primeiro trimestre, ruir a imagem de Cunha. O enfoque nas contas na Suíça¹⁸⁷ rapidamente torna-se o significante que articula o discurso da esquerda. A divergência de interesses entre os sentidos compartilhados pela imprensa e os movimentos de direita ficam ainda mais claros, e uma campanha contra as mídias massivas se instaura nas redes (BARONE; LUZ, 2018).

No campo da política, como última cartada, em dezembro de 2015, Cunha viabiliza a abertura do processo de *impeachment* protocolado pela oposição. O MBL, o MVR entre outros atores atuantes nas redes, convocam uma nova manifestação para o dia 13 de dezembro, no intuito de pressionar o STF a agilizar a condução do impedimento. Devido ao abalo da relação entre este movimento e as mídias massivas, as coberturas dos eventos receberam pouca atenção, tendo sido descrita pelos veículos

¹⁸⁶ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150807>

¹⁸⁷ Réu da Operação Lava-Jato, acusado de quebra de decoro por ter mentido à CPI da Petrobras, em março de 2015, sobre contas secretas no exterior, Cunha precisava ser absolvido pelo Conselho de Ética da Câmara que seu mandato não fosse caçado. Contudo, a viabilidade da manobra dependia do apoio da base petista, o que não aconteceu, sendo esta a gota d’água para que o deputado permitisse a abertura do processo contra a presidenta.

convencionais como “um grande fracasso”, sugerindo, portanto, que havia pouca mobilização popular requerendo a destituição de Dilma. Contudo, a baixa adesão nas passeatas, era inversamente proporcional ao alcance das postagens nas redes¹⁸⁸, locais onde estes movimentos continuaram a constituir amplas cadeias de equivalências em torno do *impeachment* como ponto nodal.

Neste sentido, embora as manifestações contra o golpe também não tenham recebido grande destaque das mídias convencionais, compete dizer que, uma mudança significativa na narrativa começa a ter espaço. Conforme Alonso,

[...] em fins de 2015, a feição das ruas se alterou. A dominância *patriota* se viu confrontada por reação vigorosa do setor socialista [...] O setor socialista se aglutinou em duas coalizões de apoio a Dilma, em outubro: a Frente Povo sem Medo (cerca de trinta sindicatos e movimentos de quinze estados), liderada por CUT e MTST, e a Frente Brasil Popular (mais de setenta membros, entre movimentos, pequenos partidos de esquerda e setores de outros partidos). (ALONSO, 2017, p. 55).

Para essa conta, entra também o movimento feminista, haja vista a votação da PL 5069¹⁸⁹, de autoria de Cunha e apoiada pela bancada evangélica, que previa reduções arbitrárias aos direitos das mulheres. Sendo esta uma das pautas mais engajadas nas manifestações que pediam o #foracunha, ao mesmo tempo em que consolidavam o #nãovaitergolpe.

Tal quais as manifestações do #foradilma, as mobilizações contrárias a Cunha se articularam pelas mídias sociais online. Embora não fossem vistas com bons olhos pela oposição – e oposição definida em sentido amplo, englobando não apenas os políticos, como também parte do empresariado e da grande imprensa – contavam com a cobertura irrestrita das mídias alternativas, especialmente, da Mídia NINJA.

O pedido que vinha das ruas, naquele momento, construía suas cadeias de equivalência através de inúmeras reivindicações, convergindo para entendimento de que era necessário estabelecer a “defesa da democracia”, reunindo todas as esferas da

¹⁸⁸ Vide Alves (2019).

¹⁸⁹ Projeto de lei apelidado de “PL do estupro”, visto que visava alterar vários dispositivos legais em que a prática do aborto é permitida no Brasil.

esquerda sob o mote do “golpe parlamentar” em curso. Solidificou-se aí a retórica mobilizadora em defesa dos direitos sociais conquistados durante os anos de governo do PT, dando a entender que, finalmente a esquerda tinha conseguido encontrar seu ponto nodal.

Ao alinhar esses significantes, a Mídia NINJA, agindo dentro destas manifestações, e participando, desde os processos de convocatórias até a cobertura dos atos, empreende na produção de conteúdos jornalísticos (vídeos, fotos, artigos e entrevistas) em que o #foracunha e #nãovaitergolpe tornam-se equivalentes, produzindo narrativas e sentidos de crise dentro de um eixo de demandas político-sociais.

Por outro lado, a mídia massiva, imersa em seu sentido político-econômico de crise, buscou fragmentar a retórica mobilizadora das ruas, retratando as manifestações do dia 16 de dezembro como atos isolados, encabeçados pelo movimento feminista contra o presidente da Câmara e sua PL. Já para os movimentos que lideravam os eventos *pró-impeachment*, apesar das palavras de ordem mais marcantes das manifestações, “*meu útero não é dólar para ser da sua conta*”¹⁹⁰, criticarem os atos ilícitos de Cunha, a *corrupção* do deputado parecia ser aceitável, visto que, o peão ainda precisava mover-se para destituir a rainha.

Neste sentido, o ano de 2015 consegue deflagrar mais claramente a crise hegemônica, a *crise orgânica* que acomete os sentidos de ordem. Enquanto a esquerda busca articular as demandas no campo sócio-político, a direita avança construindo cadeias de equivalência em torno do *impeachment*, destacando-se, sobretudo, ao conseguir mobilizar elementos dispersos da cadeia discursiva para construir seus inimigos, que já não eram apenas Dilma, ou o PT, eram todos aqueles que defendessem um ponto de vista antagônico, ainda que estes fossem as mídias massivas, ou mesmo o STF.

¹⁹⁰ Vide cartazes reproduzidos nas diversas manifestações pelo país.

3.2.3. 2016: *Democracia em vertigem*¹⁹¹

A tardia articulação da esquerda sobre um ponto nodal capaz de articular sentidos em defesa do mandato de Dilma não foi suficiente para conter que o processo de *impeachment* fosse levado adiante pela oposição. A manobra de Cunha, ainda que ineficiente para garantir-lhe privilégios, tornou possível o golpe, escancarando em meio ao processo as intrínsecas vicissitudes do cenário político brasileiro contemporâneo.

A promessa da direita de tomar as ruas do país ganha, ainda no primeiro trimestre de 2016, um novo – e maior – sentido. Afinal, o ato previsto para março, com o intuito de pressionar o Congresso a adiantar o processo de impedimento, alinha-se a decisão do juiz Sérgio Moro em conduzir *coercitivamente* o ex-presidente Lula para prestar esclarecimentos sobre suspeitas de uso indevido de verbas doadas pelas empreiteiras investigadas pela 24ª fase da Operação Lava-Jato ao Instituto Lula (HERDY; ONOFRE; CARVALHO, 2016).

Ainda que a decisão despertasse questionamentos sobre sua legalidade, a condução do petista foi recebida com entusiasmo pela direita, que renovando o fôlego de suas articulações, consegue ampliar o campo de demandas que o discurso de crise, baseado na corrupção do PT, contemplava.

No campo da comunicação, as narrativas de *golpe* e *impeachment* consolidam suas posições em campos antagônicos. Aos poucos, as articulações rompidas entre as mídias massivas e os movimentos da direita vão sendo restabelecidas, e as coberturas dos eventos puxados pelo MBL, MVPR, RON, entre outros atores de direita, vão, novamente ganhando destaque nos veículos convencionais. Mesmo que os objetivos destes movimentos continuassem sendo diversos, em 2016, as particularidades foram deixadas à margem para tornar possível a defesa de uma causa comum, ou ainda, um inimigo comum: o Partido dos Trabalhadores.

Frente a este projeto, a esquerda, estando cada vez mais acuada pela força do discurso reacionário, munia-se da opinião de especialistas jurídicos sobre a ilicitude do processo, bem como, da perplexidade com a qual os países, ao norte da linha do

¹⁹¹ Faço aqui uma alusão ao documentário homônimo da cineasta Petra Costa, lançado em janeiro de 2019 e internacionalmente premiado, sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Atualmente disponível na plataforma de streaming, Netflix.

Equador, e até mesmo os vizinhos ao sul, noticiavam o golpe em andamento¹⁹². A pouca esperança que ainda restava era mobilizada por movimentos sociais, centrais sindicais e alguns partidos políticos que se mantinham fiéis à base progressista.

A Mídia NINJA, entrando em seu terceiro ano de atuação como uma rede *mediativista* espalhada por todo país, posicionada no campo da comunicação como um experimento híbrido, transitando entre as esferas do jornalismo e do *ciberativismo*¹⁹³, vai tecendo a narrativa do *golpe* articulando as diferentes demandas destes atores sob o ponto nodal da defesa da democracia. Naquele momento, mesmo que a esquerda ainda fosse capaz de dirigir as mais diversas críticas ao PT, a defesa da democracia, a defesa da legitimidade do resultado das eleições de 2014, se sobrepujam a qualquer mal-estar ideológico.

Na tentativa de observar os processos que envolvem a produção de sentidos sobre crise durante os nove meses que precedem o *golpe* e as articulações, fraturas e disputas que despontam deste cenário político, o presente tópico deverá percorrer a produção de narrativas midiáticas realizadas a respeito de *três* momentos, sendo eles: 1) A cobertura da condução coercitiva do ex-presidente Lula (PT) para depoimento à Operação Lava-Jato, e as manifestações de março; 2) Cobertura da votação pelo Impeachment na Câmara e os telões nas praças, em abril; 3) Cobertura do depoimento de Dilma no Senado e a *construção* de Temer, em agosto.

1) A condução coercitiva do ex-presidente Lula (PT) e as manifestações de março

Alguns dias antes da condução coercitiva do ex-presidente Lula para prestar esclarecimentos sobre a acusação de desvio do dinheiro de doações realizadas pelas

¹⁹² A imprensa internacional buscou dar visibilidade ao processo de impeachment sob a perspectiva de golpe parlamentar. O apanhado do conteúdo veiculado por diferentes meios de comunicação foram copilados na seguinte reportagem da Carta Capital: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/olhar-da-imprensa-internacional-sobre-o-impeachment-no-brasil/>

¹⁹³ Como ressaltam neste posicionamento feito na época: “Uma das possibilidades mais interessantes do processo de comunicação ativista é a possibilidade de ruptura com o falso mito da imparcialidade do Jornalismo Corporativo. Nesse contexto, o cidadão que se vê como um veículo ou faz parte de uma rede de midialivrisimo não está em um protesto apenas para fazer o registro. Ele é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar”. Disponível em: <https://midianinja.org/perguntas-frequentes/>

empreiteiras Camargo Correia, OAS, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão ao seu Instituto, acontecem uma série de painéis pelo país. Articulados pelos movimentos de direita, contra o PT e a favor do *impeachment*, os painéis tinham por objetivo chamar atenção da população e dos responsáveis pelo processo pedindo “a condução coercitiva imediata do Presidente Lula para prestar esclarecimentos e chamar atenção para as manifestações do dia 13 março”¹⁹⁴.

Prontamente atendidos pelo juiz Sergio Moro, os agentes mobilizadores da direita festejam a “prisão” do ex-presidente e sua condução para a sede da Polícia Federal em Curitiba, no dia 3 de março. Embora, legalmente questionável¹⁹⁵, midiaticamente o ato ajudava a viabilizar a narrativa de que os movimentos articulados sobre o mote do *anti-petismo* estavam certos sobre as origens da crise e seguros do caminho para ceifá-la. Não por acaso, as lentes e atenções dos canais de televisão aberta estavam voltadas para o esquema militar montado por policiais federais que, em posse de metralhadoras e escoltados por helicópteros, realizavam o mandato. Pouco importava se Lula não havia sido intimado a depor, o que importava mesmo era a demonstração de força da “justiça”.

Em sua análise do evento, Rocha sintetiza que o enfoque da mídia massiva

[...] pretendia “mostrar” um Lula criminoso e uma Dilma cúmplice no ataque ao “povo brasileiro”. Todo o trecho é muito significativo pela ambiguidade resultante da tentativa de Lula em universalizar o PT ao associá-lo à democracia ao mesmo tempo em que explicita um lugar particular no espectro político. A condução coercitiva e seu enquadramento pela Globo foram um passo decisivo na preparação do golpe parlamentar, já que Dilma aparece como uma criação do ex-presidente e as figuras de ambos são implicadas uma com a outra, na cobertura (ROCHA, 2019, p. 379).

Com o forte apoio popular, a campanha anti-governo se acelera. É valendo-se da frustração daqueles que se sentiam traídos pelo PT, mais a decepção daqueles que não se sentiam mais representados pelos políticos tradicionais¹⁹⁶, que a convocação para que

¹⁹⁴ Conteúdo retirado da pesquisa realizada por Baron (2018). As publicações originais não se encontram mais disponíveis nas páginas citadas.

¹⁹⁵ A decisão foi duramente criticada por ministros do Supremo Tribunal Federal pelo seu caráter de excepcionalidade e porque o ex-presidente não havia sido intimado a depor.

¹⁹⁶ Cabe pontuar que, no caso específico da cultura política brasileira, como demonstrou Marcello Baquero (1994; 2000), o perfil do eleitor é bastante pragmático e personalista, posicionamento que

população tomasse as ruas “contra a corrupção” e as “mazelas petistas”, passa a congregar novas significações:

Há esperança! O mercado reage muito bem, afinal, as chances da causadora da crise ser tirada do cargo e há uma esperança para a retomada do crescimento surge. Lógico que os esquerdistas não gostaram nada dessa ideia pois os pobres finalmente podem ter a esperança de ver o preços dos produtos sendo população nas ruas no próximo dia 13. OU VOCÊ VAI, OU ELA FICA! (MEB, março de 2016) ¹⁹⁷.

A atuação de Dilma Rousseff em "Presidência da República" foi tão boa que chegaram a achar que ela era uma presidente de verdade! Cada dia surgem mais provas de que sua campanha foi feita com dinheiro roubado da Petrobras, caracterizando seu governo como ilegítimo. Além disso, há todas as mentiras, fraudes, e a completa irresponsabilidade e incompetência no exercício do cargo. Temos que proteger nosso país! Temos um dever no dia 13 de março em todo o Brasil. Faremos uma mega manifestação contra o governo e em defesa da Lava Jato! Confirme presença e convide seus amigos! (MBL, março de 2016) ¹⁹⁸.

Dia 13 de março é nossa hora de mostrar que no Brasil não tem lugar pra bolivariano fascistóide, para um misto de quadrilha com seita política, para comunista que defende um genocídio de 100 milhões de seres humanos. O juiz federal que encabeça a operação Lava Jato diz que vai até o final em seus casos, mas, em casos que envolvem pessoas poderosas, Moro precisa do apoio da opinião pública e da sociedade civil. Nós temos um dever com o país e com Sérgio Moro dia 13 de março. Vamos todos às ruas contra o governo e em apoio à Lava Jato! (Vem pra Rua, março de 2016) ¹⁹⁹.

Realizados no dia 13/03, os eventos que se espalham por mais de uma centena de cidades, marcam o retorno definitivo da ideologia direitista ao cenário político brasileiro. Sendo consideradas as maiores manifestações já convocadas no país, ultrapassando, inclusive, o marco das Jornadas de Junho de 2013 (TATAGIBA, 2018).

decorreria do descrédito e da desconfiança dos eleitores com relação à política e aos políticos, assim como de um sentimento de ineficácia da política (BAQUERO, 2000, p. 149).

¹⁹⁷ Conteúdo retirado da pesquisa realizada por Baron (2018). As publicações originais não se encontram mais disponíveis nas páginas citadas.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Idem.

Seguindo a mesma fórmula das manifestações anteriores, a direita conduzida pelo MBL, ROL, MVPR, entre outros, tornava-se ainda mais eficiente em verter, pela lógica das equivalências, as diferenças semeadas no campo político. Naquele domingo, além do verde e amarelo, apropriados pelos interesses mais particularistas destes movimentos, outros símbolos são incorporados ao discurso anti-petista: *hashtags* como #somostodosmoro, #euapoioalavajato, #foracorruptos, #lulanacadeia passam a representar, de acordo com esta estrutura discursiva, a indignação e o desejo da população. A imagem de Sergio Moro torna-se estampa de camisetas e cartazes, enquanto a *velha política* – mais especificamente, as figuras de Aécio Neves e Geraldo Alckmin – é hostilizada²⁰⁰ nas ruas.

A adesão popular, bem como, a adesão das bases políticas, outrora, alinhadas ao governo petista, garantiu também uma mudança de posicionamento da cobertura destes eventos pela imprensa convencional (BARON, 2018). A ampla cobertura realizada pelos canais de televisão, sobretudo, da TV Globo, selava – momentaneamente – a paz entre o discurso anti-petista mobilizado pelas páginas de direita no *Facebook* e as narrativas midiáticas articuladas sobre o sentido político-econômico da crise. É a partir deste momento que os movimentos de direita passam a ser compreendidos pelas mídias massivas enquanto sujeitos políticos significativos e donos de uma potente retórica mobilizadora (BARON, 2018).

²⁰⁰ “O ápice do racha da direita foi a hostilização e expulsão de Geraldo Alckmin e Aécio Neves do ato do dia 13 de março de 2016. Chamados de ‘ladrões oportunistas’, ambos os tucanos ficaram apenas alguns minutos e tiveram de ser escoltados pelos seguranças para fora do protesto” (ALVES, 2019, p.61)



Figura 6: Capa da Folha de S. Paulo em 14/03/2016. **Figura 7:** Capa do O Globo em 14/03/2016.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/album/mobile/2016/03/14/veja-capas-dos-principais-jornais-do-brasil-sobre-os-protestos-de-13-de-marco.htm>

Situada do outro lado da *fronteira*, a Mídia NINJA fez a cobertura destes eventos adotando a estratégia do jornalismo colaborativo e ativista: no corpo a corpo das ruas e infiltrados nos protestos. É desta perspectiva que os *ninjas* participam dos atos e registram as divergências e idiossincrasias das manifestações através de vídeos, fotos e textos curtos postados nas plataformas do coletivo. A ênfase da cobertura *ninja* se manteve sobre a posição socioeconômica dos manifestantes, destrinchando as raízes elitistas articuladas sob o anti-petismo. Simultaneamente a cobertura destes eventos, nos canais da NINJA e também de seus parceiros, foram disponibilizados vários materiais audiovisuais produzidos no intuito de explicar, ponto a ponto, a irregularidade da condução coercitiva de Lula e do processo de *impeachment*. Numa clara tentativa de reaver o senso *mobilizador* das esquerdas, a pauta das atividades do mês de março se concentrou em reunir artistas e intelectuais para refletir criticamente sobre as falhas do projeto petista e debater a perda de posições da esquerda na disputa pelos sentidos da crise.



Figura 8: Destaque a expulsão de Aécio Neves (PSDB) das manifestações de 13/03
Figura 9: Destaque para a discussão sobre a ilegitimidade da condução coercitiva de Lula em
Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA>

No dia 18 de março, em resposta as mobilizações da direita, entidades como a CUT, UNE, MST, MTST, centrais sindicais e as lideranças do PT e partidos aliados, convocam a população a tomar o espaço público em atos a favor da democracia. Como de praxe, as mobilizações ocorrem em um dia útil, mais especificamente, uma sexta-feira. A retórica mobilizadora dos grupos da esquerda, como dito, articulava-se sobre a ruptura democrática que se evidenciava com a ameaça de *impeachment*, pontuando que a ilegalidade deliberada na condução coercitiva de Lula seria apenas uma pequena demonstração de como a articulação *golpista* estaria disposta a lidar com Constituição²⁰¹.

Os atos que tomaram várias cidades do país, porém, demandaram o registro mínimo dos veículos convencionais. Diferentemente do enfoque midiático dado condução coercitiva do ex-presidente, que teve vasta repercussão nos canais de televisão²⁰², a manifestação promovida pela esquerda míngua meias páginas dos jornais de grande circulação e notas na programação habitual dos telejornais daquela sexta-feira. Que apesar do que se demandava nas ruas, procurou ressaltar esgarçamento dos vínculos entre os líderes petistas e o “povo”, bem como, exaltar as ações do STF e da Operação Lava Jato (ROCHA, 2019).

²⁰¹ Vide anexos desta tese.

²⁰² Vide anexos desta tese.

A exemplo disto, a capa do jornal Folha de S. Paulo, de 19 de março de 2016, consegue reunir um panorama da manifestação pró-governo que, ao incluir uma imagem aérea do evento - seguida de um número oficial duvidoso de participantes -, busca reforçar o papel institucional do jornalismo, ao mesmo tempo em que sobrepõe a notícia sobre os atos, destacando, na margem superior, uma manchete que reúne três das mais exploradas palavras-chaves nas redes naquele momento: STF, Lula e, Moro.



Figura10: Capa da Folha de 19/03/2015.

Fonte: <https://acervo.folha.com.br/index.do>

Nas páginas do *Facebook* nutridas pelos movimentos de direita, houve, por outro lado, a tentativa de associar os atos contrários ao *impeachment* ao desvio de verbas públicas. Sendo sugerido, em diversas postagens, que os militantes pró-governo teriam recebido, além de uma ajuda de custo em dinheiro, um sanduíche de “pão com mortadela”²⁰³. O blog *Mamãe falei*²⁰⁴, aderindo a tática empregada pela NINJA,

²⁰³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/458707164253432/>

infiltra-se nas manifestações buscando reforçar a retórica da “ditadura comunista”, provendo conteúdos nos quais se empenha em construir a imagem dos militantes da esquerda como pessoas “burras”, “viciadas em auxílio”, “alienados” e “fanáticos” pelo “Luladrão”. Os vídeos compartilhados pela aliança da direita, portanto, buscavam reforçar, a todo custo, a narrativa da corrupção petista, o fracasso ético e moral do partido e de seus apoiadores²⁰⁵.

No que compete à cobertura destes eventos pela Mídia NINJA, nota-se que, existe uma importante mudança na estratégia empreendida. Afinal, ainda que, em termos técnicos, os registros destas manifestações não se diferenciavam das abordagens adotadas ao longo da cobertura dos eventos anteriores – e por mais que a tônica das transmissões ao vivo não se colocasse mais como uma ação inovadora – a circulação deste conteúdo em distintas plataformas online (YouTube, Facebook, Twitter, Instagram, etc.), acaba favorecendo uma ampliação do fluxo comunicacional e, por conseguinte, o alcance do discurso articulado pela esquerda²⁰⁶.

Do ponto de vista da TPD, pode-se dizer que a NINJA, ao chamar as diferenças para o diálogo, reforçando as múltiplas identidades e demandas que se articulam em defesa da democracia – sem eximir o projeto petista de críticas –, evidencia, ao longo da produção de uma narrativa de crise articulada sobre o viés sócio-político, a necessidade da construção de um *sistema diferente de equivalências*, provocando a esquerda a “localizar-se inteiramente no campo da *revolução democrática* e expandir as cadeias de equivalência entre as diferentes lutas contra a opressão” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 264).

Logo, a partir da observação dos conteúdos que compõem a narrativa de crise neste momento, observa-se que, enquanto a direita mobiliza diferentes atores pela lógica

²⁰⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/448102831980532>

²⁰⁵ Vide anexos desta tese.

²⁰⁶ Conforme indica Gohn (2010), a apropriação de diferentes ferramentas é capaz de fortalecer possibilidades de articulação e estratégias de visibilidade de movimentos sociais. Neste sentido, entende-se que a circulação do conteúdo da Mídia NINJA, feita através de espaços diversos, não é uma *casualidade*, e sim, *estratégia* para ampliar o alcance das publicações e atingir mais seguidores (BITTENCOURT, 2014). Sendo importante frisar que, embora esta tática assegure a ampliação do fluxo comunicacional, muitas vezes, implica no comprometimento da qualidade da informação, o que pode dificultar o entendimento do público-alvo.

da equivalência, simplificando o espaço político em dois campos antagônicos e inconciliáveis, a esquerda concentra-se no esforço de expandir este espaço pela lógica da diferença, ou seja, a partir da autonomia das diferentes lutas, prover uma nova lógica política, portanto, outra forma de construção hegemônica.

Contudo, mesmo que a esquerda tenha buscado ampliar os horizontes de sua atuação, pode-se dizer que o mês de março de 2016 se configura como um momento em que o afastamento da presidenta deixa de ser uma *possibilidade* para ser encarado como algo *definitivo*. Haja vista que, conforme Tatagiba (2018), para além de confirmar a segregação das narrativas estabelecidas sobre a crise, o ciclo de protestos do mês de março confere notoriedade à articulação estabelecida entre as ações do judiciário, a ampla cobertura da imprensa e a convocação de atos pelos movimentos de direita, que, firmados sob o ponto nodal do anti-petismo, *transbordam* o ciclo de turbulência e mobilização social na direção da agenda político-institucional (TAGATIBA, 2018).

2) Cobertura da votação pelo Impeachment na Câmara

No dia 17 de abril de 2016, portanto, houve aquele que seria, para o bem, ou para o mal, um dos acontecimentos mais significativos do atual momento democrático: a votação do pedido de prosseguimento ao processo de impedimento contra a presidente Dilma Rousseff. Naquele domingo, tal qual final de Copa do Mundo, praças por todo país estavam lotadas, telões estavam montados e projetavam a sessão extraordinária da câmara dos deputados²⁰⁷. A cada voto, gritos, alvoroço, o “futuro da democracia”²⁰⁸ estava sendo decidido, bem como, *novas narrativas* estavam sendo estabelecidas.

Diferentemente dos outros momentos analisados, o que se vê, nesse evento específico, é a convocação online dos grupos sociais para ocupar o espaço público e compartilhar a transmissão, em tempo real, da votação. Na maioria das grandes cidades do Brasil, grupos como MBL, RON, VPR e seus descendentes locais, trataram de organizar pontos de transmissão nas áreas mais nobres, enquanto as centrais sindicais e as frentes ideologicamente ligadas à esquerda providenciaram telões em bairros mais

²⁰⁷Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/comemoracao-pro-impeachment-lembra-final-de-copa-do-mundo-em-praca-de-curitiba-9015d65170yagqjr1g87iw3rr/>

²⁰⁸ Era assim que grande parte dos jornalistas e comentaristas políticos se referia à votação em questão durante a cobertura televisiva daquele domingo.

afastados ou, nas áreas comuns às manifestações populares²⁰⁹. Em Curitiba (PR), por exemplo, a convocatória realizada pelo MBL anunciava: “ao lado da FIEP e outras entidades e movimentos do Paraná organiza uma super transmissão da Votação do Impeachment em Curitiba em frente à Universidade Federal, onde se formou Sérgio Moro! Viva o Brasil! Hoje é fora Dilma!”²¹⁰.



Figura11: Convoção do MBL para acompanhar a votação pelo *Impeachment* de Dilma na Câmara dos deputados.

Fonte: <https://www.facebook.com/page/344408492407172/search/?q=17%2F04>

Verde/Amarelo e Vermelho eram as cores das ruas. Entre o *#tchauquerida*²¹¹ e o *#nãovaitergolpe* que tomavam os cartazes, as cidades, as redes sociais online e, curiosamente, a própria Assembleia, evidenciavam-se os dois campos do antagonismo que rivalizavam pela “transformação profunda dos termos do discurso político e a criação de uma nova ‘definição da realidade’” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 263).

²⁰⁹Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/manifestacoes-contras-o-impeachment-ocorrem-neste-domingo.html>

²¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=363255213798628>

²¹¹ A expressão “tchau, querida” refere-se ao trecho da gravação vazada por Sérgio Moro, para edição de 16 de março de 2016 do Jornal Nacional. “[...] praticamente toda dedicada à conversa gravada entre Lula e Dilma que foi interpretada como se a nomeação do ex-presidente como Ministro da Casa Civil fosse um estratagema para livrá-lo de Moro ao passar a ser julgado pelo STF devido ao foro privilegiado adquirido com o cargo. Toda a edição se dedica a “mostrar” uma trama palaciana engendrada pelos dois de modo a subtrair Lula da mão forte do herói Sérgio Moro e produzir o efeito de que, por sua associação criminosa com Lula, a posição de Dilma havia se tornado insustentável” (ROCHA, 2019, p.375).



Figura 12: Imagem do Congresso dividido no dia da votação pelo *impeachment*.
Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/c%C3%A2mara-aprova-continuidade-do-processo-de-impeachment/a-19194399>

Naquele dia, Globo, Record, SBT, Band²¹² transmitiram, irrestritamente, a votação televisionada pela TV Câmara. Os grandes portais online eram atualizados minuto a minuto, bem como, as mídias alternativas desdobravam-se em campo para acompanhar a *euforia* e a *angústia* que pairavam sobre os dois polos das manifestações.

Mesmo que o interesse desta análise se organize sobre a trajetória narrativa dos eventos nas ruas e de como estas se refletem nas visões de crise estabelecidas nas coberturas midiáticas destes eventos, é importante destacar como a retórica moralizante dos grupos de direita foi regurgitada pelos seus representantes políticos. A cada voto pró-*impeachment*, se repetiam as palavras “família”, “deus”, “moral”, “corrupção”. Apesar de, na maioria das vezes, o discurso destes deputados ser totalmente desconexo da pauta em votação – o suposto *crime de responsabilidade fiscal* –, é aceito com *naturalidade* e como comprovação de que a maioria dos brasileiros, insatisfeitos com o governo, militava pela única solução possível para acabar com a *crise* a que país tinha sido submetido.

O que se pode colocar a respeito da cobertura destes eventos é, mais uma vez, o desenrolar de duas abordagens completamente distintas. Enquanto as mídias hegemônicas destacavam “o maior evento do período democrático”²¹³, a Mídia NINJA denunciava o “show de horrores” e “as figuras caricaturais” que utilizavam do momento

²¹² Principais canais de TV aberta do Brasil.

²¹³ Expressão comum as mídias massivas engajadas na cobertura deste evento.

de fala para saudar sua *família, igreja*, e até prestar homenagem à figura de *torturadores*²¹⁴, esquecendo-se do Estado laico e da Constituição que representavam²¹⁵. Porém, por mais evidentes que fossem os impropérios, o discurso ecoado pela plenária – articulado sobre *significantes* mais *vazios* do que nunca –, reforçado pelas ruas/redes e minimizado pela mídia massiva, tornou-se, naquele momento, a própria condição da hegemonia (LACLAU, 1993).

Em comemoração aos 367 votos favoráveis ao processo de *impeachment*, o MBL postou em sua página do *Facebook* o seguinte comunicado:

Hoje foi um dia histórico. Conseguimos dar um passo importantíssimo na derrubada de uma ditadura sutil. Mesmo com todos os estratagemas e aparelhamentos típicos de uma Venezuela em estágios iniciais, conseguimos pressionar deputados em escala suficiente para passar por este estágio. Fizemos parte da história! Agora há novas lutas pela frente! (MBL, abril de 2016)²¹⁶.

Enquanto a direita comemorava a decisão, a Mídia NINJA e os movimentos da esquerda rearticulavam o discurso do *golpe* embasados na dissonância entre a denúncia apresentada e a fala dos deputados favoráveis ao processo. A derrota na câmara, entendida como um momento de hegemônico articulado pela direita converte-se, portanto, em uma nova disputa. Afinal, nenhuma formação discursiva é uma totalidade suturada,

[...] toda *formação hegemônica* é construída por meio de regularidade em dispersão, e esta dispersão inclui uma proliferação de diversos elementos: sistemas de diferenças que definem parcialmente identidades relacionais; cadeias de equivalência que subvertem estas últimas, mas que podem ser transformisticamente recuperadas na medida em que o próprio lugar de oposição se torna regular e, desta forma, constitui uma nova diferença, formas de sobredeterminação que, ou concentram poder, ou formas diferentes de resistência a ele, e assim por diante. O ponto importante é que toda forma de poder é construída de maneira pragmática e internamente ao social, através das lógicas opostas da equivalência e da diferença: ***o poder nunca é***

²¹⁴ Referência à fala do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, que, na ocasião da votação, era deputado pelo PSC-RJ e utilizou o seu momento de fala e seu voto pró-impeachment para homenagear o coronel Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador.

²¹⁵ Disponível em: <https://fb.watch/bzBe6xz14K/>

²¹⁶ Conteúdo retirado da pesquisa realizada por Baron (2018). As publicações originais não se encontram mais disponíveis nas páginas citadas.

fundacional. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.223, *grifos da autora da tese*).

Mais uma vez, a narrativa de *crise* se constrói em paralelo a eminência do *golpe*. De modo que é convocando a população para *luta* que NINJA passa a conferir sentidos para crise. Abaixo, algumas dos conteúdos produzidos pelo grupo:



Figura 13: O reforço das falas progressistas durante a votação na câmara.



Figura 14: Ilustra a construção de uma narrativa que busca resignificar a derrota na câmara.

Fonte: <https://fb.watch/bzCgliwRmB/>

3) Cobertura do depoimento e de Dilma no Senado e a *construção* da imagem de Temer

No final de agosto, o último capítulo de *impeachment* se concretiza com o julgamento definitivo do processo pelo Senado. A cobertura midiática do depoimento de Dilma Rousseff aos senadores, no terceiro dia de julgamento, configura-se, então, como uma notável oportunidade para que ambos os lados do antagonismo pudessem concluir – precariamente – a sua narrativa da crise no Brasil. Visto que, se por um lado o depoimento da presidenta configurava um ato de bravura perante os “agouros fascistas” que regeram o *golpe*, por outro, confirmava imperícia da presidenta, culminando na justificativa para destituição de toda sua autoridade.

Televisionado, o *rito* garantia, pelo enfoque das mídias massivas, sua legitimidade. O apelo a termos jurídicos, como recurso retórico, envolvia os desmandos do processo de *impeachment* em uma área de legalidade, fomentando o imaginário da lei sendo cumprida sem brechas para impunidade. A corrupção, significante vazio sobre o qual se articulava a luta da direita – e também dos *desacreditados* – arrematava os sentidos criminosos do principal inimigo a ser combatido: o PT. A defesa de Dilma – encenação necessária para coroar o poder “politicamente neutro” do STF – completava, portanto, o caráter legítimo do processo e o discurso ético-moral partilhado pela articulação entre judiciário, mídias massivas e movimentos reacionários (ROCHA, 2019).

De acordo com Rocha (2019), se *institucionalmente* o golpe se confirmou no Senado, *simbolicamente* ele foi dado pela narrativa alinhavada das mídias massivas e dos movimentos político-midiáticos de direita ao longo do processo. Para a autora, sem a narrativa de desconstrução da autoridade de Dilma enquanto Chefe de Estado e a retórica de criminalização dos líderes petistas empreendida por esta aliança, a convergência de interesses entre os setores conservadores abrigados pelas instâncias institucionais talvez não fosse suficiente para concretizar o impedimento (ROCHA, 2019).

De modo que, dos sentidos em disputa, um havia se universalizado: Dilma, como o ponto nodal que dá sentido a crise político-econômica, finalmente estava derrotada. Assim, antes mesmo que o veredicto fosse dado, a narrativa que tomava as redes era a de “venceu a vontade do povo”:

Sob o olhar atento de milhares de manifestantes, em 19 capitais brasileiras, os movimentos sentiram-se vitoriosos: após 6 dias de

juízo, o Senado concluiu, em 31 de agosto, o *impeachment* de Dilma Rousseff. Foram 61 votos favoráveis e 20 contrários, “de um julgamento que marcou a vida dos Brasileiros. O povo Brasileiro é um povo que luta. Por isso, não somos a Venezuela. Por isso, nossa bandeira nunca será vermelha”. “Agora é o começo de uma nova era, e o PT nunca mais” (MVR, agosto de 2016 *apud* BARON, 2018, p.121).

Na outra ponta do espectro político, o clima era outro. A militância da esquerda, consciente do golpe sofrido, busca reforçar o *teatro* conduzido pelas instituições federais. A cobertura da Mídia NINJA, atuando neste sentido, desafia o discurso hegemônico ao propor uma narrativa na qual se destaca o discurso de Dilma sob outros predicados: a mácula da *corrupção* dá lugar à *integridade* da presidenta, os jargões sexistas se convertem no destaque à sua luta e história, e o senso de justiça que implicava no *impeachment*, na injustiça que, travestida de retórica jurídica, corrompia a democracia e concretizava o *golpe*.



Figura 15: Ilustra a cobertura do depoimento de Dilma pela NINJA

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950/708932785931536/>

Apenas dois dias após a destituição de Dilma Rousseff, o Senado Federal, o mesmo que legitimou o afastamento, aprovou a lei que permitia a concessão de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional²¹⁷. Ou seja, tornava legal,

²¹⁷ Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2016-09-02/lei-orcamento.html>

naquele momento, o crime de responsabilidade que, segundo os senadores, a presidenta havia cometido. Confirmando, portanto, a manipulação constitucional do processo de impedimento (ALVES, 2019).

O “obsequioso silêncio dos covardes”²¹⁸ tomava, assim, as mídias massivas e as redes dos movimentos articuladores da direita. Mesmo que a *injustiça* sofrida pela petista estivesse agora clara, o caminho adotado pela “voz do povo” ainda seria o melhor para o *Brasil*. A nova narrativa em andamento prospectava a “ordem e o progresso” adotados como slogan pela nova gestão. Independentemente do *golpe*, havia “salvação”. Depois de dois anos de instabilidade política, era preciso restabelecer o *consenso*. Era hora de voltar os holofotes para Temer: “um vice-presidente sem expressão política que precisa ser investido de alguma autoridade através da associação aos interesses da nação” (ROCHA, 2019, p.388).

Neste sentido, enquanto a mídia convencional se volta para construção de um discurso conciliador em torno da figura de Temer, as redes sociais radicadas à direita denotam, à sombra da vitória recente, a eminência de uma mudança ainda maior. Afinal, a figura do *vice*, mesmo que associada ao desmonte progressivo das garantias sociais, não era *suficiente* para dar conta do projeto de uma direita cada vez mais radical e conservadora. Embora a gestão de Temer tenha sido comemorada e inicialmente aprovada do MBL, MVPR, RON, entre outros atores, ainda em 2017, as tentativas de boicote a Operação Lava-Jato realizadas pelo sucessor de Dilma²¹⁹ marcam uma mudança brusca na narrativa construída sobre o *emedebista*, confirmando, assim, a precariedade e instabilidade do discurso articulado pelas forças sociais que apoiaram e impulsionaram o *impeachment*.

Abaixo, é possível observar a mudança de perspectiva sobre a qual a narrativa construída pelos grupos midiáticos da oposição se alicerça:

²¹⁸ Excerto do discurso de Dilma ao Senado no dia 29.08.2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/708962209261927>

²¹⁹ De acordo com Alves (2019, p. 67), Temer abre um “balcão de venda de emendas em troca de votos contrários à abertura de processos e aumentos salariais para o Judiciário. O saldo é um modelo que privilegia acordos com elites políticas, judiciárias, empresariais, financeiras e rurais, em detrimento da população, com a finalidade de preservar o mandato contra as graves denúncias de corrupção. O presidente gastou boa parte do seu capital político para aprovar medidas de austeridade que foram classificadas como um desmonte severo na rede de segurança-social e de redistribuição de renda, no limite, representando uma destruição dos princípios de cidadania social previstos na Constituição Federal de 1988; uma ponte destinada ao abismo (FAGNANI, 2016; PAULANI, 2016)”.



Figura 16: MVPR em agosto de 2016 ²²⁰



Figura 17: MVPR em Novembro de 2016 ²²¹

A resposta da Lava-Jato veio sob a forma de vazamentos de áudios comprometedores do então presidente. Dando continuidade à estratégia de gerar instabilidade política, a Operação que mantinha sua idoneidade diante da opinião pública, faz da delação dos irmãos Batista²²² um mecanismo para deslegitimar não só a figura de Temer, mas de todo sistema político-partidário e do STF junto à população brasileira.

Nesse sentido, vale ressaltar que até a divulgação da gravação entre Joesley Batista, dono do frigorífico JBS, e o presidente Michel Temer, a capacidade de gerar instabilidade, como instrumento de poder, estava sob controle da operação Lava Jato. No entanto, a partir daquele momento diversos atores e forças sociais passaram também a utilizar esse instrumento, o qual, quando utilizado por diversas forças sociais, tem levado a uma deslegitimação das instituições, provocando uma guerra de todos contra todos que inviabiliza a recuperação econômica e a construção de um consenso político que possibilite algum rumo para o país (PINTO *et al*, 2019, p. 139).

Estava evidente que as forças sociais que se uniram pela remoção do PT e de Dilma tinham executado o *impeachment* mirado em interesses específicos. A relação antagônica que a base de direita e o *bloco no poder* estabeleceram com o Partido dos Trabalhadores, neste sentido, reforça a constituição de importantes cadeias de

²²⁰ Disponível: <https://www.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/580716295443056/>

²²¹ Disponível: <https://www.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/676953149152703/>

²²² Donos do frigorífico JBS, investigados na operação Lava-jato por lavagem de dinheiro.

equivalências. Contudo, apesar do anti-petismo ter um grande peso na constituição da identidade dos movimentos, os meses posteriores ao golpe confirmam que seus discursos não se esgotam na aversão ao PT (BARON, 2018). Ao passo que Temer vai se tornando um novo inimigo, a figura de Sérgio Moro cresce como “herói anti-corrupção”, “solução para o país”. A corrupção, maior predicado petista, continua a ser o ponto nodal norteador da crise. Porém, a dissidência eminente do discurso hegemônico, se constata com a fragmentação da direita e a busca por uma “nova política” – a qual, *ironicamente*, inclui, progressivamente, o nome de *Bolsonaro*.

A esquerda, “pulverizada”, “enfraquecida”, minguava uma derrota *claramente* duvidosa, na qual a esfera política-institucional, como um todo, sai criminalizada. Em meio a uma crise de identidade, a tentativa da aliança progressista se concentrava em articular, seja pela lógica das equivalências seja pela lógica das diferenças, um discurso capaz de significar a crise encontrando caminhos para combatê-la. A narrativa da NINJA, acompanhando este momento, mobiliza os argumentos que apontam para a dissolução do conchavo da direita. As publicações veiculadas entre setembro e dezembro de 2016 reforçavam, agora, embasadas na própria contradição da, anteriormente, sólida articulação *pró-impeachment*, que de fato, a democracia tinha sofrido um *golpe*. Entre a confirmação do golpe e as enfraquecidas manifestações articuladas sobre o *#foratemer*, ano de 2017 chega à luz de uma movimentação intensa no campo das disputas por hegemonia.

3.2.4. 2017: Rearticulando os sentidos de crise

Ano de ruas calmas e redes ativas, 2017 pode ser considerado o ano em que os sentidos de crise passam a ser rearticulados. Uma vez que o *consenso* idealizado pelo *golpe* se converte no aprofundamento das diferenças entre os agentes da base *anti-petista*, novas significações para crise passam a liderar a retórica mobilizadora das articulações políticas em disputa. Nesse sentido, marcado pelo ritmo de pré-campanha eleitoral, o referido ano acaba se tornando palco para emergência de estruturas discursivas ainda mais reacionárias, nas quais, elementos como *família tradicional*, *religião*, *forças armadas*, *heteronormatividade*, entre outros conteúdos articulados pelo viés do conservadorismo-radical, buscavam converter-se no discurso hegemônico.

Interessados em garantir a legitimidade deste discurso com o resultado nas urnas em 2018, diferentes agentes passam a ocupar o ciberespaço buscando estabelecer articulações para solidificar um projeto político capaz de reescrever, sob à égide da “ordem e progresso”, a realidade sóciopolítica do País. Nas redes sociais, o *burburinho* sobre Bolsonaro aumenta: o capitão, homem-cis, branco, cristão, heterossexual, pai da família tradicional, defensor da moral e dos bons costumes, enfim, o *mito*²²³, seria a solução para crise, a personificação da “nova política”, de um novo partido e uma nova *aliança* pelo Brasil. Assim, buscando promover uma solução para a crise de representatividade que durante o ano de 2017 só se agravou, os agentes midiáticos articuladores do golpe, agora, engajados em causas particulares, dedicavam-se, dentro da disputa pela narrativa de crise, à produção de poucas linhas, muitos *memes* e edições grotescas da realidade eficientemente capazes de contrapor a narrativa de seus oponentes.

No que se refere às mídias massivas, no período em questão, presas a amarras institucionais/coorporativas, trabalhavam, como aparelhos privados da hegemonia, compactuando com o andamento da Operação Lava-Jato, ao favorecerem os enquadramentos de criminalização do ex-presidente Lula e também, apagando as fogueiras dos escândalos políticos de Temer, em prol de uma estabilidade política mínima. Com sua hegemonia em cheque, mas ainda ocupando uma posição legítima na distribuição de informação para a população brasileira, os veículos massivos permaneciam *comprometidos* com a falha narrativa da *imparcialidade*.

Tendo em vista a abordagem destes temas em outros momentos desta tese, e a vasta bibliografia produzida sobre as articulações discursivas empreendidas pelos fenômenos acima descritos (BARON, 2018; ALVES, 2019, ROCHA, 2018), convém organizar este tópico, prioritariamente, sobre a observação da estratégia adotada pela Mídia NINJA para conduzir uma narrativa de ressignificação político-ideológica da esquerda e de reconstrução da imagem dos líderes petistas, sobretudo, de Lula. Cabendo as narrativas constituídas pelo do outro lado do antagonismo, um posição secundária nesta análise.

²²³ Diante dos posicionamentos polêmicos, ou melhor, posicionamentos racistas, homofóbicos, machistas, entre outros, de Bolsonaro, seus apoiadores passam a atribuir-lhe tal adjetivo. Por dizer o que a massa conservadora, oprimida pela ditadura do “politicamente correto”, pensa, o líder da extrema-direita passa a ser considerado um *mito*.

Assim, diferentemente dos outros momentos analisados, a análise do ano de 2017 não será pautada pelo embate das narrativas empreendidas a partir da cobertura midiática das manifestações de rua, estando dedicada à observação da produção de sentidos de crise demandadas pelos polos opostos do antagonismo na cobertura dos seguintes momentos: 1) Manifestações contra Temer e Reforma da Previdência; 2) Lava-Jato x Lula e 3) Caravana Lula.

1) Manifestações contra Temer e a Reforma da Previdência

Como visto, a repentina predileção por Temer estava assentada sobre a facilidade de, sob sua administração, se colocar em andamento as medidas de austeridade econômica e de flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas caros a articulação corporativa do bloco no poder. Contudo, ainda nos primeiros meses de sua gestão, o *emedebista* viu-se imerso em sua primeira crise política, visto que, diante do compromisso de proteger aliados das investidas da Operação Lava-Jato, tentou obstruí-la. Ação que não só lhe rendeu insucesso, como também, *retaliação*²²⁴.

Neste sentido, com a legitimidade de seu mandato posta à prova, Temer não tardou em fazer tramitar as principais reformas (trabalhista, teto dos gastos públicos e previdenciária) deliberadas pelos setores dominantes. As bases populares, então, tendo ameaçados os direitos conquistados, tentam articular, sob o mote *#ForaTemer*, distintas manifestações de rua.

²²⁴ De acordo com Alves (2019, p.66), “O ponto de virada do governo mais impopular da história aconteceu com o vazamento da gravação da conversa entre Michel Temer e o dono da JBS, Joesley Batista, pela Rede Globo em 17 de maio de 2017, na qual se dá a entender que o presidente avalizou a compra do silêncio de Cunha na prisão pelo montante de meio milhão semanais. Os pagamentos teriam sido combinados com o assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures, gravado em vídeo recebendo mala de R\$ 500 mil reais. Na delação, Joesley entregou ainda áudio no qual Aécio Neves pediu R\$ 2 milhões para arcar com custos de sua defesa na Lava-Jato, também com pagamentos filmados pela PF e depósitos em empresas do senador Zezé Perrella. O tucano foi afastado temporariamente do mandato, mas seguiu presidente do PSDB e, depois, foi reconduzido ao cargo em votação o STF (que era oposta à decisão sobre Delcídio ao permitir que o Congresso derrubasse ações de afastamento dos ministros) e do Senado Federal, que derrubou a ordem de afastamento do STF por 44 votos a 26. Com a divulgação das gravações pelo Grupo Globo, a crise política piorou e houve grande expectativa que Temer renunciasse. A partir daquele momento, a coalizão montada para destituir Dilma Rousseff estava irremediavelmente rompida”.

Sem o fôlego dos atos anteriores, em março de 2017, grupos da esquerda tradicional tomam as ruas do país protestando contra a principal reforma defendida pelo *usurpador*: a reforma da previdência²²⁵. Na ocasião, milhares de pessoas reivindicam a ampliação do debate sobre os pontos do projeto, apontando também, para as intempéries da proposta de flexibilização das leis trabalhistas, que, ao privilegiar as demandas dos patrões, enfraquecia a mobilização sindical e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Como parte da articulação que promovera o golpe, a mídia massiva noticiou os protestos, espalhados por diversas cidades do país, fazendo prevalecer a ideia do esvaziamento das ruas e associando as reivindicações dos manifestantes à retirada das supostas *benesses* das quais se valiam as centrais sindicais. Alguns veículos, porém, teceram críticas comedidas aos malfeitos do *presidente não-eleito*, ou ainda, ataques sob medida, no intuito de resguardar a postura *imparcial* enquanto Temer aprovasse as políticas de ajuste fiscal consideradas pela aliança liberal como uma “ponte para o crescimento”²²⁶. De modo que, como de costume, a convocação para greve geral e a paralisação dos transportes públicos promovida pelos movimentos sociais rendeu, naquele dia, mais comentários da imprensa do que as manifestações em si, exceto por um elemento importante: o duro discurso feito por Lula no encerramento dos atos realizado na Av. Paulista, em São Paulo.

A presença do ex-presidente poderia até passar despercebida, ou convergir sobre si, o ódio ao PT, tão bem articulado pela direita em episódios anteriores. Porém, a figura do ex-metalúrgico e sua fala didática na qual se condensavam as ações que confirmam o golpe político/judiciário/midiático sofrido pelo pacto democrático, coloca novamente na disputa, a narrativa da esquerda sobre o governo ilegítimo de Temer. E mais do que isso, apresentava *Lula* como pré-candidato para as futuras eleições.

²²⁵ “Apresentada ao Congresso Nacional pelo governo de Michel Temer (PMDB), a PEC 287 estabelece idade mínima de 65 anos para homens e mulheres poderem se aposentar e ainda exige contribuição de 49 anos para que o trabalhador possa receber o valor integral do salário. Alguns benefícios também poderão ser desvinculados do salário mínimo, diminuindo o valor da aposentadoria ao longo do tempo” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/16/cerca-de-1-milhao-foram-as-ruas-contr-a-reforma-da-previdencia-em-todo-brasil>.

²²⁶ Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20160324/ponteparacrescimento/356118>

A Mídia NINJA, firme em seu compromisso de documentar a pauta das esquerdas e mobilizar colaborativamente a informação contra as injustiças sociais, posiciona-se, então, ao lado do ex-presidente. Definindo como prioridade sorver os desafios advindos da *polarização assimétrica* (BENKLER *et al.*, 2018) do campo político-midiático para reestruturar as bases de sua experiência coletiva. Afinal, em paralelo ao momento de crise orgânica, a experiência contra-hegemônica gestada pelo circuito cultural Fora do Eixo se reinventava²²⁷.

Essa *trasmutação* do circuito cultural é acelerada com os cortes sofridos pelo setor da cultura e a insalubridade dos editais e das leis de incentivo fiscal que, durante as gestões petistas, possibilitaram a expansão plena da Rede de coletivos culturais. Cabendo acrescentar que, as críticas levantadas contra as relações de trabalho sustentadas pelo FdE, também contribuem para que, pouco a pouco, os coletivos parceiros, vinculado a promoção de festivais culturais e a produção musical, se desligassem da plataforma de ação político-midiática em rede, *para a qual, sem dúvidas, estavam sendo canalizadas a maior parte dos recursos (humanos e financeiros) do coletivo.*

Cada vez mais NINJA e menos Fora do Eixo, a rede passa a, progressivamente, assumir a identidade *ativista*. Utilizando-se das mesmas tecnologias sociais já desenvolvidas para a gestão cultural, como as casas e caixas coletivos, *ressignifica* a experiência de vida coletiva, fazendo da mídia, ao mesmo tempo, tática de ação política e mecanismo de vinculação social²²⁸. Sendo um dos principais agentes midiáticos a documentar o delicado momento sóciopolítico do Brasil pelo viés da contra-informação.

Assim, voltando a análise das manifestações de rua ocorridas em 2017, cabe pontuar que embora tenha havido a tentativa, tanto da esquerda, quanto dos movimentos

²²⁷ Ainda que de forma muito reduzida, a Rede Fora do Eixo continua a existir. Durante o levantamento realizado por esta pesquisa, se constatou que embora sites e perfis nas redes sociais não estejam sendo alimentados desde 2018, o FdE ainda é mencionado pelo grupo como base articuladora das atividades culturais empreendidas pela NINJA e demais parceiros. Disponível em: <https://medium.com/news-quarentena/casas-coletivas-em-quarenten-b469a9ba40ae>

²²⁸ É interessante pontuar que em 2017 a NINJA migra da plataforma *Oxmity* para um domínio na rede livre (.org). Esta mudança de endereço desassocia a NINJA de algumas críticas sobre a mercantilização da comunicação alternativa tecidas à plataforma anteriormente mencionada. A mudança também facilita a arrecadação financeira da NINJA, que amplifica os mecanismos de doação e assinaturas como forma prioritária de financiamento de suas atividades.

mais radicais da direita²²⁹, de encabeçar mobilizações pela derrubada de Temer, o que se percebe é que aquela altura o campo político está fechado às negociações populares. Por mais que o *#ForaTemer* tomasse as redes sociais e mobilizasse as ruas, não haveria, naquele momento, base popular capaz de tirar o presidente do poder. Deixando claro que a manipulação das peças no tabuleiro independia da “voz do povo”, uma vez que, tudo que estaria em jogo seriam as necessidades do bloco no poder, as quais, a figura de Temer, precariamente, conseguia assegurar.

A *crise*, portanto, passa a ser compreendida, por ambos os lados, como um problema estrutural. Ou seja, a *crise*, não advinha de *um* culpado, de *um* único inimigo a ser combatido. A crise era, *em si*, o próprio sistema político. Logo, as manifestações contra Temer, como significante vazio, representavam, simbolicamente, a luta das diversas identidades, articuladas dentro de uma cadeia de equivalências, contra a política institucional. Contudo, mesmo que o *#ForaTemer* representasse o desejo da maioria, é preciso lembrar que as diferenças, anuladas em prol desta equivalência, não deixam de existir. Estabelecendo-se assim, duas estruturas discursivas antagônicas em torno deste mesmo ponto nodal.

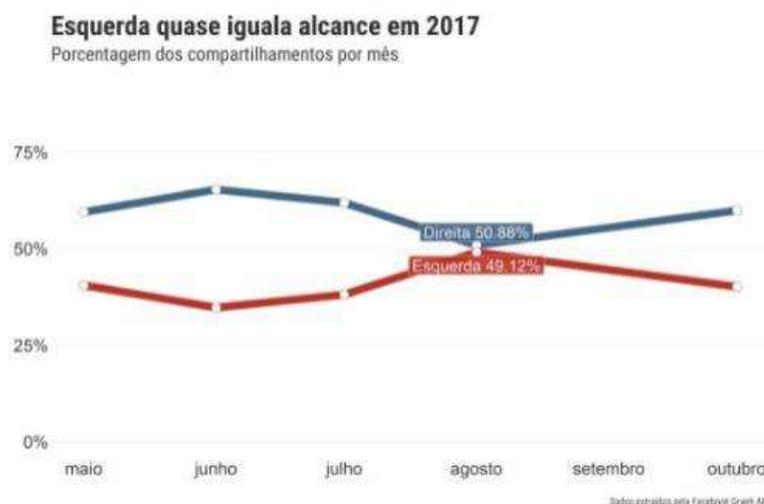
De modo que, enquanto do lado direito do antagonismo a narrativa de crise passa a articular a frustração das pessoas, que desde 2013 ocupavam as ruas por mudanças, e a criminalização da política institucional, endossada pela Operação Lava-Jato para construir um discurso vinculado a um niilismo conservador-liberal. Ou seja, um projeto que, valendo-se do esgotamento e do sentimento apolítico da população, aprofundava a crise de representatividade, induzindo a um momento de *anomia social* pautada pelo desprezo ao Estado e a transgressão das condutas através da quebra do pacto social e o flerte efusivo com as forças armadas (ALBUQUERQUE, 2019; ALVES, 2019; TATAGIBA, 2018, PINTO, 2017).

Do lado esquerdo, a narrativa de crise passa a se mobilizar sobre a distribuição de informação, sobre a produção de materiais elucidativos sobre os eventos que levaram ao golpe e aqueles que mantinham Temer no poder. Estabelecendo para si o movimento contrário ao da direita: a solidariedade, ao invés de valores individualistas-

²²⁹ Observa-se que quando as diferenças da direita se destacam, os movimentos mais ligados à pauta econômica (MBL e VPR) ainda que defendessem algumas pautas conservadoras, não se colocaram em campo contra Temer, estratégia utilizada pelos grupos mais radicais, com predileções militaristas, defensores da intervenção militar (MEB, ROL). Essa divisão pode ser percebida na detalhada análise empreendida por Baron (2018).

conservadores, e a autocrítica, ao invés da “nova política”, objetivando convergir novos sentidos e articular novos elementos ao discurso progressista.

Ancoradas no campo da comunicação, é através de estratégias midiáticas que estas duas narrativas competem pela hegemonia da estrutura discursiva que representam. Cabendo pontuar que, ainda que os produtores de conteúdo digital, ligados aos movimentos de direita, detivessem maior acesso as potencialidades midiáticas e aos recursos tecnológicos disponíveis – inclusive, recebendo orientações das plataformas para otimizar a captura da atenção dos usuários²³⁰ – durante o ano de 2017, a atividade da *blogosfera progressista* (GUAZINA, 2013; MAGALHÃES, 2017), na qual se inclui a NINJA, concretiza alguns avanços, fazendo com que a retórica da esquerda galgue novos espaços, chegando, como é o caso das manifestações #ForaTemer do mês de agosto, a emparelhar, em números de compartilhamentos, o alcance dos conteúdos postados no *Facebook* pelas páginas de direita, conforme se vê no gráfico a seguir:



Fonte: Retirado da pesquisa desenvolvida por Alves (2019).

Deste modo, apesar do ciberespaço reproduzir as assimetrias do poder, é possível perceber que tal qual acontece no campo das lutas sociais, as disputas por hegemonia no campo da comunicação também são dadas no limiar da estabilidade.

²³⁰ Em reportagem, o The Intercept revelou que o Google recebeu, no auge do impeachment, entre 2014 e 2016 na sua sede de São Paulo, os administradores de portais antipetistas como: Diário do Brasil, Jornal do País, Notícias Brasil Online, Pensa Brasil, Brasil Verde Amarelo e The News Brazil, recomendando rotinas produtivas para aumentar o ganho financeiro pelo Ad Sense. Blogueiros contam que receberam até R\$ 25 mil reais por mês pelos anúncios programáticos veiculados em páginas que atingiam média de 7,5 milhões de visualizações. Disponível em: Reportagem disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/19/fake-news-google-blogueirosantipetistas/>

Afinal, como “não há nada que assegure a permanente estabilidade de uma ordem estabelecida” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.75), sempre haverá a tentativa, dos diferentes lados do antagonismo, em reter o fluxo das diferenças sobre pontos nodais capazes de dominar o campo da discursividade. Portanto, nenhum discurso, mesmo que se sobreponha a outros, está plenamente fechado, estando sempre sujeito a subversão de sentidos, e a uma multiplicidade de práticas que não esgotam a realidade referencial e empírica dos agentes que fazem parte dela (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Dito isto, conclui-se que embora a narrativa de crise construída pela direita conseguisse, naquele momento, impulsionar seu alcance através de mecanismos tecnológicos, estabelecendo os sentidos para a realidade sócio-política sob o viés do viés conservador, a narrativa da esquerda, articulada no limiar desta mesma realidade, tendia a subverter a narrativa adversária, ainda que timidamente, pelo viés da *autonomia*, destruindo ambição do adversário de “construir uma presença plena” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 204).

2) Operação Lava-Jato x Lula

Outros momentos interessantes do ponto de vista dos embates narrativos travados entre a Mídia NINJA e os veículos posicionados no campo oposto do antagonismo estão relacionados à cobertura das investigações da Operação Lava-Jato envolvendo o ex-presidente Lula. Sobretudo, no que se refere aos enquadramentos conferidos pelas mídias massivas às preposições levantadas pelos integrantes da força-tarefa a respeito do ex-presidente, e a utilização destas acusações midiáticas como verdades absolutas pelas mídias alternativas de direita.

Como visto no tópico anterior, a pirotecnia midiática diante da condução coercitiva de Lula, em março de 2016, confere a Operação Lava Jato grande popularidade perante a opinião pública, legitimando o valor das investigações no combate ao “maior esquema de corrupção já visto no Brasil”. Não por acaso, a fórmula se repete em 2017, estabelecendo-se entre a operação e a imprensa convencional uma relação de parceria, na qual a mídia concebia as instituições jurídicas – e seus atores – como um pilar idôneo, acima do bem e do mal, sendo a única via para que a sociedade pudesse alcançar aquilo que sempre desejou, ou seja, punir os corruptos, enquanto a operação provia os veículos de *escândalos*, de acusações midiáticas que sedimentavam

a *culpa* dos acusados sem que houvesse uma condenação formal, contribuindo assim para a criminalização de Lula e a narrativa de crise estabelecida sobre o viés do anti-petismo (DALCOL; FLORES, 2017).

Neste sentido, para a mídia massiva, a Operação Lava Jato era uma oportunidade de continuar o enquadramento de escândalo político estabelecido ainda em 2006 com a intensa cobertura do caso *Mensalão*. Na ocasião, a abordagem midiática das investigações imputava ao combate à corrupção uma forma de deslegitimação da gestão do PT, em especial, decorrente de disputas ideológicas ou de uma desconfiança histórica com o partido e suas bases sociais (BIROLI; MONTAVANI, 2014). No caso da cobertura da Operação orquestrada por Moro, há uma inovação deste processo de aproximação entre o campo midiático e o campo jurídico, visto que, se pelo lado da mídia a adoção da corrupção como escândalo midiático fomentava o já instaurado sentimento anti-petista (AZEVEDO, 2017), o lado jurídico, ao se ancorar na mídia, adquire uma nova expertise, a do julgamento midiático, transformando uma acusação “fora da arena processual, em uma verdade absoluta, colocando os acusados, seus defensores e críticos, como o mal que precisa ser combatido a todo custo” (DALCOL; FLORES, 2017, p.13).

Mesmo com a destituição de Dilma Rousseff, ainda havia que se obliterar, definitivamente, o Partido dos Trabalhadores. Portanto, apoiada no discurso jurídico, a narrativa criada pela mídia massiva passa a validar a oposição entre os *mocinhos* da Lava Jato e *vilões* do PT. Para banir a corrupção e a *propinocracia*, investiu-se, então, na criminalização de Lula e na disseminação de uma narrativa de crise sustentada sobre a *hipótese* de que “Lula sabia de tudo”, logo, convergindo sobre ele todas as mazelas do país. Um dos eventos em que esta posição se destaca é a cobertura destinada à denúncia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro apresentada pelo Ministério Público Federal contra o ex-presidente, no dia 14 de setembro de 2016.

A encenação, comandada pelo Procurador da República Deltan Dallagnol, buscava conferir destaque a apuração da acusação em torno das investigações sobre Lula, relegando ao acusado a posição de “comandante máximo do esquema criminoso” – ainda que, a referida ocasião, não passasse do momento de mera formalização da denúncia. Munido de uma retórica “sintética, rápida e visual que empregava frases de efeito para falar de processos judiciais que são de interesse público”, o procurador,

posicionado num jogo de cena midiaticizado, buscava, baseado apenas na veracidade de suas *convicções*, não só incriminar o ex-presidente, como também, legitimar a Operação Lava-jato e sua *vocação* em combater o mal (DALCOL; FLORES, 2017, p.15).



Figura 18: A imagem ilustra o procurador Dallagnol em sua apresentação sobre os *potenciais* crimes cometidos pelo ex-presidente Lula.

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950/708932785931536/>

A fática apresentação em *PowerPoint*²³¹ ministrada por Dallagnol, ainda que estivesse centrada em alto nível de abstração e sem enfoque de provas, rendeu, por parte das mídias massivas, uma efusiva cobertura. Afinal, mesmo que baseada em suposições, a denuncia do MPF conseguia articular sobre si diferentes elementos, estabelecendo uma cadeia discursiva capaz de evidenciar as fronteiras do antagonismo. Ou seja, capaz de estabelecer *um inimigo*, algo em comum entre diferentes atores que resistem a uma determinada formação discursiva, formando um campo de negatividade, disposto numa relação “nós x eles”, no qual a existência de um, impele a constituição plena do outro (BÖHM, 2006).

Em outras palavras, a denúncia didática-midiática construída pela Operação Lava Jato, através de estratégias discursivas e de noções de verdade construídas socialmente para a formação de uma opinião pública favorável, consegue, a partir daquela apresentação, definir Lula, e tudo aquilo que se articula através dele, como o

²³¹ Programa de apresentação de slides do pacote Office da Microsoft. O formato é muito reconhecido e utilizado, principalmente, para apresentações escolares.

inimigo, como o *mal* que impediria o desenvolvimento pleno do país, das pessoas de *bem*, da economia, e de todo projeto de sociedade sobre o qual o espectro político da direita se apoiava.

Porém, tal qual indicam Laclau e Mouffe (2015), por mais tentador que seja reduzir as relações de antagonismo a simples dicotomias, é preciso compreender que numa relação de equivalências, o polo positivo *não* se defronta com o polo negativo. Como todas as formas diferenciais se dissolvem, cada um dos polos mostra o que não é. Portanto, como o social é penetrado pelo antagonismo, ele não atinge o status de transparência, de presença plena, e a objetividade de suas identidades é permanentemente *subvertida*.

A relação impossível entre objetividade e negatividade se torna constitutiva do social. A impossibilidade da relação permanece: é por essa razão que a coexistência de seus termos deve ser concebida não como uma relação objetiva de fronteiras, mas como uma subversão recíproca de seus conteúdos (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.207).

Assim, da mesma forma que a estrutura discursiva articulada pela direita instituía Lula como inimigo, a articulação da esquerda, instituía a Lava-Jato, e todos diferentes agentes sociais articulados nesta cadeia de equivalências, como seu oponente²³². De modo que a narrativa de crise articulada sobre a defesa da democracia passava a compreender que se não havia como reverter o *impeachment*, pelo menos, Lula, como o ponto nodal sob o qual convergia boa parte da retórica mobilizadora da esquerda, precisava ser *protegido*.

Uma semana após a apresentação da denúncia do MPF, o juiz Sérgio Moro considerou que a tratativa possuía “indícios suficientes de autoria e materialidade”²³³ e admitiu o trâmite. Em 10 de maio de 2017, após o recebimento de mais quatro denúncias do órgão, Lula, agora réu, depõe perante Moro, em Curitiba. A audiência, que durou mais de 5 horas, tal qual o *PowerPoint* produzido por Dallagnol, estabelecia a

²³² Reforça-se, portanto, que o antagonismo é o elemento crucial para essas formações discursivas contingentes. Para Laclau e Mouffe (2015), o antagonismo constitui identidades políticas sempre de forma negativa. Nesse sentido, só existe política em função dessa negatividade, uma vez que qualquer discurso político surge devido à presença do polo antagônico.

²³³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/05/politica/1522917041_563602.html

tentativa de conferir ao judiciário uma posição de instituição combativa, à serviço do interesse público, comprometida em punir os transgressores da Lei. Disponibilizado na íntegra para os veículos de comunicação, o interrogatório contempla a composição cenográfica desejada pela imprensa: o confronto dos polos do antagonismo, combatendo pela hegemonia do seu discurso.

Conforme aponta Biroli (2010), o apelo da narrativa construída em torno da reprodução deste episódio se insere num modelo de oportunismo midiático entre atores políticos, sistema de justiça e a imprensa tradicional, atendendo tanto a critérios jornalísticos de noticiabilidade e autojustificativa da função de quarto poder, quanto às finalidades de disputas político-eleitorais. Neste sentido, a superexposição midiática de uma etapa comum a qualquer processo analisado pela justiça favorece a segregação de dois polos *inconciliáveis*. Assim, estando engajada em dar visibilidade ao discurso articulado pela direita, a narrativa levantada pela grande imprensa constrói Lula – enquanto personificação do PT e da corrupção – como o articulador de uma organização criminosa, imputando-lhe, portanto, a presunção de culpa (ALVES, 2019) ²³⁴.

A cobertura cínica e despolitizante dos escândalos de corrupção e a ausência de críticas sobre o regime de exceção da Operação Lava-Jato, esgarçaram as instâncias representativas e aceleram o processo de fragmentação do consenso (ALVES, 2019). Nas redes sociais, os agentes midiáticos da direita repercutem o depoimento como *sentença*. Validando a posição de Moro como *justiceiro, o herói da nação* em uma cruzada ético-moral contra a corrupção. A legitimidade da operação, juridicamente embasada e midiaticamente estruturada pela narrativa do escândalo, passa a convergir com o discurso da direita *contra* Lula, mas também, contra a própria política representativa, não sendo possível ignorar o papel dos agentes midiáticos da direita na construção de projetos extremistas de poder e refratários à imprensa *mainstream* (ALVES, 2019).

Como argumenta Böhm (2006), a resistência a algo somente pode ser articulada de dentro da formação discursiva da qual ela é um produto, de forma que não existe um exterior a partir do qual alguém possa desenvolver uma posição de crítica. A resistência

²³⁴ Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/jornais-destacam-o-show-midiatico-envolvendo-o-depoimento-de-lula/>

contra algo, afirma o autor, somente pode se articular a partir do interior da formação discursiva da qual ela é produto, de forma que a resistência é sempre produzida pelo discurso ao qual ela almeja se opor, mesmo que procure um exterior, um além para o discurso opressor. Neste sentido, considerar a posição do sujeito dentro de uma estrutura discursiva implica que qualquer indivíduo concreto pode ter uma gama de distintas posições como sujeito, de forma que o discurso abarca as múltiplas formas pelas quais os agentes são produzidos como atores sociais (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000 *apud* BARCELLOS, 2013).

Isto implica dizer que ainda que articulado em oposição à Lula, o discurso da direita abarcava *deslocamentos*, ou seja, processos pelos quais a contingência de uma formação discursiva se torna visível. Logo, ainda que a disputa estivesse articulada contra um inimigo em comum, o projeto político evocado pelos grupos de direita para solucionar o momento de crise permanecia divergente, como será analisado no tópico a seguir.

Assim, voltando à análise dos episódios destacados, ressalta-se que embora a grande mídia tenha se limitado a narrar o depoimento, o evento não se encerra aí. Visto que depois do interrogatório, o ex-presidente se dirigiu à Praça Santos Andrade, na capital paranaense, onde uma multidão o aguardava para prestar apoio. Em cima do palco, de microfone na mão, Lula declarou, referindo-se a si mesmo: “Se a elite não tem competência de consertar este país, um metalúrgico com quarto ano primário vai consertar”²³⁵. Acompanhando o ex-presidente desde a hora de sua chegada à sede da PF até o momento que assume o palanque, a Mídia NINJA realiza a cobertura midiática deste evento, mais uma vez, partindo da perspectiva oposta à alinhada pelas mídias de massa.

Enquanto Lula passava pelo interrogatório, a NINJA documentava a aglomeração de apoiadores do ex-presidente em torno do palco montado na via pública. As manifestações de apoio ao “representante do povo” alternavam entre as apresentações de artistas, as falas de líderes de movimentos sociais, figuras políticas e pessoas comuns. Reforçando a narrativa de que “nós”, o povo, estava sendo atacado por “eles”, os golpistas. As falas enfatizavam que Lula, “o pai dos pobres”, o presidente que

²³⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/05/politica/1522917041_563602.html

havia retirado milhões de pessoas da pobreza, era vítima de uma perseguição. Portanto, de acordo com esta articulação discursiva, a democracia estava sob ataque, sendo a luta em defesa da democracia, também uma luta pela defesa do ex-presidente.



Figura 19: Ilustra a cobertura da NINJA no interrogatório de Lula.

Fonte: <https://medium.com/@MidiaNINJA/lula-a-minha-rela%C3%A7%C3%A3o-com-voc%C3%AAs-%C3%A9-de-companheiros-de-projetos-de-pa%C3%ADs-5c421c1128f7>

Inserida neste polo do antagonismo, a Mídia NINJA passa a ocupar uma posição de destaque na cobertura das atividades relacionadas ao ex-presidente, colocando a agenda de Lula como prioridade de suas atividades ao longo de 2017²³⁶. É no limiar entre o midiativismo e a imprensa institucional que a NINJA (re)elabora sua estratégia discursiva, se colocando na disputa pela significação da realidade sócio-política Brasil através do ponto nodal, articulado pela esquerda, sob Lula.

3) Caravana Lula pelo Brasil

Traçado o mote articulador da esquerda, a estrutura discursiva deste lado do antagonismo passa a se mover, no campo de disputa por hegemonia, em busca de novos

²³⁶ Ao longo do levantamento realizado por esta tese observa-se que o assunto mais recorrente entre as postagens da Mídia NINJA em suas redes sociais está vinculado a agenda do ex-presidente Lula. Nos anexos desta tese serão disponibilizados os dados quantitativos que confirmam estas afirmações.

elementos para legitimar sua posição. É através do projeto *Caravana Lula pelo Brasil*, uma iniciativa do Partido dos Trabalhadores em parceria com as bases sociais progressistas, que a esquerda brasileira (ou, parte dela) encontra uma alternativa para promover o reencontro da população com os sentidos do *lulismo* no Brasil (SINGER, 2013).

Baseado nas Caravanas pela Cidadania²³⁷, realizadas pelo partido entre 1992 e 1994, e que também tinha Lula como protagonista, o principal objetivo do projeto realizado em 2017 era o de visitar diversas cidades do país para acompanhar o desenvolvimento social dos municípios agraciados com a implementação de políticas públicas durante a gestão presidencial do PT (2003-2014), bem como, denunciar os prejuízos causados à população diante do dismantelamento eminente do aparato social sob a administração de Temer.

Cabendo pontuar que a ideia da comitiva ocorre logo após ser imputada à Lula a condenação à nove anos e meio de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva no caso do “triplex do Guarujá”, pelo juiz da primeira instância, Sérgio Moro. É com o *verdicto* correndo sob recurso que o Partido dos Trabalhadores reúne os aliados em uma jornada que visava não só reverter a opinião pública sobre o partido, mas também, reforçar a inocência de Lula, indicando que a sentença da Lava-Jato era apenas a consumação da perseguição político-midiática a qual o ex-presidente estava sendo submetido. Por sua vez, Luiz Inácio, atestando a incoerência da sua condenação, encontra na Caravana a motivação necessária para manter-se firme na ideia de concorrer à presidência nas eleições de 2018.

Inicialmente, o projeto deveria percorrer o país em cinco etapas: Nordeste, entre agosto e setembro; Minas Gerais, em outubro; Rio de Janeiro e Espírito Santo em dezembro; a região Sul, em março de 2018; e a última etapa, que não se concretizou em detrimento da prisão do ex-presidente, que passaria pelas cidades do interior de São Paulo, no mês de maio. Ao todo, foram mais de 40 dias de estrada, no corpo-a-corpo

²³⁷ À época, foram visitados municípios de todos os estados para descobrir as demandas sociais da população e mostrar os lugares mais desassistidos em termos de desenvolvimento humano. As filmagens das Caravanas pela Cidadania seriam mostradas no horário eleitoral de propaganda política, entretanto, a Resolução nº 14.234 do Tribunal Superior Eleitoral, aprovada em junho de 1994, passou a proibir a veiculação de imagens externas, permitindo apenas filmagens em estúdio (NECKEL; WEBER, 2019).

com a população, ouvindo demandas, críticas, expandindo fronteiras e tecendo importantes momentos de rearticulação política.

Contudo, apesar das grandes proporções destes eventos, e da imensa mobilização popular envolvida – sobretudo no Nordeste – a desvantagem, em termos de alcance e visibilidade²³⁸ dos conteúdos produzidos pela articulação progressista, pode ser traduzida no completo silêncio devotado pela grande mídia para as ações da esquerda. Ou ainda, nos enquadramentos tendenciosos, que buscavam reforçar o acirramento dicotômico do social a partir do emprego de categorias dualísticas, como corrupção e justiça, cidadãos e militância, entre outros mecanismos capazes de submeter a visibilidade da Caravana à critérios jornalísticos e fins políticos (NECKEL; WEBER, 2019).

De modo que estando comprometidos com a narrativa *ético-moral* da Operação Lava-Jato contra a *corrupção*, e, ao mesmo, compelidos a divulgar as pesquisas de intenção de voto que, aquela altura, começavam e indicar a ampla vantagem do ex-presidente no pleito vindouro²³⁹, a cobertura da comitiva petista, claramente, não interessava à mídia massiva. Portanto, uma vez que a exposição de Lula pela grande mídia só se daria sobre a produção de sentidos negativos, caberia a articulação dos agentes midiáticos alternativos promover uma contra-narrativa e a documentação da expansão das cadeias de diferenças articuladas pela esquerda ao longo do segundo semestre de 2017.

Como um dos atores envolvidos na cobertura colaborativa da Caravana²⁴⁰, a Mídia NINJA mobiliza seus ativistas, sua expertise e embarca nesta vivência integralmente²⁴¹. Reforçando seu lado na disputa, conduz sua imersão no projeto petista

²³⁸ O trabalho de Alves (2019) traz um apanhado detalhado dos levantamentos quantitativos que justificam esta afirmação.

²³⁹ Durante o mês de agosto de 2017, as pesquisas realizadas em todo Brasil pelo instituto Data Folha, indicavam que, se Lula fosse candidato, ganharia em ampla vantagem do segundo colocado, no caso, Jair Bolsonaro. A estimativa indicava de, Lula ganharia a eleição com 39% dos votos válidos, contra os 19% do seu adversário. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-emnumeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-de-22-de-agosto-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-e-religiao.ghtml>

²⁴⁰ A cobertura colaborativa da *Caravana Lula pelo Brasil* foi realizada pela parceria firmada entre os coletivos midiáticos *Brasil de Fato*, *Jornalistas Livres* e *Mídia NINJA*.

²⁴¹ A equipe fixa que seguia a caravana era de quatro comunicadores, havendo sempre a ajuda de outros colaboradores vinculados à rede nas cidades em que o projeto passava. De acordo com o editorial feito

de modo a contribuir com a restauração da imagem pública de Lula, dando visibilidade a performance do ex-metalúrgico em espaços diversos de disputa de poder.

De acordo com o editorial publicado pela NINJA ao fim dos 20 dias de peregrinação pelo Nordeste, a decisão de construir colaborativamente uma narrativa sobre a Caravana, pautava-se no desafio de contar “os relatos, lembranças e sonhos daqueles que tiveram suas vidas transformadas, mas são os últimos a serem ouvidos pela mídia hegemônica”²⁴², ou seja, diferentemente dos enquadramentos agenciados pelos veículos massivos, a pauta do coletivo estava disposta a construir uma imagem do ex-presidente baseada na perspectiva do “povo”, sobretudo, daqueles que foram beneficiados pelos programas sociais desenvolvidos ao longo da era PT.



Figura 20: Ilustra a cobertura integral realizada pela NINJA da Caravana Lula pelo Brasil
Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/pcb.960771877414291/960770644081081>

Neste sentido, estabelecendo uma relação antagonística com a grande mídia, a narrativa empreendida pela NINJA buscou destacar a perseguição político-midiática à Lula contrapondo, através da produção de um vasto acervo informativo, as grotescas edições realizadas pelos veículos convencionais sobre o esvaziamento dos atos programados pela Caravana. Recorrendo a popularidade do líder petista, a retórica

pela NINJA, a cobertura da etapa nordeste atingiu cerca de 30 milhões de pessoas. Disponível em: <https://medium.com/@MidiaNINJA/lula-tomou-um-banho-de-povo-66a7283da792>

²⁴² Disponível em: <https://medium.com/@MidiaNINJA/lula-tomou-um-banho-de-povo-66a7283da792>

utilizada pela NINJA constantemente destacava a devoção do *povo* a Lula, sendo recorrente o uso de expressões que posicionassem o ex-presidente na posição de herói, “engolido pela multidão”, cujo qual, todos queriam “tocar e agradecer” como nesta passagem: “Após duas semanas de Caravana, as mãos e braços do ex-presidente já estavam bastante arranhadas, sua voz havia praticamente sumido, mas ele continuou com o impressionante esforço de cumprimentar e abraçar as pessoas em cada lugar que o recebia”²⁴³.



Figura 21: Ilustra a cobertura integral realizada pela NINJA da Caravana Lula pelo Brasil
Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/pcb.960771877414291/960770644081081>

Este esforço em reafirmar o interesse mútuo entre Lula e apoiadores vai estabelecendo visibilidades favoráveis ao ex-presidente, e, sobretudo, articulando novos elementos em defesa de sua reeleição. De modo que outro ponto destacado pela NINJA na passagem da comitiva pelo Nordeste recai sobre os depoimentos da população contemplada pelos programas sociais implementados pelo Partido dos Trabalhadores,

²⁴³ Idem

sendo este um objeto recorrente da campanha realizada pela esquerda para garantir a legitimidade de Lula como candidato (NECKEL; WEBER, 2019).

Sendo ainda pertinente apontar para como, confrontando a subserviência da grande imprensa ao bloco no poder, a cobertura da NINJA não deixa de criticar a indiferença dos veículos convencionais perante à defesa da democracia, indicando que do mesmo modo como a mídia massiva ignora e deslegitima “os relatos de pessoas que representam o primeiro diploma de suas famílias, que relatam com propriedade o fim dos saques nas épocas de seca após as políticas de Lula, que agradecem com lágrimas nos olhos pela atenção que lhes garantiu sobrevivência”²⁴⁴, estaria predisposta à, obsolescência, concordando com a afirmativa feita pelo ex-presidente, em uma das coletivas da Caravana, de que, se há uma comunicação alternativa à hegemônica: “Nós não precisamos deles”²⁴⁵.

Neste sentido, validando o acirramento de tensões entre o Estado, a sociedade, o PT e as organizações midiáticas, as narrativas produzidas pela NINJA, especificamente, ao longo da Caravana, acabam suprimindo a participação da imprensa como parte essencial do jogo de visibilização (NECKEL; WEBER, 2019). Logo, mesmo não garantindo os mesmos alcances dos grupos de mídia alternativa radicados à direita²⁴⁶, consegue significar a expansão da cadeia discursiva a qual se articula, movendo-se pelo campo de disputas por hegemonia alinhando consensos entre a multiplicidade da *multidão*²⁴⁷.

Por fim, cabe ainda levantar um último aspecto sobre esta jornada. Diferentemente da possibilidade encontrada no Nordeste, na qual a lógica da diferença, ao romper as equivalências, expande a ordem discursiva, na passagem da Caravana pela região Sul, o movimento é de confrontação entre dois polos antagônicos bem

²⁴⁴ Idem

²⁴⁵ Idem

²⁴⁶ O trabalho de Alves (2019) traz um apanhado detalhado dos levantamentos quantitativos que justificam esta afirmação.

²⁴⁷ De acordo com Bentes (2015), a Mídia NINJA pode ser compreendida como uma “mídia-multidão”, ou seja, uma mídia que inclui o público na produção da informação, funcionando como “uma experiência de subjetivação coletiva singular” na qual se inserem “mundos possíveis dentro de cada enunciado”. Logo, na qual se denota “a troca de pontas de vista entre singularidades em luta podendo constituir um Comum, além de apontar, de fato, para a ‘possibilidade de sermos outros do que somos’” (BENTES, 2015, p.16).

delimitados pelas cadeias de equivalência. Portanto, se neste primeiro momento se consegue produzir uma imagem pública de Lula regida por discursos que, mesmo divergentes, legitimam sua liderança, no destino derradeiro da Caravana, a cisão entre os polos do antagonismo não só impossibilita a criação de novas equivalências, como repele violentamente seu *inimigo*.

No mês de março de 2018, quando a Caravana inicia sua peregrinação pela região Sul, território no qual, o herói era o juiz Sérgio Moro, a passagem de Lula se configura como “afrota”. Dentro desta cadeia discursiva, o ex-presidente era, portanto, o ponto nodal sobre qual se articulavam todas as mazelas que levava o Brasil ao momento de crise, era a personificação do PT e, sobretudo, da corrupção, a principal inimiga das “pessoas de bem”.

A forte influência do MBL e o grande número de simpatizantes do projeto *bolsonarista*²⁴⁸ torna a passagem de Lula pelas cidades do sul do país conturbada. Além das manifestações contrárias ao ex-presidente, o projeto *Caravana anti-Lula*, bancado pelos ativistas da referida página do *Facebook*, contribuem para o crescente discurso de ódio na região. O que acaba culminando no ataque físico, tendo os ônibus da comitiva sido alvejados a tiros durante o trajeto pelo Paraná.

A imagem abaixo ilustra o conteúdo produzido por Eduino Viana, integrante do MBL/São Paulo, que passou a registrar os atos contrários a passagem do ex-presidente Lula pelos estados do Sul do país.

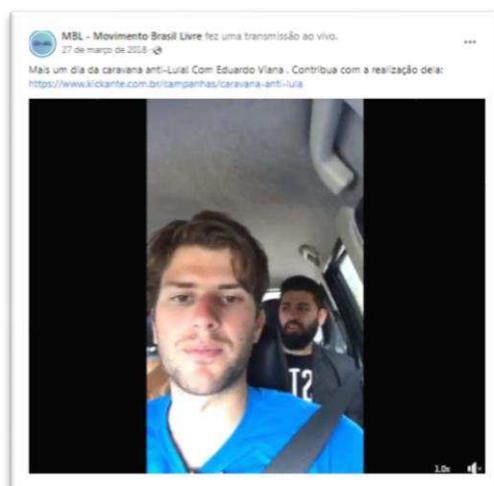


Figura 22:
Conteúdo produzido pelo MBL registrando as manifestações contra a passagem de Lula pela região Sul do país.

Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/877752289015582>

²⁴⁸ O *bolsonarismo*, enquanto um fenômeno ideológico, será discutido brevemente no próximo tópico.

O extremismo da situação faz com que, enfim, a Caravana ganhasse a visibilidade da mídia *mainstream*, contudo, por mais que fosse mantido o discurso de repúdio à violência, os enquadramentos dos veículos convencionais sugeriam que a insistência do PT em manter o cronograma das visitas era “inoportuna” devido ao agravamento da polarização política. Ou seja, mesmo *vítima* de um ataque, o ex-presidente, seus “militantes”, e o PT, continuavam sendo visibilizados pelos meios massivos como *desviantes*, como a causa principal da violência que lhes era atribuída.

Esta narrativa, reforçada pela articulação da extrema direita nas redes sociais, fomenta a circulação de conteúdos negativos sobre Lula, acelerando a fabricação de *fake news* e desinformação sobre o ocorrido. De vítima, Lula, o réu da Lava-jato, passa a ser colocado como o articulador do próprio ataque. Tornando evidente que não haveria consenso possível entre as partes daquele antagonismo, e principalmente, que não seriam poupados esforços para dissolver a legitimidade da articulação progressista em torno do ex-presidente como solução viável para a crise, logo, não seriam poupados esforços para mudar o resultado das eleições que as pesquisas, considerando diferentes cenários eleitorais, naquele momento, apontavam²⁴⁹. Abaixo, dois fragmentos significativos do conteúdo midiático produzido pelo MBL em oposição ao ex-presidente:



Figura 23: O MBL minimiza os ataques a Lula usando imagens do MST

Figura 24: O MBL busca enossar que a mudança de rota da Caravana seria algo suspeito

Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/877752289015582>

²⁴⁹ Em março de 2018, as pesquisas apontavam que a intenção de votos, em cenários diversos, apontavam para Lula como vencedor do pleito com 33% dos votos válidos. Em segundo lugar, via-se Bolsonaro com 17%, tendo sido revelado a intenção de 18% dos entrevistados em votar em brancos ou anular seu voto. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/pesquisas-eleitorais/cntmda/pesquisa-cntmda-marco-2018/>

Por outro lado, a Mídia NINJA e a rede midiativista situados à esquerda, pautam os eventos e, principalmente, os enquadramentos das mídias massivas, como um atestado da perseguição à Lula e a ideologia de esquerda como um todo. Mais uma vez, argumentando que as inconsistências da sentença imputada ao ex-presidente sinalizavam o retrocesso do jogo político e um risco a democracia. Neste sentido, ainda que, naquele momento, os enquadramentos da mídia NINJA sobre Lula, convergissem com um posicionamento institucional sobre o pré-candidato, é possível compreender essa abordagem como uma estratégia, sobretudo, como um movimento calculado dentro da guerra de posições, visto que, enquanto uma mídia livre e financeiramente autônoma, e resultante de uma experiência social coletiva, ao escolher pautar a Caravana, estaria não só mantendo-se fiel ao pilar norteador do ciberativismo, ou seja, da luta para dar visibilidade a discursos excluídos pelas mídias massivas, como também, possibilitando, ao assumir este espaço, a articulação de uma infinidade de elementos em prol de uma realidade capaz de transcender os moldes de referência de uma sociedade capitalista.

3.2.5. 2018: O consenso *precário*

Não há dúvidas que para além da Copa do Mundo e das Eleições Presidenciais o ano de 2018 comporta uma imensidão de acontecimentos nos quais a lógica das equivalências e a lógica das diferenças, atuando simultaneamente, percorrem o campo das significações expandindo ou delimitando as fronteiras inerentes ao social. Afinal, a mesma camisa amarela utilizada para *unir* a torcida dos brasileiros pela seleção, representava, aquela altura, toda a impossibilidade de articulação entre os polos opostos do antagonismo. Marcado por inúmeras manifestações de rua e por um fluxo intenso de informações nas redes, o ano, previsto por muitos como aquele em que, enfim, a crise generalizada que se arrastava pelo país se encerraria, certamente, findou em um consenso: atípico, mas não inesperado.

Neste sentido, fazer uma retrospectiva de todos os fatos que delimitam temporariamente os polos do antagonismo e promovem a articulação das forças em disputa pela significação do discurso hegemônico é uma tarefa que vai além dos limites

desta tese, portanto, buscando reforçar a ideia central deste trabalho, que é a de observar a disputa por hegemonia no campo da comunicação através das contra-narrativas de crise empreendidas pela Mídia NINJA, é que se destacam três momentos fundamentais para compreensão de como este consenso se produz, sendo eles: 1) a prisão de Lula; 2) a ascensão do *bolsonarismo* e, por fim; 3) o resultado das urnas.

1) Prendem o *homem*, mas não a *ideia*

Em 05 de abril de 2018, é expedido pelo juiz Sérgio Moro o mandado de prisão que sentenciava Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente mais popular da história do Brasil, a 12 anos e 30 dias de prisão, pena definida pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Entre as expectativas criadas pelo polo da direita de eliminar a crise do país, e as manifestações indignadas da esquerda contra o encarceramento do ex-presidente, havia uma absoluta tensão.

Oficialmente, o decreto indicava que Lula deveria se entregar à Polícia Federal em Curitiba, cidade base das investigações, até o final da tarde do dia seguinte. Devidamente informado, o pré-candidato à presidência que, até então, liderava todas as pesquisas de intenção de voto, resiste e estende seus últimos momentos de liberdade junto a seus companheiros, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo.

Em solidariedade ao ex-presidente, uma vigília passa a ser realizada por seus apoiadores. Formando uma multidão que abraçava o prédio, militantes de vários movimentos sociais, aliados políticos e membros da classe artística, constituíam uma barreira humana, na tentativa de coibir a possibilidade de qualquer ação coercitiva para se fazer cumprir o mandato contra Lula. Como já havia deixado claro, o líder petista iria se entregar. Mas, antes de partir rumo ao cumprimento da sentença estipulada por Moro, participou de uma *missa-ato* em homenagem ao aniversário de sua falecida esposa, que seria celebrado naquele dia, 06 de abril. Em cima do palanque improvisado, agradeceu aos aliados em um discurso no qual resumia o seu sentimento sobre o *veredicto* e o seu desejo para o futuro da política no Brasil:

[...] Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um infarto, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações. Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês. [...] Eu vou cumprir o mandado e vocês vão ter de se transformar, cada um de vocês... [...] Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por este país fazendo o que vocês têm que fazer e é todo dia! Todo dia!(LULA, online)²⁵⁰

Durante as mais de 45 horas em que o ex-presidente se manteve com os seus companheiros, não houve nenhum meio de comunicação que não pautasse a decisão. Todos os principais veículos da mídia massiva dedicaram sua atenção àquele momento. Entre os mais diversos enquadramentos, fazia-se valer a prerrogativa de reforçar o caráter *idôneo* da *decisão judicial* em detrimento daquilo que consideravam uma *manobra* do Partido dos Trabalhadores para *desmoralizar* a justiça. A narrativa imputada pela mídia *mainstream* procurava destacar a prisão do ex-presidente como um etapa importante para a consolidação da *democracia*, afinal, a prisão do petista reforçava o caráter “sério” e “justo” da Operação Lava-Jato. Sendo este, o desfecho esperado pelo “povo”, significado, naquela estrutura discursiva, como o “cidadão de bem” radicalmente distinto do “militante petista” (MENDONÇA, 2020).

Nas redes que compunham a articulação midiática da direita conservadora (MBL, MVPR, MEB, ROL), a produção de conteúdos também ajudava a arranjar a ideia de que, finalmente, o Brasil estaria livre da “corja petista”. Na página do MBL no *Facebook*, por exemplo, havia uma simulação de um cronometro, no qual se contavam os minutos para o encarceramento do ex-presidente. A circulação de memes fazendo chacota de Lula e de seus “militantes” espalhava-se também entre os grupos de aplicativos de mensagem por celular, reforçando a narrativa de que a Lava-Jato estaria, enfim, “limpando” o país.

²⁵⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UgZp3KQxCLs>



Figura 25: O MBL instituiu um cronometro para contabilizar as horas restantes de liberdade de Lula.²⁵¹
Figura 26: O VPR comemora a prisão do ex-presidente.²⁵²

A prisão de Lula, portanto, não só legitimava todo o trabalho investigativo empreendido pelas instituições do judiciário e da Polícia Federal – órgãos que, permaneciam com os níveis de confiança *intactos*, mesmo diante da forte crise institucional – como também, significava uma *fissura*, um espaço em aberto que precisava ser *suturado*. Ou seja, a condenação do líder petista, meses antes do pleito eleitoral de 2018 solucionava duas questões caras a articulação discursiva da direita: 1) significava positivamente os serviços prestados pela Operação Lava-Jato à população, favorecendo a legitimidade política do sistema judiciário e; 2) inviabilizava, em definitivo, a reeleição de Lula, uma vez que, investir apenas na construção de uma narrativa de crise que associasse o ex-presidente ao crime de corrupção não estava sendo suficiente para minar sua vitória nas urnas.

Atentando para esta empreitada, a Mídia NINJA, estrategicamente posicionada, buscava capturar o momento por outro ângulo. Era de dentro da sede do sindicato, que a equipe *ninja* acompanhava todo o martírio de Lula e de seus aliados. Para tanto, a dinâmica das transmissões ao vivo se configurava como um importante dispositivo, visto que é através deste recurso que a NINJA conseguia manter atualizados todas as

²⁵¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/877752289015582>

²⁵² Disponível em: <https://www.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/67695314915>

páginas e perfis do grupo nas redes sociais, estabelecendo uma contra-narrativa sobre as últimas horas de liberdade do ex-presidente.

Nas postagens realizadas pelos ativistas, eram privilegiadas as falas em apoio ao ex-presidente vindas de todos os lugares do Brasil e também do mundo. A narrativa construída procurava atribuir à prisão de Lula contornos políticos, reforçando a ideia de que – uma vez que não havia provas dos crimes pelos quais estavam prendendo o ex-presidente – que Lula era um “preso político”, indicando, portanto, os sérios riscos que a decisão judicial implicava à democracia e a, ainda recente, Constituição.

Destacando que estava “em campo, sempre do lado certo da história”²⁵³, a NINJA dedica-se a documentar a vigília enfatizando a “luta”, a “resistência”, e a “solidariedade” que, naquele momento, unia todos os “democratas”. As imagens a seguir referem-se à cobertura realizada pelos colaboradores da NINJA durante a vigília. Na figura 27, as imagens feitas de dentro do sindicato, com a narrativa emocionada de Felipe Altenfelder, um dos fundadores da Mídia NINJA. E na figura 28, imagens da multidão que tomava a avenida, captada por diversos colaboradores.



Figura 27: Felipe Altenfelder narra os eventos de dentro da sede do sindicato dos metalúrgicos

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/1120647078093436>

²⁵³ Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/1120647078093436>



Figura 28: Coletores ninja fazem registros dos apoiadores de Lula do lado de fora do prédio
Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/pcb.1119100931581384/1119098648248279>

No final da tarde do dia 07 de abril de 2018, o ex-presidente cumpre a promessa feita no dia anterior e segue para Curitiba. O discurso articulado pelo bloco no poder atinge o ápice de sua narrativa: Lula, aquele que sabia de tudo – desde o escândalo do Mensalão – estava, enfim, preso. A *convicção* da justiça, a opinião pública, a mídia massiva e os veículos alternativos da direita, haviam atingido o objetivo. Cabia-lhes agora *suturar* o vazio que ausência de Lula deixaria no campo das significações.

Neste sentido, enquanto o discurso mobilizador da esquerda passa a se articular sob a demanda #LulaLivre, a direita parecia ter encontrado um caminho na fala proferida pelo próprio ex-presidente, de modo que, se Lula, enquanto líder, era uma *ideia*, estava na hora de *subvertê-la*.

2) Entre o *bolsonarismo* e o #EleNão

Com a prisão do candidato favorito, a decisão nas urnas passava a ser uma incógnita. Se do lado da esquerda, Lula estava impossibilitado de participar da corrida eleitoral, do lado da direita, o PSDB, partido que tradicionalmente disputava este espaço com o PT – ainda que tenha dado o pontapé inicial do golpe de 2016 –, também havia

sido preterido pelos eleitores em detrimento das recorrentes menções a Aécio Neves nas delações premiadas da Lava-Jato.

Neste sentido, se a crise institucional que abarcava o sistema político-partidário descia um degrau a cada nova publicização da Operação Lava-Jato – e sabendo que a diligência de Sérgio Moro encontrava na mídia massiva sua legitimação – não é difícil de imaginar o quão baixo estavam os níveis de confiança da população na política representativa naquele momento.

Em 2018, o antagonismo entre o PT e o PSDB, firmado pelas diferenças ideológicas de suas formações discursivas, que constituiu, por quase três décadas o cenário de polarização política no país, já não conseguia mais dar conta da “massa”, dos “cidadãos” e, do “povo” articulado pelas emergências de suas demandas (PARZIANELLO, 2019). Sendo meio a este processo de desgaste, de obsolescência *não-programada*, que uma terceira via se fortalece, indicando o nome de Jair Messias Bolsonaro – deputado federal, com mais 27 anos de vida pública e trabalhos de pouca, ou, nenhuma relevância – como o rosto da nova política.

Pesquisas de maior fôlego dão conta que o nome do *capitão reformado* começara a circular em grupos da direita conservadora, radicados na internet, muito antes de aparecer como uma possibilidade concreta para o pleito de 2018 (ROCHA, 2018; ALVES, 2019), tendo sido no ano de 2016, em meio ao desgaste do governo petista e dos escândalos associados à oposição *peessedebista* que as menções à Bolsonaro, como uma *nova* opção política, começam a despontar (ALVES, 2019).

Sem dúvidas, as sucessivas fissuras desencadeadas pela crise orgânica vivenciada pelo país nos últimos anos, acrescidas do desenvolvimento espetacular das novas TIC's compõem um ambiente favorável para a recessão democrática, logo, para o aparecimento de cadeias discursivas articuladas pelo desejo de subverter o discurso da democracia representativa (PARZIANELLO, 2019).

Sobre este cenário de articulações que se proliferavam vertiginosamente, aponta Mounk (2019):

[...] o veloz crescimento da internet e, em especial das mídias sociais desequilibrou a balança do poder entre *insiders* e *outsiders* políticos. Hoje, qualquer cidadão é capaz de viralizar uma informação para milhões de pessoas a grande velocidade. Os custos de se organizar

politicamente despencaram. E, à medida que o abismo tecnológico entre o centro e a periferia se estreitava, os incitadores da instabilidade levavam vantagem sobre as forças de ordem. (MOUNK, 2019, p. 32)

Portanto, se ordem institucional, abalada pelos sucessivos escândalos políticos, não fazia sentido, um novo discurso precisava surgir para restaurar os sentidos de ordem. Favorecida por este contexto de rápida propagação de *elementos* propiciado pela popularização das TICs, uma nova significação de *ordem* – inicialmente percebida a partir de demandas insatisfeitas/frustradas pelo sistema institucional (LACLAU, 2013) – se articula, dividindo o espaço político entre dois polos antagônicos: o *povo* e o seu *inimigo* (MENDONÇA, 2020).

É assim que – apesar do tempo inexpressivo de visibilidade no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita veiculados obrigatoriamente pelas emissoras de rádio e televisão –, o militar da reserva, sob o slogan "Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos", desponta como sinônimo de *ordem* para a maioria do eleitorado. Fazendo com que a chapa encabeçada pelo Partido Social Liberal (PSL) apareça como a favorita para assumir a Presidência da República naquele ano (MENDONÇA, 2020).

De modo que o fenômeno do *bolsonarismo*, destacado por inúmeros estudos da atualidade (MENDONÇA, 2020; ALVES, 2019, SOLANO, 2019), pode ser resumidamente configurado como a habilidosa estratégia da extrema-direita, apropriando-se dos dispositivos midiáticos alternativos, em transformar Bolsonaro, o “militar”, “autêntico”, “cristão”, “popular”, “liberal na economia e conservador nos costumes” em uma *ideia*, no sentido de uma cultura conservadora que se mantém enraizada no imaginário social do Brasil. Ou seja, em transformar Bolsonaro em um significante à medida que envolve as condições necessárias para uma formação discursiva sustentada pela desconfiança, “um medo geral que tem enunciado que fora dos marcos da democracia liberal e do capitalismo, tudo seria o caos e a barbárie” (MENDONÇA, 2015, p. 73).

Neste sentido, é preciso ser dito que a posição de Bolsonaro não era unânime. Havendo uma enorme ojeriza à figura que se projetava como futuro Chefe de Estado. Em partes, este asco era mobilizado pelos apoiadores do discurso *petista*, que se esforçavam para virar a campanha eleitoral a favor do tardio substituto de Lula, o

professor Fernando Haddad²⁵⁴. Passando pelos liberais democratas, órfãos do PSDB, que não conseguiam enxergar no *flerte fascista* de Bolsonaro uma via política legítima. Mas, sobretudo, esta oposição ao ascendente discurso reacionário era mobilizada pela articulação das mais diversas facetas do movimento feminista, ou seja, por mulheres que, rejeitavam veementemente as colocações machistas, sexistas e misóginas proferidas pelo então candidato.

Articuladas sob o mote #EleNão, o grupo, que tem origem no *Facebook*, Mulheres Contra Bolsonaro²⁵⁵, ao reunir o conjunto destas insatisfações, convoca todos os democratas, independentemente da intenção de voto, para protestar, nas ruas, contra a proposta de governo bolsonarista no dia 29 de setembro, dias antes do primeiro turno das eleições.

A cobertura midiática destes eventos destaca duas coisas importantes: 1) no campo da política institucional, a possibilidade de expansão das fronteiras do social pela lógica das diferenças em detrimento da oposição equivalencial ao *bolsonarismo* e; 2) no campo da comunicação, pela primeira vez, desde o já referido *lapso* da mídia hegemônica em tentar significar negativamente o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, um momento possível de equivalência entre os enquadramentos narrativos empreendidos por alguns dos maiores veículos da mídia tradicional²⁵⁶ e a cobertura colaborativa destes eventos realizados pela Mídia NINJA.

Cabe aqui pontuar que logo após a prisão do ex-presidente Lula, a NINJA continuou imersa na documentação deste processo de composição das articulações discursivas inerentes ao campo da política institucional, buscando compor narrativas

²⁵⁴ Declarada a inelegibilidade do candidato Lula, o PT oficializa em 14 de setembro de 2018, o vice-candidato da chapa de Lula, o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, para candidato à Presidência da República. Haddad, professor universitário, tinha como vice Manuela d'Ávila, jornalista e deputada estadual pelo Rio Grande do Sul, filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Formando a chapa da coligação "O Povo Feliz de Novo", composta pela união entre Partido dos Trabalhadores/Partido Comunista do Brasil /Partido Republicano da Ordem Social, apoiada pela militância petista, a expressiva massa das universidades, redações de jornal e até de integrantes do Poder Judiciário. (PARZIANELLO, 2019).

²⁵⁵ Disponível: <https://medium.com/@acasadevidro/a-primavera-feminista-e-antifascista-do-elen%C3%A3o-assista-ao-document%C3%A1rio-sobre-uma-das-maiores-834aa9a3ba5b>

²⁵⁶ A qual se destaca a Folha de S. Paulo e as Organizações Globo. Visto que, há entre as demais emissoras de televisão aberta e, aquele que seria, o futuro presidente, um movimento de aproximação e identificação.

elucidativas, compostas como contra-narrativas à disseminação de *fake news* e a campanha de desinformação promovida pela articulação midiática sustentada pela extrema direita. Com o boicote ao ex-presidente Lula e a rápida ascensão do discurso *bolsonarista*, a NINJA, que aquela altura, já não se dissociava do discurso *petista*, opta por apoiar, no primeiro turno, os candidatos à presidência do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Guilherme Boulos, que tinha uma longa história de militância política ao lado do MTST, e sua vice, Sônia Guajajara, uma das lideranças da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil²⁵⁷.



Figura 28: NINJA apoia Boulos.

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/1126931664121682>

A estratégia empreendida pela NINJA se baseava no mote “vote no que acredita”²⁵⁸. Para a rede de midiativistas este era o caminho para evitar que Bolsonaro chegasse ao segundo turno e também para legitimar novos atores políticos. Ou seja, esta posição marcava um retorno do coletivo ao seu *modus operandi* originário, baseado na mobilização social em prol da difusão informativa, estabelecendo um fluxo de trocas simbólicas para produção de sentidos coletivos e efetivadas pela colaboração individual

²⁵⁷ Acrescenta-se que a decisão da NINJA em acompanhar a trajetória de Boulos foi tomada antes mesmo da prisão de Lula. Dado que a rede de midiativistas sempre indicou como prioridade a pauta dos movimentos sociais e dos grupos minoritário, sendo estas, portanto, as bandeiras que acredita. A defesa de Lula, e a cobertura integral de sua caravana pelo Brasil, não firmavam um compromisso de exclusividade da NINJA com a pauta petista, mas, como afirma o coletivo, com a denúncia da injustiça cometida contra o ex-presidente, e, sobretudo, contra a democracia.

²⁵⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/1126931664121682>

em detrimento do geral. Contudo, apesar de reforçar a posição da NINJA no campo da comunicação, esta estratégia refletia, tanto a incapacidade articulatória do discurso do PT – relegado ao isolamento pelo bloco da esquerda –, quanto a fragmentação das forças políticas que compunham o sistema político partidário em 2018²⁵⁹.

Com a ampla cobertura das mídias massivas aos eventos articulados pela campanha #EleNão, esta fragmentação torna-se ainda mais evidente. Afinal, não era só o PT que tinha perdido sua capacidade articulatória, mas também, o discurso da direita tradicional. O que se pode perceber é que tanto as mídias massivas – com destaque aos veículos vinculados ao Grupo Globo – quanto a NINJA – representando as mídias alternativas progressistas –, enfatizam as grandes proporções dos atos pró-democracia, bem como a partilha pacífica do espaço público por diversas bandeiras de luta.

Porém, mesmo que tenha havido certo empenho, tanto da esquerda, quanto de alguns setores ao centro, o resultado das urnas fez com que avançassem para o segundo turno duas articulações discursivas que, apesar de corresponderem a polos opostos do antagonismo, partilhavam entre si a rejeição da grande maioria dos eleitores²⁶⁰.

3) O consenso precário: “ninguém solta à mão de ninguém”

Ao contrário do que se verificou nas campanhas eleitorais das últimas décadas, o pleito de 2018 se configurou como atípico e contraditório (PARZIANELLO, 2019). Além dos já mencionados altos índices de rejeição devotados aos candidatos, o modelo de campanha empreendido fugiu aos tradicionais recursos de visibilização da trajetória política dos presidenciáveis. Afinal, enquanto Bolsonaro tinha apenas 8 segundos de propaganda eleitoral no guia gratuito, e, não compareceu a grande maioria dos tradicionais debates veiculados em TV aberta, Haddad (PT), que permaneceu à sombra

²⁵⁹ Em 2018, a corrida presidencial teve 13 candidaturas válidas. O maior número de concorrentes desde 1989, que, marcando restauração da ordem democrática, contou com 22 candidatos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-08/eleicao-presidencial-tera-o-maior-numero-de-candidatos-em-29-anos>

²⁶⁰ Disponível em: Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983550-desejo-demudanca-e-rejeicao-ao-pt-alavancam-candidatura-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 17/01/2022.

de Lula até meados da campanha, encontrou dificuldades de re-*significar* o projeto político do PT e se afirmar como representante deste discurso.

Confirmando o deslocamento das redes sociais online para a posição anteriormente ocupada pelas mídias massivas na formação das preferências eleitorais (MIGUEL; BIROLI, 2017), a corrida presidencial de 2018 revela que nas democracias contemporâneas os espaços de construção do discurso político se ampliam, se diversificam, e acabam, em alguma medida, rivalizando com os espaços já constituídos, estabelecendo, assim, uma relação de *tensão* inerente à prática política (LACLAU, 2013).

Neste sentido, se ao longo da campanha para o primeiro turno as redes propiciaram o favorecimento de articulações discursivamente antagônicas, que tomaram às ruas em manifestações *antipetistas* e *anticonservadoras*, a campanha que precede o segundo turno, será dada por outro mote. Cabendo pontuar que, enquanto no campo da política institucional, os partidos políticos demonstravam pouco, ou nenhum interesse, em estabelecer coalizões com os dois partidos que seguiram na disputa²⁶¹, a política que se fazia nas redes reforçava os eventos de *deslocamento* que fissuravam os polos do antagonismo, abrindo, portanto, novas possibilidades articulatórias (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Ou seja, enquanto os partidos políticos tradicionais se isentavam de apoiar e induzir seus eleitores a votar em um dos dois lados do antagonismo estabelecido entre Haddad e Bolsonaro, as mídias e redes sociais online começavam a transitar entre os votos fragmentados, os votos nulos e brancos do primeiro turno. De modo que enquanto os *bolsonaristas* mantiveram as mesmas estratégias empreendidas ao longo de todo processo eleitoral, baseadas na disseminação de fake news e na produção de um *imaginário social* em torno de um *mito* (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000), a estratégia daqueles que defendiam a democracia era a de angariar os votos dos indecisos para o candidato *petista*.

A campanha #viravoto configurou um movimento que reunia a base política da esquerda, a classe artística, diversos movimentos sociais, bem como, iniciativas autônomas, em defesa da democracia e contra a eleição de Jair Bolsonaro. Os atos

²⁶¹ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/saiba-quais-partidos-ja-adotaram-posicao-no-segundo-turno-das-eleicoes-presidenciais.ghtml>

levavam pessoas comuns, e também artistas famosos, a circular no espaço público abordando os transeuntes sobre sua intenção de voto, prestando esclarecimentos sobre as propostas políticas de Fernando Haddad e esclarecendo a população sobre as práticas fascistas que envolviam os posicionamentos do candidato da extrema-direita.

A Mídia NINJA, um dos grupos engajados nesta iniciativa, disponibiliza toda sua equipe para acompanhar o mutirão da campanha #viravoto ao longo das semanas que precediam o segundo turno. Fazendo a cobertura integral dos eventos realizados pela articulação progressista, que incluíam manifestações artísticas diversas, palestras e mesas redondas em instituições de ensino públicas e privadas.

Cabia também ao coletivo midiático a distribuição e divulgação do material enviado por artistas convidando a população para participar das ações programadas em várias cidades do país, bem como, o compartilhamento das mensagens recebidas de diversos colaboradores relatando os votos virados em prol da democracia. Era a partir desta articulação discursiva que a NINJA projetava uma narrativa que procurava reforçar o compromisso do PT com o pacto democrático ao longo dos mais de 12 anos comandando o país.

As imagens a seguir buscam ilustrar a divulgação da campanha #viravoto pela NINJA. Sendo a figura 29 referente à divulgação das ações propostas pela iniciativa e uma convocação pública para novos aliados. E a figura 30, uma das dezenas de imagens enviadas por artistas para incentivar a tomadas das ruas e o engajamento da população na difusão de informações reais sobre as propostas dos candidatos à presidência:



Figura 29: Chamada pública #viravoto.

Fonte: <https://www.facebook.com/page/164188247072662/search/?q=viravoto>



Figura 30: Conteúdo enviado pelos artistas para a Mídia NINJA.
 Fonte: <https://www.facebook.com/page/164188247072662/search/?q=viravoto>

Embora o engajamento de distintas entidades da sociedade civil tenha produzido bons resultados ao levar informação à população da forma mais analógica possível, não foi o suficiente para fazer com que o *anticonservadorismo* subvertesse o *antipetismo*. No dia 28 de outubro de 2018, Bolsonaro (PSL) é eleito presidente do Brasil com 55% dos votos válidos. A vitória do capitão, embora representasse um consenso burocrático, não firmava o *bolsonarismo* como um consenso político, ou seja, não o tornava um discurso hegemônico. Afinal, mingando altos índices de rejeição, a chegada de Bolsonaro ao poder indicava que o consenso não estava dado pelo resultado nas urnas, mas pela *inviabilidade* delas. Ou seja, o consenso que se firma não é Bolsonaro. É o de que o modelo de democracia liberal, sustentado pela política partidária representativa, tal qual se concebe, está saturado.

Assim, diante das incertezas futuras, a rede se expande. O mote “Ninguém solta a mão de ninguém”, que viraliza nas redes sociais representado pela imagem abaixo, refletia, portanto, a lógica das diferenças empurrando as fronteiras para longe, tensionado a precariedade do consenso firmado, na certeza de que, quando um consenso se firma e uma hegemonia se ergue, não é o fim, é apenas o começo de uma nova disputa.



Figura 31: Arte que viralizou nas redes sociais, representando a união da maioria da população frente o resultado das urnas.

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.235526863272133/1320754268082715>

4. CONSIDERAÇÕES

Mais difícil do que escrever sobre um fenômeno que está em movimento, é escrever sendo afetado pelos acontecimentos. Quando submeti o projeto desta tese para seleção, em 2016, o caos instaurado pelo *golpe* era, na verdade, apenas o indicativo do que viria. A ideia, naquele momento, era a de observar a disputa de narrativas que tomava as mídias, contudo, pela ótica das práticas colaborativas e ativistas da Mídia NINJA como um modelo de mídia livre, e, segundo seus agentes, contra-hegemônica. Contudo, a sucessão de eventos, que por si, já renderia múltiplas teses, me colocou frente ao *consenso* em que chegamos em 2018, inerentemente precário, obviamente, mas, incapaz de articular sob si o maior número de demandas.

Como bem indica Sodré (2021), este tipo de consenso não é indicativo de uma *pós-hegemonia*, a hegemonia não comporta um *pós*, pois a lógica do poder não se altera, apenas se desloca, e neste caso, corresponde ao *fascismo*, que em nosso século se apropria da esfera da tecnologia: se *mediatiza*.

Atiçada por esta colocação, observei que, se por um lado, como se tentou evidenciar, as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm se mostrado capazes de mobilizar iniciativas inovadoras e potencialmente *contra-hegemônicas*, o problema que surgia, e mostrava-se cada vez mais passível de uma observação profunda, era o de compreender de qual hegemonia se falava, logo, contra *o quê* estas iniciativas alternativas se opunham.

Assim, acompanhando a vertiginosa passagem do tempo e dos fatos é que o objetivo geral deste trabalho caminhou na tentativa de observar como o novo panorama midiático e a cibercultura têm possibilitado novas articulações políticas, destituindo a posição hegemônica da mídia massiva. Mais que isso, buscando, através do recorte proposto, observar os impactos que a rápida desinstitucionalização da informação estaria produzindo nas disputas por hegemonia em torno da construção da realidade sociopolítica brasileira no campo midiático.

Em 2019, logo depois do desfecho das eleições – evento que, desde o princípio, delimitava o fechamento do período analisado –, com a maior parte do material já coletado e o *fim do mundo* começando, dei início a escrita desta tese. A pandemia, os prazos, a doença, o luto, certamente, interferiram na trajetória, no desempenho, mas não na tentativa de olhar a disputa com esperança! Afinal, quando se escolhe o lado do *antagonismo*, se entende que a luta sempre, sempre continua. Que a hegemonia é um *remendo* frágil, uma hora ou outra, o rasgão volta a aparecer. Logo, mas importante que a sutura é como se produz o corte. E neste sentido, a Mídia NINJA é uma navalha. Ou, um elemento, uma prática social que abrangida pelo fenômeno da midiaticização percorre o campo de disputas tecendo narrativas que, se não suturam, ao menos, rasgam.

Partindo da perspectiva da Mídia NINJA – que é uma experiência que alimenta o ideal *utópico* da contra-hegemonia –, o hegemônico é o sistema capitalista, os modelos de concentração de renda, de terra, a indústria cultural, a exploração desenfreada dos recursos naturais, entre tantos outros modelos de opressão contras as minorias que as narrativas empreendidas por esta experiência buscam contemplar.

Neste sentido, ao levantar a hipótese de *colapso* do modelo massivo de mídia – aquele que, tradicionalmente, converge com os interesses do bloco político-econômico no poder – procuro estabelecer uma ideia de colapso que não pressupõem que a mídia convencional tenha perdido seu alcance potencial, ou, seu poder de influência sobre a construção de um imaginário social, mas, que indique a perda de uma posição que, durante muito tempo, ocupou *sozinha*. É importante dizer que isso pode até estar claro, mas, o que busquei observar foi a dança das articulações, afinal, como se mostra ao longo da análise, sempre há uma ocasião em que, na fronteira do antagonismo, o deslocamento acontece, e os elementos que, até então se opunham, se articulam para subverter um novo momento do discurso.

Assim, considerando a importância conceitual de *hegemonia* para a realização desta tese, reforço que a escolha teórico-metodológica da Teoria Política do Discurso (TPD) de Laclau e Mouffe (2015 [1985]) é o que confere a este trabalho um novo referencial sobre os episódios que marcam o período analisado. Afinal, mais do que um modelo analítico, a TPD marca uma inflexão no modo de pensar as práticas sociais contemporâneas ao evidenciar as contingências das formações discursivas que permeiam toda realidade social e, ao fazê-lo, expõe a condição hegemônica como uma

luta por significado que nunca chega a seu estágio final. Sendo exatamente esta dinâmica, ao mesmo tempo, constituidora e constituinte de formações hegemônicas e seus antagonismos o que instiga esta tese a se materializar como *registro estratégico* de como práticas se tornam simbólicas e materialmente hegemônicas.

Deste modo, não por acaso, o primeiro capítulo compreende uma extensa discussão teórica na qual o conceito de hegemonia se coloca ao centro. Este é o momento em que eu retorno as contribuições de Gramsci (1978; 1987; 2002), e aos conceitos que serão radicalizados pela perspectiva *laclauiana-mouffeaniana*. É neste retorno à Gramsci que eu também procuro tecer alguns paralelos importantes sobre os meios de comunicação enquanto *aparelhos privados da hegemonia*, ampliando esta reflexão para o cenário contemporâneo, no qual, a centralidade das mídias sociais online e a velocidade dos fluxos informacionais têm estabelecido novos mecanismos para a articulação de discursos e a formação de consensos.

Reiterando a comparação feita por Moraes (2010) de que os aparelhos privados de hegemonia funcionam como “caixas de ressonância de posições presentes nas pelepas ideológico-culturais” (p. 59), observo que os meios de comunicação, enquanto meios materiais e espaços, por excelência, de formação política e ideológica, podem tanto tensionar, quanto, fortalecer a hegemonia do bloco de poder. Neste sentido, privilegiar o pensamento *gramsciano* implica reconhecer que “Gramsci é Gramsci exatamente porque supera dialeticamente os conceitos dos seus ‘autores’ e constrói uma originalíssima noção de sociedade civil” (LIGUORI, 2007, p.54).

De modo que baseada na possibilidade apontada pelo autor, ainda no primeiro capítulo procuro traçar um breve panorama sobre as disputas por hegemonia no campo da comunicação, destacando as experiências de *contra-hegemonia* que reivindicam este campo, sobretudo no Brasil.

Haja vista o caráter arbitrário que a categoria de contra-hegemonia implica dentro do arcabouço teórico escolhido, recorro à Carlos Nelson Coutinho (2008), que, prontamente, indica que a *contra-hegemonia*, embora seja uma impossibilidade conceitual, funciona com um horizonte *utópico*, indicando o caráter dialético da hegemonia, que, em suas palavras se constitui como uma “unidade dialética” na qual um campo se define pelo outro (COUTINHO, 2008, p.77).

Ressalto que ao logo da revisão de literatura o enfoque conferido à contra-hegemonia se sobressai à conceituação mais profunda dos diversos tipos de experiência midiática autônoma, tais como, mídia alternativa, midiativismo, midialvrismo, mídias pós-massivas, entre outras que aparecem de modo sincrônico ao longo do trabalho. Reconheço que tal dificuldade reflete, ao menos em parte, a dificuldade subjacente de se aproximar de um objeto fluido como a Mídia NINJA, que transita por estes termos, não cabendo em categorias pré-determinadas.

Pontuada a matriz teórica, dediquei o segundo capítulo desta tese a compreensão do conceito de *crise* em sua dupla condição. Ou seja, tanto como um *conteúdo a ser hegemonizado*, quanto à *própria condição das disputas por hegemonia*. Neste sentido, ao longo desta seção, busquei reforçar as duas *situações-problemas* que compreendo como fundamentais para sustentar a hipótese de que o período de 2015 a 2018 se configura como um período legítimo de crise orgânica, ou, nos termos da TPD, um momento *não-hegemonico*. Sendo elas a crise de representação na política institucional e a crise de credibilidade das mídias massivas.

Dividido em dois momentos, este capítulo transcorre a cerca de: 1) o aspecto *objetivo* de crise, sua condição de situação-problema, logo, a compreensão de crise como uma delimitação temporal, nos quais os aparelhos da hegemonia acima destacados atravessam certa turbulência e; 2) sua condição subjetiva, como ferramenta narrativa, cujos múltiplos significados revelam a disputa e a natureza suturante da própria hegemonia.

Assim, uma vez indicados os momentos de ruptura da ordem, empreendo em um breve levantamento das ferramentas simbólicas que passam a compor as disputas por significação do discurso político ao longo deste período. Nesta seção, procuro dar visibilidade às experiências midiáticas pós-massivas, porém, não emancipatórias, que, ao subverter as instituições democráticas “por caudilhos narcisistas que se apossam das molas do poder” promovem novos gatilhos de “manipulação midiática das esperanças”, que prometem a renovação da representação política através “da cooptação dos projetos de mudança” que, na realidade, apenas repetem as velhas formas de opressão (CASTELLS, 2018, p.110).

Neste sentido, dado à vasta literatura produzida sobre a emergência destes fenômenos e dos conflitos que se colocam entre o nosso “extraordinário

desenvolvimento tecnológico” e o “subdesenvolvimento político e ético” (CASTELLS, 2018, p.110), dedico o terceiro e último capítulo desta tese a análise de uma experiência que partilha do mesmo cenário de mudanças técnicas, porém, empreende em uma experiência radicalmente oposta.

Partindo de dois objetivos principais, o último capítulo buscou: 1) apresentar as origens da Mídia NINJA, a Rede Fora do Eixo, a partir das tecnologias sociais desenvolvidas pelo grupo e o modelo de vida coletiva que rege a experiência dos *ninjas*. Portanto, buscou compreender os princípios que regem o ativismo do coletivo midiático e as perspectivas *colaborativistas* que nutrem o projeto social da rede. Amparada em reflexões importantes sobre comunicação e democracia, o levantamento histórico procurou refletir criticamente sobre a trajetória política da rede evidenciando as existências e resistências incluídas neste estilo de vida e trabalho bancado por seus membros e; 2) analisar o trabalho desenvolvido pela Mídia NINJA, observando como as narrativas desenvolvidas pelos ativistas se posicionam no campo das disputas por hegemonia e tensionam o tecido social repercutindo novos olhares sobre a realidade.

Neste sentido, compete-se afirmar, os resultados encontrados por esta análise sinalizam como as transformações dos fluxos informacionais e as mudanças estruturais nas tecnologias e nas lógicas da comunicação, sobretudo, de seus usos políticos, têm colaborado para o enfraquecimento do papel de instituições como as mídias massivas, partidos políticos e movimentos sociais tradicionais como vetores absolutos de informações. Sendo importante considerar como o fenômeno da *plataformização*, ou seja, da produção e consumo de informação através plataformas de tecnologia, relacionamento e mídia, como o Facebook, tem, simultaneamente, exercido influência declinante no consumo de notícia, e ascendente na produção de novas realidades. Realidades estas que minam as bases do funcionamento democrático, enfraquecimento das instituições e deterioração de consensos socialmente referenciados (ALVES, 2019).

Cabendo pontuar o esforço estabelecido pela NINJA no campo das articulações política entre as diferentes lutas em seus mais variados aspectos, afinal, sem levar em conta esta feição, dificilmente seria possível compreender os sentidos e os efeitos de crise construídos nos últimos anos e que atravessam o nosso cenário político cada vez mais caótico. Deste modo, a teoria política do discurso e a experiência *midiativista* da NINJA ao longo das manifestações de rua ora analisadas mostram que se faz necessário

tanto a autonomização das lutas individuais quanto a construção de um novo tipo de hegemonia. Afinal, como afirmam Laclau e Mouffe: “O projeto de uma democracia radical e plural, num sentido primário, nada mais é do que a luta por uma automatização máxima de esferas” (2015, p.252).

Por fim, resta dizer que o intuito deste trabalho não é só o de reproduzir uma mera análise do discurso, mas, sobretudo, uma tentativa de reconstruir historicamente esse momento obscuro da nossa democracia, tornando evidente que a precondição da hegemonia, da própria articulação política, é a *crise*. Portanto, esta é uma tese sobre esperança, sobre olhar para o passado sabendo que houve tentativas de evitar o desfecho que tivemos. Uma tese que busca gerar uma reflexão que aponte para um horizonte emancipatório, que destaque que se toda hegemonia é precária, sempre haverá a possibilidade de novas articulações, que, embora temporárias, podem transformar radicalmente o social, ou, no mínimo, podem ajudar a manter “corações e mentes” aquecidos.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. **A Política das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer Angela.** Revista Novos estudos –CEBRAP, São Paulo. Edição Especial, pp.49-58, jun., 2017.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe.** Revista Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010.
- ALVES, M. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018.** Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- ALVES, M.; ALBUQUERQUE, A.; **Perda da hegemonia da imprensa: a disputa pela visibilidade na eleição de 2018.** Revista do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, LUMINA, v. 13, n. 3, p. 5-28, set./dez. 2019
- ANTOUN, H.; MALINI, F. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Editora Sulina. Porto Alegre, 2013.
- ANTOUN, H.; MALINI, F. **Biopolítica e Cibercultura: o jogo do cuidado de si da guerra em rede às revoltas juvenis.** In: Grupo de Trabalho Comunicação e Cibercultura no Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, n 15. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, jun. 2016.
- ANTOUN, H. **Democracia, multidão e guerra no ciberespaço.** In: André Parente (Org.), *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação* (pp. 209-238). Editora Sulina, Porto Alegre, 2010
- ATTON, C. **Alternative media.** London: SAGE, 2005.
- ATTON, C. **Alternative journalism: Ideology and practice.** In: The Routledge Companion To news and Journalism. p. 213-222. Routledge, 2009.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil.** Editora José Olympio, 2016.
- BARCELLOS, R. de M. R.; DELLAGNELO, E. H. do L. **A Teoria Política do Discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do Circuito Fora do Eixo.** Revista O&S - Salvador, v. 21 - n. 70, p. 405-424 - Jul./Set. 2014.
- BARCELLOS, R. de M. R. de. **Por outro eixo, outro organizar: a organização da resistência do Circuito Fora do Eixo no contexto cultural brasileiro.** Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- BARON, L. **Tão próximos e tão distantes: a articulação discursiva dos movimentos pró-impeachment a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

BARON, L.; LUZ, M. D. **Redes Sociais e Mídia Tradicional: disputa e articulação na significação do impeachment de Dilma Rousseff.** *Revice - Revista de Ciências do Estado*, v.3, n.1, p.p. 366-388, Belo Horizonte, jan./jul. 2018.

BARON, L. **Se empurrar, ela cai:** as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. *Revista Simbiótica*, Vitória, v.6, n.2, pp. 191-217, jul.-dez., 2019.

BASTIEN, C. **A noção de crise no senso comum e nas ciências sociais.** *Revista Vértice*, II Série, pp. 11-19, Lisboa, 1989.

BENTES, I. **A esquerda nos eixos e o novo ativismo.** In ORTELLADO, Pablo; PARRA, Henrique; RHATTO, Silvio. *Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia.* São Paulo: Edição do Autor, 2013.

BENTES, I. **Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas.** Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2015.

BENTES, I. **A esquerda nos eixos e o novo ativismo.** In: ORTELLADO, Pablo; PARRA, Henrique; RHATTO, Silvio. *Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia.* São Paulo: Edição do Autor, 2013.

BENTES, I. **Redes colaborativas e precariado produtivo.** *Le Monde diplomatique*, v. 2, p. 09-127, 2007.

BIMBER, B. **The study of information technology and civic engagement.** *Political Communication*, v. 17, n. 4, p. 329-333, 2000.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. **A parte que me cabe nesse julgamento:** a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do " mensalão". *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2014.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos;** conflitos multiculturais da globalização. 4ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CANCLINI, N. G.. **Culturas Híbridas -** Estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. São Paulo: Editora Edusp, 2003.

CANUTO, K. J.; CANUTO, K. J. **O uso e apropriação de redes sociais digitais como canais de informação e participação dos movimentos sociais contra hegemônicos junto à comunidade.** XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Mossoró – RN. 2013.

CARREIRO, R. **O espaço local e o estudo dos ganhos democráticos via participação política online.** In: *Teoria e Pesquisa*. São Carlos: UFSCar, v. 21, n. 2, p. 108-122, jul/dez 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Vol. I 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Vol. II, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Redes de Indignação e Esperança.** *Movimentos Sociais na Era da Internet.* Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Ruptura: A crise da democracia liberal.** Editora Zahar, edição virtual Kindle, Rio de Janeiro, 2018.

COUTINHO, C. N. **Intervenções: O marxismo na batalha das ideias.** São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CZAJKA, R. **Hegemonia cultural de esquerda, marxismo e mercado em Roberto Schwarz.** VII Colóquio Internacional Marx-Engels. UNICAMP.2012.

DALCOL, C.; FLORES, N. M. **O discurso jurídico midiático: análise da denúncia de Deltan Dallagnol contra Lula.** Revista Esferas, ano 6, nº 11, jul.-dez, 2017.

DOBRY, M., **Sociologia das crises políticas: A dinâmica das mobilizações multissetoriais.** Editora UNESP, 2014.

DOWNING, J. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** São Paulo; Senac Editora, 2002

FERES JR., J.; SASSARA, O, L. **Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política.** Novos Estudos, CEBRAP, V. 35, pp. 205-225, São Paulo, 2016.

FERES JR, J.; BARBABELA, E.; BACHINI, N. A Lava-Jato e a mídia. **Operação Lava-Jato e a democracia brasileira**, pp. 199-228, Editora Contracorrente, São Paulo, 2018.

FOLETTTO, L.F., **Um Mosaico de Parcialidades na Nuvem Coletiva: rastreando a Mídia NINJA (2013 - 2016).** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FONSECA, A.A. **O valor do “egocard”:** afetividade e violência simbólica na rede Fora do Eixo. Revista FAMECOS, mídia, cultura e tecnologia. 2013.

FREITAS, F. C. **“Revisitando” algumas teses do passado:** a eleição de 2006 e a disputa antagonista entre PT e PSDB. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 32. Brasília, maio - agosto de 2020, pp 43-92.

GIBSON, R.; WARD, S. **An outsider’s medium? The European elections and UK party competition on the Internet.** *British elections & parties review*, v. 10, n. 1, p. 173-191, 2000.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Editora Vozes, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 3. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cartas do Cárcere**. Vol. 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, L. **Uma Invenção de Jornalismo: ninjas, xamãs e outras perspectivas**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro) UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

HABERMAS, J, A sociologia na República de Weimar. *In: Textos e Contextos*. p. 275-305. Ed. UNESP, São Paulo, 2015.

HALL, S. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora. Rio de Janeiro, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Declaração: Isso não é um manifesto**. Rio de Janeiro. N.1 Edições, 2014.

HIMANEN, P. **e hacker ethic and the spirit of the information age**. New York: Rdom House, 2001.

IYENGAR, S., LELKES, Y., LEVENDUSKY, M., MALHOTRA, N., & WESTWOOD, S. J. **The origins and consequences of affective polarization in the United States**. *Annual Review of Political Science*, n. 22, p.p.129-146, 2019.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. Tradução: Suzana Alexandria. São Paulo. Aleph, 2008

KOSELLECK, R. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: UERJ; Contraponto, 1999.

_____. **Crisis**. *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 2, p.357-400, 2006.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Intermeios. São Paulo: 2015.

LACLAU, E. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

LATTMAN-WELTMAN, F. **Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: Influência política midiática e radicalização militante**. In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Rio de Janeiro, 2015.

LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002, 2008.

_____. **A crítica da crítica essencialista da cibercultura**. *Revista Matrizes*, v.9, nº1; São Paulo, jan/jun 2015.

LEMOS, A; LÉVY, P. **O futuro da Internet - Em direção a uma ciberdemocracia planetária**. 2006, 2010.

- LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÉVY, P. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- LÊNIN, V. I. **A Cultura Proletária**. In: *Lênin, cultura e revolução cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LIMA, V.A. **Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil**. Revista Comunicação & Sociedade, Ano 30, n. 51, p. 13-37, jan./jun. 2009.
- LIMONGI, F. **O Passaporte de Cunha e o Impeachment**: A crônica de uma tragédia anunciada. Revista Novos estudos - CEBRAP, São Paulo. Edição Nº 103, pp. 99-112, nov., 2015
- LYCARIÃO, D.; MAGALHÃES, E.; DE ALBUQUERQUE, A. Noticiário “**objetivo**” em **liquidação**: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 25, n. 2, p. 1-19, 2018.
- MACEDO, F.; CLOSS, M.; NUNES, R.; BUENO, V., P. **Sociologias das crises políticas**: Um apanhado das abordagens. NETSAL, IESP / UERJ. Dez, 2017.
- MAIA, F. **Crise, crítica e reflexividade**: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época. Revista Sociologias, ano 23, n. 56, Porto Alegre, 2021.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Editora Sulina, Porto Alegre, 2013.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1987] 2009.
- MENDONÇA, D. **A noção de antagonismo na ciência política contemporânea**: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. Revista de Sociologia e Política, v. 11, n. 20, p.135-145, 2003.
- MENDONÇA, D. **Democracia sem democratistas**: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961 – 1964). Tese de doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2006.
- MENDONÇA, D. **A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira**. Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 3, set-dez. 2009.
- MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- MENDONÇA, D. **A Ameaça da Egopolítica**. 12º Encontro da ABCP, 18 a 21 de agosto de 2020 . Área Temática: 17. Teoria Política. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Notícias Em Disputa**: Mídia, Democracia E Formação De Preferências No Brasil. Editora Contexto. São Paulo. 2017.
- MILAN, S. **Social movements and their echnologies**. Wiring Social Change. London; Palgrave MacMillan, 2013. Disponível em: <https://stefaniamilan.net/book> Acesso em: 8 nov. 2016.

MORAES, D. **Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo:** avanços e dilemas. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación www.eptic.com.br, vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007.

MORAES, D. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia:** a contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, Porto Alegre. v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, G da S. M. **O conceito de hegemonia no percurso dos meios às mediações.** Revista Matrizes São Paulo. V.12 – Nº, p. 173-188, jan.-abr. 2018.

MUSSE, R. **As bases sociais dos governos do PT.** Miolo Revista Critica Marxista, n. 48, pp.83-87, 2019.

NECKEL, A.J.; WEBER, M. H. **Caravana Lula pelo Brasil:** a disputa de imagem pública entre o PT e a imprensa. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho *Comunicação institucional e imagem pública* do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

ORTELLADO, P.; PARRA, H.; RHATTO, S. **Movimentos em Marcha:** ativismo, cultura e tecnologia. São Paulo: Edição do Autor, 2013.

OTTO, B.; BÖHM, S. **“The people” and resistance against international business:** the case of bolivian water war. *Critical perspectives on International Business*, v. 2, n. 4, p. 299-320, 2006.

PARZIANELLO. S. B. **Pelo antipetismo e pelo anti-conservadorismo:** o discurso que significou à polarização. III Simpósio pós-estruturalismo e Teoria Social, 27 a 29 maio. GT8 Teoria do Discurso e Comportamento dos Partidos Políticos. UFPel, Pelotas, 2019.

PINTO, C. R. J. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015).** Revista Lua Nova, São Paulo: 2017.

PINTO, C. E. *et al.* **A guerra de todos contra todos e a lava jato:** a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 54, pp.107-147, set-dez 2019.

PUGLIA, L. S. **Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo.** Revista Teoria e Cultura, v. 13 nº 2; Juiz de Fora, 2018.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet.** Editora Sulina, Porto Alegre, 2009.

RECUERO, R. et al. **Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter.** In: Grupo de Trabalho Comunicação e Cibercultura do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 16. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, jun. 2017.

RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises:** uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

ROCHA, M. E. **O Jornal Nacional e o rito de destituição de Dilma Rousseff.** Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 359–398, jul./out., 2019.

ROCHA, M.,E. **Eleições Brasil 2018: Algumas notas crítico-analíticas. Visioni Latino Americane è la rivista del Centro studi per l'America Latina.** Ano XI, n. 20, pp. 138-14, Gennaio 2019.

RODRÍGUEZ, C. **Citizens' Media.** IN: DONSBACH, Wolfgang (org) The International Encyclopedia of Political Communication, JohnWiley & Sons, 2008.

RUBIM, A. A. C.; COLLING, L. **Política, cultura e cobertura jornalística das eleições presidenciais de 2006.** Revista Mídia e democracia, p. 63-78, 2006.

SAVAZONI, R. **Os Novos Bárbaros: A aventura Política do Fora do Eixo.** Rio de Janeiro. Aeroplano, 2014.

SCHENEIDER, N. **Nas redes e nas ruas: vida coletiva, o Fora do Eixo e a Mídia Ninja.** Monografia de Conclusão de Curso, Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **“Cultura e política, 1964-1969”.** In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SINGER, A. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções.** Novos Estudos n° 97, novembro, 2013.

SILVA, C. E. L. **Indústria Cultural e cultura brasileira: pela utilização do conceito de hegemonia cultural.** Encontros com a Civilização Brasileira, n. 25, p. 167-194, 1980.

SILVA, R. B. **Mídias sociais e política: os partidos no Facebook.** Revista ALCEU, vol. 14, n° 28. p. 2002-223. Rio de Janeiro, Jan/jul, 2014.

SOARES, C. **Juventude e Movimento: o ativismo “Fora do Eixo” em uma sociedade de redes.** Dissertação de Mestrado em Sociologia - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9737> >. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

SODRÉ, M. **Sociedade Incivil: Mídia, liberalismo e finanças.** Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2021. Edição Digital Kindle.

SOLANO, E. ORTELLADO, P.; MORETTO, M. **2016: o ano da polarização.** Friedrich Ebert Stiftung Brasil–Análise, n. 22, 2017.

TORET, J. **Tecnopolítica: La potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, um nuevo paradigma de la política distribuída,** 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lbot867>>.

VALLE, F. **Aspectos da mídia livre como resistência digital. Dissertação de Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

ANEXOS

Dado que, por opção desta autora, houve uma tentativa de enxugar o número de imagens presente no corpus da análise, os anexos desta tese buscam aproveitar o material coletado ao longo da pesquisa para ilustrar melhor os eventos observados. Dividido em duas partes, o acervo a seguir busca aprofundar, através de imagens, o conteúdo discutido ao longo do terceiro capítulo. Cabendo ao Anexo I concentrar alguns registros importantes do Fora do Eixo, bem como, dos momentos iniciais da Mídia NINJA. E, ao Anexo II, alinhar uma linha do tempo composta por imagens e *publicações*, correlatas aos eventos analisados, que não foram exploradas durante o último capítulo, mas que, de algum modo, complementam as ideias debatidas por esta pesquisa.

ANEXO I – TRAJETÓRIA DO FORA DO EIXO/MÍDIA NINJA EM IMAGENS



Figura 1: 1º Congresso Fora do Eixo, Cuiabá/2008 ²⁶²
pelo Espaço Cubo²⁶³



Figura 2: CuboCard moeda social utilizada

²⁶²Disponível em: <http://congresso.foradoeixo.org.br/historico/congresso-fora-do-eixo-2010/>

²⁶³ Acervo da pesquisa realizada em 2015 pela autora da tese.



Figura 3: 2º Congresso Fora do Eixo, Rio Branco/2009²⁶⁴
Uberlândia/2010²⁶⁵



Figura 4: 3º Congresso Fora do Eixo,



Figura 5: 4º Congresso Fora do Eixo, São Paulo/2011²⁶⁶



Figura 6: 5º Congresso Fora do Eixo, Brasília/2013²⁶⁷

²⁶⁴ Disponível em: <http://congresso.foradoeixo.org.br/historico/congresso-fora-do-eixo-2010/>

²⁶⁵ Idem

²⁶⁶ Idem

²⁶⁷ Idem



Figura 7: 6º Congresso Fora do Eixo + NINJA /2018²⁶⁸



Figura 8: Casa FdE/SP, maio de 2015²⁶⁹

²⁶⁸ Disponível em: <https://midianinja.org/danielzen/fora-do-eixo-e-midia-ninja-estado-permanente-de-vigilia-e-acao/>

²⁶⁹ Acervo do trabalho de campo realizado pela autora da tese em 2015.



Figura 9: Transmissão Pós-Tv, Casa FdE/SP em 2011

Fonte: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,ERT320161-17770,00.html>



Figura 10: Transmissão Pós-Tv, na rua em tempo real, carnaval de 2013.

Fonte: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,ERT320161-17770,00.html>

NINJA

COBERTURAS 2013



Figura 11: Transmissão NINJA, na rua em tempo real, Junho de 2013. Na imagem, a prisão de Felipe Peçanha, colaborador da rede que foi apreendido por realizar a cobertura das manifestações no Rio de Janeiro. A prisão foi transmitida, ao vivo, pela página da Mídia NINJA em 20 de julho de 2013.

Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130805_midia_ninja_cc



Figura12: Pablo Capilé e Bruno Torturra no estúdio do Roda Viva, programa exibido em agosto de 2013 pela TV Cultura.

Fonte: <https://medium.com/@MidiaNINJA/ninja-2013-f6d5618375b2>



Figura13: Layout da pagina oficial da Mídia NINJA no Facebook. Em 2022, com mais de 2M de curtidas.

Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164271240397696/196650543826432/>



Figura14: Layout do Portal oficial da Mídia NINJA.

Fonte: <https://midianinja.org/>

ANEXO II - LINHA DO TEMPO DAS MANIFESTAÇÕES

Construção de sentidos em imagens

2015 – Contra à corrupção

Portais de Notícias:



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/03/15/15-de-marco---protestos-pelo-pais.htm>

FOLHA DE S. PAULO

que você procura? Buscar

poder

Paulista reúne maior ato político desde as Diretas-Já, diz Datafolha

f t g+ in

DE SÃO PAULO
15/03/2015 18h35

Veja fotos

O protesto contra o governo Dilma Rousseff levou 210 mil pessoas à av. Paulista, no centro de São Paulo, neste domingo (15), segundo o Datafolha.

O número se refere à quantidade de pessoas diferentes que, em algum momento do dia, foram à manifestação.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603271-paulista-reune-maior-ato-politico-desde-as-diretas-ja-diz-datafolha.shtml?cmpid=%2522facefolha%2522>

EL PAÍS

Brasil

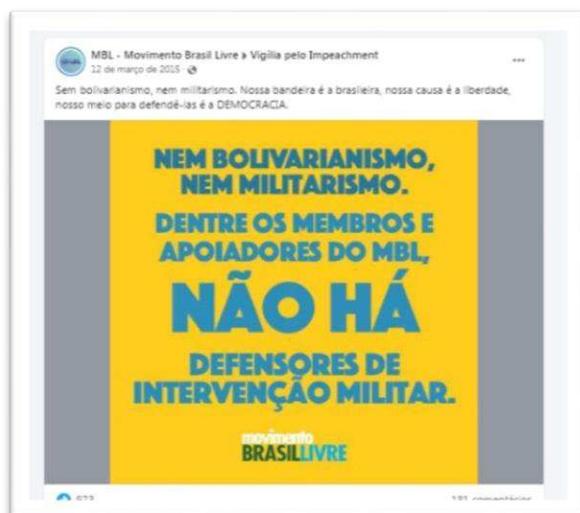
MANIFESTAÇÕES NO BRASIL >

Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas

Segundo estimativas, cerca de três milhões de pessoas foram às ruas nas manifestações deste domingo

Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html

MBL / VEM PRA RUA:



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/301054543352029>

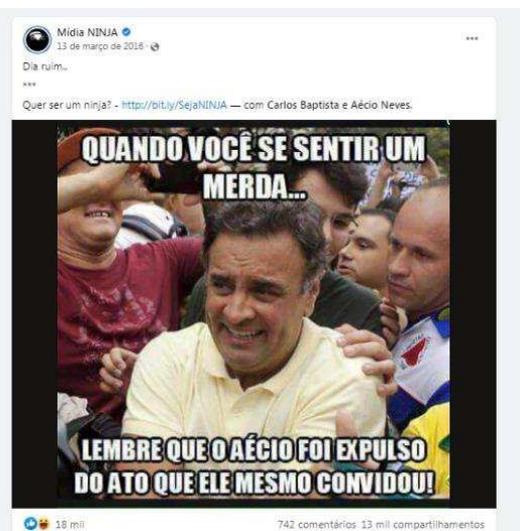


Fonte: <https://www.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/514157505432269/>

MÍDIA NINJA:



Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/466109180213899>



Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/466109180213899>

2016 - Impeachment x Golpe

Portais de Notícias/Jornais:

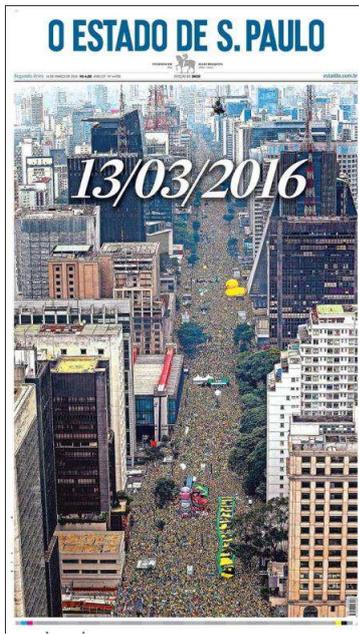


Figura 1: Capa do Estadão em 14/03/2016 reforçando a ideia de apoio popular ao impeachment.

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160418-44743-nac-1-pri-a-1-not>



Figura 2: Capa do Estão em 18/04/2016. Pós votação do impeachment de Dilma na Câmara.

FOLHA DE S. PAULO

SEMI JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 SEGUNDA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2016 - R\$ 2,70

ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA



Figura 3: Capa da Folha em 14/03/2016 reforçando a ideia de apoio popular ao impeachment.

Fonte: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20564&anchor=6021443&origem=busca&originURL=>

FOLHA DE S. PAULO

SEMI JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
 SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2016 - R\$ 2,70

IMPEACHMENT!

Câmara autoriza processo contra a presidente Dilma Rousseff; Planalto diz que lutará até o fim, e Temer fala em 'grande responsabilidade'



Figura 4: Capa do Estão em 18/04/2016. Pós votação pelo impeachment de Dilma na Câmara.

MBL/VPR:



Figura 5: Convocatória VPR 17/04/2016 reforçando a ideia de apoio popular ao *impeachment*.²⁷⁰



Figura 6: Postagem em 22/04/2016. Celebrando votação favorável ao *impeachment* de Dilma²⁷¹



Figura 7: Convocatória MBL 17/04/2016 reforçando a ideia de apoio popular ao *impeachment*.



Figura 8: Postagem em 22/04/2016 do MBL Confronto dos sentidos de golpe e *impeachment*

²⁷⁰ Fonte: <https://www.facebook.com/vempraru.net/videos/569252943256058>

²⁷¹ Fonte: <https://www.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/571661349681884>

Protestos contra governo Dilma, segundo organizadores

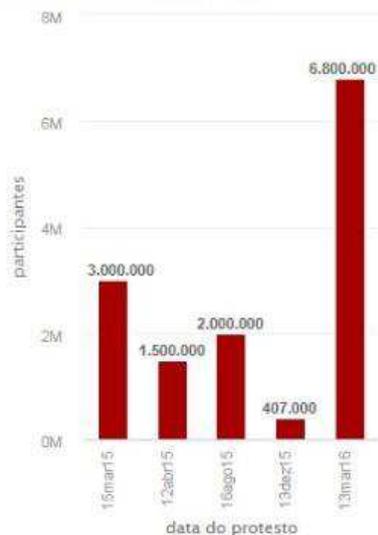


Figura9: Gráfico produzido pelo Portal G1 para ilustrar a grandiosidade dos atos pró-impeachment em, 13/04/2016.

Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03 /manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>

NINJA:



Figura 10: Após a votação favorável ao *impeachment* NINJA enfoca luta contra o golpe²⁷²



Figura 11: Uso da fala de intelectuais reforçando o golpe Confronto dos sentidos de golpe e *impeachment*²⁷³

²⁷²Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/635679223256893>

²⁷³ Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/651485091676306>

2017 – Lava Jato

Portais de Notícias/Jornais:



Figura 12: Capa do Estadão após depoimento de Lula a Moro em 05/2017.²⁷⁴



Figura 13: Capa da Folha após o depoimento de Lula a Moro em 05/2017.²⁷⁵

MBL/VPR:



Figura 14: VPR em campanha favorável a Moro²⁷⁶



Figura 15: MBL ataca Lula, defendendo Lava-Jato²⁷⁷

²⁷⁴ Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20181019-45657-spo-10-pol-a11-not/busca/S%C3%A9rgio+Moro>

²⁷⁵ Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20181019-45657-spo-10-pol-a11-not/busca/S%C3%A9rgio+Moro>

²⁷⁶ Fonte: <https://www.facebook.com/vempraru.net/posts/894448314069851>

²⁷⁷ Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/528796023911212>

NINJA:**Sérgio Moro X Lula: Procura-se juiz para o julgamento do século**

Capas de revistas dessa semana.

Figura 17: Matéria publicada pela NINJA sobre o enfoque espetacularizado da mídia massiva sobre o julgamento de Lula por Sérgio Moro.

Fonte: <https://midianinja.org/lianacirne/sergio-moro-x-lula-procura-se-juiz-para-o-julgamento-do-seculo/>

2018 – Eleições Presidenciais**Portais de Notícias/Jornais:**

Figura 18: A narrativa centrada na condenção de Lula e em sua inelegibilidade.²⁷⁸

²⁷⁸ **Fonte:** <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/foco-dos-jornais-nao-e-condenar-lula-e-sim-mante-lo-inelegivel/>

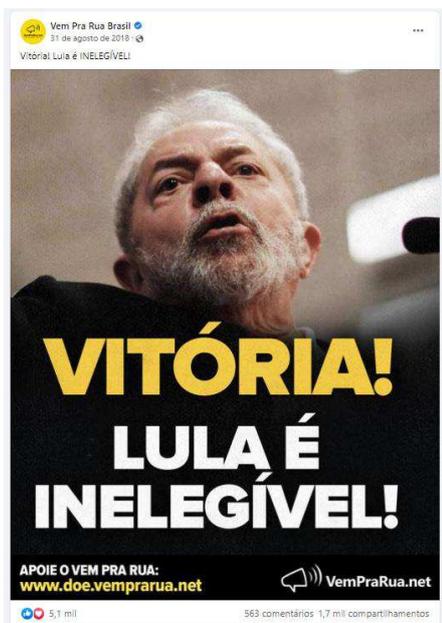
MBL/VPR:

Figura 19: Postagem VPR comemorando a saída de Lula da corrida eleitoral²⁷⁹



Figura 20: Postagem MBL enaltecendo LavaJato e a confirmação de inelegibilidade de Lula²⁸⁰

NINJA:

Figura 18: A narrativa da NINJA, denunciando a fraude eminente²⁸¹.

²⁷⁹Fonte: <https://www.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1230616290453050>

²⁸⁰ Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/1094803707310438>

²⁸¹ Fonte: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/1063215093836635>